

Marina Salgado

Olhares sobre o patrimônio: a busca de significados da paisagem



Belo Horizonte
2017

Marina Salgado

Olhares sobre o patrimônio: a busca de significados da paisagem

Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto arquitetônico e urbanístico em relação à pré-existência física e sócio-cultural

Orientador: Professor Doutor Flávio de Lemos Carsalade

Belo Horizonte
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

S164o Salgado, Marina.
Olhares sobre o patrimônio [manuscrito] : a busca de significados da paisagem / Marina Salgado. - 2017.
330 f. : il.

Orientador: Flávio de Lemos Carsalade.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Paisagem - Proteção - Teses. 2. Patrimônio cultural - Teses. 3. Fenomenologia - Teses. 4. Políticas públicas - Teses. 5. Estética - Teses. 6. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (MG) - Teses. I. Carsalade, Flávio de Lemos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais pela confiança em minha capacidade e pelo estímulo constante.

Aos meus anjos da guarda, Karine e Aline, sem vocês esta conquista não seria possível. Obrigada pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao meu orientador Flávio, pela disponibilidade, amizade, sabedoria compartilhada e orientações que possibilitaram tanto crescimento intelectual quanto pessoal. Sou grata pelos ensinamentos acadêmicos e da vida.

A minha anjinha Clara, que conseguiu transformar os dias difíceis em momentos de prazer e alegria, me ensinando a cada dia o magnífico dom de ser mãe.

Ao meu companheiro Orlando, que com tanta paciência, carinho, incentivo e principalmente compreensão soube lidar com as situações mais difíceis.

Aos amigos do IEPHA/MG, pela pronta disponibilidade e preciosa contribuição, vocês foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Ao amigo Altamiro, pelas intermináveis, produtivas e prazerosas discussões sobre a paisagem e pelos conselhos que foram fundamentais para esta pesquisa.

À Profa. Alice, pela gentileza e orientação preciosa.

Aos amigos Renato César e Mislene, pelo apoio sempre.

À professora Fernanda Borges, por compreender minha maternidade e contribuir imensamente neste sentido.

A população de Catas Altas, que nos recebeu muito bem e contribuiu imensamente com as entrevistas cedidas.

Ao amigo Rogério Tameirão, pela disponibilidade, gentileza e auxílio imensurável de ricas informações sobre a cidade de Catas Altas e sua população.

Aos funcionários da Biblioteca da Escola de Arquitetura.

Ao NPGAU, pela assistência e incentivo durante todo o período de desenvolvimento da tese.

A CAPES, pela concessão da Bolsa REUNI-Doutorado, auxílio fundamental durante estes quatro anos.

À todos aqueles que contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigada!

RESUMO

A presente tese buscará abordar a paisagem como um fenômeno, ou seja, como o produto da relação entre o sujeito e o objeto, tendo sua construção influenciada pela experiência prévia deste ser, assim como questões referentes aos aspectos naturais do lugar, técnicas disponíveis, política, economia, dentre outros. Toda esta complexa interação será refletida na construção da paisagem, ou seja, a paisagem como formação social estará imbuída de significados, os quais contribuem para o estabelecimento do ponto de apoio existencial do homem. Assim, parte-se do princípio que a paisagem é o suporte para a fundamentação da existência do homem no mundo, materializando-se como seu espaço existencial e, a partir da compreensão dos seus significados, estabelecidos pela relação sujeito-objeto – o sujeito entendido nesta pesquisa como os atores sociais: moradores e técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) - esta poderá colaborar para a gestão da paisagem. Neste sentido, a paisagem será considerada ainda não como um simples objeto de contemplação, mas antes de tudo, tendo em vista a complexidade deste conceito, como um objeto ideal, considerando as várias alternativas de visada do mesmo, ou seja, a paisagem como noema. Será avaliada, dentro desta perspectiva, a inclusão das diversas atribuições de significado proporcionados pelos diferentes olhares, no processo de leitura, identificação e conhecimento da paisagem como patrimônio cultural, o que poderá alterar o método de gestão. Para tanto, serão utilizados como estudos de casos os centros históricos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e, posteriormente, realizado um recorte na cidade de Catas Altas para a aplicação da busca do significado da sua paisagem. Para abarcar toda a complexidade que possui a abordagem da paisagem e sua relação com o homem, serão utilizados o método fenomenológico, assim como a relação da paisagem com a existência do ser e a estética, tripé que constituirá a base de toda a investigação pretendida nesta tese. Esta fundamentação teórica e metodológica, fenomenologia – existência – estética, guiará o processo de investigação das intenções de significados atribuídos a paisagem tanto pelos técnicos do IEPHA/MG quanto pelos moradores de Catas Altas, possibilitando estabelecer uma chave de

comparação entre estes dois agentes sociais e seus reflexos na gestão da paisagem. A partir desta leitura, pretende-se apontar para novas possibilidades de estratégias integradas de intervenção que considerem a complexidade da paisagem, seus atributos, e sua influência sobre a postura do homem no mundo, o que poderá permitir um avanço na questão desafiadora da conservação urbana.

Palavras-chave: Paisagem, Patrimônio cultural, Fenomenologia, Existência, Estética, Políticas de Preservação, IEPHA/MG.

ABSTRACT

The present thesis will seek to approach the landscape as a phenomenon, that is, the product of the relation between the subject and the object, having its construction influenced by the previous experience of this being, as well as questions referring to the natural aspects of the place, available techniques, economy, among others. All this complex interaction will be reflected in the construction of the landscape, that is, the landscape as a social formation will be imbued with meanings, which contribute to the establishment of the existential foothold of man. Thus, it is assumed that the landscape is the support for the foundation of man's existence in the world, materializing as his existential space, and that from the understanding of its meanings, established by the subject-object relationship - the subject understood in this research as the social actors: residents and technicians of IEPHA / MG - these may collaborate to manage this landscape. In this sense, the landscape will not be considered as a mere object of contemplation, but first of all, considering the complexity of this concept, as an ideal object considering the various alternatives of its view, that is, the landscape as a noema. In this perspective, it will be evaluated the inclusion of the different attributions of meaning provided by the different views, in the process of reading, identification and knowledge of the landscape as a cultural heritage, which may change the method of management of the same. In order to do so, the listed historical centers for Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais centers will be used as case study and later a cut in the city of Catas Altas will be doing for the application of the search of the meaning of its landscape. In order to cover all the complexity of the landscape approach and its relation to man, the phenomenological method will be used, as well as the relation of the landscape to the existence of being and aesthetics, which will be the basis of all the research sought in this thesis. This theoretical and methodological foundation, phenomenology - existence - aesthetics, will guide the process of investigation of the intentions of meanings attributed to the landscape by both technicians of IEPHA / MG and by the inhabitants of Catas Altas, making it possible to establish a key of comparison between these two social agents and its impact on landscape management. From this reading, it is intended to point to new

possibilities of integrated intervention strategies that consider the complexity of the landscape, its attributes, and its influence on the posture of man in the world, which may allow advancement in the challenging issue of urban conservation.

Keywords: Landscape, Cultural heritage, Phenomenology, Existence, Aesthetics, Preservation Policies, IEPHA / MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro Histórico de Santa Bárbara	149
Figura 2 - Centro Histórico de Santa Bárbara enfatizando cadeia pública	151
Figura 3 - Centro Histórico de Santa Bárbara, no topo a Igreja de São Francisco	151
Figura 4 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Santa Bárbara	152
Figura 5 - Centro Histórico de Brumal	154
Figura 6 - Mapa do perímetro de tombamento do distrito de Brumal	155
Figura 7 - Centro Histórico de Catas Altas	157
Figura 8 - Igreja de Santa Quitéria	157
Figura 9 – Serra do Caraça	157
Figura 10 - Centro Histórico de Catas Altas	158
Figura 11 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	158
Figura 12 - Centro Histórico de Catas Altas	159
Figura 13 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Catas Altas	160
Figura 14 - Centro histórico de Santa Rita Durão - Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	161
Figura 15 - Mapa do perímetro de tombamento do distrito de Santa Rita Durão	163
Figura 16 - Centro Histórico de São Thomé das Letras	165
Figura 17 - Centro Histórico de São Thomé das Letras	166
Figura 18 - Centro Histórico de São Thomé das Letras	166
Figura 19 - Centro Histórico de São Thomé das Letras	166
Figura 20 - Igreja do Rosário	166
Figura 21 - Mapa do perímetro de tombamento do município de São Thomé das Letras	168

Figura 22 - Centro Histórico de São José das Três Ilhas	170
Figura 23 - Igreja de São José das Três Ilhas.....	171
Figura 24 - Passo - São José das Três Ilhas.....	171
Figura 25 - Passo - São José das Três Ilhas.....	171
Figura 26 - Centro Histórico de São José das Três Ilhas	171
Figura 27 - Mapa do perímetro de tombamento do distrito de São José das Três Ilhas.....	172
Figura 28 - Centro Histórico de Santa Luzia	174
Figura 29 - Igreja do Rosário.....	176
Figura 30 - Mosteiro de Macaúbas.....	176
Figura 31 - Capela do Bonfim – Centro histórico.....	177
Figura 32 - Centro histórico de Santa Luzia	177
Figura 33 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Santa Luzia	178
Figura 34 - Centro Histórico de Pitanguí	180
Figura 35 - Praça Getúlio Vargas.....	181
Figura 36 - Praça Izauro Epifânio.....	181
Figura 37 - Praça Governador Benedito Valadares.....	182
Figura 38 - Edifício Liliza	182
Figura 39 - Vista da cidade de Pitanguí.....	183
Figura 40 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Pitanguí.....	184
Figura 41 - Região de Catas Altas, Rugendas, 1824	194
Figura 42 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e sua imponência diante do casario	195
Figura 43 - Diálogo entre a Matriz e parte da Serra do Caraça.....	196
Figura 44 – Mapa do distrito de Catas Altas, 1979.....	197
Figura 45 – Capela do Bonfim na antiga rua Direita.....	197

Figura 46 – Igreja Nossa Senhora do Rosário	197
Figura 47 - A Matriz e a Serra do Caraça.....	199
Figura 48 - Área de mineração na Serra	200
Figura 49 – Praça Monsenhor Mendes, 1970	201
Figura 50 - Praça Monsenhor Mendes, 2017	201
Figura 51 – Praça Monsenhor Mendes, 1960	201
Figura 52 – Praça Monsenhor Mendes, 2017	201
Figura 53 – Praça Monsenhor Mendes, 1940	202
Figura 54 – Área de mineração na estrada próximo a Catas Altas	203
Figura 55 - Vista da Vila Socoimex e a Igreja Matriz em segundo plano	210
Figura 56 – Cachoeira localizada na Serra do Caraça.....	232
Figura 57 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a torre de celular à frente da mesma	237
Figura 58 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à direita e a torre de celular à esquerda.....	238

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de bens móveis tombados pelo IEPHA/MG.....142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA/MG	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPAC	Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Apresentação	15
1.2 Objeto de estudo, objetivos e problematização / hipótese ...	17
1.3 Referencial teórico	25
1.4 Plano da tese	30
PARTE 1 A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	33
Capítulo 2 - O tripé fundamental: fenomenologia, existência e estética	34
2.1 A fenomenologia e seus princípios	36
2.1.1 A intencionalidade	41
2.1.2 O objeto	43
2.1.3 A vivência	44
2.1.4 A matriz fenomenológica e a paisagem	47
2.2 A existência e a paisagem	51
2.3 A estética: da arte, da natureza e da paisagem	56
Capítulo 3 - A paisagem como lugar existencial	66
PARTE 2 A INVESTIGAÇÃO DOS CONCEITOS	82

Capítulo 4 – O núcleo histórico, o centro histórico e o conjunto urbano.....	83
Capítulo 5 – A paisagem como bem cultural	111
5.1 O conceito e suas diversas abordagens	124
PARTE 3 A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO	139
Capítulo 6 – Os centros históricos tombados pelo IEPHA/MG	140
6.1 Os oito centros históricos	148
6.1.1 Santa Bárbara	148
6.1.2 Brumal	153
6.1.3 Catas Altas	156
6.1.4 Santa Rita Durão	161
6.1.5 São Thomé das Letras	164
6.1.6 São José das Três Ilhas	169
6.1.7 Santa Luzia	173
6.1.8 Pitangui	179
Capítulo 7 – A percepção da paisagem de Catas Altas	192
7.1 Uma perspectiva histórica	193
7.2 A investigação dos significados	203
7.2.1 O IEPHA/MG	208
7.2.1.1 Os documentos	208
7.2.1.2 Os técnicos	218
7.2.2 A comunidade	229

Capítulo 8 – Os desafios para a gestão da paisagem e a fenomenologia.....	242
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	265
APÊNDICE A – Sistematização das respostas do questionário – comunidade.....	275
APÊNDICE B – Definição da amostra a ser entrevistada – comunidade	279
APÊNDICE C – Entrevista com os técnicos do IEPHA/MG	280
APÊNDICE D – Trechos de documentação do IEPHA/MG – Paisagem de Catas Altas	302
APÊNDICE E - Entrevista com os moradores de Catas Altas (CD-ROM)	329

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Paisagem é um termo complexo que possui uma multiplicidade de significados em diversas áreas do conhecimento, desde a geografia, a ecologia, a arqueologia, a antropologia, a arquitetura, até a filosofia, entre outros. Como todo conceito, ao longo do tempo vai recebendo influências que moldam sua definição em função de fatores determinantes, sejam estes sociais, políticos, econômicos ou culturais. Com a paisagem não é diferente, pois este conceito vai sendo modificado a medida que as sociedades se transformam: paisagem perspectiva, paisagem monumento, paisagem panorama, paisagem natural, paisagem cenário, paisagem urbana, paisagem histórica, paisagem rural, até se chegar, recentemente, dentro da esfera de preservação do patrimônio à denominação, Paisagem Cultural. Este apresenta-se, ainda, como um conceito em construção, porém, um consenso existe: a paisagem cultural depende necessariamente do olhar do homem, de sua leitura sobre o espaço. A paisagem como cultura é a expressão de um povo, é o meio a partir do qual as manifestações humanas ocorrem e nela imprimem suas marcas ao longo do tempo, sendo considerada um elemento em permanente transformação.

A partir do momento que a sociedade percebe seus traços na paisagem reconhecendo aquele lugar como a expressão de uma identidade – seja o próprio habitante do local, ou mesmo um visitante de passagem - esta paisagem passará a ser considerada um bem cultural, ou seja, um elemento com características sociais, históricas, artísticas e culturais a ser preservado para as próximas gerações como testemunho de suas tradições, sejam estas físicas ou simbólicas. Assim, esta paisagem poderá ser reconhecida através de elementos que a tornam distinta das outras, como por exemplo, através do caráter da paisagem.

(...) distinto e reconhecível padrão de elementos que ocorre coerentemente em um particular tipo de paisagem e como é percebido pelas pessoas. Reflete particular combinação de geologia, topografia, solos, vegetação, uso do solo e assentamento humano. E cria particular senso de lugar nas diferentes áreas da paisagem. (AHHESIM, 2010, p. 88).

Assim, percebe-se a importância da paisagem como instrumento norteador e de identificação do homem no espaço, elemento que provém a base para a construção do significado existencial deste homem ao longo do tempo. Para tanto, considerar a paisagem através das diferentes intenções de significações é fundamental no que diz respeito ao conhecimento da paisagem. Portanto, para a preservação da paisagem, mostra-se necessária a realização de uma análise que considere seus significados, no intuito de contribuir para a sua identificação como patrimônio e posterior gestão desta paisagem, visando colaborar para a manutenção do que Norberg-Schulz (1980, p.5) chamaria de “*existencial foothold*”, ou seja, ponto de apoio existencial do homem. Esta ideia está relacionada com a necessidade que o homem tem de se orientar e identificar o espaço e, para tanto, a paisagem, carregada de significado¹, possibilita o estabelecimento destes dois vínculos, sendo responsável, assim, por estabelecer o ponto de apoio existencial para o homem. Vale ressaltar que tanto o significado, como a referência utilizada para ancorar o ponto de apoio existencial do sujeito, modificam-se ao longo do tempo em função da influência de algumas variáveis².

Assim, a paisagem nesta tese será considerada um fenômeno, ou seja, o produto da relação entre o sujeito³ e o objeto, tendo sua construção influenciada pela experiência prévia deste ser, assim como questões referentes aos aspectos naturais do lugar, técnicas disponíveis, política, economia, entre outros. Toda esta complexa interação será refletida na construção da paisagem, ou seja, a paisagem como formação social estará imbuída de significados, os quais contribuem para o estabelecimento do ponto de apoio existencial do homem, mencionado anteriormente.

Além da proposta de utilização dos conceitos da fenomenologia, bem como o relacionamento das questões existenciais com a paisagem, este termo está estritamente ligado a ideia da estética, sendo que esta visão terá como base a

¹ A paisagem influencia o homem, e o homem influencia na construção da paisagem, e para que o homem encontre seu ponto de apoio existencial, é necessário o estabelecimento de símbolos nesta relação, e consequentemente de significados.

² Tema que será tratado no capítulo 2 desta pesquisa.

³ Entendido aqui no plural “sujeitos”, pois a partir do momento que a paisagem é considerada construção social, esta passa a abarcar os diversos “construtores”, “atores” ou sujeitos ativos desta paisagem, assim como sua relação intersubjetiva.

essência do belo, ou seja, aquilo que traz ao espírito humano uma satisfação plena, que possibilita a conexão deste ser em harmonia com a paisagem. Vale ressaltar que além desta relação originária entre paisagem e estética, a importância de se investigar a estética nesta pesquisa está também pautada na estima que os órgãos patrimoniais possuem por este valor quando se trata de bens culturais, podendo ser considerado um dos principais quesitos para a identificação e preservação do patrimônio.

Para abarcar toda a complexidade que possui a abordagem da paisagem e sua relação com o homem serão utilizados o método fenomenológico, assim como a relação da paisagem com a existência do ser e a estética, tripé que constituirá a base de toda a investigação pretendida nesta tese.

1.2 Objeto de estudo, objetivos e problematização / hipótese

A presente tese buscará abordar a paisagem em termos existenciais a partir dos principais conceitos fenomenológicos, como um fenômeno produto da relação do homem com o seu habitat, considerando que estes bens estão em permanente transformação. A possibilidade de utilização de uma análise cartesiana⁴ no que diz respeito ao estudo da paisagem sugeriria a não consideração de um de seus principais atributos a ser explorado nesta pesquisa: o seu significado.

Significação passa a ser então uma palavra chave na relação que estabelecemos com as coisas, principalmente porque reconhecemos a importância da dotação de significado como necessidade fundamental do homem. Em “*Ser e Tempo*”, o mundo que se abre à percepção e interpretação da presença é um mundo estruturado e pré-estabelecido. Significar remete ao processo de compreensão do mundo, resultante do *estar-aí-lançado*. (CARSALADE, 2007, p.43).

Esta investigação terá como diretriz os principais conceitos da base fenomenológica, a saber: intencionalidade, vivência e objeto, para interpretação

⁴ “Aquilo que as ciências biológicas e exatas postulam há tempos, a exemplo da física quântica e da ecologia, buscando uma visão sistêmica e complexa que supere o reducionismo e o excesso de positivismo, razão e cartesianismo hegemônicos, tem sido alvo de áduos debates e construção também nas ciências humanas e sociais.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 30-31).

de dossiês e posturas referentes ao tombamento e ações de manutenção de centros históricos⁵. Assim, assumirá uma análise focada na relação do sujeito com a paisagem e no conseqüente processo de atribuição de significado a estes bens culturais pelos técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), e pelos moradores. Ressalte-se que a paisagem será considerada ainda não como um simples objeto visado, mas antes de tudo, tendo em vista a complexidade deste conceito, como um objeto ideal⁶ considerando as várias alternativas de visada do mesmo, ou seja, a paisagem como noema⁷, relação fenomenológica que será abordada no próximo capítulo.

O tema da preservação destes núcleos tem tomado conta desta área de atuação e o estudo das ações sobre a paisagem tem demonstrado a carência de um aprofundamento teórico para posterior aperfeiçoamento de sua prática. Esta base fenomenológica – existencial – estética guiará também o processo de investigação do significado atribuído à paisagem pelos moradores, possibilitando estabelecer uma chave de comparação entre estes dois agentes e seus reflexos na gestão da paisagem, método que será detalhado adiante. “Salvaguardar a paisagem é uma forma de reivindicar o lugar do sujeito num espaço cada vez mais objetivado e objetivante.” (COLLOT, 2012, p.13).

Parte-se do princípio que a paisagem é o suporte para a fundamentação da existência do homem no mundo, materializando-se como seu espaço existencial⁸ e que, a partir da compreensão dos seus significados, estabelecidos pela relação sujeito-objeto, estes poderão colaborar para a gestão desta paisagem. Poderão posteriormente contribuir no sentido de direcionar a elaboração de diretrizes ou, até mesmo, a elaboração de uma ferramenta metodológica para intervenções físico-espaciais em contextos pré-

⁵ O termo centro histórico, nesta tese, será relacionado com o conceito de paisagem no capítulo 3.

⁶ Ideal no sentido de que a paisagem é idealizada na consciência a partir das significações dadas por cada grupo de sujeitos em função de suas experiências prévias.

⁷ Noema, de forma resumida, é o significado/sentido do objeto-percebido intencionalmente, termo que será explorado no Capítulo 1.

⁸ Termo aqui entendido como o local que compreende a relação do homem com o seu meio ambiente circundante, ou seja, não apresenta-se como um conceito lógico. (Norberg-Schulz, 1980).

existentes que considerem esta relação sujeito-objeto e a paisagem como noema.

A partir da fundamentação do conceito de paisagem na questão fenomenológica e existencial do homem no mundo buscar-se-á a possibilidade de aplicação do mesmo no que diz respeito a identificação e conservação principalmente dos centros históricos permitindo avançar na compreensão da interação “natural” e cultural, material e imaterial, ou seja, de sua paisagem. A partir desta leitura, pretende-se apontar para novas possibilidades de estratégias integradas de intervenção que considerem a complexidade desta paisagem, seus atributos e sua influência sobre a postura do homem no mundo, o que poderá permitir um avanço na questão desafiadora da conservação urbana.

O **objetivo** principal desta tese é investigar a paisagem sob a luz dos principais conceitos da fenomenologia⁹, considerando-a a concretização do espaço existencial do homem onde o levantamento das diversas intenções de significado atribuído à paisagem pode contribuir para o estabelecimento de nova perspectiva com relação a gestão da mesma. Para além dele, a tese assume como objetivos complementares:

- A análise da possibilidade de transposição dos principais conceitos do método fenomenológico à questão da paisagem, assim como a investigação da evolução/transformação deste conceito e suas múltiplas abordagens e aplicações;
- A interpretação das cartas patrimoniais enfocando o contexto urbano e da paisagem, assim como o conceito de centro histórico, núcleo histórico e conjunto urbano e como estes se relacionam com a paisagem, e com a ideia de cidade-documento e cidade-monumento;
- Analisar o processo de atribuição de significado à paisagem, tanto pelo IEPHA/MG - em um primeiro momento - através dos dossiês de tombamento dos centros históricos e posteriormente a partir de entrevista com os técnicos, quanto pela comunidade local, através de

⁹ “Segundo a etimologia, a fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno.” (DARTIGUES, 1973, p.11).

pesquisa de campo -como entrevistas, por exemplo – contrapondo assim, as duas visões;

- Investigar questões específicas como: A gestão destes centros históricos tem considerado os seus significados, a relação sujeito-objeto ou se voltado apenas para as questões materiais de testemunho da história? A atribuição de significado pelo agente público de instituição patrimonial modifica a relação existencial do morador com a paisagem? Como o estudo das intenções de significado atribuídos à paisagem pode contribuir para sua preservação de maneira sustentável?
- Se a paisagem é o suporte para a fundamentação da existência do homem no mundo, ou seja, seu espaço existencial, como lidar com suas questões imateriais, seus significados, uma vez que estes podem sofrer modificação ao longo do tempo?

Diante do exposto, pretende-se verificar o seguinte **problema**: como o conceito contemporâneo de paisagem,¹⁰ com base nos princípios da fenomenologia, interfere na compreensão/interpretação do bem e conseqüentemente na sua gestão. Assim sendo, serão adicionadas evidências ao fato de que os bens em questão - centros históricos tombados pelo IEPHA/MG -foram interpretados a partir de uma chave metodológica que os considera apenas como documento, testemunho de um determinado período, valorizando principalmente seus aspectos culturais e históricos. A relação sujeito-objeto existente neste fenômeno, ou seja, a relação entre o habitante do local e a paisagem, é de cunho existencial, uma vez que a atribuição de significado é o que sustenta esta relação, sendo esta desconsiderada tanto no processo de tombamento quanto na gestão destes bens. Assim, o significado atribuído pelo agente público de instituição patrimonial desconsideraria ou modificaria esta relação do morador com a paisagem que habita.

Dentro desta problematização, verifica-se que a **hipótese** primeira desta pesquisa é que a possibilidade de inclusão do sujeito morador no processo de

¹⁰ O conceito contemporâneo de paisagem, assim como a evolução deste termo e a construção do significado de paisagem a ser utilizado nesta pesquisa será apresentado no capítulo 4.

leitura, identificação e reconhecimento do bem a partir de uma base fenomenológica e existencial poderá alterar o método de gestão do mesmo no sentido de considerar o seu significado, principalmente para o morador, dentro de todo o processo do tombamento à gestão. O que poderá possibilitar um novo olhar sobre os planos e princípios para a conservação/preservação desta paisagem no sentido de orientar as intervenções físico-espaciais nestes contextos pré-existentes, ou seja, contribuir com a gestão das paisagens no intuito de sugerir uma ferramenta de trabalho a ser aplicada na prática desta gestão, como explanado anteriormente.

A partir de uma análise fenomenológica destes centros, levando em conta a relação sujeito-objeto e considerando a paisagem como noema, seria possível uma maior aproximação com o significado do bem, ou seja, com a compreensão desta relação, o que contribuiria para a realização de uma gestão mais específica e sustentável. Além disso, através do conhecimento destes atributos oriundos da relação sujeito-objeto, pretende-se colaborar para o entendimento da paisagem como espaço existencial para o homem, assim como para a identificação de paisagens como patrimônio visando apontar para possíveis estratégias de gestão.

Conservar a paisagem cultural é um dos desafios mais complexos com que se depara a área do patrimônio hoje. Se a sua conceituação já se mostra uma tarefa difícil, tal dificuldade se aprofunda quando se passa para a formulação de estratégias para o tratamento dessa categoria especial de patrimônio. (CASTRIOTA, 2009, p.23).

O **procedimento metodológico** a ser utilizado na pesquisa terá como premissa que a investigação deve ultrapassar os métodos de leitura visual da paisagem. Para tanto, esta será analisada como noema, pois a partir desta abordagem a paisagem será considerada como objeto no sentido ideal, passível de várias definições possíveis, explorando principalmente a relação sujeito-objeto, do qual a paisagem é produto social. Ainda para a investigação da paisagem, Carsalade (2001, p. 52) sugere algumas formas de abordagens

do tema, sendo estas consideradas no processo de análise da paisagem como lugar existencial¹¹.

Uma das maneiras possíveis de se abordar a cidade em busca de seu espírito particular é abordá-la através de sua **Paisagem Natural**, de sua **História**, de seus **Ritmos e Ritos**, de sua **Imagem Urbana** e de seu **Imaginário**. Todas estas formas de abordagem, no entanto, além de intercambiáveis devem ser entendidas também em termos de significado, estrutura e tempo.

Vale ressaltar que para a análise dos conceitos e dos objetos de estudo a que se propõe esta tese é necessário compreendê-los dentro de uma perspectiva histórica para posteriormente avaliá-los em sua situação contemporânea. Assim, a base histórica permeará toda a pesquisa e juntamente com o método fenomenológico tecerá a argumentação necessária para adicionar evidências a hipótese levantada. Ao se falar em uma determinada paisagem, um determinado significado, um determinado lugar existencial, nota-se que, para todos estes conceitos se materializarem em situações específicas, eles precisaram ser construídos ao longo do tempo, o que reforça a necessidade de se retroceder no tempo para buscar uma leitura mais aprofundada deste processo.

Para verificação do problema/hipótese levantados anteriormente, será necessária a contraposição da análise da atribuição de significado pelos dois atores sociais em questão: aquele que tomba – representado na figura do Estado pelos técnicos do patrimônio - e a comunidade. O primeiro será examinado primeiramente através dos dossiês de tombamento, tentando decifrar nas entrelinhas destes documentos quais os principais significados foram levados em conta quando de seu tombamento. Para a realização desta investigação, será analisado como foco os centros históricos tombados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, a saber: Santa Bárbara, Brumal, Catas Altas, Santa Rita Durão, São Thomé das Letras, São José das Três Ilhas, Santa Luzia e Pitangui. A análise será realizada

¹¹ “(...) el espacio existencial que forma para El hombre la imagen estable del ambiente que le rodea (...)” (NORBERG-SCHULZ, 1975. p.12).

“(...) o espaço existencial forma para o homem uma imagem estável do ambiente que o rodeia (...)” (tradução nossa).

inicialmente no intuito de levantar dados sobre a clareza do que se está tombando e suas características meritórias, ou seja, seus atributos, para o qual a cidade ou distrito foi considerado um bem cultural. Verificar-se-á ainda a possibilidade de desvendar nestes documentos a possível relação sujeito-objeto existente nestes lugares e como a atribuição de significado à paisagem considera como noema, foi estabelecido. Esta análise possibilitará realizar um recorte dentro do universo de centros históricos do IEPHA/MG – que teve Catas Altas como objeto eleito, escolha que será justificada adiante - para efetivação de uma pesquisa mais aprofundada no que diz respeito a investigação fenomenológica da paisagem considerando a relação da comunidade e sua respectiva paisagem.

Para complementar as informações extraídas dos documentos do centro histórico a ser escolhido – Catas Altas -, serão realizadas entrevistas com os técnicos que trabalharam à época na elaboração do dossiê, possibilitando assim traçar um quadro mais consistente com relação aos significados dos bens culturais no período. Ainda explorando a questão da atribuição de significado à paisagem pelos técnicos, será aplicado outro questionário aos técnicos que trabalharam recentemente com a paisagem deste núcleo, viabilizando a comparação de possíveis modificações no conceito de paisagem pelo IEPHA/MG e no que diz respeito a atribuição de significado.

À comunidade será aplicado método semelhante, porém será selecionada uma parcela da população que tenha idade acima de vinte anos quando do tombamento dos bens e que sejam moradores desde este período até hoje, permitindo assim comparar o significado atribuído ao centro históricos no período do tombamento e hoje, verificando possíveis modificações ao longo deste intervalo de tempo.

Considera-se que a relevância teórica deste estudo se pauta na possibilidade de utilização dos conceitos do método fenomenológico às questões referentes a paisagem como patrimônio cultural, ou seja, trazer a fenomenologia para assuntos cotidianos. A investigação a ser realizada se apresenta essencial dentro do campo de preservação do patrimônio, uma vez que considera a paisagem como lugar existencial e detentora de atributos simbólicos. Sendo

que estes serão analisados em seu sentido mais amplo com uma abordagem diferente do que tem sido realizado atualmente, englobando características físicas, simbólicas, culturais, sociais, intenções de significação, para posteriormente colaborarem para a fundamentação de uma base que poderá sugerir uma nova perspectiva sobre planos e diretrizes para a conservação da paisagem.

Além disso, destaca-se também como relevante a atualidade do tema, uma vez que a paisagem tem sido alvo de reconhecimento mundial. Sendo notável o fato de que as escolhas das paisagens como patrimônio e as intervenções propostas para tais ambientes têm ocorrido sem considerar as bases teóricas existentes, faz-se necessário o estudo de metodologias específicas para a paisagem, principalmente, considerando a relação sujeito-objeto, ou seja, considerando-a como noema. Isso contribuirá para a criação de “princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.” (INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, 2005, p.2).

Pode-se perceber que o conceito de paisagem cultural é inovador e engloba discussões paralelas bastante relevantes, como o tema do desenvolvimento sustentável. No entanto, tem-se percebido ainda a necessidade de desenvolver instrumentos legais de proteção efetiva das paisagens culturais, assim como novas abordagens para uma gestão mais integrada e que responda aos novos desafios propostos por esse conceito. (CASTRIOTA, 2009, p.48)

A relevância social desta pesquisa se constrói à medida que considera a paisagem como produto da relação sujeito-objeto, levando em conta não só seus aspectos físicos, mas também as intenções de significado. Sendo este responsável por contribuir para o estabelecimento do significado existencial do homem, dado que a paisagem será considerada como um lugar da memória e formação do ser no ambiente em que habita, local onde foi impressa a maneira de pensar, fazer e interpretar dos homens se caracterizando como um ambiente em permanente mutação. Neste sentido Carsalade (2001, p.48) ressalta que “o propósito de valorização do patrimônio cultural, portanto, não é apenas a conservação museológica da história por amostragem, mas está

firmemente enraizada na necessidade de manutenção da identidade do lugar, da sua 'unicidade'".

1.3 Referencial teórico

A ampliação do objeto de interesse para a preservação, tanto cronologicamente - a partir do momento que inclui bens antes desconsiderados, como o patrimônio industrial e a arquitetura eclética - quanto em termos de tipologia, possibilita a inclusão não só dos monumentos excepcionais e do patrimônio material, mas também do patrimônio imaterial e da paisagem, reforçando a necessidade de considerar a diversidade cultural no campo do patrimônio.

A questão da identificação da paisagem como patrimônio é um tema que tem sido trabalhado em âmbito mundial tomando conta das discussões em torno do seu conceito, sua identificação como bem cultural e principalmente a gestão destas paisagens.

A intenção de reconhecimento da paisagem como patrimônio cultural pode ser revelado desde os primórdios da preservação no Brasil em 1937 com a criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico¹², através do Decreto-Lei nº 25 relativo à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Interessante notar que um dos primeiros bens a serem inscritos neste livro são o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1938) e a Ilha da Boa Viagem em Niterói (1938).

A questão do paisagismo pode ser interpretada, inicialmente, através destes bens como sendo uma obra de associação entre os aspectos naturais e as construções feitas pelo homem, no primeiro a elaboração de um jardim planejado, enfatizando a relação da paisagem com o paisagismo e, no

¹² Neste livro seriam incluídos de acordo com o Art. 4, "as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º: Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana."

segundo, uma ilha com formação montanhosa expressiva coroada com um conjunto arquitetônico. O paisagismo, então, era visto nesta primeira fase, principalmente associado aos aspectos da natureza, seja a vegetação ou relevo e do agenciamento humano, que utiliza do primeiro como uma espécie de suporte à sua intervenção¹³.

Em Minas Gerais, o exemplo do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Casa e Colégio do Caraça, inscrito em 1955 no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico demonstra a inserção da paisagem do entorno junto ao tombamento de edificações, neste caso, religiosa, onde esta área reforça o valor do bem cultural como patrimônio em um diálogo constante.

Porém, apesar destas ideias terem se iniciado na década de 30, as discussões sobre a identificação e preservação da paisagem como bem cultural ainda são recentes. Segundo Ribeiro (2007) considerando em especial a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em suas primeiras décadas, pouco explorou este conceito:

(...) agindo sobre a paisagem, sobretudo a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção de paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial. (RIBEIRO, 2007, p.72)

Outro dado importante diz respeito ao número de bens tombados que tinham o caráter paisagístico, que entre 1938 e 1946 somavam apenas seis (Morros do Distrito Federal; Jardins e Morro do Valongo no Rio de Janeiro, Praias de Paquetá, Quinta da Boa Vista, Passeio Público do Rio de Janeiro; e Jardim do Hospital de São João de Deus na Bahia) de um total de 417 bens tombados no período citado (CHUVA, 1998).

Ao longo do tempo tanto a aplicação do conceito quanto a forma de interpretação do mesmo foram sendo discutidos, avaliados e modificados. Inicialmente a ideia de paisagem estava associada às características naturais,

¹³ “Conforme já esmiuçado por outros autores, o entendimento de Mário de Andrade sobre patrimônio estava relacionado à ideia de arte como fruto do engenho humano. Nesse sentido, no seu anteprojeto não havia qualquer menção a paisagens naturais como um bem de valor patrimonial.” (RIBEIRO, 2007, p. 69-70).

sendo seus atributos referentes à menor interferência do homem. Além disso, a paisagem era comumente considerada, em alguns casos, o pano de fundo dos monumentos ou bens patrimoniais¹⁴, o que tem sido substituído pela noção de paisagem como o bem em si, uma combinação entre aspectos materiais e imateriais do conceito, e não apenas sua ambiência.

Vale ressaltar que a Carta de Burra de 1980 foi o primeiro documento internacional a considerar fundamental a significância cultural dos lugares e monumentos conceituando este termo como “o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (ICOMOS, 1980, p.1). Já demonstrando aqui o início as discussões que seriam em seguida retomadas e se tornariam de grande importância para a conservação urbana, como será demonstrado posteriormente.

Cultural landscapes represent the "combined works of nature and of man" designated in Article 1 of the Convention. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal. They should be selected on the basis both of their outstanding universal value and of their representativity in terms of a clearly defined geo-cultural region and also for their capacity to illustrate the essential and distinct cultural elements of such regions. (UNESCO, 1999, p.9).¹⁵

Neste contexto, no qual a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)¹⁶, divulga o conceito de paisagem a ser utilizado em âmbito mundial, o IPHAN através da portaria nº 127/2009 instituiu a chancela da paisagem, estabelecendo um marco nas discussões sobre a preservação do

¹⁴ Como, por exemplo, a cidade de Ouro Preto que inicialmente foi inscrita em 1938 no Livro do Tombo das Belas Artes, e somente em 1986 nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Porém, apesar da inscrição neste último Livro, o perímetro de tombamento considera apenas a área construída, não englobando a paisagem do entorno formada pelas montanhas, que enfatiza a área edificada e vice-versa.

¹⁵ “Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões.” (tradução nossa).

¹⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (tradução nossa).

patrimônio cultural nacional ao passo que amplia a possibilidade de abordagem da cultura brasileira como patrimônio. Estas ideias foram iniciadas em nível mundial pela UNESCO em 1992, quando a Convenção da UNESCO para o Patrimônio Cultural vê na paisagem um elemento fundamental de contribuição para o complexo tema da preservação do patrimônio mundial. Sendo assim, institui a chancela da paisagem, termo explicado pela IPHAN como sendo:

Uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso, necessário desenvolver um Plano de Gestão. (IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>, p.18).

São notórias as transformações ocorridas no campo da preservação do patrimônio, principalmente com relação às discussões sobre o objeto de interesse para preservação e a maneira como este deve ser protegido ou conservado, revelando o desgaste das ideias tradicionais e o alargamento das possibilidades de gestão destes bens, considerando principalmente a diversidade cultural da sociedade, suas demandas e seus significados.

A recente abordagem da paisagem como patrimônio cultural enseja aprofundamento de questões referentes ao seu conceito, mesmo que ainda em construção, e seus desdobramentos. A abordagem teórica pretendida nesta tese se baseia na leitura da paisagem através da matriz fenomenológica que norteará toda a investigação, portanto, a primeira fase de investigação teórica será guiada, principalmente pelas obras do matemático e filósofo Edmund Husserl (1989, 2001, 2007 e 2006), além de autores como Dartigues (1973) e Depraz (2007) que comentam a obra de Husserl. Aqui, será possível iniciar as primeiras investigações sobre o campo da fenomenologia, entendendo suas origens e principais conceitos. E, posteriormente, pela tese de Carsalade (2007) que apresentará a fenomenologia aplicada à questão da preservação do patrimônio edificado.

A estética da arte, a estética da natureza e a estética da paisagem serão abordadas tendo como referencial teórico básico as duas coletâneas organizadas por Adriana Veríssimo Serrão (2012 e 2013). Alguns artigos trazem a história da estética, sua aplicação a questão da paisagem, assim como novas abordagens a este tema tão tradicional, como é o caso de Berleant (2013a e 2013b), no qual a estética passa a ser encarada como uma atitude de compromisso em oposição a postura desinteressada de Kant. Além destes autores, vale ressaltar Bonasio (2013), que apresenta uma reflexão da paisagem centrada na questão da identidade, conservação e estética, e D'ângelo (2012) que trabalha a estética da paisagem tendo em vista o que ele chamou de “crise” deste conceito.

A análise da paisagem como espaço existencial e a evolução do significado existencial do homem constituirão com a segunda fase do referencial teórico que terá como base principalmente a obra de Christian Norberg-Schulz (1975). O autor realiza uma análise do significado existencial do homem ao longo do tempo enfatizando os aspectos que norteiam a mudança de referencial de uma fase para a outra tendo a arquitetura como foco. Além disso, sua obra irá abordar temas como o fenômeno do lugar, espaço natural e espaço construído pelo homem, enfatizando o que o autor denomina: *genius loci*¹⁷. Além de autores como Assunção (2006), Collot (2012) e Leite (1994), sendo que a última enfatiza sinteticamente, em parte determinada de seu livro, a relação do homem com a natureza desde os primórdios até os dias atuais.

Em uma terceira fase, o conceito de paisagem como patrimônio cultural e seus diversos desdobramentos serão discutidos desde geógrafos como Sauer (1996) e Santos (2009), até autores como Collot (2012) e Ribeiro (2007). Este último autor fornece um panorama de evolução deste termo e explora principalmente a atuação do órgão federal – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nos permitem situar a problemática da definição deste

¹⁷ “According to ancient Roman belief every ‘independent’ being has its *genius*, its guardian spirit. This spirit gives life to people and places, accompanies them from birth to death, and determines their character or essence.” (Norberg-Schulz, 1980, p.18).

“De acordo com o pensamento romano eles acreditavam que todo ser ‘independente’ tem seu *genius*, seu espírito guardião. Este espírito dá vida as pessoas e lugares, acompanhando-as do nascimento a morte, e determinando seu caráter ou essência.” (tradução nossa).

conceito e sua aplicação na prática da conservação do patrimônio. Além destes autores, Castriota (2009a) apresenta um panorama da questão do patrimônio cultural, enfatizando aspectos referentes aos conceitos e políticas de preservação. Nesta etapa, o tema proposto será ainda analisado sob a luz das cartas patrimoniais reunidas por Cury (2004), no intuito de levantar em quais documentos estes termos são utilizados, em que contexto e qual o seu significado, traçando assim as possíveis diferenciações e evoluções deste conceito ao longo do tempo, realizando um paralelo com a matriz fenomenológica.

Posteriormente, a análise dos dossiês de tombamento dos objetos de estudo da presente tese – os oito centros históricos tombados pelo IEPHA/MG - se constituirão em um referencial que permitirá construir a base que norteia o tema principal desta investigação. Este estudo terá como referência as fontes documentais representadas pelos dossiês de tombamento de cada núcleo em questão.

O capítulo referente ao objeto específico de estudo – Catas Altas –utilizará como fonte as respostas dos questionários aplicados tanto aos técnicos quanto aos moradores. Além destas referências, serão utilizados também os documentos existentes sobre a cidade – desde a fundação do órgão até dezembro de 2015 - que se encontram nos arquivos do IEPHA/MG, tanto da biblioteca quanto das diretorias e gerências, com o intuito de levantar as possíveis referências a ideia de paisagem ao longo do tempo.

1.4 Plano da tese

Para a realização desta pesquisa, no intuito de tecer o suporte para adicionar evidências em favor da hipótese de que para se pensar na conservação de uma determinada paisagem é necessária uma interpretação que considere principalmente a relação sujeito-objeto a partir de uma base fenomenológica, a presente tese se estruturará em três partes, além da introdução, aqui apresentada.

A primeira parte será destinada ao desenvolvimento da fundamentação metodológica que servirá de base para todo o embasamento teórico da pesquisa, sendo dividida em dois capítulos: “O tripé fundamental: fenomenologia, existência e estética” e “A paisagem como lugar existencial”. O segundo capítulo será subdividido em três subtítulos: “A fenomenologia e seus princípios” que possibilitarão a demonstração da utilização dos principais conceitos do método fenomenológico à questão da paisagem; “A existência e a paisagem” que possibilita estabelecer um olhar sobre a paisagem e sua ligação com a existência do ser no mundo; “A estética: da arte, da natureza e da paisagem” que abordará a estética como tema intrínseco a paisagem. O terceiro capítulo tratará da análise da paisagem como lugar existencial e seu significado na vida do homem ao longo do tempo, no intuito de reforçar a ideia da paisagem como produto da relação sujeito-objeto.

A segunda parte será dedicada à investigação dos conceitos que serão utilizados ao longo do desenvolvimento da presente tese, tentando esclarecer os possíveis equívocos comumente ocorrido entre os diversos conceitos. Para tanto, o quarto capítulo denominado “O núcleo histórico, o centro histórico e o conjunto urbano” analisará criticamente estes conceitos com base nas cartas patrimoniais e sua relação com a paisagem, reforçado ainda pelos conceitos de cidade-monumento e cidade-documento que nortearam as ações dos órgãos de preservação durante algumas décadas, o que possibilitará entender e criticar as denominações eleitas pelo IEPHA/MG quando do tombamento de suas paisagens.

O quinto capítulo “A paisagem como bem cultural” desenvolverá a análise do principal conceito da tese, a paisagem desde sua abordagem multidisciplinar até as transformações ocorridas neste conceito ao longo do tempo e a sua instituição como bem cultural. O seu subcapítulo intitulado “O conceito e suas diversas abordagens” discutirá, ainda, criticamente, algumas definições estabelecidas por diversos autores na atualidade, enfatizando a necessidade de abordá-la dentro de uma matriz fenomenológica tendo em vista o conceito de noema.

A terceira parte irá aprofundar a análise do objeto de estudo da tese: Capítulo 6 “Os centros históricos tombados pelo IEPHA/MG”. Sendo que nesta primeira seção serão analisados os dossiês de tombamento destes bens culturais no intuito de levantar as características meritórias de cada um dos centros históricos em questão, assim como analisar o desenvolvimento do conceito de paisagem presente nas entrelinhas dos dossiês. Em seguida, a partir da análise anterior, será realizado um recorte destacando apenas um dos oito centros históricos para que este seja interpretado através da matriz fenomenológica.

Para tanto, o Capítulo 7 “A percepção da paisagem de Catas Altas” apresentará inicialmente “uma breve perspectiva histórica” no intuito de possibilitar o entendimento da formação da paisagem ao longo do tempo. Na segunda seção deste capítulo serão apresentadas as pesquisas de campo e entrevistas¹⁸, considerando a relação sujeito-objeto e suas intenções de significações na construção da paisagem como patrimônio cultural. A primeira seção será destinada à investigação do significado da paisagem de Catas Altas sob o olhar dos técnicos do IEPHA/MG e a segunda, através do olhar da comunidade, possibilitando entender a relação entre estes dois olhares distintos e seus possíveis desdobramentos no que diz respeito a compreensão da paisagem.

Finalizando esta terceira e última parte será apresentado o capítulo 8 “Os desafios para a gestão da paisagem e a fenomenologia” que discorrerá sobre como o processo de gestão dos núcleos históricos tem sido realizada, apontando seus aspectos positivos e negativos principalmente tendo em vista a atuação do IEPHA/MG em Catas Altas. Esta parte irá abordar ainda a importância da utilização de uma base fenomenológica como chave para a realização de uma gestão integrada e sustentável, aspecto este que será retomado nas “Considerações finais” – capítulo 9 - tendo como foco as perspectivas de um novo olhar sobre o conhecimento da paisagem como noema e sua gestão com base nos principais conceitos da fenomenologia.

¹⁸ Como detalhado no item da metodologia.

PARTE 1

A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

CAPÍTULO 2

O TRIPÉ FUNDAMENTAL: FENOMENOLOGIA, EXISTÊNCIA E ESTÉTICA

Vivemos sob uma chuva ininterrupta de imagens, que em grande parte se dissolvem, como sonhos que não deixam traços na memória, numa inconsistência que torna nossas impressões cada vez mais confusas, casuais, informes. A procura da relação entre nossa compreensão filosófica do espaço e do tempo absolutos e nossa apreensão empírica do espaço e do tempo limitados é a procura da exatidão. (LEITE, 1994, p. 69-70).

Ao abordar a paisagem nesta pesquisa como um fenômeno, ou seja, o produto da relação entre o sujeito e o objeto, e fundamentar este conceito na questão existencial do homem no mundo, deve-se explorar questões relativas a construção desta relação e como, a partir desta, a paisagem vai se desenvolver como a concretização do espaço existencial do ser. Para a realização desta investigação, será utilizado como base o aporte teórico-conceitual da fenomenologia. “O método da crítica do conhecimento é o fenomenológico; a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento.” (HUSSERL, 1989, p.20).

Esta proposta filosófica é discutida por alguns geógrafos humanistas e na área da arquitetura e patrimônio a base do positivismo científico dominou durante um longo período, não admitindo uma investigação filosófica. Porém, a limitação do cartesianismo no tocante à abordagem da arquitetura e patrimônio— e aqui se inclui o objeto de estudo desta pesquisa: a paisagem - se mostrou insuficiente, uma vez que a consideração de suas variáveis, principalmente os aspectos intangíveis da cultura, não eram considerados neste tipo de abordagem cartesiana. Assim, temas complexos passaram a exigir uma nova base de investigação, que na área da arquitetura serão tratados por autores como Martin Heidegger, Maurice Merleau-Ponty e Christian Norberg-Schulz, sendo que, a partir da obra deste último autor, será construída a base de reflexão teórica sobre o conceito da paisagem a ser utilizada ao longo desta tese.

Como aporte para a construção da fundamentação teórica e metodológica da presente pesquisa será apresentado a seguir o método fenomenológico e seus princípios fundamentais, assim como a análise da questão existencial relacionada com a paisagem. Além destes temas será abordada também a estética desde sua origem nas artes como estética da arte, passando pela estética da natureza para finalmente explorar a estética da paisagem, tema este de fundamental importância no que diz respeito à paisagem e sua relação com o sujeito.

Reconhece-se a diferenciação nas perspectivas de leitura com relação principalmente a Fenomenologia e a Estética da Paisagem – sendo esta

trabalhada com base na filosofia da paisagem¹⁹ -, porém tendo em vista a complexidade que é inerente ao conceito de paisagem, demonstrado em várias partes desta pesquisa, se mostrou necessário inserir diferentes bases conceituais no intuito de abarcar da maneira mais completa possível o problema da paisagem como patrimônio cultural e seus desdobramento principalmente referentes as intenções de significados.

Isto significa que a paisagem não deixa de ser variada e descontínua, lugar de confluência de vários modelos de significação, de diversas amplitudes de persistência temporal e que a aplicação de uma única chave para a sua inteligibilidade está voltada à derrota e ao fracasso, mesmo quando animada pelas melhores intenções. (BONESIO, 2013, p.472).

2.1 A fenomenologia e seus princípios

‘Fenomenologia’ – designa uma ciência, uma conexão de disciplinas científicas; mas, ao mesmo tempo e acima de tudo, ‘fenomenologia’ designa um método e uma atitude intelectual: a atitude intelectual especificamente filosófica, o método especificamente filosófico. (HUSSERL, 2006, p.44).

A fenomenologia teve sua origem datada no começo do século XX, sendo inaugurada pelo matemático e filósofo alemão Edmund Husserl²⁰ - apesar da terminologia²¹ ter sido utilizada anteriormente por Hegel com a “Fenomenologia do espírito” (1807) - trazendo o termo decididamente para o campo da filosofia. Assim, utilizando uma palavra corrente, Husserl irá promover novo conteúdo ao que posteriormente será reconhecido definitivamente como o método fenomenológico que influenciará vários pensadores.

A fenomenologia de Husserl se caracterizará como uma forma de pensamento diferenciada com relação as pesquisas científicas realizadas até esta época, a

¹⁹ A discussão sobre a filosofia da paisagem teve início com o sociólogo e filósofo alemão Georg Simmel que em 1913 publicou o texto intitulado “Filosofia da Paisagem”, dando início a um vasto campo de pesquisa.

²⁰ Importante ressaltar que o foco de interesse de Husserl foi sendo modificado à medida que suas investigações avançavam. Inicialmente parte do estudo do psicologismo e sua crítica para posteriormente se concentrar nos aspectos da relação consciência-mundo, fase esta que será a base da presente pesquisa.

²¹ “O primeiro texto em que figura esse termo é o *Novo órganon* (1764) de J.H. Lambert, discípulo livre de Christian Wolff, que entende por fenomenologia a teoria da ilusão sob suas diferentes formas.” (DARTIGUES, 1973, p.2).

partir da “ideia de uma reforma de todos os saberes pela descoberta de seu fundamento único no sujeito seguro de si mesmo.” (DEPRAZ, 2007, p.11). O predomínio do positivismo nas ciências e na filosofia durante um longo período determinará a crença de que o conhecimento legítimo só poderia ser alcançado através da razão e do método científico, sendo este considerado o único método válido de conhecimento do mundo e do homem. Com base no questionamento do método das ciências naturais, principalmente com relação as investigações relacionadas ao ser humano, Husserl irá propor uma nova disciplina do conhecimento fundamentando sua pesquisa nos campos disciplinares que permearão tanto a matemática quanto a psicologia. Esta disciplina do pensamento partirá do princípio da experiência²² como fonte de conhecimento, contrapondo assim a ciência do espírito às ciências naturais.

Da psicologia ela retém uma atenção escrupulosa dirigida às vivências psíquicas singulares de um sujeito dado, assim como a seus diferentes atos de consciência; da matemática, e mais amplamente da lógica, ela retoma o rigor da elaboração das categorias de descrição adequadas à experiência a ser descrita. (DEPRAZ, 2007, p.7).

A influência das pesquisas de Franz Brentano a partir de “Psicologia do ponto de vista empírico” será decisiva na formulação da fenomenologia de Husserl. Brentano parte do princípio fundamental da distinção entre o que ele vai chamar de fenômenos psíquicos e fenômenos físicos que endossarão o método de conhecimento do psiquismo. “A exploração do campo de consciência e dos modos de relação ao objeto, que a escola de Brentano persegue com Stumpf e von Meinong, delimita o que se tornará o campo de análise da fenomenologia de Husserl.” (DARTIGUES, 1973, p. 10).

O método de Husserl parte do questionamento de todos os fatos que se apresentam a nós de forma evidente, criticando os preconceitos e as crenças que balizaram o pensamento filosófico até então. Além disso, a transposição do método das ciências naturais para aqueles referentes a psicologia, principalmente, sem fazer distinção sobre a diferenciação do seu

²² “Assim como todo pensamento, toda enunciação acerca de fatos precisa ter sua fundação na experiência (Já esta é *necessariamente* requerida pela *essência do acerto* de tal pensamento), assim também o pensamento acerca de essências puras – pensamento sem mistura que não vincula fatos e essências – precisa ter a apreensão intuitiva de essência como seu alicerce de *fundação*.” (HUSSERL, 2006, p.39).

objetivo, também será alvo de crítica²³ por parte de Husserl. Assim, a partir de interrogações realizadas a cerca da validade universal das leis da ciência, sua objetividade e a coerência do conhecimento objetivo, Husserl irá desenvolver seu “método de descrição dos fenômenos” com base na afirmação que não podem ser dissociados o sentido do sujeito e o do fenômeno, com o objetivo de buscar uma nova teoria do conhecimento²⁴. “(...) o pensamento filosófico retorne às suas origens dando-se como ponto de partida, não mais às opiniões dos filósofos, mas à própria realidade: Não convém que a impulsão filosófica surja das filosofias, mas das coisas e dos problemas.” (DARTIGUES, 1973, p. 13).

Husserl irá propor com isso, o que ele denominou um “retorno às coisas mesmas”, devendo este retorno ter como base a intuição de origem, ou como também ele próprio intitulou “o princípio dos princípios”. O fenômeno, portanto, ocorre pela mediação dos sentidos e é carregado de significado²⁵. Porém, a intuição da essência é um ato diferente da percepção do fato, “(...) ela é a visão do sentido ideal que atribuímos ao fato materialmente percebido e que nos permite *identificá-lo*.” (DARTIGUES, 1973, p.22).

Falar de uma visão das essências não significa, pois, devotar-se a uma contemplação mística que permitiria a alguns iniciados ver o que o comum dos mortais não vê, mas ao contrário ressaltar que o sentido de um fenômeno lhe é imanente e pode ser percebido, de alguma maneira, por transparência. (DARTIGUES, 1973, p.22).

A partir deste fundamento, sua teoria tinha como objetivo o mundo vivido, aquele da experiência, diferentemente do que estava sendo feito pela ciência, que de acordo com sua visão criava um mundo científico com base na compreensão dos cientistas, afastando o homem do mundo da vida. Husserl acredita que a crença no mundo científico afeta de maneira generalizada a

²³ Crítica esta que já havia sido realizada por Dilthey em “*Ideias concernentes a uma psicologia*” (DARTIGUES, 1973).

²⁴ “Kant e Husserl definem o conhecimento como a atividade de um sujeito dirigida a um objeto ao qual o primeiro confere seu sentido. Perante a realidade em si do objeto, ambos apresentam uma subjetividade depositária da idealidade necessária a formulação da objetividade. Quer dizer que conhecer supõe uma capacidade *a priori* do espírito de encontrar coisas que se tornam para ele objetos conhecidos.” (DEPRAZ, 2007, p. 14).

²⁵ “*Significação* passa a ser então uma palavra chave na relação que estabelecemos com as coisas, principalmente porque reconhecemos a importância da dotação de significado como necessidade fundamental do homem.” (CARSALADE, 2007, p.43).

forma como o homem percebe o mundo a sua volta, criando uma espécie de imersão nesta visão que dificulta o questionamento do mundo tal como ele se apresenta ao sujeito, promovendo uma cisão na relação deste sujeito com o mundo.

Porém, a realidade é dada a partir da experiência, através da qual pode nos revelar as questões essenciais do homem, o ser-no-mundo e suas relações, não como um fato evidente, mas como um problema a ser investigado, fundamento da fenomenologia de Husserl. Para tanto é necessário redescobrir o mundo a partir deste “retorno as coisas mesmas” através de uma atitude fenomenológica, sem que as teorias científicas fossem esquecidas, mas renunciando a toda crença e preconceito existente, demonstrando uma visão diferente do que é o mundo real/vivido para o ser. Esta ideia de retornar as originárias intuições se refere a voltar-se para a vivência da consciência de maneira a buscar a essência²⁶ dos objetos.

Portanto, voltar às coisas mesmas é recusar as argumentações doutrinárias e os sistemas autocoerentes em proveito das interrogações nativas suscitadas pelo mundo a nossa volta e das quais nossa viva reflexão se alimenta. (DEPRAZ, 2007, p.27).

Para tanto, será proposto o método da redução fenomenológica ou *epoché*²⁷ como primordial para se atingir o conhecimento da essência do objeto desprovido de pré-conceitos. Este se caracteriza, em linhas gerais, por colocar toda existência do objeto dado a partir da atitude natural²⁸, “entre parênteses”²⁹, ou seja, suspender a crença na existência das coisas e do mundo natural/exterior no intuito de alcançar a experiência original do mesmo. “Neutralizando sua validade, ela suspende sua realidade ingênua. Seu ser, doravante, se atém ao sentido que possuem para mim.” (DEPRAZ, 2007, p.12).

²⁶ Essência entendido aqui como aquilo que o objeto é em si mesmo, ou seja, o que Husserl (2008, p.17) explica como sendo “ir ao encontro das coisas em si mesmas.”

²⁷ Husserl destaca ainda mais duas diferentes formas de redução: a conversão reflexiva e a variação eidética. (Depraz, 2007).

²⁸ A atitude natural é aquela a partir da qual se concebe o conhecimento a partir da consciência em si, desconsiderando a relação do sujeito com o objeto, admitindo a existência de um mundo interior e um mundo exterior, teoria defendida por Descartes.

²⁹ “Nosso propósito, porém, é precisamente a descoberta de um novo domínio científico, e de tal que deve ser alcançado justamente pelo método de parentetização.” (...) (HUSSERL, 2006, p. 81).

A partir da redução atingimos o mundo da consciência ao invés do mundo exterior, ou transcendente – aquele que transcende a consciência – com a intenção de compreender o mundo a partir da perspectiva do sujeito. “ (...) o que está em jogo na operação concreta da redução é a experiência de uma modificação de nossa relação com aquilo que nos cerca, mesmo de nossa relação conosco mesmos.” (DEPRAZ, 2007, p.38).

A fenomenologia busca descrever os fenômenos recorrendo diretamente à consciência como tal, sem teorias e categorias retiradas das ciências naturais ou da psicologia. Assim, a fenomenologia significa examinar um fenômeno da consciência em sua própria dimensão de consciência. Isso quer dizer, para usar um conceito de Husserl: “um puro olhar”, para o fenômeno, ou “contemplar sua essência.” (PALLASMAA, 2006, p. 485).

Vale ressaltar que antes de todo este processo, Husserl investiga as questões referentes a linguagem considerada por ele como a base para a construção da Lógica pura, “(...) sem esta, não seria possível investigar a significação das proposições, coisa que está “no pórtico” desta nossa ciência.” (HUSSERL, 2012, p. 3). Para tanto a linguagem se dá numa relação entre uma intenção de significação e o seu possível preenchimento, podendo-se afirmar que não existe uma realidade substancial que garanta a verdade de um discurso, aspecto este de fundamental importância para a posterior análise do discurso dos dois atores sociais em questão na pesquisa.

Para o conhecimento da paisagem com base na fenomenologia se mostra necessário investigar o conceito de intencionalidade na relação do sujeito com o objeto, tema este fundamental na fenomenologia de Husserl. Além disso, serão somados os conceitos de objeto e de vivência no intuito de contribuir para a fundamentação da relação entre a matriz fenomenológica e a paisagem, que será apresentada logo a seguir.

2.1.1 A intencionalidade

A compreensão dos fenômenos humanos, a partir da fenomenologia pressupõe a percepção³⁰ dos mesmos através da experiência, sendo necessário investigar o ato de “compreender” como método científico. De início, deve-se pensar na intencionalidade que é uma noção fundamental para a fenomenologia e que foi utilizado por Husserl com base nos estudos realizados também por Brentano sobre este tema em sua psicologia descritiva. O princípio da intencionalidade, tem como premissa que a consciência³¹ é sempre consciência de algum objeto³², ou seja, um objeto só tem sentido quando for um objeto para uma consciência, uma existência intencional do objeto na consciência. Assim, a intencionalidade é o dirigir-se do ser a um objeto que só adquire suas próprias determinações ou características a partir destas significações que são projetadas sobre este objeto.

Assim, só é possível conhecer a essência de um objeto através de sua percepção, nesta correlação entre o sujeito que pensa - consciência³³ - com o objeto visado ou do pensamento, que pode-se dizer uma relação “fechada”, “dependente”, pois, para a compreensão ocorrer, um não pode existir sem o outro. É através da intencionalidade da consciência- sempre consciência de alguma coisa -, direcionada para um objeto, constituída a partir da relação sujeito-objeto que a fenomenologia atingirá a sua concretude - antes considerada destituída de qualquer razão - e poderá ser considerada posteriormente, como Husserl intentou uma ciência rigorosa.

A intenção faz parte do processo de compreensão do fenômeno. A diferenciação entre analisar e compreender é explicitada pelo exemplo de Dartigues (1973) que compara a atividade do geólogo e do arqueólogo, onde o

³⁰ “Na percepção, a coisa percebida deve imediatamente ser dada. Aí está a coisa diante dos meus olhos que a percebem; vejo-a e agarro-a. Mas a percepção é simplesmente vivência do meu sujeito, do sujeito que percebe. Igualmente são vivências subjetivas a recordação e a expectativa, todos os atos intelectuais sobre elas edificados em virtude dos quais se chega à posição mediata de um ser real e ao estabelecimento de quaisquer verdades sobre o ser.” (HUSSERL, 1989, p.40-41).

³¹ “Definindo a consciência como esse conjunto de atos, em primeiro lugar perceptivos, que visam e tocam objetos do mundo (...)” (DEPRAZ, 2007, p.34).

³² Este objeto é o fenômeno e ele em si não possui sentido, a partir da apresentação deste objeto à consciência é que dota-se o mesmo de significado.

³³ Somente na consciência o objeto é significado.

primeiro consegue descrever a composição e a época do objeto em pesquisa, enquanto o último lida com o objeto assim como a intenção que está contida no mesmo, ou seja, ele não está analisando um objeto natural, mas sim tentando compreender um objeto cultural que possui uma intenção para o qual foi fabricado, o que conseqüentemente possibilita afirmar que este possui significado. “Desse objeto diremos que deve ser compreendido, isso é, situado no meio humano que lhe dá seu sentido, que materializa nele a intenção em direção à qual procuramos remontar.” (DARTIGUES, 1973, p.52).

É a partir do conceito de intencionalidade que Husserl superará a filosofia cartesiana que considera a consciência como voltada para si própria, não se referindo ao objeto, através da chamada atitude natural, entendida como não-fenomenológica. A filosofia de Descartes³⁴ desconsiderou o que seria a fonte de todo e qualquer conhecimento defendida por Husserl: a relação sujeito-objeto, pois quando eu penso ou percebo, esta ação está estritamente relacionada com o objeto-pensado/percebido. É neste ponto que Husserl irá inaugurar uma nova visão no tocante a relação do sujeito com o mundo a partir do momento que considera a consciência sempre consciência de algo que existe intencionalmente nesta consciência. Isso significa dizer que para a compreensão de um objeto é necessário partir do ato de percepção do mesmo como ele é – o objeto-percebido -, ou seja, a partir de sua vivência/intuição original na consciência, como a maneira a partir da qual os fenômenos nos aparecem. Somente a partir deste princípio é possível atingir o conhecimento da essência de um objeto.

Isto não quer dizer que o objeto está contido na consciência como que dentro de uma caixa, mas que só tem seu sentido de objeto para uma consciência, que sua essência é sempre o termo de uma visada de significação e que sem essa visada não se poderia falar de objeto, nem portanto de uma essência de objeto. Dito de outra maneira, a questão "O que é o que é?", que visa o sentido objetivo ou essência, remete por sua vez à questão: "O que se quer dizer?", dirigida à consciência.

³⁴ “Nas Meditações metafísicas, Descartes se dedica a um empreendimento sem precedente na história da filosofia: trata-se de obter para as ciências um fundamento que não mais seja da ordem ontológica da natureza ou do cosmos, como é o caso da Antiguidade, ou tampouco de tipo divino, como à época medieval, mas cujo lugar seja ocupado pelo próprio sujeito.” (DEPRAZ, 2007, p.12).

Isso significa que às essências não têm existência alguma fora do ato de consciência que as visa e do modo sob o qual ela os apreende na intuição. (DARTIGUES, 1973, p.18).

2.1.2 O Objeto

Como apresentado anteriormente, para Husserl a característica fundamental da consciência é ser consciência de algum objeto e a partir desta atitude intencional é originado o sentido do objeto. “Para a consciência, o dado é essencialmente idêntico, quer o objeto representado exista, quer seja ficcionado, quer seja mesmo um contrassenso.” (HUSSERL, 2007, p. 321). A vivência do objeto será diferenciada em função do tipo de objeto, que pode ser classificado em objeto real e objeto imaginado ou recordado. O primeiro parte do pressuposto que o objeto se apresenta ao sujeito, assim a presença física e concreta é a principal característica deste tipo de objeto, constituindo uma intuição denominada originária. “ A uma intuição deste gênero, ou originária, chama Husserl ‘percepção’.” (FRAGATA, 1959, p. 58). Já o objeto imaginado, como o próprio nome sugere, não possui presença imediata, não apresentando-se a consciência e sim sendo re-presentado, considerando assim uma “presença de caráter inferior.” (FRAGATA, 1959, p. 58).

Os objetos podem ainda possuir três diferentes espécies: objetos sensíveis, objetos categoriais e objetos universais, de acordo com sua intuição segundo Husserl (FRAGATA, 1959). Os objetos sensíveis são todos aqueles dados à nossa percepção através da intuição³⁵ sensível, sendo “apreendido na sua mesma singularidade empírica dum modo simples, isto é, sem necessidade de qualquer fundamento.” (FRAGATA, 1959, p. 59). Já os objetos categoriais a partir da intuição categorial³⁶ afirmam uma qualidade do objeto sensível ou um conteúdo do mesmo: “conteúdo do juízo”. Os objetos universais ou “essências” “tratam-se do que mais vulgarmente se chama “conceitos universais”, ou formas capazes de se verificarem invariavelmente em diferentes indivíduos.” (FRAGATA, 1959, p. 63).

³⁵ Intuição entendida aqui como o preenchimento da intenção.

³⁶ “Graças à “intuição categorial”, supera portanto Husserl o empirismo, cujo erro fundamental foi restringir a “intuição” aos objetos sensíveis.” (FRAGATA, 1959, p.62).

Porém, independente da classificação do objeto, é possível afirmar de maneira geral que o objeto para a fenomenologia é considerado o objeto no sentido ideal, justamente pela dificuldade/impossibilidade de falar da realidade em si, o objeto adquire esta característica ideal na fenomenologia. Não significa, porém, que sendo ideal não faça parte do mundo e pare em um mundo à parte, mas o objeto é ideal à medida que não tem consistência que me permita afirmar que o meu conjunto de significações é mais verdadeiro por se referir a um determinado objeto que está “lá fora”.

Nesta correlação do sujeito com o objeto – da consciência com o mundo -, Husserl denominará como *noese* o próprio ato de vivência e como *noema*³⁷ o significado³⁸ do objeto-percebido intencionalmente. Assim, a noção de objeto está relacionada com a noção de noema que é exatamente este objeto no sentido ideal, passível de várias determinações, várias definições possíveis. “A esse respeito, Husserl dirá de maneira surpreendente: ao contrário da árvore, o noema da árvore não queima.” (DEPRAZ, 2007, p.35).

Graças a seus momentos noéticos, todo vivido intencional é justamente vivido noético; é da essência dele guardar em si algo como um “sentido” e, eventualmente, um sentido múltiplo, é de sua essência efetuar, com base nessas doações de sentido e junto com elas, outras operações que se tornam justamente “plenas de sentido” por intermédio delas. (HUSSERL, 2006, p.203).

2.1.3 A vivência

Tendo em vista a definição de conhecimento analisada anteriormente no método de Husserl, onde para se atingir tal meta é necessária a ação de um sujeito direcionada a um determinado objeto que a partir desta atitude passa a ser objeto intencionado na consciência, ou seja, o sujeito conferindo sentido ao

³⁷ “A percepção, por exemplo, tem o seu noema, tem, no nível mais baixo, o seu sentido perceptivo, isto é, o *percebido como tal*.” (HUSSERL, 2006, p.204).

³⁸ “Desde então, se as significações da linguagem são idealidades que nunca podem ser vistas como partes reais dos atos, essa mesma idealidade pertence às significações *nos* noemas, enquanto estes são habitados por tais componentes ideais.” (MOURA, 2006, p.46).

objeto, é preciso esclarecer o conceito de vivência intencional³⁹ neste processo de redução fenomenológica.

As vivências intencionais têm como traço peculiar referirem-se de vários modos a objetos representados. Esse é precisamente o sentido da intenção. Um objeto é nelas “visado” é “tido em vista”, e isso certamente segundo o modo de representação ou, ao mesmo tempo, segundo o modo do julgar etc. (HUSSERL, 2007, p. 320).

Husserl que possui formação inicial em matemática irá buscar na filosofia e na psicologia a base para a construção de seu método fenomenológico, o que será posteriormente denominado “psicologia fenomenológica”. Assim, Husserl fundamenta seu método a partir de uma “psicologia descritiva das vivências” em oposição às categorias lógicas, o logicismo, e à ênfase apenas nos processos psíquicos, o psicologismo. “No fundo, é em torno à noção de “vivência” (Erlebnis) que se cristaliza a originalidade do projeto Husserliano.” (DEPRAZ, 2007, p.21).

Dando sentido a minha percepção deste livro que está á minha frente, descubro-lhe a vivência, isto é, aquilo que ele representa para mim em um plano cognitivo e emocional; dessa forma faço surgir uma relação-a-si; diante de todos esses encontros factuais se aloja a sua essência, ou ainda sua qualidade única de verdade: eu libero a intimidade do universal. (DEPRAZ, 2007, p. 38).

Vale ressaltar que esta “psicologia descritiva das vivências” pressupõe o ato do sujeito de descrever a sua experiência individual com um dado objeto ou, para utilizar a expressão de Husserl: “descrever a percepção em enfoque noemático.” (HUSSERL, 2006, p.205). Esta ação de acordo com Husserl deve ser o mais completa possível, porém, uma descrição sem nenhum tipo de contaminação, o que poderia ser denominada “pura”, não é um processo viável de ser realizado. Pois a partir do momento que o sujeito está direcionado para um objeto, a consciência atua de forma a descrever este objeto, tecendo os aspectos da sua experiência situada no tempo e no espaço ao mesmo tempo que adiciona suas impressões anteriores relativas às recordações, sentimentos

³⁹ “O adjetivo determinativo intencional nomeia o caráter essencial comum da classe de vivências a delimitar, a propriedade da intenção, que se refere a algo segundo o modo da representação ou segundo algum outro modo análogo.” (HUSSERL, 2007, p. 325).

e memórias que podem ser inclusive de uma experiência não vivida por este sujeito.

O objeto é dado através da vivência⁴⁰ na consciência do sujeito, podendo ser considerada, neste sentido, um ato da consciência. É a vivência que possibilita ao sujeito significar o objeto visado em sua consciência a partir da percepção. Pode-se considerar, portanto, a vivência como sendo um ato psíquico, referente ao ser humano, que inclui tanto a percepção e a reflexão sobre o objeto, assim como a imaginação e as lembranças/recordações, sendo que estas últimas possuem modos de intencionalidade própria, ou seja, são elas mesmas vivências.

Por conseguinte, para apreender intuitivamente uma essência ela mesma e de modo originário, podemos partir das intuições empíricas correspondentes, mas igualmente também de intuições não-empíricas. Que não apreendem um existente ou, melhor ainda de intuições “meramente imaginárias.” (HUSSERL, 2006, p.38).

Assim, pode-se afirmar que as vivências estão em movimento a partir do momento que ao acrescentar um fator a uma percepção de um objeto, conseqüentemente a vivência do mesmo se altera. Ressalta aqui a subjetividade do ser, enfatizando o processo de vivência como fator importante para o conhecimento não somente da sua relação com os objetos, mas também da relação com o outro e consigo mesmo.

Esta relação pressupõe que em cada vivência que temos de um mesmo objeto⁴¹, este apresentará múltiplos sentidos a cada vez que o sujeito se direcionar a este objeto, porém este se apresenta em todas as vezes como unidade a partir da ligação de uma vivência com a outra numa sequência contínua formando uma síntese do objeto na consciência. A partir dessa

⁴⁰ “Para Husserl, ao contrário, não atingimos a generalidade de uma vivência ou de uma categoria pela generalização do fato, mas estabelecendo, desde o começo, uma estrutura apriorística e ideal da experiência. Daí sua compreensão da fenomenologia como idealismo.” (DEPRAZ, 2007, p.16).

⁴¹ “Na realidade, a árvore percebida não existe senão enquanto percebida, isto é, como pólo sintético dessa atividade perceptiva cuja estrutura isolamos. A árvore não é outra coisa senão a unidade ideal de todos esses “momentos sensíveis” que são o rugo-so, o pardo, o verde, todos esses “esboços” que se modificam à medida que me aproximo da árvore ou ando em volta dela, que se encadeiam e convergem na certeza que aí no jardim há uma árvore.” (DARTIGUES, 1973, 23-24).

síntese é formada a identidade do objeto, ou seja, a cada fase de vivência deste objeto-visado na consciência são sintetizados seus múltiplos aspectos – que pode ser cor, textura, som entre outros – apresentados, dando origem a sua identidade.

Referida à vivência da consciência, inconcebível sem essa vivência, a questão de seu ser não pode mais se dissociar da questão da origem do sentido que se enraiza na vivência de consciência, na qual encontramos então, segundo a fórmula que Husserl retoma de Empédocles, os rhizomatapanton, as raízes de todas as coisas. (DARTIGUES, 1973, p.22).

Tendo em vista a exposição da fenomenologia e seus princípios fundamentais, assim como os conceitos principais que norteiam este método, mostra-se necessário apresentar a possível relação entre a paisagem, objeto de estudo da presente pesquisa, e o método fenomenológico a fim de demonstrar os prováveis pontos de tangenciamento desta relação.

2.1.4 A matriz fenomenológica e a paisagem⁴²

A fenomenologia parte do princípio que o sujeito e o objeto não podem ser dissociados, ou seja, a relação entre o homem e sua paisagem não pode ser abordada de forma independente. Ao trabalhar conjuntamente esta relação sujeito-objeto, estará trabalhando também a concretude do fenômeno, a sua realidade. Este fenômeno ocorre por intermédio dos sentidos, da percepção e também pela experiência prévia do sujeito, pois está sempre imbuído de sua essência, tornando-se possível nomeá-lo, identifica-lo. Portanto, “através de um fato é sempre visado um sentido.” (DARTIGUES, 1973, p.22).

⁴² Reconhece-se a dificuldade de realização deste trânsito de uma teoria, um método que é descritivo analítico para uma possível aplicação prática que escape provavelmente a uma certa precisão conceitual que na filosofia pretende-se resguardar. Para tanto, a eleição de conceitos-chaves para a fenomenologia possibilitaram vislumbrar a relação deste método com a paisagem, não no sentido estrito da aplicação, mas como base conceitual que permitirá compreender a essência da paisagem, ultrapassando os métodos até hoje utilizados sobre este tema.

Vale ressaltar que a essência da paisagem tratada nesta pesquisa não deve ser entendida como se uma determinada paisagem tivesse apenas uma única essência, mas compreendida através de seus significados primordiais para aqueles que a experienciam.

A paisagem, entendida como fenômeno cultural e não natural⁴³, deve, portanto, ser compreendida, considerando esta atitude dentro da fenomenologia⁴⁴, a partir deste método filosófico. Nesta perspectiva, a compreensão dos objetos a partir da consciência do ser será uma das bases fundamentais da fenomenologia, demonstrando a necessidade de se focar na relação sujeito-objeto e não em cada um de maneira individual e independente. Conhecer fenomenologicamente a paisagem implica concebê-la não como abstrata, objetiva, neutra, independente dos elementos que com ela se relacionam, mas como experiência dada através dos sentidos: como vivida. “Construídas a partir do corpo, tais oposições⁴⁵ são portadoras de significações que ressoam em todos os registros da experiência humana, e que fazem da paisagem um espelho da afetividade do sujeito.” (COLLOT, 2012, p.22).

A leitura da paisagem passa, portanto, pela compreensão da intenção para a qual foi constituída⁴⁶ ou está sendo constituída⁴⁷, demonstrando assim a importância de se elaborar tal investigação tendo como foco não somente o objeto material, como observa-se em grande parte das pesquisas empreendidas principalmente pelos órgãos de preservação, mas também incluindo a consciência, o sujeito e sua relação com o meio, que torna possível a existência da paisagem e a impregnação de significado. “A paisagem é definida do ponto de vista a partir do qual ela é examinada: quer dizer, supõe-se como condição mesma de sua existência a atividade constituinte de um sujeito.” (COLLOT, 2012, p.13).

⁴³ “Se um fato humano, seja ele individual ou coletivo, comporta sempre uma dimensão vivida, ele se distingue *por essência* de um fenômeno natural puramente objetivo.” (DARTIGUES, 1973, p.61).

⁴⁴ A fenomenologia foi considerada por diversas vezes, inclusive por seu principal precursor – Husserl – como a ciência da essência do conhecimento, como um caminho ou método para a crítica da ciência do conhecimento.

⁴⁵ “O corpo torna-se o eixo de uma verdadeira organização semântica do espaço que repousa sobre oposições, tais como: alto-baixo, direita-esquerda, frente-trás, próximo-distante.” (COLLOT, 2012, p.21).

⁴⁶ A utilização da palavra “constituição” e não da palavra “construção” se baseia na crítica de Husserl ao movimento construtivista do conhecimento. “Diremos, pois, que o mundo é “constituído” no ego transcendental desde quando seu sentido me é dado enquanto tal. Também a constituição dos objetos e do mundo por mim mesmo é a atividade correlativa da atividade da redução, pela qual alcanço positivamente uma visão transformadora da realidade externa existente em si em sentido dado a mim mesmo.” (DEPRAZ, 2007, p.40).

⁴⁷ O conceito de paisagem será explorado mais adiante na tese, mas a característica de dinamismo da mesma deve ser ressaltada quando se trata da sua compreensão.

Deve-se enfatizar a importância do sujeito nesta relação e como a experiência⁴⁸ influi na compreensão dos objetos, no caso desta tese, na compreensão da paisagem, pois “a experiência que temos das coisas interfere na compreensão que fazemos delas.” (CARSALADE, 2007, p.57). Assim, o sujeito é constituído a partir de sua história, que inclui a experiência vivida de fenômenos em várias épocas diferentes ao longo de sua vida. Esta “bagagem” formada por associações perceptivas e de alguns costumes específicos, influencia na leitura que se faz dos objetos que estão ao redor, sendo necessário compreender na relação sujeito-objeto quem é este sujeito⁴⁹ “(...) a vida psíquica antecede e excede a reflexão consciente, ela comporta formações antigas que lhe escapam e determinam sua visada antes que ela tenha podido esclarecê-las refletindo-as.” (DARTIGUES, 1973, p. 53).

Ao considerar a paisagem como fenômeno, entende-se ainda que esta só terá sentido através da vivência, ou seja, para sua compreensão é necessário que o sujeito se lance a esta, no sentido de abertura⁵⁰ de sua consciência para a experiência do objeto. O que sustenta a relação sujeito-objeto é justamente a experiência do fenômeno, daí a importância da percepção nesta relação. “A coisa só faz parte do mundo quando eu a percebo.” (CARSALADE, 2007, p.35). Esta abertura pode ocorrer não só através da percepção, mas também de outros modos, como a lembrança⁵¹, a imaginação, a sensação, a idealização de um objeto, entre outros.

Percebe-se, portanto, a impossibilidade de compreender a paisagem⁵² sem considerar a relação existente entre o sujeito e o objeto. Pode-se questionar a

⁴⁸ “(...) a experiência do experimentalista, que melhor se chamaria experimentação, é uma *experiência sobre* o fenômeno. Ao contrário, a experiência do fenomenólogo é uma *experiência do* fenômeno.” (DARTIGUES, 1973, p.40).

⁴⁹ “(...) a unidade do eu não é a do instante pontual, mas a de toda a sua história (...).” (DARTIGUES, 1973, p. 55).

⁵⁰ “Essa abertura é concebida por Husserl como um raio (*Strahl*) que parte do lado-sujeito da consciência para se dirigir para seu lado-objeto, com o risco aliás de não ser “preenchido”, de só atingir o vazio, caso, por exemplo, a árvore que eu esperava perceber tenha desaparecido.” (DARTIGUES, 1973, p. 29).

⁵¹ “Merleau-Ponty reforça a importância da memória na compreensão do mundo e das coisas, a partir do reconhecimento das experiências pessoais anteriores. Não é a percepção que cria lacunas nas quais se imiscui a memória, mas é a memória que faz parte do próprio processo perceptivo, assim como as próprias intenções do momento.” (CARSALADE, 2007, p.57).

⁵² “A paisagem, assim como o lugar e a região, é um destes termos que permitem a geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia.

objetividade desta análise, uma vez que a razão cartesiana se baseia em análises quantitativas, valorizando as disciplinas da matemática e da física, como dito anteriormente. Porém, “para a fenomenologia a razão objetiva se refere a existência humana, independentemente de que possa ser expressa em categorias de quantidade.” (HOLZER, 1997, p.78).

A filosofia cartesiana, segundo a fenomenologia, provoca a matematização da natureza, iniciada por Galileu, e a ruptura entre o mundo da ciência e o mundo da vida. O projeto da fenomenologia é de reaproximar as ciências de nossas vidas, ações e projetos, a partir das experiências ante-predicativas (anteriores aos conceitos e aos juízos) relativas à percepção do mundo e de seus objetos enquanto fundamentos dos conceitos. (HOLZER, 1997, p.78).

Além de considerar a importância da vivência intencional para o conhecimento da paisagem, esta antes de ser fenômeno se mostra como objeto. A noção de objeto está relacionada com a de noema que é exatamente este objeto no sentido ideal, sendo assim a proposta de estudo da paisagem nesta pesquisa a considerará como noema. Pois a paisagem envolve uma complexidade muito maior do que a vaga noção de que a maioria das pessoas possui do termo. Mas justamente porque a ideia de paisagem não se reduz a nenhuma dessas possibilidades de definição que esta deverá ser tratada como objeto ideal, ou seja, como um noema. Somente a partir desta consideração pode-se investigar a paisagem como passível de várias determinações, várias definições possíveis.

A paisagem se torna esse objeto ideal no sentido de noema, porque a cada momento, em cada relação com o noesis é que ela vai adquirir uma especificidade. Então, a partir do momento que o sujeito se volta a esta paisagem - que não tem substancialidade - somente a partir deste ato as significações são dadas e este objeto será percebido de maneira ideal. Através de cada perspectiva em que este objeto é visado, ele adquirirá significações diversas a partir de atos específicos que lhe conferem sentido. Estes atos podem ser diversos, tais como: julgamento, percepção, rememoração,

Ela nos remete para o “mundo” que, como coloca TUAN (1965) é um campo que se estrutura na relação do eu com o outro, o reino onde ocorre a nossa história, onde encontramos as coisas, os outros e nós mesmos.” (HOLZER, 1997, p.81-82).

fantasiada, entre outros, possibilitando assim, a análise das intenções de significações díspares de uma mesma paisagem. “Eis por que a fenomenologia, em vez de ser contemplação de um universo estático de essências eternas, vai se tornar a análise do dinamismo do espírito que dá aos objetos do mundo seu sentido.” (DARTIGUES, 1973, p.25).

Tendo em vista a demonstração anterior dos pontos de aproximação entre a paisagem e a fenomenologia, atesta-se, portanto, que a paisagem na tese não será tratada como um simples objeto, e sim como noema que possibilitará abarcar toda a sua complexidade, considerando as alternativas de visadas deste objeto. Analisando fenomenologicamente a paisagem com base na apropriação dos conceitos de intencionalidade, vivência e objeto, como demonstrado anteriormente, pretende-se abrir um novo campo de investigação, um novo olhar, problematizando a noção de paisagem, tendo em vista a busca pelo conhecimento descritivo da essência de seu significado⁵³.

Após esta explanação geral sobre a matriz fenomenológica e a possibilidade de apropriação de seus conceitos à paisagem, torna-se necessário explorar mais alguns eixos teóricos de abordagem sobre o tema deste capítulo, a saber, “A existência e a paisagem” e a “Estética: da arte, da natureza e da paisagem”, para posteriormente, no capítulo seguinte, investigar especificamente o conceito do objeto de estudo em si: a paisagem.

2.2 A existência e a paisagem

E por não ser a visão da paisagem apenas estética, mas também lírica, é que o homem investe, em sua relação com o espaço, nas grandes direções significativas de sua existência. A busca ou a escolha de paisagens privilegiadas são uma forma de procurar o eu. (COLLOT, 2012, p.22).

Simmel⁵⁴ (2009), em “A filosofia da paisagem” reforça a ideia da paisagem como um recorte, a partir do momento em que estabelece uma diferenciação

⁵³ Neste caso, do significado da paisagem de Catas Altas.

⁵⁴ “A pergunta pela origem da paisagem, melhor dizendo, da visão do mundo enquanto paisagem, só se coloca à filosofia no início do século XX. Coube a Georg Simmel, cumprir esta

entre os conceitos de natureza⁵⁵ e de paisagem, sendo a primeira referente a totalidade, a unidade do espaço que contém os objetos e podem ser contempladas. Uma coleção de objetos em um determinado espaço não é o suficiente para classificá-lo como paisagem. Para tanto, é necessário justamente o oposto, ou seja, a demarcação, o recorte de observação para iniciar o processo de constituição intencional que é a paisagem, sendo fundamental a participação do ser neste processo. “Ver como paisagem uma parcela de chão com o que ele comporta significa então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito de natureza.” (SIMMEL, 2009, p.6).

A partir do olhar do ser, a natureza é porcionada, individualizada para se tornar paisagem. Através deste ato, denominado por Simmel (2009) como “espiritual” é que dá-se início a ideia de paisagem, transforma-se a natureza, coleção de fenômenos, em paisagem. Porém, é necessário ainda, para se tornar paisagem, que esses objetos sejam reunidos dentro de um significado, como a metáfora de Simmel (2009) na qual vários livros colocados ao lado de outros ainda não podem ser considerados uma biblioteca.

A existência do homem era, então, baseada inicialmente nesta ideia de unidade da natureza. Posteriormente, será possível atingir a separação e individualização desta natureza em partes distintas da existência do ser, sendo para isso necessário um distanciamento dos dogmas da antiguidade que valorizam a natureza como um Uno divino, para se alcançar o sentimento de paisagem. Em função desta origem da paisagem, advém a sempre contraditória ideia de tratar a natureza como sinônimo de paisagem e vice-versa⁵⁶.

função inaugural no ensaio “Filosofia da Paisagem”, de 1913, ao descrevê-la como categoria do pensamento e fazendo-a derivar, não de uma região espacial determinada, mas da categoria englobante de Natureza.” (SERRÃO, 2013, p.16).

⁵⁵ “Um pedaço de natureza” é, em rigor, uma contradição em si; a natureza não tem frações; é unidade de um todo, e no momento em que dela algo se aparta deixará inteiramente de ser natureza, porque ele só pode existir justamente no seio dessa unidade sem fronteiras, só pode existir como uma onda da torrente conjunta que é a ‘natureza’.” (SIMMEL, 2009, p.6).

⁵⁶ Outra questão que reforça esta ideia remete aos primórdios do renascimento, onde a paisagem eternizada pelos pintores da época estava constantemente ligada a ideia da representação da natureza.

Mas não se há de negar que a “paisagem” só surge quando a vida pulsando na intuição e no sentimento é em geral arrancada à unicidade da natureza e o produto particular assim criado, transferido para um estrato inteiramente novo, se reabre então, por assim dizer, de per si à vida universal, acolhendo o ilimitado nos seus limites inviolados. (SIMMEL, 2009, p.8).

Além desta ligação da origem da paisagem com a existência do ser, nota-se, de forma mais simplificada que a partir do momento que a fenomenologia se mostra, de forma resumida, como o estudo do fenômeno, pode-se considerar a sua ligação com a existência do ser através do entendimento que a existência⁵⁷ é um fato. Ao investigar as essências dos fenômenos, a fenomenologia parte da vivência do ser-no-mundo, o que será considerado como base, “a uma reflexão sobre a existência inerente à vivência – pois viver é existir -, existência inerente a toda reflexão.” (DARTIGUES, 1973, p.91).

Esta (fenomenologia) não estuda os objetos que o especialista das outras ciências considera, mas o sistema total dos atos possíveis da consciência, das aparições possíveis, das significações que se relacionam precisamente com esses objetos. (DARTIGUES, 1973, p.71).

Neste sistema formado pela relação do sujeito com o objeto vale ressaltar que a paisagem é uma experiência do espaço e este fato está relacionado com a maneira como o ser-no-mundo se apresenta, ou seja, a forma como o homem estabelece sua existência no mundo. Portanto, a existência do ser está baseada nesta relação sujeito-objeto, não sendo possível realizar a leitura da paisagem, considerando-a como a concretização do espaço existencial do ser, dissociando o homem do seu ambiente. “A nossa maneira de ser no mundo conota fortemente a nossa relação com as coisas e traz implicações na maneira como compreendamos a obra de Arquitetura.⁵⁸” (CARSALADE, 2007, p. 42).

⁵⁷“Por existência, cumpre compreender esta emergência ao Ser que o homem descobre antes de toda definição de si próprio, antes de todo pensamento e antes de toda linguagem, a interrogação que o homem traz em si antes de formulá-la porque ele é essa interrogação.” (DARTIGUES, 1973, p.124-125).

⁵⁸ Transpondo para o objeto desta tese, entende-se “a compreensão da obra de arquitetura” como a compreensão da paisagem, tema este que será abordado especificamente na próxima seção.

A relação existencial entre sujeito-objeto a partir da vivência permite que o primeiro crie vínculos \ “raízes” afetivas com um determinado lugar. A partir deste momento, pode-se dizer que aquele espaço se tornou um “lugar existencial”, como dito anteriormente. Esta ideia está baseada nos elementos de orientação e identidade, explorados por Norberg-Schulz (1975), e que possibilitam compreender o interesse do homem pelo espaço em termos existenciais, pois este necessita estabelecer estas duas relações – de orientação e de identidade – no intuito de nutrir o espaço de significado e ordena-lo dentro de um mundo repleto de eventos. Esta relação existencial do homem com o espaço é fundamental e vital para o mesmo, devendo-se, portanto, considerar o significado estabelecido por esta relação, sem o qual não será possível compreender determinada paisagem sob pena de “esvaziar” o seu sentido.

Para que possamos efetivamente entender o sentido que as coisas estabelecem, devemos nos valer dos métodos interpretativos. Essa necessidade ainda se torna mais premente, pois a compreensão do patrimônio depende da interpretação que dele fazemos, sobre a qual pesa a distância do tempo e a força da tradição. (CARSALADE, 2007, p.59).

A necessidade de dar significado as coisas do mundo é inerente a esta relação sujeito-objeto. A partir do momento que o homem se vê “lançado” ao mundo, ele busca estabelecer referências, com base nas quais ele possa se orientar no espaço. Estas referências estão relacionadas com o espaço e o tempo, assim como às questões de orientação e identificação, que possibilitarão ao homem dar sentido⁵⁹ a sua existência no mundo.

“O fato de “estar situado” cria uma relação especial com o espaço, na medida em que essa condição pressupõe a criação de laços com o “lugar” onde se coloca - e aí ultrapassamos a ideia do espaço perceptivo em direção à ideia do espaço existencial.” (CARSALADE, 2007, p.39). O estabelecimento desta identidade com o local através dos significados possibilita a estipulação de marcos que irão caracterizar o lugar. A paisagem pode atuar como um marco,

⁵⁹ “Se são as relações vitais do homem com o lugar que lhe conferem sentido e ordem, é importante que o patrimônio se lhe apresente sempre preñado de significado, sob pena de nada dizer. O esvaziamento de sentido que ocorre quando se impõe uma versão “oficial” ou um uso meramente comercial é um problema crucial que os bens do patrimônio coletivo têm de enfrentar e recuperar.” (CARSALADE, 2007, p.39).

ou uma multiplicidade destes, uma referência dentro do espaço existencial do homem, contribuindo para que o mesmo possa se identificar com este lugar e conseqüentemente estabelecer as suas diretrizes existenciais no fato de estar-no-mundo.

Esta experiência existencial não ocorre, apenas, de forma individual, “como seres-no-mundo, estamos abertos a outros seres a partir de nossos reflexos, sensações e percepções.” (CARSALADE, 2007, p.36). Considerando-se a paisagem como o fenômeno de uma construção coletiva, esta seria formada pela influência da somatória das experiências⁶⁰ destes seres-no-mundo.

A paisagem é uma interface entre espaço objetivo e subjetivo: sua percepção põe em jogo, ao mesmo tempo, o reconhecimento de propriedades objetivas e a projeção de significações subjetivas. Mas é também um lugar de troca entre espaço pessoal e coletivo: o indivíduo sente-se em sua própria casa na paisagem, ainda que o aqui pertença a todo o mundo. Ao mesmo tempo lugar público e privado, a paisagem tem sua significação modelada tanto pela memória coletiva quanto pela iniciativa individual. (COLLOT, 2012, p.28).

A paisagem não é um elemento estático, pronto e acabado para que o homem possa estabelecer seu significado e conseqüentemente seu espaço existencial tendo este elemento como referência, possuindo apenas um sentido eterno. O seu dinamismo requer um constante “lançar” do homem a este objeto, o que possibilita realizar novas significações, novas re-interpretações ao longo do tempo.

Assim, a paisagem se apresenta como expressão direta da existência humana no mundo, é o reflexo de sua presença, sendo que sua principal característica não é necessariamente a expressão da realidade que nos transmite, mas a capacidade de tocar a percepção humana em todos os sentidos, despertando sensações múltiplas, o que possibilita, conseqüentemente, a atribuição de significados diversos. A paisagem não é apenas o que vemos, mas também o que sentimos, como uma espécie de espelho da alma, tendo em vista esta

⁶⁰ “O mundo receberá, pois, seu sentido, não de um eu único que traria em si todas as luzes da razão, mas da pluralidade das consciências, através do encontro e dos intercâmbios das quais o mundo acede à objetividade como sendo o mesmo mundo do qual todas as consciências participam.” (DARTIGUES, 1973, p.63).

dimensão espiritual e simbólica, a paisagem é responsável pelo sentido da existência do homem no mundo.

2.3 A estética: da arte, da natureza e da paisagem

A estética nos eleva a uma experiência singular de conhecimento da realidade, nos remetendo a uma análise ímpar do ser humano frente à natureza do real. É uma reflexão, elege e submete toda realidade à autonomia da razão, configurando assim, um mundo pluralístico de sentidos, haja vista que o mundo humano é constituído pela ideia de sentido, tudo o que nele há se mostra, e ao aparecer, impressiona nossa percepção em sua vasta amplitude fenomênica. (SALGADO; MIRANDA, 20-], p. 4).

A estética⁶¹ nasce ancorada nas artes com os primeiros teóricos gregos, como Platão e Aristóteles⁶², e somente no século XVIII, principalmente a partir da obra de Kant, a estética irá configurar-se como disciplina independente no campo da filosofia, sendo estendida não somente para a compreensão da arte, mas também para a natureza. Apesar da estética neste período já estar associada aos fenômenos da natureza, seguiram-se praticamente dois séculos seguintes de discussão sobre a temática da estética restrita ao campo das artes.

É notável, atualmente, um retorno a questão da natureza⁶³ dentro do pensamento estético, podendo este fato ser diretamente relacionado com a crise ambiental e ecológica pelo qual o mundo está passando, obrigando os estudiosos e a população a olhar novamente para a natureza através de uma visão crítica e avaliativa dos danos causados. Esta avaliação se estende para a

⁶¹ “Entre as áreas da filosofia, a estética foi certamente a que mais valorizou a paisagem como espaço de inspiração e contemplação, nela colhendo em primeira mão a presença do belo e do sublime.” (SERRÃO, 2013, p.22).

⁶² Vale ressaltar que nas reflexões de Aristóteles sobre a estética da arte predominam aspectos como ordem, simetria, limite e proporção, pois para este filósofo a arte é uma criação humana e conseqüentemente o belo é inerente ao homem. Posteriormente estes requisitos do belo seriam utilizados também por São Tomás de Aquino, que acrescentaria a ligação da beleza com o bem, ou seja, com Deus.

⁶³ “Deve, no entanto, salientar-se que a paisagem não se confunde com a “natureza” ou o “ambiente”, ainda que encontre na natureza as suas condições de possibilidade. Paisagem é natureza transformada, como dizia Rosario Assunto; e mais, é um cunho estratificado e complexo do diálogo de uma comunidade, de uma forma cultural, com uma natureza que se dá localmente, ou seja, com traços específicos, peculiares e diferenciados: é a expressão cultural e histórica da interação (que é também concepção, percepção, valor sociocultural) com as possibilidades (ambientais, econômicas e expressivas) que a natureza oferece em lugares determinados.” (BONESIO, 2012, p.205).

relação do homem com a natureza, passando por questões éticas e também estéticas. “O plural reconhecimento da dimensão estética da natureza constitui assim um ingrediente importante do projeto de uma nova filosofia da natureza.” (SERRÃO, 2012, p.74).

A imagem da harmonia ou, pelo contrário, da ruptura, entre o físico e o espiritual, a passagem do hipotético “sem a natureza morreríamos” á certeza de que “sem a natureza morreremos” remata a estética da paisagem numa metafísica: o encontro com a natureza como fundamento da existência. (SERRÃO, 2013, p.30).

Como a origem da discussão sobre a questão estética ocorre nas artes⁶⁴, onde as obras de arte passam a ser analisadas segundo este critério, a transposição deste conceito para a natureza⁶⁵ e posteriormente para a paisagem requer uma atenção quanto aos parâmetros de percepção a serem utilizados. Com relação à obra de arte, a visão é a principal sensação levada em consideração quando de sua análise. Em se tratando da natureza e da paisagem é necessária uma percepção multissensorial como forma de apreensão do seu significado.

Temos não só um envolvimento mútuo de espectador e objeto, mas também um efeito reflexivo pelo qual o espectador se experimenta a si mesmo de uma maneira incomum e vívida; e esta diferença não é simplesmente notada, mas esteticamente vivida. O efeito não é desconhecido na arte, principalmente na arquitetura. Mas é tanto mais intensamente compreendido quanto penetrante na experiência da natureza, pois estamos na natureza e somos parte da natureza; não estamos diante dela como estamos diante de uma pintura colocada na parede. (HEPBURN, 2013, p. 234).

Além disso, a experiência estética⁶⁶ da obra de arte sugere uma certa delimitação, ou até mesmo um enquadramento da obra de arte, seja uma pintura, uma escultura, entre outras formas de arte. Isso sugere um certo descolamento do entorno e um foco determinado na compreensão estética do

⁶⁴ “Entre a obra de arte e o ser natural existe uma radical diferença de essência: a que separa, de um lado, um mundo de obras nossas, do outro, não um objeto qualquer, mas o fundamento originário da própria vida.” (SERRÃO, 2005, p. 4).

⁶⁵ “Uma beleza da natureza é uma coisa bela; a beleza da arte uma representação bela de uma coisa.” (SERRÃO, 2012, p.325).

⁶⁶ “O sentimento estético é a manifestação da condição simultaneamente animal (sensível) e espiritual do homem, é a incontornável experiência da finitude e da contingência.” (SANTOS, 2012, p.89).

objeto que se apresenta, provocando a leitura de suas qualidades de beleza. Já a natureza, e até mesmo a paisagem, são despidas de limitador, incluindo assim qualquer tipo de objeto que possa interferir na percepção estética do lugar, como um som inesperado que poderá alterar esta experiência, possibilitando uma multiplicidade de percepções imprevisíveis. “Em termos positivos, este caráter provisório e esquivo das qualidades estéticas da natureza cria um desassossego, um estado de alerta, uma busca por pontos de vista sempre novos e por contextos mais abrangentes.” (HEPBURN, 2013, p. 237).

A questão estética sugere uma ação contemplativa de um determinado objeto tendo como foco a apreensão de suas qualidades. Porém, ao longo do tempo, a estética foi analisada por filósofos que apresentaram visões diferentes ao refletirem sobre este tema.

A tradição clássica sobre a estética tem seu fundamento principalmente nos estudos de Kant e Hegel. A estética de Kant apresentará um domínio da beleza da natureza, do sublime da natureza sobre a beleza da obra de arte sobrepondo o natural ao artístico. A abordagem da concepção da natureza de Kant será oposta também às ideias científicas modernas a respeito deste tema, pois a natureza para eles será vista como um objeto mecânico, compreendida através das leis da geometria, sendo, portanto, passível de reprodução. Nesta mesma linha de pensamento, Deus é visto como um mecânico ou um engenheiro, que criou o mundo não através de sua inspiração como um artista, mas sim com base em razões da geometria. Para a ciência moderna, a estética é uma dimensão que não cabe a natureza, sua característica de subjetividade não permite aplicá-la a um mecanismo objetivo como a natureza.

Assim, como uma reação a esta ideia mecanicista do mundo pelos modernos, surgirá uma retomada da dimensão estética da natureza ao longo do século XVIII, ou seja, ocorrerá uma superação dessa visão moderna da natureza ao introduzir a dimensão estética, o belo, vinculado ao tema da natureza. A visão de mera posse e utilidade das coisas pelos burgueses da época será substituída pela ideia de uma atitude e posteriormente de um juízo

desinteressado, contemplativo ou liberto⁶⁷ pela natureza. Neste novo panorama a natureza deixa de ser objeto de manipulação do homem dentro de um universo de ordem e regras dominado pelo antropocentrismo e passa a ser vista através de um viés de sentimento estético, algo que toca a sensibilidade humana. É a estética, principalmente quando referida à natureza, que “liberta” o homem das amarras do racionalismo exacerbado, e mostra a este homem as possibilidades de enxergar e perceber além de seu mundo matemático, se deparando com objetos e atitudes inúteis, desmedidas, e até mesmo sublime, por exemplo.

Na vivência estética, a natureza não surge como simples objeto, como mero obstáculo, como resistência, mas como dom, como graça, como favor. O manto da beleza com que a natureza se adorna e se oferece em espetáculo ao homem, a exuberância com que ela monta o seu teatro de maravilhas não traz a marca da necessidade, mas da gratuidade. A natureza revela-se pródiga de formas antes que o entendimento sobre ela aplique a sua legislação informadora. O sentimento estético não está, pois, só para além da explicação científica, mas está também antes dela e de um modo muito mais originário. (SANTOS, 2012, 90).

Porém, Kant compartilha estas ideias com os pensadores modernos a partir do momento que concorda com seus predecessores que o sentimento estético está relacionado exclusivamente com o espírito humano, que a beleza é uma qualidade percebida apenas pelos homens.

(...) no caso de Kant, em cuja filosofia se leva a efeito a ultrapassagem da concepção mecanicista da natureza, proposta pela ciência e filosofia dos modernos e se alcança uma visão mais alargada e pregnante da natureza como organismo e sistema de fins, pensada por analogia com a arte. (SANTOS, 2012, p.80).

Para Kant, a contemplação da beleza da natureza está relacionada com a estética do sublime⁶⁸ em função da incapacidade do homem de compreender a

⁶⁷ “Assim nasce a ideia do juízo estético como um juízo liberto de qualquer interesse – como um juízo desinteressado – ao qual só têm acesso certas almas nobres, libertas dos sentimentos vulgares ou grosseiros que são proporcionados exclusivamente pela posse e gozo dos objetos.” (SERRÃO, 2012, p.83).

⁶⁸ “(...) a capacidade de o mundo natural actuar numa escala de tal modo monumental que excede as nossas capacidades de enquadramento e controlo, e produz em vez destes sentimentos de magnitude avassaladora e de respeito.” (BERLEANT, 2013a, p.290).

sua magnitude. A abordagem da natureza através da estética para o autor se relaciona ainda através de uma postura ética e moral⁶⁹ do homem a partir do momento que pressupõe que a relação entre o homem e a natureza não é de utilidade e sim de respeito. O juízo de valor para o belo é aquele que agrada de forma universal, ou seja, o prazer estético é universal, sendo que a sensação de satisfação só é estética, segundo Kant, quando ocorre de forma desinteressada⁷⁰ e sem objetivo.

Já Hegel tem como foco a beleza da obra de arte, ou seja, a criação humana, tendo sua primazia claramente afirmada sobre qualquer aspecto relacionado ao belo da natureza, pois para o autor, “o belo da natureza só tem significado como reflexo do belo artístico, pois só o espírito pode criar e apreciar a beleza (...). (SANTOS, 2012, p. 75). Tudo que provém do espírito é superior a qualquer aspecto da natureza. Este fato reflete a supremacia do homem e seu espírito, e conseqüentemente da sua produção artística sobre a natureza, o que pode ter sido favorecido pelo crescimento da produção industrial que tinha a natureza apenas como fonte alimentadora de recursos para a produção em questão, um objeto a ser manuseado em função da vontade e necessidades humana. Outro fator decisivo para reforçar este ponto de vista está associado as discussões sobre o humanismo e a posição do homem no mundo, como o centro do mundo.

A partir de uma visão distinta da tradição clássica europeia, o americano Arnold Berleant iniciará sua análise apresentando o conceito de ambiente⁷¹ como um todo envolvendo tanto a paisagem como a natureza. Através deste conceito, a estética do ambiente passa a ponderar aspectos nunca antes considerados

⁶⁹ “Justifica-se, portanto, falar de uma moral do belo natural na medida em que as qualidades estéticas da natureza – reconhecidas pelo sujeito nos seus actos perceptivos – possuem um intrínseco valor ético, ao proporcionarem, como condição absoluta da existência, a única forma de atitude livre.” (SERRÃO, 2005, p.11).

⁷⁰ “É precisamente ao pôr de parte o interesse, “quer dos sentidos quer da razão, como Kant defendeu, que nos tornamos capazes de receber satisfação estética. Assumir uma atitude desinteressada liberta-nos das distrações das intenções práticas e permite-nos pensar livremente no objecto ou na representação, que podemos então considerar como belo.” (BERLEANT, 2013a, p.284).

⁷¹ “A ideia de ambiente é mais ampla também porque nos permite reconhecer uma vasta gama de valores em relação com os usos humanos. Esta amplitude de valores é significativa, pois não só expande o âmbito de apreciação da paisagem, mas permite-nos reconhecer e julgar as suas formas negativas e conduz a uma maior compreensão da sua omnipresença.” (BERLEANT, 2012, p.347).

dentro desta temática, a partir da ideia da estética do comprometimento, ou seja, o homem agora não é tocado pelo belo, pelo sublime, o ambiente automaticamente o toca, ele não tem mais descolamento do meio. Assim, o barulho, o mau cheiro, os gases, por exemplo vão condicionando a sua estética, sendo assim considerado pelo autor como um empobrecimento estético sensorio, pois o homem não está mais diante de uma atitude descompromissada, desinteressada de contemplação.

Sofremos uma distorção estética não só por drogas que são endêmicas na vida moderna, mas também por filtros sensoriais como fumos e lentes coloridas que afeta a percepção da cor (...). Sobretudo, muito habitantes das cidades, exceto os privilegiados, sofrem de privação estética devido à exposição inadequada à luz natural e ao sol, aos espaços apertados das casas e de muitos lugares públicos, devido ao ar-condicionado e re-utilizado e a outras formas de empobrecimento da sensibilidade. (BERLEANT, 2012, p.351).

O autor ainda enfatiza a superação da dicotomia entre homem e natureza, como dois objetos separados, na qual um observa o outro, a partir da ideia da envolvimento, rompendo a barreira da distância entre homem e natureza. Neste sentido o americano Arnold Berleant estabelece o que ele chama de “compromisso da sensorialidade integral”, ou seja, o homem não apenas olha para a natureza através do sentido da visão, mas ele é tocado pelo ambiente a partir de todos os seus sentidos, ou seja, uma experiência multi-sensitiva. O autor destaca ainda que esta separação homem – sujeito que contempla - e natureza – objeto contemplado à distância-, característica marcante da estética clássica, se analisada sob a ótica da ética, seria responsável pelo desrespeito do primeiro com o segundo, a partir do momento que a natureza é considerada distante do homem, apreendida apenas pela visão, e não parte integrante da sua existência.

Recusando a separação entre sujeito e objeto, Berleant reitera a tese de que o homem como ser total habita a natureza que o envolve, transformando-a e é transformado por ela. Não se pode defender, em rigor, que ele vê a natureza, uma vez que, vivendo nela, ela se torna parte integrante daquilo que ele é. (BERLEANT, 2013, p.281a).

A teoria de Berleant será de grande interesse para as pesquisas atuais uma vez que rompe definitivamente com a tradição clássica no que diz respeito a crítica realizada da estética que anteriormente era baseada na contemplação e no ato desinteressado. A partir da teoria do autor a estética passa a ser vista como uma atitude de compromisso (*engagement*) integral com as sensações, denominado pelo autor de “estética do comprometimento”. Este compromisso perpassa a questão da ética ambiental, a partir do momento que considera o homem como um ser transformador do ambiente e responsável pelas consequências de toda ação sobre o meio. O autor ressalta ainda que uma atitude desinteressada diante de uma obra de arte, como uma pintura, ocorreria facilmente se comparada à contemplação da paisagem, pois esta última está sujeita a interferências do meio que alteram a percepção do homem, pois ocorre uma participação física direta, diferentemente da arte que pode ser isolada do ambiente e do contemplador que se coloca a distância. “É muito mais difícil objetivar o ambiente do que a arte (...)” (BERLEANT, 2013a, p.287). É possível, apesar de Berleant utilizar o termo ambiente como substituto de paisagem, o que não ocorre nesta pesquisa, transpor alguns fundamentos de sua teoria para abordar a ideia da estética da paisagem a ser utilizada nesta investigação, o que será exposto a seguir.

De acordo com Paolo D’angelo (2012), a estética da paisagem⁷² estaria enfrentando uma crise principalmente em seus fundamentais campos de atuação: a geografia e a ecologia. Ampliando este entendimento, aqui nesta pesquisa para os campos da arquitetura, patrimônio e filosofia, o autor alerta que:

(...) já não temos uma reflexão que nos ajude a pensar e compreender o que se deve entender por valor estético em referência a paisagem, ainda que, como veremos, na noção de paisagem, no modo de a proteger, na necessidade de a projetar, a dimensão estética continue a ter um papel tanto mais notável quanto menos reconhecido e autorizado. (D’ANGELO, 2012, p. 333).

⁷² “Combinar paisagem e estética parecia ser, até há alguns anos, um resíduo de uma época diletante e romântica e, sobretudo, uma combinação desnecessária em face das questões mais sérias da sua proteção e conservação.” (D’ANGELO, 2013, p.419).

A dissociação entre a dimensão estética e o conceito técnico de paisagem ocorre em geral, na geografia, onde alguns autores admitem a existência do aspecto perceptível e sensível da paisagem, porém este ocorre de forma separada da paisagem dita “geográfica” - onde as características físicas do território são exaltadas - como oposição a “paisagem sensível”. Assim, o sentido estético da paisagem, comumente desvalorizado tanto nos estudos teóricos quanto na atuação prática cotidiana, tanto no campo da geografia quanto na área de patrimônio, deve ser revisto no intuito de fazer parte do cotidiano das ações sobre a paisagem, principalmente na proteção das paisagens consideradas patrimônio, como os núcleos históricos tombados pelo IEPHA/MG, objeto de estudo desta pesquisa. Assim, a redução da estética da paisagem apenas à ideia da vista ou panorama deve ser repensada⁷³ também para que a percepção da mesma ultrapasse o sentido somente da visão e se torne uma dimensão ou atributo multissensorial, característica fundamental do belo. Para tanto é necessário que a paisagem seja compreendida como objeto perceptivo coletivo, onde a fruição da paisagem será reduzida se considerada apenas pelo viés da percepção visual.

A experiência estética⁷⁴ ocorre na paisagem, no plano da relação sujeito-objeto a partir das sensações e percepções que o objeto, no caso desta pesquisa a paisagem, causa no sujeito que a contempla, seja de forma interessada ou desinteressada. Independentemente da corrente analisada, o que interessa para a pesquisa em questão é que a vivência estética permite compreender o lugar do homem no mundo e sua relação sensitiva com este lugar através da reflexão, superando a simples existência do homem e adicionando aspectos de ordem qualitativa ao estar no mundo, refletindo uma harmonia na relação sujeito-objeto. Aqui, mais uma vez fica claro que “(...) considerar os seres humanos separados do seu ambiente é tanto filosoficamente infundado como

⁷³ “(...) conferindo-lhes um desenvolvimento que recupera exatamente a linha evolutiva que começávamos a identificar: de um predomínio da noção de paisagem em sentido estético, mas na acepção redutora do panorama e da vista, passou-se a uma remoção da valência estética da paisagem, que pareceu ser inteiramente traduzível em termos de ambiente, para depois regressar, nos últimos anos, a repropor com força a noção de paisagem.” (D’ANGELO, 2012, p.337).

⁷⁴ “A paisagem, na sua dimensão estética, não é pois uma realidade independente – da percepção do sujeito – que exista *per se*, mas antes o resultado de um ato criador do espírito humano, ou seja, o valor estético da paisagem é sempre conferido (e acrescentado) pela arte e cultura humanas.” (ROGER, 2007, p.152).

cientificamente falso, e leva a consequências práticas desastrosas.” (BERLEANT, 2013, p.381b). Hoje passamos de uma experiência apenas contemplativa do mundo para uma postura ativamente participante no processo de experiência através do envolvimento com a paisagem, sendo esta experiência eminentemente estética. Vale ressaltar aqui que a experiência estética é uma experiência de caráter social a partir do momento que estabelece harmonia entre os indivíduos e, conseqüentemente, de caráter cultural, não sendo apenas individual ou simplesmente um dado subjetivo de um determinado objeto

Daí que ao experienciarmos esteticamente o ambiente estejamos comprometidos numa atividade social e não apenas pessoal, e frequentemente numa ocasião pública. A nossa sociabilidade é inerente à nossa experiência estética, seja da arte, seja do ambiente. (BERLEANT, 2013b, p. 383).

Ao introduzir a questão estética⁷⁵ nesta pesquisa deve-se ficar claro que não está se referindo ao conceito de beleza disseminado nos dias atuais, mas sim da essência do belo, ou seja, aquilo que traz ao espírito humano uma satisfação plena, que possibilita a conexão deste ser em harmonia com a paisagem/mundo.

O belo moderno, e sobretudo tardo-moderno, procede da mesma lógica da máquina e da técnica que devastaram a beleza da terra: é um belo pensado como intervenção pontual e desconexa de embelezamento, de reconstrução de *look*, quer se trate de segmentos de paisagem cultural, de roupa, de mobiliário ou de projetos urbanísticos. (BONESIO, 2013, p.469).

Ao falar da estética com relação à paisagem, necessariamente está se falando em uma atitude fenomenológica do homem perante a paisagem, ao passo que estará exercendo uma atitude psicológica, um olhar afetivo sobre esta, encontrando suas qualidades estéticas que nada mais são do que o reflexo de seus atos sobre o espaço. Interessante citar a tradução de Serrão (2013, p.15) dos versos de Jean-François Amiel: “Uma qualquer paisagem é um estado da alma (...)”. É difícil falar em paisagem e não considerar a relação sentimental

⁷⁵ “O tema da beleza deve ser pensado a partir desta consciência, subvertendo o lugar-comum da estetização e considerando-a como uma qualidade ontológica.” (BONESIO, 2013, p.470).

que ronda o par homem-paisagem, e este sentimento é movido, em parte, pelas questões estéticas, base fundamental para se investigar a paisagem.

A partir da explanação anterior, sobre a fundamentação teórica e metodológica da presente pesquisa baseada no tripé conceitual fenomenologia, existência e estética, faz-se necessário compreender mais detalhadamente como a paisagem ao longo do tempo, nesta relação intrínseca sujeito-objeto, será estabelecida e interpretada segunda as questões existenciais do homem em cada período da história.

CAPÍTULO 3

A PAISAGEM COMO LUGAR EXISTENCIAL⁷⁶

“O homem, ao refletir sobre o vir a ser no universo, deparou-se com a necessidade de pensar em si e no mundo natural, enquanto alteridade, como parte integrante da sua elaboração sobre o processo da gênese da humanidade. Desta forma, ao pensar a origem de si próprio e do mundo, o homem realizou um ato cognitivo, a partir de uma observação ativa da ordenação da natureza e da própria relação humana com o meio, visando a relacioná-los de maneira interdependente”. (ASSUNÇÃO, 2006, p.29).

⁷⁶ “Hemos definido el espacio existencial como um sistema relativamente estable de esquemas perceptivos o “imágenes” del ambiente circundante” (NORBERG-SCHULZ, 1975. p.19).

“Temos definido o espaço existencial como um sistema relativamente estável de esquemas perceptivos ou “imagens” do ambiente circundante”. (tradução nossa).

A relação do homem com o meio em que habita se realiza de forma diferenciada em função do período abordado da história da civilização, e da cultura em questão, pois esta associação dependerá de algumas variáveis externas que influenciarão a maneira de apropriar-se do local e a percepção que se tem dele. O produto destas articulações determinará a paisagem de uma sociedade em um intervalo de tempo específico. Para que o homem possa refletir sobre o seu estar-no-mundo, a compreensão sobre a relação com a natureza é essencial, pois é partindo deste ponto que a consciência sobre o ambiente e a condição do homem neste espaço começa a ser formada. Percebe-se, assim, a importância da paisagem para a formação do chamado significado existencial do homem.

A paisagem dos aglomerados urbanos consiste em formas materiais, principalmente a arquitetura, seus espaços abertos e edifícios, ou seja, o espaço construído implantado em um determinado lugar, porém a leitura e a experiência da paisagem ultrapassam esta materialidade, uma vez que é carregada de símbolos que contribuem para que a sociedade agregue significado a sua existência⁷⁷. Uma relação bilateral, onde o homem ao mesmo tempo se adapta às condições existentes e também carrega de significado o ambiente circundante de acordo com seus propósitos, em uma combinação entre coisas materiais e aquelas relacionadas com a sensação, sendo esta relação a essência da sua existência. Assim, toma-se a paisagem como lugar existencial em oposição ao conceito de espaço⁷⁸- enquanto área desprovida das questões simbólicas - dissociado das relações entre o ambiente e quem o habita.

⁷⁷ “El desarrollo del concepto de lugar y del espacio como um sistema de lugares es, por consiguiente, una condición necesaria para hallar um sitio firme donde hacer pie existencialmente.” (NORBERG-SCHULZ, 1975. p.19).

“O desenvolvimento do conceito de lugar e do espaço como um sistema de lugares é, por conseguinte, uma condição necessária para encontrar um local firme onde fazer o ponto de apoio existência.” (tradução nossa).

⁷⁸ “The existential purpose of building (architecture) is therefore to make a site become a place, that is, to uncover the meanings potentially present in the given environment.” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p.18)

“A proposta existencial das construções (arquitetura) é portanto fazer um local se transformar em lugar, isto é, para revelar o potencial de significados presente em um ambiente determinado.” (tradução nossa).

Embora o conceito de paisagem tenha se difundido especialmente a partir do século XVIII, alimentado pelo espírito romântico ligado ao “mundo natural”, sua percepção sempre teve lugar importante na estruturação do cotidiano das sociedades humanas e no desenvolvimento de sua religiosidade, suas técnicas, sua economia. O contato com a natureza é significativo e simbólico na vida das pessoas e as diversas sociedades constroem, ao longo do tempo, um tipo de relação peculiar e específica com ela. A qualidade, a forma ou a função dessa relação variam no tempo e no espaço, e sua expressão na paisagem construída determina, altera ou influencia as condições de vida humana. (LEITE, 1994, p.30).

Para a definição do significado existencial do homem, este, a partir de uma necessidade vital, estabelece com o meio sistemas de identificação e orientação, como dito anteriormente. Sendo que o primeiro possibilita a construção de uma sensação de pertencimento⁷⁹ com o lugar, de reconhecimento do ser em um determinado espaço, criando vínculos afetivos com ele. Já o segundo elemento está relacionado com o estabelecimento de estruturas espaciais que contribuam para a formação de um “sistema de orientação” dentro do espaço, ou seja, a construção de uma imagem clara daquele ambiente, que este possua legibilidade, o que será diferenciado de acordo com cada cultura.

Estes fatores contribuem para a construção do significado existencial do homem, ou seja, a partir do estabelecimento de uma rede de significados através da vivência concreta dentro um determinado espaço, o homem é capaz de criar o seu “ponto de apoio”. Assim, este ambiente carregado de significados, produto da relação do homem com o meio, possibilita que ele se sinta em casa, protegido.

Importante ressaltar que a partir do momento que se estabelece a relação sujeito-objeto, pode-se afirmar que a paisagem se constitui através da percepção do espaço pelo sujeito, reforçando a ideia de que o desenvolvimento da paisagem está atrelado ao desenvolvimento do homem. (Collot, 2012).

⁷⁹ “To belong to a place means to have an existential foothold, in a concrete everyday sense.” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p.23)

“Pertencer a um lugar significa ter um ponto de apoio existencial, em um senso concreto diário.” (tradução nossa).

No prólogo do livro *Arquitectura Occidental* de Noberg-Schulz (1975, p.7) o autor afirma que “*desde tiempos remotos, la arquitectura há ajudado al hombre a dar significado a la existência.*”⁸⁰ Tal afirmação é muito coerente com as discussões atuais do tema, sendo importante, algumas décadas após a escrita deste livro, realizar uma releitura da análise detalhada e precisa feita pelo autor entre a arquitetura e seus significados dentro dos novos conceitos, com destaque para o de paisagem, que estão em evidência em âmbito mundial.

Propõe-se desta maneira, aplicar a análise da questão imaterial do significado existencial do homem, focada principalmente na arquitetura, agora à paisagem. Pois entende-se que a arquitetura faz parte do grande complexo formado pela paisagem, incluindo ainda os aspectos da base a partir do qual a primeira é implantada, considerando este suporte com suas características peculiares de relevo, vegetação, assim como a relação destes elementos com a sociedade e seus significados.

Assim, a paisagem contribui para a formação do significado da existência do homem no meio em que habita, pois é justamente esta relação sujeito-objeto que proporciona significado à paisagem e, conseqüentemente, norteia o homem dentro do espaço habitado. “*Los significados existenciales derivan de fenómenos naturales, humanos y espirituales.*”⁸¹ (NOBERG-SCHULZ, 1975, p. 8). A interação destes fenômenos com os aspectos físicos da paisagem forma o lugar existencial, ou seja, o ambiente humano com sua carga simbólica provendo significado existencial à vida de uma determinada sociedade. “O homem necessita conferir ao seu universo uma ordem, uma justificação para a sua existência, e só ele detinha o conhecimento para discernir a si próprio daquilo que o envolvia.” (ASSUNÇÃO, 2006, p.30).

Ao se considerar a análise de uma paisagem, deve-se, portanto, considerar tanto seus aspectos formais, concretos e visíveis, assim como de seu significado simbólico, entendendo a sua importância para a formação da noção do lugar existencial para a vida do homem. Nos primórdios da civilização, o homem

⁸⁰ “(...) desde os tempos remotos, a arquitetura tem ajudado o homem a dar significado a sua existência. (tradução nossa).

⁸¹ “Os significados existenciais derivam de fenômenos naturais, humanos e espirituais.” (tradução nossa).

estabeleceu uma relação de sobrevivência com a natureza, pois era esta que fornecia as condições para a afirmação da sua existência no mundo. Assim, ao observá-la, o homem começa a estabelecer aos poucos a compreensão de seu significado, no sentido de estabelecer a sua existência no mundo, que terá sua base de referência modificada ao longo da história.

Para este entendimento, era necessária a criação de um conjunto de signos que estruturassem o seu mundo, ou seja, o estabelecimento da linguagem que através desta o homem fosse capaz de analisar e compartilhar os seus conceitos dentro de uma determinada sociedade, articulando “(...) as contraposições da sua existência com a alteridade e o mundo natural.” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 31). Sem a criação destes signos, o homem não seria capaz de se orientar no espaço, dar sentido a sua existência e entender a origem das coisas, uma vez que este tema era obscuro e desconhecido principalmente nos primeiros períodos da história da civilização.

A natureza, como os demais elementos, fornecia substrato para que o homem criasse um conjunto simbólico próprio, livre e fecundo, que passou a integrar expressões orais, gestuais, intelectuais e artísticas, possibilitando as elaborações míticas que se atinham à origem, composição e ordenação do mundo. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 32).

Uma das principais mudanças ocorrerá a partir do momento que o homem - antes nômade, procurando sempre a adaptação aos ciclos da natureza e estabelecendo-se nos locais mais propícios para a sua sobrevivência - passará à condição sedentária, mais estável, e cultivará a terra contribuindo para o estabelecimento da consequente divisão do trabalho. Este fator será a causa de uma transformação expressiva da condição do homem no mundo e consequentemente da sua relação diante da natureza e da paisagem, modificando assim os signos do significado existencial que prevaleciam antes desta ruptura. A noção de espaço habitado, principalmente, é revista, assim como a sua relação dentro da comunidade e sua capacidade de alteração do meio ambiente, sendo necessário à criação de um novo conjunto simbólico que sustentasse o equilíbrio desta nova maneira de habitar o mundo (ASSUNÇÃO, 2006).

Estas reestruturações simbólicas ocorrerão ao longo de toda a história das civilizações em função da necessidade de adaptação do homem às transformações impostas e a seus próprios propósitos ao longo do tempo. Estas releituras acontecerão considerando as questões simbólicas estabelecidas anteriormente, agregando outros signos em função da busca do seu equilíbrio existencial.

Desta forma, pode-se deduzir que a criação de divindades e de um universo religioso esteve ligada a uma interação contínua do homem com o meio natural, tendo sido o homem o criador de mecanismos que permitiram um diálogo com a natureza e, por conseguinte, de decodificação. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 32).

Na Antiguidade, a civilização egípcia, por exemplo, com sua arquitetura rígida e sólida a partir da qual predominam as estruturas geométricas e axiais que representam à ordem e o equilíbrio⁸², reforçam o caráter de permanência e estabilidade da paisagem como um todo e conseqüentemente da sociedade. Além disso e, principalmente, o rio Nilo, que corta a região de sul a norte e o sol de leste a oeste, contribui para a representação simbólica simples, ordenada e marcante da paisagem. As pirâmides acabavam por representar também um símbolo vertical de ligação entre a terra e o céu, como uma espécie de “montanha artificial”. Estas características possibilitaram a abstração dos elementos que constituem esta paisagem permitindo a formação de um sistema simbólico de conceitos existenciais fundamentais, considerado por NORBERG-SCHULZ (1973), o primeiro sistema simbólico integrado da história das civilizações.

A construção deste sistema simbólico possibilita o estabelecimento de uma relação identitária entre a sociedade e seu ambiente construído, atribuindo significado ao espaço, transformando-o em lugar existencial. Assim, implícitos na paisagem egípcia é possível perceber os significados existenciais desta civilização, pautado principalmente nas questões de estabilidade, ordem e perenidade.

⁸² No qual estes aspectos das construções se mesclam a estrutura geográfica plana e regular, e à escassa vegetação.

No Egito, a filosofia de vida tinha como base um ambiente único em sua constância e dependência do ritmo da natureza. Pela previsibilidade dos eventos naturais, pela segurança econômica e pela relativa proteção contra invasões, era possível projetar o futuro como uma extensão eterna do presente. A paisagem do Egito dos faraós retratava uma cultura que considerava a vida na terra apenas uma introdução de uma vida eterna de caráter similar. (LEITE, 1994, p. 32).

Em cada civilização e em cada período considerado, os significados existenciais serão diferenciados em função das características específicas do lugar, dos seus conhecimentos, das técnicas disponíveis e das crenças. Na Grécia, diferentemente do Egito, a vasta diversidade de sítios naturais determinará a criação de paisagens heterogêneas. Esta pluralidade será responsável pelo estabelecimento de grande variedade de significados existenciais dentro da sociedade. Assim, um sítio com características individuais gerará uma configuração existencial baseada nesta individualidade, caracterizada por espaço distintos *“um espacio dentro del espacio”*⁸³ (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 26), reconhecendo que atividades diferentes demandam espaços com distintas organizações.

Interessante notar que esta pluralidade da paisagem é observada nos tempos atuais, onde o estabelecimento dos significados existenciais passou a ter um caráter mais individual, porém aqui, diferentemente da civilização grega, no sentido de pessoal, independente ou, principalmente de determinados grupos sociais, prevalecendo sobre a ideia de significado existencial que abranja uma grande parte de uma sociedade, ou até mesmo esta como um todo.

Outra característica importante presente na civilização grega é a preocupação com o diálogo realizado entre a arquitetura e seu entorno: “A essência da paisagem revelava que toda arquitetura, fosse templo, teatro, praça ou habitação, devia harmonizar-se com o ambiente circundante.” (LEITE, 1994, p.32). Talvez pudéssemos sugerir que os gregos tivessem o conhecimento sobre algumas questões relacionadas à paisagem a partir do momento em que começaram a pensar não apenas a edificação isoladamente, mas sim a relação desta com o contexto no qual estava inserida, ou seja, fazendo prevalecer a

⁸³ “(...) um espaço dentro do espaço.” (tradução nossa).

ideia de conjunto, agregando todo o seu conteúdo simbólico dentro do significado existencial do homem no período.

Trazendo esta ideia para a questão contemporânea da consideração da paisagem como patrimônio cultural, nota-se que a ideia de conjunto é fundamental para o estabelecimento do significado existencial da paisagem e, conseqüentemente, da mesma como bem cultural. Ou seja, o conjunto formado entre o ambiente construído e seu suporte físico “natural”, associado ao estabelecimento dos seus símbolos, propiciada pela relação sujeito-objeto, possibilita que uma determinada paisagem extrapole os seus significados para além de sua comunidade, permitindo o reconhecimento da mesma como bem cultural, tema que será abordado detalhadamente na próxima seção desta tese.

Ao longo da história das civilizações a maneira como cada uma constrói – tanto no sentido físico como simbólico -sua paisagem baseada em uma estrutura de linguagem fundamentada em uma rede de significados existenciais se modifica: no Egito o espaço homogêneo e estável; na Grécia o espaço individual e heterogêneo; em Roma⁸⁴ o espaço ordenado como rede de caminhos integrados⁸⁵.

O que se percebe no início da formação das civilizações antigas é a demonstração de um temor e, ao mesmo tempo, um respeito com relação à natureza, pois esta era utilizada, principalmente, em uma relação de sobrevivência. Esta questão existencial será refletida na paisagem a partir da criação de espaços que se fecham para o ambiente externo, voltada para si, pois o entorno ainda era desconhecido.

⁸⁴ “(...) os deuses mais populares entre a sociedade eram os da agricultura e da fertilidade, indicando, talvez, uma sensibilidade em relação à natureza, que aparecia de forma bastante marcante nas obras de poetas como Horácio, Virgílio e Ovídio.” (LEITE, 1994, p.32).

⁸⁵ “Empero, el carácter ya no es de lugares individuales: espacio y articulaciones se convierten en funciones de tipos muy codificados, que pueden emplearse sin cambios fundamentales em cualquier lugar. Por lo tanto, la arquitectura romana puede caracterizarse como um “estilo internaiconal”, independiente de la situación geográfica particular.” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 25).

“Mas o caráter já não é o lugar individual: espaço e articulações tornam-se funções de tipos muito codificadas que podem ser usados sem mudanças fundamentais em qualquer lugar. Portanto, a arquitetura romana pode ser caracterizada como um “estilo internacional”, independente da situação geográfica específica.” (tradução nossa).

Posteriormente, a relação do homem com o meio em que habita foi sendo modificada de acordo com os parâmetros vigentes em cada período: o espaço interno espiritualizado como centro na paisagem paleocristã e bizantina; no período românico a paisagem composta por elementos verticais, sólidos e sagrados; e a paisagem gótica⁸⁶, determinada principalmente pela longitudinalidade, centralização e, em geral, organizada segundo os pontos cardeais - antigo simbolismo utilizado novamente para constituição da paisagem. A expressão do significado da fé na paisagem das cidades, neste último período, será dominada por torres que marcam seu centro simbólico e, em geral, seu centro geográfico. Neste sentido, o período gótico marcará a busca por uma expressão da relação entre o divino e o terreno, entre o céu e a terra, caracterizado pela verticalidade extrema de suas construções.

Assim, a intenção primeira do gótico seria a aproximação com Deus através da fé. A paisagem gótica irá refletir tal significado à medida que concentrará esforços para elevar as estruturas construídas até os céus através principalmente das torres das catedrais e iluminar os seus interiores com luzes divinas através dos vitrais, em oposição à penumbra do espaço românico, no período anterior. Assim, o significado da existência do homem será expresso na paisagem da época por estas catedrais, onde Deus⁸⁷ reina absoluto sobre um cosmo ordenado e pleno e onde a luz possibilita a compressão da sua existência.

No renascimento, este espaço espiritualizado dará lugar ao espaço concreto e harmônio onde a ciência e a razão irão dominar o cosmo deste período. Aqui, a perspectiva⁸⁸ terá papel fundamental ao representar a paisagem, preocupando-

⁸⁶ “La creciente aspiración a la interacción com el entorno concedió importancia primordial al movimiento em profundidad: la nave central de la catedral puede interpretarse como una prolongación ideal de los recorridos del asentamiento urbano circundante.”(NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 95).

“O crescente desejo de interação com o entorno concedida importância primordial ao movimento em profundida: a nave central da catedral pode ser interpretado como uma extensão ideal de passeios do assentamento urbano circundante.” (tradução nossa).

⁸⁷ “A religião organizou a existência do homem e seus fins espirituais, em relação com o sagrado, assim como no plano terreno, que tende a reproduzir o equilíbrio cósmico do universo divino. A religião, por conseguinte, era o elo de comunicação que alimentava e justificava a estrutura temporal em função do plano divino, composto pela relação harmoniosa com o meio.” (ASSUNÇÃO, 2006, p.34).

⁸⁸ Marco que será explorado detalhadamente no capítulo 4 desta tese.

se com as questões de proporção baseadas principalmente no corpo humano, uma vez que neste período o homem se encontra no centro do mundo, o que será responsável pela abolição da verticalidade extrema do período gótico, onde Deus, ao contrário, era representado como centro do mundo.

O homem se torna livre para questionar tudo aquilo que está ao seu redor, e possui conhecimento suficiente para ser dono do seu próprio destino, fato que contribuirá com uma mudança expressiva na maneira de encarar a relação do homem com o mundo. Como exemplo, pode-se citar os jardins da época, que passarão de sua função simplesmente funcional para incorporar a função do prazer, "(...) inaugurando uma fase na percepção da paisagem marcada por um novo sentido de espaço." (LEITE, 1994, p.36). Este terá como tônica a relação das edificações com os jardins do entorno, que distinguirá a paisagem⁸⁹ da época.

Além disso, a geometrização absoluta dos jardins, enfatizando a simetria, as proporções matemáticas e seus eixos demonstrará principalmente a dominação da natureza pelo homem. A partir do conhecimento de si mesmo e das técnicas disponíveis em diversos campos, o homem passou a ser considerado o centro do mundo, como dito anteriormente, e a afirmação de seu significado existencial será percebido na grandiosidade e simetria, principalmente de suas edificações e de seus jardins, sendo estes últimos consagrados, em meados do século XVII, pelos trabalhos de Lê Nôtre, que será a referência do período.

Este novo significado existencial será verificado também nas representações dos mapas mundi, uma vez que no período medieval os mesmos possuíam uma carga simbólica maior, pois se representava aquilo que se acreditava ser o mundo, ligado à ideia de Deus como o seu centro. No Renascimento, onde a liberdade humana será considerada, a ciência e a razão serão responsáveis por possibilitar a elaboração de mapas mais próximos da realidade em função da capacidade intelectual e busca pelo conhecimento. Assim, o significado

⁸⁹ "(...) a paisagem era uma composição simples, harmoniosa e unificada e seu conjunto demonstrava perfeitamente o entendimento dos fatos físicos e intelectuais que entravam na sua composição, numa inspirada combinação de conceito e lugar." (LEITE, 1994, p.36).

existencial passará a ser regido principalmente pela vontade do homem, agora dono de seu futuro: o humanismo. A ordem geométrica determinará o que seria a cidade perfeita, o que será refletido, conseqüentemente, na paisagem de algumas cidades planejadas ou remodeladas desta época.

O período maneirista irá demonstrar um espaço com características opostas ao renascimento: desordenado e desarmônico, enfatizando o conflito e as tensões. Estas características refletem o momento pelo qual o homem se encontra ao questionar todas as relações de si com o seu entorno, seja este entorno, outro homem ou até mesmo Deus. O mundo encontrava-se dividido e o homem buscava entender sua ligação com a natureza e a cultura. *“El hombre “divino” del Renacimiento fue reemplazado por el hombre “terrible”, un ser que duda y teme, interiormente escindido por el problema de la opción.”*⁹⁰ (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 148).

A paisagem no período barroco adquirirá sua expressão plena através da ideia de espaço do período anterior (maneirismo), e esta será marcada por uma rede de significados que tinham como características principais o dinamismo e ao mesmo tempo a organização sistemática de um mundo aberto. *“En este mundo infinito, “movimiento” e “fuerza” son de importancia primordial.”*⁹¹ (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 151).

O significado existencial que estava repleto de questionamentos anteriormente, agora adquire seu equilíbrio neste período, uma vez que a possibilidade do estabelecimento de uma orientação que contribuísse para o “ponto de apoio” existencial do homem foi viabilizado, fruto principalmente da Igreja após as atividades da Contra Reforma. A natureza antes considerada como toda área localizada fora dos muros que cercavam a cidade ou fora de seus limites não demarcados rigidamente, será no período barroco considerada em integração com a área construída, uma extensão do território. Neste sentido, as praças reais (o símbolo do barroco) começaram a marcar o tecido urbano enfatizando uma nova ligação com o entorno em função de seus eixos planejados, dando a

⁹⁰ O homem “divino” do renascimento foi substituído pelo homem “terrível”, um ser que duvida e teme, clivado interiormente pelo problema da escolha.” (tradução nossa).

⁹¹ “Neste mundo infinito, ‘movimento’ e ‘força’ são de importância primordial.” (tradução nossa).

sensação de espaço infinito, um sistema aberto e centralizado, onde a influência dos períodos anteriores pode ser percebida.

Como exemplo pode-se citar as transformações realizadas pelo Barão de Haussmann na cidade de Paris que, em função da justificativa baseada na busca pela higiene e salubridade, destrói parte da malha urbana antiga da cidade e abre grandes eixos de perspectiva para valorização de alguns monumentos. “Os velhos quarteirões, ele só os vê como obstáculo à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado, que é preciso desobstruir.” (CHOAY, 2001, p.176).

A fase posterior será caracterizada por uma nova busca de significado existencial, uma vez que novas questões estavam sendo discutidas, principalmente em função da industrialização, o que gerará uma confusão generalizada, inclusive de estilos arquitetônicos. A natureza será novamente valorizada, porém não através de seus jardins geométricos, e sim como esta realmente se apresenta aos nossos olhos. A paisagem valorizada da época será então aquela em que não se percebe a intervenção do homem, Assim, William Kent irá inaugurar o chamado jardim paisagístico inglês⁹² em oposição àquele denominado estilo francês.

A revolução industrial irá influenciar o significado existencial do homem neste período que terá a necessidade de retorno do contato com a paisagem pitoresca representada nas pinturas do século XVII. O sistema, considerado artificial do barroco, será negado veemente em busca de uma nova paisagem representada pelos jardins “naturais” e os edifícios neoclássicos que enfatizariam a relação do homem com a natureza inspirado no romantismo. “É o Romantismo que, com sua teoria da paisagem como “estado de alma”, enfatizará o aspecto subjetivo, parcial, egocêntrico de nossa experiência do espaço” (COLLOT, 2012, p.12).

⁹² “A forma dos caminhos, avenidas e corpos de água, tornou-se curvilínea e irregular. Os agrupamentos de árvores e os espaços abertos, até então empregados para esconder as linhas naturais da paisagem, passaram a ser desenhados para enfatizá-las.” (LEITE, 1994, p.38).

Além desta maior aproximação da natureza em seu estágio “primitivo”, os conceitos tratados no período barroco serão agora reforçados em função da tecnologia disponível, onde o urbanismo obedecerá a mesma lógica do espaço aberto que possibilitará uma maior liberdade de ação. Além desta característica, o urbanismo ainda tenta trazer algumas soluções para as questões inerentes ao crescimento desordenado das cidades, criando a ideia das “cidades jardins”, enfatizando o retorno à natureza. A segurança existencial deste período possibilitará uma maior liberdade de pensamento, de avaliação dos sistemas do passado e de composição e organização dos elementos da cidade. Um dos significados/valores que orientaram grande parte das transformações da paisagem pelo homem, principalmente aquelas ocorridas até o século XIX, é o estético.

Ora, ao vivermos na paisagem, não só modelamos o ambiente como também estabelecemos os seus valores. Experienciar e valorá-lo esteticamente envolve uma apreciação e um juízo tanto do ambiente como dos seus habitantes. A crítica de um ambiente é, ao mesmo tempo, a crítica de uma civilização. (BERLEANT, 2013b, p. 394).

Se no período anterior, século XIX⁹³, a tônica era a mistura e uma certa desordem, posteriormente estas palavras seriam substituídas por unidade, continuidade espacial e totalidade. A aversão à cidade industrial e as condições desumanas de vida urbana irão voltar as atenções à necessidade de maior contato com as áreas verdes, não através das propostas de “cidade jardim”, mas sim uma “cidade jardim vertical”, a cidade como organismo vivo.

O funcionalismo será difundido mundialmente discutindo questões relacionadas às moradias sociais e ao espaço urbano, tentando solucionar problemas gerados principalmente pela urbanização e crescimento populacional. A paisagem passa a ser considerada nos projetos e o diálogo entre esta e a edificação é um aspecto bastante difundido nos projetos deste período,

⁹³“Pero en el siglo XIX el verdadero simbolismo fuere emplazado por un empleo superficial de estereotipos históricos. El funcionalismo quiso resolver esa situación volviendo a una real correspondencia entre forma y contenido.” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 203).

“Mas, no século XIX, o verdadeiro simbolismo foi substituído por um emprego superficial de estereótipos históricos. O funcionalismo queria resolver esta situação tornar-se uma verdadeira correspondência entre forma e conteúdo.” (tradução nossa).

especialmente representados pela figura de Le Corbusier, através da busca pelo “essencial”.

Após este período, a multiplicidade de formas será a grande diretriz que norteará o novo repertório da paisagem. Esta será concebida tendo a característica da diversidade como tônica, o que marcará a fase do chamado “pluralismo”, desacreditando no que foi denominado anteriormente de Estilo Internacional. “*Nunca el entorno humano fue más problemático y jamás fue tan inseguro el equilibrio existencial del hombre.*” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 190). Esta fase⁹⁴ será marcada por acontecimentos desastrosos que contribuirão para fortalecer esta instabilidade com relação ao existencialismo humano que “(...) trouxe para primeiro plano o lado negativo da realidade humana; especialmente as limitações da razão e do progresso.” (MAGNOLI, 2006, p.2). Assim, a consciência ecológica começa a ser discutida, além da questão da diferenciação espacial das distintas regiões, ou seja, a consideração da identidade do lugar.⁹⁵O chamado caráter do lugar contribuirá para construir a base existencial do homem.

O movimento Ecológico, pano de fundo do desenvolvimento da proposta, criticava o modelo de crescimento econômico mundial que se delineava para a década de 70, pela sua incapacidade de solucionar os conflitos sociais e de controlar a utilização dos recursos naturais que, na visão dos ecologistas, necessitava de uma criteriosa revisão. (LEITE, 1994, p.47).

Atualmente, a relação do homem com o ambiente ainda carrega algumas características do chamado “pluralismo”, onde a diversidade de formas e significados predomina na paisagem. No Brasil, especificamente, nota-se que os elementos de orientação e identificação no espaço, principais responsáveis

⁹⁴ “Nesse período, era cada vez maior a aceleração do conhecimento científico e das inovações tecnológicas; simultaneamente, a descrença sobre o caráter emancipatório da ciência ficava mais difuso; a acumulação capitalista tomava o lugar da idéia de progresso-desenvolvimento que autoriza a *dominação da natureza*. (...) Os limites das transformações preconizadas começaram a aparecer: transformar a natureza em mera condição de produção, trata-la como mercadoria, não tendo sido produzida como mercadoria, revelou-se auto-destrutivo.” (MAGNOLI, 2006, p.2).

⁹⁵ “El propósito esencial del pluralismo es lograr la caracterización individual de edificios y lugares. Este propósito surge de una reacción contra cierta rigidez de carácter de comienzos de Funcionalismo y, al mismo tiempo, del deseo de tener en cuenta las diferencias de carácter regional” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 206).

“O objetivo essencial do pluralismo é alcançar a caracterização individual de edifícios e lugares. Este propósito emerge da reação contra certa rigidez de caráter do funcionalismo e, ao mesmo tempo, o desejo de ter em conta as diferenças de caráter regionais.” (tradução nossa).

pelo estabelecimento da paisagem como lugar existencial, estão cada vez mais frágeis. Destacadamente a questão da identificação tem sofrido com: a multiplicidade de informações, a possibilidade de mobilidade em curto tempo, as mudanças de paradigma sobre a qualidade de vida e a fragilidade do estabelecimento das raízes com o ambiente.

Porém, para o estudo do patrimônio, o bem cultural inexistente sem o estabelecimento do caráter da identidade com o mesmo, pois a paisagem será considerada, nesta tese, como fenômeno, como o reflexo da identidade de uma comunidade. Vale ressaltar assim que o significado atribuído a um bem não “nasceu” junto com a construção do mesmo, este significado faz parte de um processo que envolve variáveis históricas, sociais e culturais que produzirá este valor a partir da relação sujeito-objeto. Assim, a identidade de um bem só existe a partir da atribuição da mesma pelo homem, ou seja, o valor cultural da paisagem, por exemplo, só existe a partir do momento que a comunidade o consagra (MENESES, 1996).

A partir da exposição acima realizada sobre a relação da paisagem com o significado existencial do homem em cada período de sua evolução, verifica-se que a paisagem só adquire seu caráter a partir da atribuição de significados e que a partir deste fato gerará a base existencial de uma sociedade. Assim, a paisagem será analisada aqui menos em função de suas técnicas e mais em função de uma coleção de significados, convertendo-se, portanto, em uma expressão concreta da existência humana.

A paisagem será considerada a síntese, o produto de toda a relação do homem com o meio que o circunda, sendo “*El espacio existencial que forma para el hombre la imagen estable del ambiente que le rodea.*” (NORBERG-SCHULZ, 1985, p.12)⁹⁶. Assim a paisagem pode ser entendida como o lugar onde o espaço existencial do homem pode ser concretizado a partir das transformações antrópicas e a partir de uma rede de símbolos criada em cada período e em cada cultura em função de variáveis sociais, religiosas, políticas,

⁹⁶ “o espaço existencial que forma para o homem a imagem estável do ambiente que o rodeia.” (tradução nossa).

culturais e etc. A paisagem como espelho da percepção do lugar existencial do sujeito, reflexo de seus anseios, sentimentos e pensamentos.

A partir da investigação teórica e metodológica realizada com base no “tripé fundamental”: fenomenologia, existência e estética no intuito de construir o aporte conceitual a ser aplicado no que diz respeito à paisagem ao longo de toda a presente pesquisa, mostra-se, neste momento, imprescindível aprofundar os estudos a respeito do tema central – a paisagem -, além de investigar os conceitos de núcleo histórico, centro histórico e conjunto urbano, que serão concretizados na seção seguinte.

PARTE 2

A INVESTIGAÇÃO DOS CONCEITOS

CAPÍTULO 4

O NÚCLEO HISTÓRICO, O CENTRO HISTÓRICO E O CONJUNTO URBANO

A investigação dos conceitos referentes ao núcleo histórico, centro histórico e conjunto urbano será desenvolvida tendo como base as Cartas Internacionais de Restauração e alguns documentos, principalmente legislações referentes aos órgãos de preservação em âmbito Estadual (Minas Gerais), Nacional e Internacional, no intuito de tentar compreender a utilização destes termos por estes órgãos, assim como a sua correlação com a ideia de paisagem.

As terminologias a serem analisadas já sugerem sua ligação com a história de formação destes lugares, ou seja, trazem consigo uma carga representativa de um modo de ser, entender, ocupar e transformar o espaço por meio de técnicas disponíveis em cada período. Até mesmo o termo “conjunto urbano”, que não possui a palavra história em sua grafia, pode-se considerar que a partir de sua constituição como um todo, pode ser entendido como histórico, pois, além disso, para receber esta denominação, em geral, deve-se ter um distanciamento em relação ao tempo em que este conjunto foi originalmente constituído.

A associação destes termos com os valores patrimoniais é uma constante a partir do momento em que estas regiões são associadas às primeiras áreas de ocupação das cidades, constituindo-se, assim, uma representação de seu passado, trazendo novamente a ideia de ligação destes termos com a história, como mencionado anteriormente.

Por outras palavras, a expressão “centro histórico”, mais do que remeter para um objeto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa. Essa metalinguagem do patrimônio, de que a expressão “centro histórico” faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana. (PEIXOTO, 2003, p. 213).

Esta consciência patrimonial possui ainda um caráter relacionado à identidade das comunidades, sendo assim responsável pela formação de sua consciência coletiva, a partir da qual atribuirão valor a alguns determinados objetos dentro da sociedade, como os centros históricos, podendo estes serem considerados paisagem em seu sentido de lugar existencial, o que será aprofundado

posteriormente. Além disso, estas áreas ainda acumulam atividades econômicas, políticas, patrimoniais e sociais, tornando-se a base da comunidade como representação de seu passado e futuro, estando em permanente transformação ao longo da história, sendo, assim, detentora dos testemunhos significativos de períodos distintos de sua formação, que, conseqüentemente, exigem maior atenção com relação a sua manutenção.

(...) revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam. Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vetor indispensável face os perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea. (BARATA SALGUEIRO; 1999, p. 392).

A atração que estas áreas em geral exercem sobre o restante da cidade, seja econômica, política ou social, contribui para caracterizá-las como regiões polarizadoras tanto dos habitantes da cidade como de turistas, sendo consideradas uma centralidade em meio aos bairros de uma determinada cidade, seja ela econômica, geográfica, política e/ou social. Pois é nesta área que se concentra o comércio, os edifícios da administração pública, as áreas de lazer e encontro da população e sua posição como centro ou núcleo nos remete à ideia de local privilegiado, onde todo o restante da ocupação acontece ao seu redor de forma complementar.

Porém o que se observou na segunda metade do século XX foi a diluição desta atratividade em detrimento de novas áreas que foram surgindo na cidade e tomando para si algumas funções que eram características apenas dos núcleos históricos, anunciando o que seria considerado por alguns autores a morte dos centros históricos de várias cidades. Assim, a centralidade antes concentrada nos centros históricos, agora possui concorrência aberta de novas ocupações carregadas de conceitos modernos do que seria viver nas cidades. Tem-se, portanto, uma grande ruptura na estrutura da cidade, passando de monocêntrica - que marcou o discurso funcionalista do urbanismo e neopositivista da geografia - para uma composição mais complexa, repensando assim o conceito de centro histórico, podendo-se admitir inclusive o surgimento de cidades policêntricas.

A separação do local de morar e trabalhar possibilitada principalmente pelo desenvolvimento do sistema de transporte gera uma ruptura no sistema tradicional das cidades e contribui para o esvaziamento dos nossos centros históricos, fato este que será agravado na década de 70.

(...) todos estes elementos - aumento da população, aparição da periferia, a conseqüente instalação de nova oferta comercial, a massificação do automóvel, a terceirização e o incipiente esvaziamento de população dos centros históricos - (...) são os principais detonadores da crise do modelo de comércio tradicional como *modus operandi* nas transações comerciais e que tem como principal conseqüência o posterior enfraquecimento e perda de peso específico das zonas nobres das cidades. (FREIRE CHICO; 2008, p. 19).

O encurtamento entre as distâncias causará alguns efeitos negativos nos centros históricos “por um lado, facilitou o acesso à habitação nas periferias das cidades na medida em que aproximou distâncias, por outro, invadiu uma zona que não estava pronta nem desenhada para assumir de forma maciça este novo elemento.” (FREIRE CHICO, 2008, p. 35). Assim, as periferias roubam a cena das áreas centrais da cidade,

(...) na medida em que a esvazia de conteúdo, principalmente quando num primeiro momento os novos espaços se dotam de todas as vantagens da modernidade e do progresso tecnológico, em detrimento do vetusto recanto histórico que passa a ser residual. (FREIRE CHICO, 2008, p. 19).

Os limites destas cidades agora são indefinidos, a expansão urbana é tamanha que a transição antes bem marcada entre a área urbana e a área rural se dilui em meio a permanente ocupação das periferias. E o centro histórico se torna obsoleto em termos de acessibilidade, infra-estrutura, malha urbana e habitação. Nota-se, porém, que uma função nunca será perdida apesar de todas as transformações que vem ocorrendo na cidade: o seu simbolismo, o lugar como identidade coletiva. “Esta memória coletiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades.” (BARATA SALGUEIRO, 1999, p. 388).

Importante destacar que a “crise” dos núcleos históricos ocorrerá de forma distinta se compararmos a realidade dos núcleos mineiros, por exemplo, com

aqueles localizados no litoral do país. Os primeiros sofreram e sofrem com a pressão imobiliária em função da constante busca por moradia nesta região, uma vez que sua característica de centralidade econômica, política e de lazer sempre se manteve ativa nestes núcleos. Já os centros históricos do litoral, como Salvador, por exemplo, passaram por uma fase de “abandono” até que o mesmo foi ocupado por atividades econômicas e de moradia, porém o que difere esta nova ocupação da primeira é a classe econômica, pois agora predomina a classe alta que “expulsou” a população de classe inferior da área. São problemas distintos que assolam os principais centros históricos brasileiros.

Nesta perspectiva é importante levantar as iniciativas de proteção destes bens culturais que são os centros históricos, núcleos históricos e conjuntos urbanos, através das legislações de proteção do patrimônio e, principalmente, analisar os conceitos que foram inicialmente explorados nos documentos das Cartas Internacionais de Restauração. Pois a partir do entendimento da evolução destes conceitos, pretende-se tecer uma associação com o conceito contemporâneo de paisagem.

O primeiro documento foi escrito em 1931 – Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos – e irá inaugurar a ideia de conjunto a partir do momento que demonstra preocupação com a preservação do entorno dos monumentos de interesse. Apesar desta Carta ser destinada a estes últimos, a parte III do documento discorre sobre a valorização do monumento e deixa clara a importância das visadas e seu entorno, tanto de edificações isoladas como de conjuntos urbanos.

A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na **vizinhança** dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.

Em certos **conjuntos**, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.

Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados **conjuntos** de monumentos para lhes conservar a caráter antigo.

Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na **vizinhança** ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história. (CURY, 2004, p. 14).

A ideia de conjunto contida nesta carta já sugere uma ligação com o conceito de paisagem analisado anteriormente, uma vez que considera-se este último como sendo o conjunto de objetos naturais que, a partir do olhar do homem, passa a ser um conjunto de objetos culturais, ou seja, a paisagem em si. Importante ressaltar que este “olhar” será caracterizado a partir de uma perspectiva predominantemente estética⁹⁷, ou seja, considerando a cidade como obra de arte, postura que será trabalhada como modelo no Brasil tanto em âmbito federal quanto estadual (Minas Gerais) em suas primeiras atuações.

A Carta de Atenas de novembro de 1933 realizou a primeira Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), podendo ser considerado o berço do surgimento do urbanismo moderno, introduzindo assim seus preceitos sobre a nova estruturação das cidades, voltados para a questão higienista⁹⁸ e funcionalista. Alguns estudiosos consideram este documento um atraso dentro da perspectiva de preservação do patrimônio, uma vez que declara que “em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e à saúde moral do indivíduo.” (CURY, 2004, p. 53).

Apesar deste documento não tratar especificamente dos termos em análise relacionados à paisagem, nota-se uma preocupação com relação ao funcionamento da cidade como um conjunto de variáveis econômica, social e política, incluindo ainda questões de cunho psicológico e fisiológico. Esta abordagem é interessante, uma vez que pode ser relacionada com as questões

⁹⁷ Vale ressaltar que esta questão estética, neste momento, se refere principalmente aos elementos arquitetônicos e urbanísticos.

⁹⁸ “Bairros inteiros deveriam ser condenados em nome da saúde pública. Alguns, fruto de uma especulação prematura, só merecem a picareta; outros, em função das memórias históricas ou dos elementos de valor artístico que contêm, deverão ser parcialmente respeitados; há modos de preservar o que merece ser preservado, destruindo implacavelmente aquilo que constitui um perigo. Não basta sanear a moradia, mas é preciso, ainda, criar e administrar seus prolongamentos exteriores, locais de educação física e espaços diversos para esporte, inserindo, antecipadamente, no plano geral, as áreas que lhes serão reservadas.” (CURY, 2004, p. 35).

existenciais que cercam a relação sujeito-objeto, pois uma cidade e sua paisagem podem influenciar significativamente no comportamento do homem, assim como o homem pode modificar esta paisagem de acordo com as necessidades de uma época, sendo que a partir desta relação a paisagem se consolida.

Em âmbito nacional, em 1937, no texto do Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, definiu-se o que constituirá patrimônio nacional, informando em seu artigo 1º, parágrafo 2º que:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (IPHAN, 2006, p.100).

Apesar de utilizar as palavras monumento natural, sítios e paisagens, aparentemente denotando situações diferenciadas, nota-se que a ideia que gira em torno principalmente deste último termo ressalta a importância dos aspectos naturais e da ação humana, não deixando clara a possível associação entre ambos, que ocorrerá posteriormente.

A partir da década de 60, o conceito de cidade moderna que estava sendo aplicado às cidades do pós-guerra começa a ser criticado e os olhares serão direcionados para a questão do ambiente urbano tradicional e sua consequente valorização, incluindo aí os conjuntos urbanos, núcleos e centros históricos. Esta década marcará “o impulso inicial das políticas de salvaguarda dos centros históricos”, em função da “necessidade de conter a renovação que alastrava rápida e indiferenciadamente pelas cidades europeias.” (CAVEM, 2007, p. 21). Assim, a ideia de valorização do monumento histórico isolado será definitivamente substituída pela ideia de sua integração com a cidade e consequentemente com a paisagem a partir deste período, o que será refletido nas Cartas internacionais subsequentes.

A Recomendação de Paris de 1962, relativa à proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios, inicia o documento levantando a preocupação com as transformações de aspecto negativo que o homem estaria realizando no

patrimônio cultural e enfatiza que naquele momento esta ocorreria de forma acelerada. Reconhece a importância não só material das paisagens e sítios, mas também social, à medida que contribuem “(...) para a vida artística e cultural dos povos (...)” (CURY, 2004, p.82), além de levar em conta as necessárias adaptações da vida coletiva ao desenvolvimento técnico de cada período. Considera ainda:

(...) que é altamente desejável e urgente estudar e adotar as medidas necessárias para salvaguardar a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios em toda parte e sempre que possível. (CURY, 2004, p.82).

Apesar de este documento fazer referência às questões da beleza e do caráter das paisagens e sítios, nenhum destes termos têm seus conceitos definidos de forma a orientar o entendimento e consequente aplicação do conteúdo desta Carta. No tópico de definição tem-se apenas um texto geral, mas que possibilita interpretar a importância da manutenção e até mesmo restituição dos atributos da paisagem:

Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos. (CURY, 2004, p.83).

Interessante notar que o conceito de paisagem que permeia o texto extrapola a caracterização apenas daquelas paisagens e sítios de valor excepcional, pois deixa claro que a salvaguarda destes deveria se estender para todo o território. Além disso, irá ultrapassar também a visão de paisagem ligada à ideia dos locais com menor intervenção do homem, ou seja, aqueles naturais, e considerar também os ambientes construídos por ele, denominados neste documento de paisagens e sítios urbanos.“ (...) representa também a primeira vez em que um documento internacional considerava os centros históricos como parte do meio ambiente, merecendo atenção de um planejamento territorial.” (RIBEIRO, 2007, p. 39). Estes avanços possibilitarão o início das discussões sobre a preservação das áreas urbanas e suas paisagens, contribuindo assim para a construção do termo Paisagem Cultural.

Dentre as medidas preventivas estabelecidas pela carta no intuito de evitar danos a paisagens e sítios, deve-se controlar as seguintes atividades:

- a) Construção de edifícios públicos e privados de qualquer natureza. Seus projetos deveriam ser concebidos de modo a respeitar determinadas exigências estéticas relativas ao próprio edifício e, evitando cair na imitação gratuita de certas formas tradicionais e pinturescas, deveriam estar em harmonia com a ambiência que se deseja salvaguardar;
- b) Construção de estradas;
- c) Linhas de eletricidade de alta ou baixa tensão, instalações de produção e de transporte de energia, aeródromos, estações de rádio, de televisão, etc;
- d) Construção de postos de serviços para distribuição dos combustíveis;
- e) Cartazes publicitários e anúncios luminosos;
- f) Desmatamento, inclusive destruição de árvores que contribuem para a estética da paisagem, particularmente as que margeiam as vias de comunicação ou as avenidas.
- g) Poluição do ar e da água;
- h) Exploração de minas e pedreiras e evacuação de seus resíduos;
- i) Captação de nascentes, trabalhos de irrigação, barragens, canais, aquedutos, regularização dos cursos de água, etc.
- j) Campismo;
- l) Depósitos de material e de matérias usadas, assim como detritos e dejetos domésticos, comerciais ou industriais. (CURY, 2004, p. 84).

A partir desta listagem é possível perceber a preocupação com relação a manutenção de determinadas paisagens, que pela primeira vez pontua os elementos causadores de transformação da paisagem em seu aspecto negativo, alertando principalmente para o cuidado que se deve ter ao inseri-los em uma paisagem existente considerada bem cultural.

Em 1964, a Carta de Veneza é iniciada com a definição de monumento histórico que expande a ideia de patrimônio a partir do momento que considera

tipologias diferentes daquelas inicialmente valorizadas, ampliando, assim, a referência cronológica também.

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CURY, 2004, p.92).

A ideia de paisagem contida nesta definição, apesar de ainda se reduzir a citação do sítio urbano ou rural, será ampliada no artigo nº7 deste documento, ao considerar que o monumento não pode ser separado de seu entorno, ou seja, da paisagem onde o mesmo foi inserido. Pode-se sugerir que a partir desta afirmação, a ideia de conjunto histórico está sendo consolidada como bem cultural a ser preservado, assim como os monumentos isolados.

Apesar do relativo avanço sugerido por este documento, alguns autores o consideram “(...) a consagração internacional do equívoco da transposição das práticas de conservação de monumentos às áreas urbanas patrimoniais, considerados “sítios monumentais.” (...) (FIGUEIREDO, 2014, p. 85), a partir do momento que aferem valor principalmente de obra de arte a estas áreas urbanas a serem preservadas.

Os termos em estudo irão começar efetivamente a serem utilizados nestes documentos de forma mais significativa somente a partir de 1967, nas Normas de Quito, nas quais ressalta-se a necessidade de superação da dicotomia entre desenvolvimento e preservação⁹⁹, principalmente no que diz respeito à questão ambiental. Além disso, ainda na perspectiva das zonas ambientais, sugere que:

A valorização de uma zona histórica ambiental, já definida e avaliada, implica:

⁹⁹ “1. A necessidade de conciliar as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais já é hoje em dia uma norma inviolável na formulação dos planos urbanos, em nível local como nacional. Nesse sentido, todo planejamento físico territorial deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental.

2. A defesa e valorização do patrimônio monumental e artístico não se contradiz, teórica nem praticamente, com uma política de planejamento urbano cientificamente desenvolvida. Longe disso, deve constituir o seu complemento.” (CURY, 2004, p. 108)

d) a regulamentação das zonas adjacentes ao núcleo histórico, deve estabelecer, além do uso da terra e densidade da respectiva ocupação, a relação volumétrica como fator determinante da paisagem urbana e natural; (CURY, 2004, p.121-122).

Este documento contempla pela primeira vez a questão referente ao disciplinamento das áreas de entorno do bem tombado, indicando a preocupação com a paisagem em um sentido mais amplo. Além disso, dispõe sobre algumas medidas legais para a proteção do espaço urbano formado pelos núcleos, conjuntos monumentais e de interesse ambiental baseando-se na instituição de zoneamentos específicos, como “zona de proteção rigorosa”, “zona de proteção ou respeito” e “proteção da paisagem urbana”, sendo esta última relacionada à interação com a natureza do entorno.

Na década de 70, observa-se a trajetória de grande parte dos centros e núcleos históricos das cidades brasileiras, do auge ao declínio, passando pelos ideais modernistas de cidade que contribuíram para a crise destes lugares, sendo posteriormente criticado, como citado anteriormente. Este período irá marcar definitivamente o retorno do foco de atenção às áreas centrais tradicionais, no intuito de tentar impedir a aceleração do processo de deterioração, aproveitando a infra-estrutura ali existente, assim como reforçando as questões sociais e de identidade que são inerentes a estas áreas.

A década de 70 será marcada ainda pelo início da consciência ecológica, incluindo nos debates com relação às cidades a necessidade de utilização dos recursos disponíveis e o mínimo desperdício dos mesmos, uma vez que os recursos naturais não são infinitos. Nesta perspectiva, a possibilidade de reabilitação dos centros e núcleos históricos corrobora com a utilização da infra-estrutura disponível, ou seja, inicia-se a ideia de associação da preservação do patrimônio histórico com a sustentabilidade de nossas cidades, integrando assim os tecidos urbanos antigos com os novos e em desenvolvimento.

O Compromisso de Salvador realizado em 1971, neste sentido, recomenda apenas “(...) a criação de legislação complementar, no sentido de proteção

mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências.” (CURY, 2004, p.144), demonstrando assim, um possível levantamento realizado que constatou as dificuldades e problemas relacionados à preservação dos conjuntos urbanos levando em conta o aspecto relevante de considerar o ambiente no qual este bem está inserido. A utilização do termo “conjunto paisagístico”, apesar de não conter sua definição no documento, sugere um avanço no que diz respeito à conservação do patrimônio e ao mesmo tempo sugere uma contradição ao considerar conjunto paisagístico, conjunto arquitetônico e conjunto urbano de maneira separada.

Em 1972, a Carta do Restauo ressalta a importância de salvaguardar¹⁰⁰ principalmente os centros históricos, proibindo qualquer tipo de intervenção que venha alterar as condições ambientais e de acesso que chegou até os dias atuais. Este documento irá dedicar o Anexo D às Instruções para a tutela dos centros históricos e se inicia informando como se pode identificar um centro histórico:

Para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, hajam se constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares. (CURY, 2004, p.166).

Interessante notar que o conceito identificado na citação anterior enfatiza principalmente as características históricas¹⁰¹ do bem, não no sentido de “congelamento” destas áreas, pois aceita possíveis transformações ocorridas

¹⁰⁰“Artigo 2º- Além das obras mencionadas no artigo precedente, ficam assimiladas a essas, para assegurar sua salvaguarda e restauração, os conjuntos de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, particularmente os centros históricos; as coleções artísticas e as decorações conservadas em sua disposição tradicional; os jardins e parques considerados de especial importância.” (CURY, 2004, p. 147-148).

¹⁰¹“Sua natureza histórica se refere ao interesse que tais assentamentos apresentarem como testemunhos de civilizações do passado e como documentos de cultura urbana, inclusive independentemente de seu intrínseco valor artístico ou formal, ou de seu aspecto peculiar enquanto ambiente, que podem enriquecer e ressaltar posteriormente seu valor, já que não só a arquitetura, mas também a estrutura urbanística têm por si mesmas um significado e um valor.” (CURY, 2004, p. 166).

ao longo do tempo, além de ressaltar a característica meritória do caráter excepcional que irá distinguir um centro do outro e lhe atribuir valor patrimonial, seja ligado ao fator histórico, como dito anteriormente, ou ao fator arquitetônico e urbanístico especiais.

Com relação às intervenções de restauração nos centros históricos, a Carta do Restauo indica que estas deverão ocorrer de forma a garantir “a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos.” (CURY, 2004, p.166), demonstrando assim, a importância de se levantar os atributos, ou seja, as características meritórias que fazem daquela paisagem um bem cultural, podendo incluir, também, aspectos sociais e imateriais, todos aqueles que estruturam o complexo “organismo urbanístico.” (CURY, 2004, p.166).

Além disso, o planejamento físico territorial destes centros históricos deve ser levado em consideração quando da elaboração dos planos de preservação deles, enfatizando os possíveis desenvolvimentos e sua relação com o contexto urbano a ser protegido. O entorno do conjunto urbano deve também receber atenção especial “(...) com o fim de coordenar as ações urbanísticas, de maneira a obter a salvaguarda e a recuperação do centro histórico a partir do exterior da cidade, através de um planejamento físico territorial adequado.” (CURY, 2004, p.166-167), enfatizando assim a relação existente entre os centros históricos e o território da cidade como um todo. Já os elementos individuais a serem considerados na salvaguarda nestes conjuntos são:

(...) tanto os elementos edifícios como os demais elementos que constituem os espaços exteriores (ruas, praças, etc.) e interiores (pátios, jardins, espaços livres, etc.) e outras estruturas significativas (muralhas, portas, fortalezas, etc.) assim como eventuais elementos naturais que acompanharão o conjunto, caracterizando-o de forma mais ou menos acentuada (entornos naturais, cursos fluviais, singularidades geomórficas, etc.). (CURY, 2004, p.167).

Estes elementos, considerados a princípio no documento como individuais e que merecem atenção especial quando de sua conservação, constituem nada mais que a paisagem do lugar, pois a reunião destes elementos possibilita a

impressão de um caráter único ao local, ou seja, a constituição de uma paisagem como bem cultural e lugar existencial do homem.

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada em Paris em 1972, este documento é iniciado com a definição de alguns termos, como conjunto e locais de interesse:

1. Os conjuntos. — Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

2. Os sítios — Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2004, p.178-179).

Importante ressaltar que a característica meritória do valor excepcional domina todo o discurso em ambas as definições, que se diferem apenas pela inclusão da questão da natureza no último termo – sítios – que recebe maior ênfase quando se define posteriormente no documento o conceito de patrimônio natural ligado a ideia da não intervenção do homem no ambiente. A dicotomia entre cultura e natureza inicia, assim, a sua jornada que culminará, posteriormente, na consolidação da associação destes dois termos para a definição de paisagem, mas ainda é apenas o início de uma extensa discussão em torno deste conceito.

A resolução de São Domingos (1974) recomenda que para a preservação dos centros históricos devem ser levadas em consideração as questões sociais e culturais, principalmente aquelas relacionadas a habitação e infra-estrutura que possam vir a garantir a permanência da estrutura social existente no local. A preocupação com a manutenção dos centros históricos é reflexo principalmente da já citada expansão dos centros urbanos e conseqüentemente abandono de alguns centros históricos. Assim, os aspectos culturais deveriam receber atenção especial, assim como os sociais, uma vez que o local de origem e a população mais antiga dos centros históricos são testemunhos da memória daquela paisagem.

Em 1975 a Declaração de Amsterdã em suas considerações iniciais informa que os “conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentem um interesse histórico ou cultural.” (CURY, 2004, p.200) fazem parte do patrimônio¹⁰², o que já considera uma visão ampliada do conceito. Como anunciado em algumas Cartas anteriores, no início de sua definição enfatizavam-se principalmente as edificações isoladas de caráter excepcional e seu entorno, visão esta superada neste documento ao consolidar a ideia de conjunto e considerar também as edificações “modestas” como detentoras de valor patrimonial dentro deste conjunto. Além disso, a ampliação cronológica de eleição de bens culturais também se expande a partir do momento que considera a arquitetura de outras épocas como patrimônio, como aquelas do período modernista por exemplo.

O que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados. (CURY, 2004, p.201).

O documento ressalta também a importância da participação da população durante todo o processo de preservação do patrimônio, inaugurando a visão da conservação integrada¹⁰³ em todos os seus aspectos, seja nas diversas esferas de poder, seja nas técnicas e conceitos utilizados para intervenção no patrimônio.

(...) o sucesso das políticas de conservação integrada depende da importância atribuída aos factores sociais, ou seja, para evitar que a aplicação das leis do mercado contrariem as

¹⁰² “(...) compreende não só os edifícios isolados e respectivas envolventes, mas também os centros históricos e as aldeias tradicionais, que apresentem um interesse histórico ou cultural, sendo que a conservação do patrimônio arquitetônico deverá ser encarada como um dos principais objetivos do planejamento urbano e ordenamento do território.” (CAVÉM; 2007, p. 24).

¹⁰³ “Enfim, a conservação do patrimônio se insere numa nova perspectiva geral, atenta aos novos critérios de qualidade e de medida, e que deve permitir inverter, de hoje em diante, a ordem das escolhas e dos objetivos, frequentemente determinada pelo curto prazo, por uma visão estreita da técnica e, finalmente, por uma concepção superada. A conservação integrada conchama à responsabilidade os poderes locais e apela para a participação dos cidadãos.” (CURY, 2004, p.204).

políticas sociais dos centros históricos reabilitados, defende-se a intervenção dos poderes públicos para moderar os mecanismos económicos. (CAVÉM, 2007, p. 25).

A Recomendação de Nairobi de 1976, “relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea” inicia seu documento ressaltando a importância dos conjuntos históricos dentro do contexto urbano, econômico, cultural e social das comunidades e definindo alguns conceitos importantes para o desenvolvimento desta Recomendação:

a) Considera-se “conjunto histórico ou tradicional” todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.

Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

b) Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

c) Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. (CURY, 2004, p.219-220).

Se comparado ao conceito elaborado na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada em Paris em 1972, que trabalha a noção de conjunto separada do conceito de sítios, nota-se que quatro anos mais tarde ambos serão agrupados em um único conceito, o de conjunto histórico. Que, de acordo com a citação anterior, abrange desde os assentamentos urbanos ou rurais, assim como aspectos relativos a arqueologia, história, arquitetura, cultura, incluindo ainda a ideia de ambiência.

Esta última completa o primeiro conceito à medida que considera a integração das áreas construídas com seu entorno¹⁰⁴, seja este construído ou não. Aqui pode-se remeter a ideia de paisagem cultural que tem sido discutida atualmente, uma vez que este conceito passa pela esfera da articulação das ações do homem com o meio ambiente. “Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um patrimônio universal insubstituível” (CURY, 2004, p.220).

A ambiência é explorada mais adiante neste documento - Recomendação de Nairobi de 1976 - pontuando que a mesma deve ser considerada em sua totalidade¹⁰⁵ e enfatiza que cada parte que a compõem, podendo aqui ser entendida como cada um de seus atributos, deva ser considerada e preservada de maneira a manter o equilíbrio do conjunto histórico. O atributo estético é destacado seja este ligado aos conjuntos homogêneos ou heterogêneos, no intuito de agregar valor ao caráter do conjunto, outro atributo considerado.

A preocupação com a ambiência do conjunto histórico ou tradicional passa por recomendações referentes a implantação de novos edifícios (gabarito, cor, material), saneamento urbano, demolição de edificações, segurança, infraestrutura, poluição visual e ambiental, trânsito, até mesmo às dimensões do lote, “(...) pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.” (CURY, 2004, p.227), inaugurando aqui a importância dada à relação de cheios e vazios na paisagem, elemento fundamental para sua caracterização e conseqüente preservação. Figueiredo (2014, p.92) conclui que:

Quanto à questão conceitual, a Carta amplia a noção de entorno(mais voltado à aspectos visuais da morfologia urbana) para “ambiência”, percebendo-o em seus vínculos sociais,

¹⁰⁴“Embora se admita que o conjunto histórico e sua ambiência devam ser considerados como um todo coerente, ao se fazer esta dissociação, o centro histórico continua sendo o foco central e a ambiência, segundo esse ponto de vista, continua existindo apenas para dar maior sentido àquilo que é considerado o bem principal.” (RIBEIRO, 2007, p.40).

¹⁰⁵ “Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar.” (CURY, 2004, p.220).

econômicos e culturais que devem ser considerados como um “todo coerente” ao conjunto histórico principal. Porém, mantém ainda a hierarquia entre um conjunto principal e um conjunto de ambiência e não descarta a influência dessa ambiência “na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos”, mantendo a leitura visual e prescrevendo que “os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore.

Nota-se ainda novo avanço na visão de conjunto histórico, uma vez que acrescenta o valor arqueológico e considera aqueles que possuem características heterogêneas como passíveis de serem reconhecidos como patrimônio cultural, valorizando a diversidade de tipos, destacando que aqueles que possuem “(...) elementos de vários períodos diferentes, a ação de salvaguarda deveria levar em consideração as manifestações de todos esses períodos.” (CURY, 2004, p. 226).

O conceito de ambiência permeia alguns destes documentos e aparece constantemente ao lado da palavra paisagem, requerendo uma análise que demonstre seus aspectos distintos, valendo definir também o conceito de entorno. Isso evitará possíveis contradições ao longo da pesquisa.

A partir da construção realizada anteriormente em que o sujeito busca constantemente entender seu estar no mundo através principalmente do estabelecimento de seu ponto de apoio existencial ele reconstrói este diálogo em função de suas aspirações e influências do lugar onde habita. A ambiência aparece aqui como um dos fatores que influencia esta relação sujeito-objeto, ou seja, pressupõe uma relação com a pessoa que flui o espaço. Este termo está associado principalmente às questões sensoriais, de ordem afetiva e imaterial do lugar. Pode-se dizer que a ambiência possibilita uma interação entre os usuários e suas representações culturais a partir de suas percepções e sensações. “Ambiência é um termo carregado de significados e confere à entidade física “espaço” o status de entidade poética, sensorial e multidirecional.” (DUARTE et al, 2008, p.2). Assim possibilita evocar a memória sensível do sujeito contribuindo no processo de construção da identidade através de apropriações simbólicas. As experiências espaciais do sujeito são a todo instante motivadas pelos atributos da ambiência.

A paisagem será então o produto desta relação sujeito-objeto onde a ambiência proverá a base para a construção das questões imateriais que fortalecem esta interação e estão imbuídas no conceito de paisagem. Ou seja, poderíamos considerar a ambiência como o suporte e a paisagem como o produto da ação, como fenômeno, em uma relação de dependência entre ambas.

Já o “entorno¹⁰⁶”, no âmbito da preservação do patrimônio, é considerada a área que se localiza ao redor dos bens tombados, sua vizinhança, podendo não ser portador de valor cultural como a coisa que o circunda. O entorno pode ser composto por imóveis que circundam a área protegida, como também uma área sem ocupação, como os campos ou as montanhas. Assim, são fundamentais no que diz respeito a proteção e leitura da paisagem. A ideia de entorno amplia a visão de patrimônio fragmentada ou aquela que valoriza suas partes isoladas ou até mesmo a somatória destas e contribui para consolidar a definição de bem cultural com uma visão de todo, coeso e articulado. O entorno, portanto, é responsável pelo estabelecimento de coerência, integridade, entre a paisagem e a ambiência, ampliando a legibilidade do bem cultural.

As preocupações levantadas na década de 70, analisadas anteriormente, irão ser exploradas mais significativamente na década de 80, quando se institucionaliza a necessidade de aproveitamento tanto do potencial físico quanto de identidade patrimonial das áreas centrais das cidades. Neste sentido, serão elaboradas mais algumas cartas internacionais que enfatizam a necessidade de salvaguardar as cidades históricas.

Ressalta-se ainda que, no Brasil, neste período,¹⁰⁷ a ideia da cidade-monumento, obra de arte acabada, será substituída pela ideia da cidade-

¹⁰⁶ A definição de entorno na visão do IPHAN: “É a área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados, que é delimitada com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. Compete ao órgão que efetuou o Tombamento estabelecer os limites e as diretrizes para as intervenções, nas áreas de entorno de bens tombados.”

¹⁰⁷ “Até o início dos anos de 1970 ainda era esse o pensamento que norteava a ação do IPHAN, voltada muito mais à valorização da “pedra-e-cal” do que à compreensão do complexo amálgama de história, sociedade e estética que constitui as nossas cidades.” (DUARTE JUNIOR, 2010, p. 52-53).

documento. O primeiro conceito está ligado principalmente à valorização da unidade estilística dos conjuntos urbanos – deixando claro que o estilo colonial seria o único a ser reconhecido como patrimônio neste período - em função da necessidade de se criar uma identidade nacional brasileira, processo este iniciado oficialmente com a semana de arte moderna de 1922.

Para tanto, cidades como Ouro Preto, por exemplo, seria considerado o patrimônio que representaria a cidade brasileira em termos de sua identidade e memória dentro deste conceito de cidade-monumento, onde a questão visual, da fisionomia e da homogeneidade seriam os atributos a serem considerados quando da eleição dos conjuntos como patrimônio cultural, ou seja, aqueles que possuíam valor simbólico nacional. “Assim sendo, naquela fase de tratamento das cidades como patrimônio não era levada em consideração sua historicidade. Eram selecionadas áreas urbanas com uma unidade de estilo – setecentista - fora da ameaça do desenvolvimento.” (MOTTA, 2000, p. 265).

Já na década de 80, o segundo conceito, cidade-documento¹⁰⁸ irá considerar não só o aspecto estético destes núcleos, mas também a sua ligação com a questão histórica que permeia toda a sua formação, entendendo as cidades como documentos que guardam toda a sua memória e identidade, como uma fonte de conhecimento. Esta mudança de postura vem de um amadurecimento do campo patrimonial com relação a ampliação do conceito de patrimônio urbano, que passará a considerar, principalmente, as questões tipológicas e cronológicas menos restritivas que anteriormente, valorizando não só o estilo colonial. “Ampliavam-se, desta maneira, as possibilidades de apropriação do bem cultural como referência de identidade, independentemente de uma determinada estética.” (MOTTA, 2000, p.267). Assim, o patrimônio urbano seria tratado como fonte de informação histórica que poderia ser lido através de sua evolução urbana, de suas formas ao longo do tempo, possibilitando considerar esta categoria de patrimônio como “cidade-documento”, rompendo com a ideia de “cidade-monumento” que prevaleceu no Brasil durante várias décadas e foi responsável pela atribuição de valor de patrimônio a vários bens culturais.

¹⁰⁸ “No IPHAN, o marco fundador desta nova perspectiva foi o parecer do arquiteto Luís Fernando Franco sobre o tombamento de Laguna, em 1984 (...).” (MOTTA, 2000, p. 267).

Nesta formulação, os processos sócio-históricos de formação e evolução das cidades são tão ou mais importantes do que as expressões estéticas, constituindo-se a preservação como uma notável função urbana, no mesmo patamar da habitação, do trabalho, da recreação e da circulação, vê a fruição do patrimônio como algo decorrente do direito à cidade. (DUARTE JUNIOR, 2010, p. 53).

Em 1981, a Carta de Florença, que trata principalmente dos jardins históricos, inclui em seu artigo 8º a definição de sítio histórico, como sendo uma:

(...) paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre etc. (CURY, 2004, p. 254).

Pela primeira vez a palavra paisagem é associada à de sítio histórico, ressaltando suas características histórica e excepcional, sendo que já haviam sido mencionadas em documentos anteriores, porém separadamente. O uso da palavra paisagem para determinar um local com suas características imateriais irá posteriormente contribuir para a noção de paisagem cultural que está sendo discutida na atualidade.

A Carta de Washington de 1986, Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, considera que estas são a expressão de um povo que imprime suas características na paisagem ao longo do tempo, por isso são todas consideradas históricas de acordo com este documento. Como princípios e objetivos para a salvaguarda das cidades históricas é apresentada uma lista de elementos físicos (atributos) que compõem este espaço complexo e que devem ser preservados, assim como seus aspectos imateriais que contribuem para a estruturação de sua imagem – palavra esta utilizada no documento e entendida aqui como paisagem. Enfatiza ainda a necessidade de se realizar o planejamento físico territorial coerente com o desenvolvimento econômico e social no intuito de preservar o caráter das cidades históricas.

a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;

b) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;

c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

d) as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem;

e) as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história.(CURY, 2004, p.282).

O 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos realizado em 1987 gerou o documento intitulado Carta de Petrópolis que inicia seu texto com a conceituação de sítio histórico urbano como:

(...) o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de “área crítica”, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico. (CURY, 2004, p.285).

Assim como a análise da Carta anterior - A Carta de Washington – a cidade é considerada principalmente através de seu atributo histórico. Além de trazer novamente a ideia de paisagem cultural defendida hoje, ou seja, “o Sítio Histórico Urbano é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída” (CURY, 2004, p.285), admitindo a característica da dinamicidade intrínseca a qualquer organismo vivo. Adiciona ainda a característica da polifuncionalidade e a necessidade de, quando da elaboração de ações para sua preservação, reconhecer o valor social da propriedade a se sobrepôr ao valor puramente econômico.

Nota-se que nesta década a retomada das áreas centrais passa a ser um importante discurso dentro da esfera do planejamento urbano territorial, o que amplia a noção de conjunto e integração que os centros históricos possuem em relação ao restante da cidade. Além disso, inclui dentro da perspectiva da preservação destas áreas centrais, não só as questões históricas, mas principalmente o valor social inerente a estes lugares.

Neste período – 70 e 80 – a recessão econômica será decisiva com relação a retomada dos centros históricos, uma vez que os mesmos possuíam potencial para suprir algumas questões de ordem habitacional, cultural e social, como

informado anteriormente. Além disso, estes contêm grande carga patrimonial, o que em termos econômicos passou a ser visto como fonte de recurso, considerando, além de outras funções, o turismo¹⁰⁹ que estes poderiam atrair, sendo considerada uma área estratégica dentro da cidade. Mas para isso era necessário agregar a ideia de uma paisagem urbana positiva ligada às áreas centrais, valorizando alguns aspectos inerentes a estas áreas que haviam sido desvalorizados em função dos novos conceitos de cidade vigentes nos períodos anteriores.

Em oposição ao Urbanismo Moderno, discutido anteriormente, iniciam-se os debates sobre o surgimento de um Novo Urbanismo, defendendo:

(...) o limite da expansão incontrolada e em mancha de óleo dos subúrbios; redirecionar uma parte do crescimento urbano para o centro das cidades; reorganizar o espaço edificado de forma a tornar o tecido urbano mais compacto e funcionalmente completo, preenchendo os espaços vazios intersticiais em detrimento da ocupação de novas áreas naturais na periferia; a abolição do zoneamento funcional a favor do mix funcional; a diversidade social, o patrimônio edificado, a requalificação do espaço público e a estruturação da cidade em função deste e dos serviços públicos; privilegia os peões e o andar a pé, sem excluir o tráfego automóvel, defendendo apenas a redução do seu fluxo. (SEBASTIÃO, 2010, p.32).

Neste contexto, em resposta à dicotomia existente e às discussões de que alguns bens poderiam ser inscritos tanto como bens naturais e culturais simultaneamente, a UNESCO estabeleceu em 1992 a categoria da paisagem cultural, a qual teria como função primordial a proteção de forma integrada da relação estabelecida entre homem e natureza. Atualmente ainda se discute a definição deste conceito, assim como questões ligadas ao seu tombamento e gestão, tema este que será abordado nos próximos capítulos.

Em 1995 seria redigida a Carta de Brasília, Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade, na qual revela a necessidade de se discutir as questões

¹⁰⁹ É relevante observar aqui que a transformação dos centros históricos em vitrines de consumo para o turismo pode fazer com que estas áreas sejam voltadas mais para o turista do que para a população residente, tornando estes espaços mera paisagem cenário sem conteúdo.

referentes à autenticidade¹¹⁰ especificamente nos países do Cone Sul que se mostram bem diferentes dos países europeus em função, especialmente, de sua formação ao longo do tempo.

Neste sentido, em uma das sessões enfatiza-se a questão da autenticidade e contexto, ou seja, a necessidade de manutenção da autenticidade dos conjuntos urbanos, principalmente no intuito de melhoria da qualidade de vida da população. Pois uma vez preservada as características culturais, sociais, incluindo aquelas de caráter material e imaterial dos conjuntos urbanos, conseqüentemente estará contribuindo para a manutenção de uma paisagem equilibrada e, para isso, é necessário considerar não só os edifícios isoladamente, mas principalmente seu conjunto. “Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade. Para isso, é necessário criar normas especiais que assegurem a manutenção do entorno primitivo, quando for possível, ou que gerem relações harmônicas de massa, textura e cor.” (CURY, 2004, p.326).

Pela primeira vez, em 1995, a chamada Recomendação nº R (95) 9, “Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas”, trará a ideia de paisagem definitivamente para as discussões internacionais, após o primeiro passo dado em 1992, podendo sugerir aqui, talvez uma substituição dos termos núcleo histórico, centro histórico e conjunto urbano, analisados anteriormente, pela noção de paisagem.

No âmbito das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, iniciado a algumas décadas, a necessidade de conciliar este desenvolvimento com o meio ambiente e a sociedade se mostra imprescindível no intuito de atingir um equilíbrio harmonioso entre estas relações existenciais. Ressaltando para isto,

¹¹⁰ “Nós, representantes dos países do Cone Sul, sentimos a necessidade de colocar a questão da autenticidade a partir da nossa peculiar realidade regional, que difere daquela dos países europeus os asiáticos de longa tradição como nações, pois nossa identidade foi submetida a mudanças, imposições, transformações que geraram dois processos complementares: a configuração de uma cultura sincretista e a de uma cultura de resistência.” (CURY, 2004, p.323).

a importância da manutenção da memória e da identidade das comunidades através da preservação de sua paisagem. E ainda reconhece que:

(...) o meio ambiente é um sistema dinâmico que engloba elementos naturais e culturais interagindo num determinado tempo e espaço e passível de ter efeitos diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, sobre os seres vivos, as comunidades humanas e sua descendência, em geral. (CURY, 2004, p.330-331).

Tendo em vista este contexto, o documento é iniciado com a definição do conceito de paisagem:

(...) expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto,

- é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade;
- dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente;
- ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (CURY, 2004, p.331-332).

Este conceito estabelece, já em 1995, a ideia que ainda hoje esta sendo empregada de paisagem cultural, que, por sua vez, enfatiza principalmente a questão da relação das ações do homem com o meio ambiente, uma inter-relação de aspectos naturais e culturais, considerados inseparáveis componentes da paisagem.

Em âmbito Estadual, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais estabeleceu a Portaria Nº 29 de 30 de setembro de 2008, que disciplina a execução do Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais (IPAC/MG). Para sua efetivação, no artigo 4 são definidas as categorias nas quais os bens culturais devem ser classificados, não incluindo ainda a categoria de paisagem, apenas a de núcleos e conjuntos urbanos.

I - Patrimônio imaterial, incluindo os saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; as celebrações – rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social –; as expressões – manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas –, os lugares, os falares e tantos outros quantos houver;

II - Patrimônio natural, compreendendo também os sítios espeleológicos e paleontológicos;

III - Patrimônio arqueológico;

IV - Núcleos e conjuntos urbanos, compreendendo traçados e conjuntos urbanos, tipos de ocupação das edificações no lote e em relação ao arruamento e em função de referenciais geográficos e de redes de comunicação (rios, serras, ferrovia, caminhos, conjuntos de devoção religiosa e romarias, etc.);

V - Estruturas arquitetônicas e urbanísticas – compreendendo as edificações, estruturas e equipamentos urbanísticos e culturais, vestígios arqueológicos, obras de arte e contenções em caminhos;

VI - Bens integrados – arte aplicada à arquitetura e aos espaços livres e públicos;

VII - Bens móveis;

VIII - Acervos arquivísticos, museográficos e artísticos – sempre considerados em seu conjunto, compreendendo a identificação de acervos, fundos e coleções. (IEPHA/MG, 2008b, p. 3-4).

Interessante notar que, com relação as recomendações de proteção do patrimônio urbano, seja centro histórico, núcleo histórico, conjunto urbano e paisagem, as cartas internacionais teceram uma gama de procedimentos que acabaram por padronizar algumas posturas que foram importadas inclusive para o Brasil, como mencionado anteriormente.

Esta “universalização” de princípios e procedimentos ratificada e promulgada pelas cartas internacionais, juntamente com uma crescente magnificação dos bens patrimoniais, uma “inflação” ou “totalitarismo patrimonial”, observado por Choay (2006) na Europa, teria levado a procedimentos de uniformização da conservação em busca de homogeneidades. Esta postura acabaria distorcendo significados e materialidades e resultando numa “museificação” padronizada que subtrai do bem seu sentido social. (FIQUEIREDO, 2014, P.90).

Do ponto de vista fenomenológico, algumas cartas consideraram o patrimônio apenas como objeto isolado, ou mesmo quando sugerem sua inserção e relação com a paisagem, não se referem de maneira explícita à sua relação intrínseca com o sujeito ou às causas que levaram tal objeto a ser considerado patrimônio cultural, ou seja, o bem cultural independente do sujeito, sem seu caráter social e existencial. Além disso, as intenções de significações que podem ser atribuídas aos bens culturais tendo em vista o conceito de noema, não são abordadas nestes documentos. Aqui percebe-se claramente a lacuna existente no campo do patrimônio quando o assunto é a relação sujeito-objeto e os seus significados produto desta relação, e o seu reflexo na paisagem.

A partir da análise realizada percebe-se que as definições de centro histórico, núcleo histórico e conjunto urbano são sempre tangenciadas entre si, além de sofrerem alterações ao longo do tempo, fato que considera-se comum tendo em vista a análise de qualquer conceito em um determinado espaço de tempo. As revisões e releituras são fundamentais quando se trata da definição de um conceito, sendo pertinente concluir que aos três termos analisados foram sendo adicionadas informações e atributos que ao longo do tempo possibilitou a construção de uma definição mais completa destes termos, o que contribuiu também para que fossem encontrados pontos em comum na descrição dos mesmos.

Neste sentido, ao analisar o avanço dos documentos no que tange a estes conceitos, nota-se a importante contribuição da inserção de aspectos relacionados à identidade e consciência coletiva. O que pode ser considerado um avanço significativo, que juntamente com a mudança de uma postura focada no binômio estética-história para aquela de cunho antropológico-cultural, preparará a base do aporte teórico-conceitual que possibilitará o início das discussões acerca do conceito de paisagem cultural. A análise deste tema será aprofundada no capítulo seguinte, no intuito de definir o conceito de paisagem que está sendo construído ao longo da narrativa da presente pesquisa.

Além disso, nota-se ainda a inclusão não somente da característica de excepcionalidade, mas também da “arquitetura modesta” e ordinária, como

atributo para a identificação dos bens culturais além da superação da diferenciação entre natureza e paisagem, entre natural e cultural, dentro da esfera de categorização do patrimônio, reforçando o caminho percorrido para a definição da paisagem cultural. Este conceito inclui todas as características abordadas anteriormente para cada um dos termos analisados, além de possuir mais alguns atributos¹¹¹, assim convencionando-se nesta pesquisa denominar como paisagem todos os espaços que foram tratados ao longo do tempo como centro histórico, núcleo histórico ou conjunto urbano¹¹².

Tendo em vista a consideração anterior, faz-se necessário explorar o conceito de paisagem como bem cultural utilizando como base a ideia de noema, no intuito de verificar a sua origem, desdobramentos ao longo do tempo, assim como as diversas abordagens sobre este tema, considerando sobretudo a sua complexidade, que será apresentada no capítulo que se segue.

¹¹¹ Conceito que será explorado no próximo capítulo.

¹¹² Transcrição da resposta do IEPHA/MG a pergunta sobre a diferenciação dos conceitos de centro histórico, núcleo histórico e conjunto urbano: “O conceito do centro histórico adquiriu uma abrangência evolutiva, partindo da noção de monumento histórico até atingir a idéia dinâmica do sítio no qual guarda o fazer cultural de uma sociedade / população bem como suas manifestações.

A designação de **centro histórico** permeia aquelas localidades em que congregam o valor simbólico adquirido; considera-se o espaço da localidade em que recebeu os valores agregados ao longo da história, o legado do povo. O centro histórico, ampliando, concentra as funções urbanas bem definidas: o poder público, o administrativo, o civil; essas se sustentam. E, especialmente, há a hierarquia dos assentamentos e processos arquitetônicos construtivos. Enquanto que para o **núcleo histórico**, adota-se a idéia daquelas localidades que guardam as características da ocupação urbana, das primeiras fases da ocupação, dos primeiros sistemas construtivos, porém, é desprovido das funções públicas e administrativas; essas são exercidas pelo centro histórico polarizador mais próximo.

Já para o **conjunto urbano**, tem-se a idéia daquele que congrega uma heterogeneidade no espaço, sendo os fragmentos de história dentro do espaço urbano maior, do território urbano mais abrangente.

Ao analisar as cartas internacionais as quais abordam os bens culturais no âmbito urbano: centro histórico, núcleo histórico, conjunto urbano, verifica-se que ocorre o aprimoramento dos conceitos no que tange a conservação, gestão do patrimônio cultural dos centros históricos / cidades históricas.” (TÉCNICO A - parte do texto integrante do Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Córregos)

CAPÍTULO 5

A PAISAGEM COMO BEM CULTURAL

A paisagem, subjetiva e coletiva, “cobre” o solo, objetivo e físico, como sucessivos cruzamentos e interdependências entre as características concretas dos espaços físicos e a camada simbólica sobre eles depositada, o mesmo é dizer, entre os sujeitos (habitantes) e o mundo envolvente. É por isso que estes espaços diversificados e mutáveis nunca podem ser confundidos com o espaço extenso, homogêneo e mensurável das ciências físicas. É por isso que se pode defender que a paisagem é uma criação cultural. (SERRÃO, 2013, p.21).

Para a compreensão da paisagem como bem cultural será desenvolvido neste capítulo a análise deste conceito, desde sua abordagem multidisciplinar até as transformações ocorridas ao termo em questão ao longo do tempo e, paralelamente, será analisada ainda a sua instituição como bem cultural. Pretende-se também discutir criticamente algumas definições estabelecidas por alguns autores na atualidade, enfatizando ainda a necessidade de abordagem deste termo tendo em vista os principais conceitos da fenomenologia apresentados anteriormente.

A paisagem, em seus primórdios, está estritamente ligada à questão da visão e conseqüentemente à estética daquilo que se observava. A paisagem como vista de um conjunto, foi inicialmente tratada no Livro dos Salmos, onde pela primeira vez esta palavra foi registrada, no intuito de descrever a paisagem de Jerusalém.

A primeira referência à palavra “paisagem” na literatura aparece no "Livro dos Salmos", poemas líricos do antigo testamento, escritos por volta de 1000 A.C. em hebraico (...) a paisagem refere-se à bela vista que se tem do conjunto de Jerusalém, com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão. (METZGER, 2001, p.02).

A paisagem aqui merece destaque pelo fato de se materializar através de uma descrição. Observa-se e, posteriormente, descrevem-se os seus elementos. Curiosamente, em 1.000 a.C. a paisagem descrita é aquela construída pelo homem, através da introdução principalmente de edificações, chamando atenção para aquelas que se destacavam na paisagem.

Interessante é associar esta descrição ao fato de que os órgãos de preservação no Brasil iniciaram suas atividades enfatizando a arquitetura de caráter excepcional, como sugerido no texto do Livro dos Salmos, sendo composta em sua maioria pela arquitetura religiosa e pública, pois além de possuir mais vulto do que a arquitetura ordinária em geral, era implantada em pontos notáveis do sítio, como por exemplo, nas cidades históricas do estado de Minas Gerais.

Considerado um marco na paisagem por Vladimir Bartalini (2007), a subida de Francesco Petrarca, poeta italiano, ao monte Ventoux em 1336, irá influenciar o

olhar do homem sobre a paisagem a partir do momento que existe um questionamento, um incômodo, uma descoberta através da contemplação da paisagem. Neste momento, o olhar religioso sobre a paisagem será substituído pelas ideias da razão e da ciência que começam a ser discutidas o que se tornará a tônica, posteriormente, do movimento Iluminista. A partir do simbolismo de vislumbrar a paisagem de um ponto mais alto, foi possível empreender uma análise baseada em interior e exterior, perto e distante¹¹³, inaugurando, assim, o “olhar moderno sobre a paisagem.” (BARTALINI, 2007, p.1).

No século XV, a questão da natureza irá emergir nas discussões referentes ao conceito de paisagem, uma vez que neste período, o ideal renascentista propiciará ao homem certo distanciamento da natureza, ao passo que a evolução das técnicas contribuirá para que a percepção da natureza fosse transformada em algo possível de ser apropriado e conseqüentemente modificado. “A partir deste momento a paisagem começa a ter um significado diferenciado, deixando de ser apenas uma referência espacial ou um objeto de observação.” (SCHIER, 2003, 81).

A relação do ambiente construído com a natureza, ou seja, da paisagem modificada pelo homem com a natureza será discutida, principalmente, a partir deste período - renascimento. Será nesta época, através da pintura, que a paisagem receberá nova leitura a partir da utilização da perspectiva¹¹⁴, pois por meio desta será possível representar aquilo que se observa ou se idealiza, trazendo a essência da paisagem, assim como todo seu simbolismo, para dentro das molduras dos quadros.

Daí a noção comum de que a paisagem é um “panorama” ou algo que se vê de longe e com profundidade, permitindo a distância necessária da linha do horizonte ou skyline, espinha dorsal de sua construção morfológica, onde os primeiros planos e os detalhes se fazem menos importantes, embora constitutivos. É nesse quadro pictórico como base mental,

¹¹³ “O mundo se afasta quando visto de cima. Por outro lado, no alto, o distante se torna próximo, como constatou Petrarca ao divisar, saudoso, do cume do Ventoux, as terras da Itália, da qual se sentia tão longe. Mas percebeu também, “saciado quase até a embriaguez” pela visão do alto da montanha, que ele se afastava de si mesmo.” (BARTALINI, 2007, p.2).

¹¹⁴ “A perspective – que é passagem através, abertura (*per-scaper*) – alcança o infinito, um “além” que sua linha evoca.” (CAUQUELIN, 2007, p.36).

uma montagem construindo a imagem artificial, que os diversos elementos são organizados. (FIGUEIREDO, p. 2, 2012).

Esta representação seria nada mais do que a necessidade de se criar a ilusão da realidade, através da perspectiva, de uma paisagem “real” por meio da técnica do ponto de fuga. Assim, a paisagem seria representada como aquela ideal, pronta para seduzir e informar o estado das coisas em um determinado local, em um determinado espaço de tempo, seja dia, noite, sol ou chuva. As questões de tempo são introduzidas, mas a sua dinâmica ainda é limitada no que diz respeito ao entendimento do conceito de paisagem como algo em constante transformação, tendo em vista que a pintura “congela” uma paisagem específica em um momento particular.

Esta visão da paisagem estática - referência espacial, objeto de observação - está sem dúvida enraizada nos órgãos de preservação no Brasil em suas primeiras atividades, quando se intentava preservar o patrimônio de maneira rígida, ou seja, não considerando que este se encontrava inserido dentro de um contexto cultural que possui características em permanente modificação. Como exemplo pode-se citar o perímetro de tombamento da cidade de Ouro Preto delimitado pelo IPHAN quando de seu tombamento em 1938, onde não eram consideradas as encostas do entorno como área de preservação, desconsiderando a possibilidade de expansão deste núcleo. Assim, ocorreu posteriormente, à ocupação destas áreas e a descaracterização de trechos da paisagem de seu centro histórico.

Outro dado importante que demonstra tal ideia é que nas primeiras atuações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), grande parte de bens tombados eram edifícios isolados (83% - 601 edifícios) enquanto os conjuntos urbanos e arquitetônicos representavam apenas 3,8% (26 bens culturais). (CHUVA, 2009). O próprio ato de tombamento acabaria por gerar uma ideia de estagnação, quase um “congelamento” no tempo do patrimônio selecionado, o que dificultava a inserção de conjuntos urbanos na lista do patrimônio em função de sua característica dinâmica. Deste modo, a grande maioria dos bens culturais selecionados - baseados principalmente em seu valor artístico e de excepcionalidade - como representativos da identidade

nacional brasileira demonstraria a postura que seria adotada pelo órgão de preservação durante várias décadas. Fato este que será refletido também na prática dos órgãos de preservação estaduais, como em Minas¹¹⁵, por exemplo, que terão como balizador as ações realizadas na esfera nacional. Reforça esta ideia a passagem de Figueiredo (2014, p. 151):

Ancorado na autoridade técnica e notoriedade pública de seus gestores, na sacralização da ideia de monumento e na preservação como ato de civilidade, o tombamento associou-se rapidamente à prática da intocabilidade dos bens, sua musealização, portanto, e da subserviência ao órgão protetor ou tutelar, motivado mais por um apelo ético-moral que pelo efeito legal-penal (dispositivo que há pouco nem existia).

O fato de Mário de Andrade não inserir em seu anteprojeto alguma menção as paisagens naturais como um bem passível de ser considerado patrimônio corrobora também com a passagem acima uma vez que as áreas sem o agenciamento humano não poderiam ser consideradas bens culturais, entendendo desta forma as áreas livres ao redor das cidades, como o caso de Ouro Preto. Apesar do Decreto Lei 25/37 ter sido publicado antes do tombamento da cidade, este possui uma visão ampliada da questão da paisagem, principalmente a chamada natural, "(...) a instituição pouco explorou essa possibilidade, agindo sobre a paisagem sobretudo a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção da paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial (...). (RIBEIRO, 2007, p.72)".

Retomando, a perspectiva será, pois, um marco para a percepção da paisagem e sua relação com a natureza ¹¹⁶, pois "(...) a natureza processada à construção da paisagem passa a ser produto (embora sempre inacabado), ao passo que naturaliza a própria ideia de paisagem, tornando-a elemento inseparável de sua forma simbólica."(FIGUEIREDO, 2012, p. 2). A perspectiva irá contribuir, também, para enfatizar as características imateriais da paisagem,

¹¹⁵ Os centros históricos tombados pelo IEPHA, objeto de análise do capítulo seguinte, demonstrarão claramente o reflexo da postura nacional em âmbito estadual.

¹¹⁶ "Além do retrato real da beleza da natureza, os pintores e escritores pré-românticos e românticos, assim como os simbolistas e os impressionistas, retratavam também a paisagem como um reflexo da "paisagem interior", dos sentimentos de melancolia e solidão." (METZGER, p.2, 2001).

uma vez que a partir de sua representação, possibilita interpretações, sensações, que agregarão significado a esta paisagem, o que conseqüentemente colaborará para criar o aporte do significado existencial do homem neste período.

Através da pintura, inaugura-se, ainda, o estabelecimento desta construção simbólica entre os objetos, pois a partir do momento que se torna possível revelar aquilo que se está vendo¹¹⁷, possibilita-se, assim, a formação de um vínculo entre os objetos isolados da natureza. Estes objetos passam a ter valor a partir do momento do estabelecimento deste elo, ou seja, na visão de conjunto, o que seria nada mais do que a paisagem. Esta ligação é exatamente o que se vê, e esta visão será, neste momento, regida pelas regras da perspectiva, que possibilitam a representação da ideia de conjunto, induzindo a construção mental simbólica da percepção de uma determinada paisagem. É a partir daí que Cauquelin (2007, p.81) afirma que: “esse “mostrar o que se vê” faz nascer a paisagem, a separação do simples ambiente lógico (...)”. Esse olhar ainda possui uma analogia, de acordo com Cauquelin (2007, p.85) com a ideia da janela, da moldura, pois, “o olhar é a janela pela qual compreendo as coisas”. Sem este olhar, sem este recorte¹¹⁸ não se teria a paisagem, apenas a natureza¹¹⁹.

Seria possível afirmar, portanto, que o “nascimento” da paisagem¹²⁰ tem sua origem na arte, principalmente na arte pictórica que passará por três momentos que marcarão a consolidação deste conceito: primeiro as figuras religiosas que inicialmente possuíam a paisagem apenas como composição, onde as imagens religiosas dominavam o quadro; depois a introdução da perspectiva, como

¹¹⁷ “(...) o “mostrar o que se vê” toma a dianteira da representação de uma ideia de mundo. Mostrar o que se vê, esse é o novo imperativo que vai abalar as relações entre realidade razoável e aparência, fazendo da técnica pictórica o pedagogo de uma ordenação.” (CAUQUELIN, 2007, p.81).

¹¹⁸ A paisagem como recorte será discutida adiante neste capítulo.

¹¹⁹ “Por natureza entendemos o nexa infindo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal.” (SIMMEL, 2009, p.5).

¹²⁰ “A seu modo, Simmel e Ritter contrariam a tão defendida e aparentemente irrefutável invenção da paisagem pela *perspectiva artificialis* da pintura renascentista: uma teoria da construção do espaço que permite representar a profundidade no horizonte da tela. Para Simmel, a paisagem é uma experiência do indivíduo moderno, ignorada nas épocas precedentes em que prevalecia um sentimento da *Natureza*.” (SERRÃO, 2013, p.18).

discutido anteriormente, que possibilitará a unificação da imagem e a cena bíblica será reduzida em proporção à paisagem; e finalmente o momento em que a terra é vista do espaço, fato que colocará em discussão uma série de abordagens referentes à paisagem, mas não somente a esta, também a questão da escala de intervenção na mesma e a possibilidade de distanciamento da paisagem para sua interpretação demandará novas reflexões, possibilitando um aparato maior para o desenvolvimento de uma visão crítica. “A procura de outra ótica, de outros métodos de conhecimento da realidade, é uma forma de ancorar-se na leveza que o desenvolvimento tecnológico propicia, para dar espaço ao novo.” (LEITE, 1994, p. 69).

Pode-se considerar, assim, que a paisagem é uma construção artística, apoiada principalmente na experiência que o observador possui previamente e aquela possibilitada pela contemplação de uma determinada paisagem. Esta paisagem é criada, também, pelo sentimento do observador, incluindo assim seu gosto, a partir do qual elege uma paisagem específica e a dota de símbolos.

Neste sentido, pode-se afirmar que a paisagem¹²¹ não é uma questão natural e sim uma construção sócio-cultural¹²². Reforça esta ideia a frase de Cueco citada por Roger (2007, p. 31): “*El paisaje no existe, tenemos que inventarlo.*”¹²³ A paisagem seria então uma representação daquilo que está sendo observado que, de acordo com alguns autores, tem sua origem justamente na pintura, em função dos fatores descritos acima. Assim, a paisagem estaria relacionada com a imagem estética¹²⁴, porém não podendo reduzir este conceito unicamente às questões ligadas ao significado estético notado por um observador específico. As muitas variáveis que atuam quando

¹²¹ “(...) uma construção que é passada por filtros simbólicos, antigas heranças.” (CAUQUELIN, 2007, p.96).

¹²² “Naturalmente, sublinhar o caráter “cultural” das paisagens não quer dizer descurar de modo algum a configuração e os caracteres naturais dos lugares, que devem ser o mais possível salvaguardados, protegidos, revalorizados e que se encontram expressos ou diversamente negados nas paisagens afectivas.” (BONESIO, 2012, p.205).

¹²³ “A paisagem não existe, temos que inventá-la.” (tradução nossa).

¹²⁴ “Lo mismo sucede com el paisaje, uno de los lugares privilegiados donde se puede verificar y medir este poder estético.” (ROGER, 2007, p. 20).

“O mesmo acontece com a paisagem, um dos lugares privilegiados onde se pode verificar e medir este poder estético.” (tradução nossa).

da observação de uma paisagem, principalmente aquelas referentes à experiência prévia de cada observador, como afirmado anteriormente, refletirá em um significado/interpretação diferenciado, não puramente estético.

Parece, conseqüentemente, mais razoável encarar a questão da paisagem no âmbito de uma indagação antropológica geral sobre o desenvolvimento e transformações das “culturas visuais” do que encará-la de modo restrito somente no interior da esfera da estética. (BESSE, 2006, p. 62).

A representação da natureza nos quadros através da pintura possibilita ao artista¹²⁵ estabelecer um olhar com as lentes da cultura sobre a natureza, o que segundo Roger (2007) seria denominado de “artealização” da natureza. “(..) *un lugar natural sólo se percibe estéticamente através del Paisaje, que así pues, realiza en este ámbito la función de artealización.*”¹²⁶ (ROGER, 2007, p.22). Através do que seria chamado por Oscar Wilde de “Revolução Copérnica da estética” a seguinte frase reforçaria esta ideia: “A vida imita a arte muito mais do que a arte imita a vida.” (ROGER, 2007, p.18). A arte como espelho de comportamentos, “imposição” do que seria o belo, tem na pintura um dos seus principais vetores relacionados a questão da estética da paisagem. Esta imposição de modelos não diz respeito apenas à questão da estética, a estrutura da linguagem paisagística possui um sistema de signos e símbolos que atuam sobre a mentalidade coletiva, influenciando sobremaneira a relação do homem com o ambiente.

A paisagem como patrimônio perpassa necessariamente a questão da arte e conseqüentemente da estética. Assim, por meio da cultura o olhar contempla uma porção da natureza e através da artealização a projeta como paisagem, objeto construído pela individualidade existencial de cada ser-no-mundo. A partir daí, é possível afirmar que a paisagem é um bem cultural, independente dos valores atribuídos a mesma, ou de regras pré-estabelecidas por

¹²⁵ “Actualmente, la gente vela neblina no porque haya neblina, sino porque los pintores y los poetas les han enseñado el encanto misterioso de tales efectos. Sin duda, en Londres hay neblina desde hace siglos.” (ROGER, 2007, p. 19).

“Atualmente, as pessoas veem a neblina não porque haja nevoeiro, mas porque poetas e pintores ter ensinado o charme misterioso de tais efeitos. Certamente, em Londres, existe neblina desde há séculos.” (tradução nossa).

¹²⁶ “(..) um lugar natural só se percebe esteticamente através da Paisagem, que então, realiza neste âmbito a função de artealização.” (tradução nossa).

Instituições. Porém a mesma só possuirá valor de patrimônio¹²⁷ a partir do momento que a artealização da paisagem for realizada por um olhar coletivo.

(...) o critério que guia não só a valorização mas também a tutela da paisagem não pode ser um critério que tenha exclusivamente em mira o ambiente: deve incluir a paisagem como fenômeno estético. Torna-se tanto mais importante, por conseguinte, uma teoria adequada da paisagem em sentido estético. (D'ÂNGELO, 2012, p.345).

Importante destacar, antes de avançar nesta linha cronológica de análise, a trajetória do conceito de paisagem realizado pela geografia, berço da origem deste conceito, que ao longo do tempo explora a relação existente entre as formas naturais e sociais em um espaço determinado. Este conceito irá possuir uma abordagem diferenciada e até mesmo divergente em função da sua interpretação, influenciada pela cultura do local e por correntes filosóficas, principalmente.

Aqui, já percebe-se a questão da subjetividade que ronda este conceito, uma vez que está estritamente ligado a percepção ou leitura que se tem de um determinado espaço, em uma determinada época sobre todo tipo de influência, seja política, econômica, social ou cultural.¹²⁸ Acrescente-se, ainda mais uma variável, o observador, que percebe a paisagem e a constrói, cada qual com uma “bagagem” experimental do espaço distinta e buscando sempre o equilíbrio de seu significado existencial.

Pode-se dizer que o conceito de paisagem foi originalmente ligado ao positivismo, na escola alemã, numa forma mais estática, onde se focalizam os fatores geográficos agrupados em unidades espaciais e, numa forma mais dinâmica, na geografia francesa, onde o caráter processual é mais importante. (SCHIER, 2003, 80).

¹²⁷ “El espíritu que respira aquí e ‘inspira’ estos sitios no es outro que el del arte, que, por médio de nuestra mirada, artealiza el país em paisaje.” (ROGER, 2007, p. 26).

“O espírito que respira aqui e ‘inspira’ estes sítios não é outro senão o da arte, que, por meio do nosso olhar, artealiza o país em paisagem.” (tradução nossa).

¹²⁸ “A geografia alemã, por exemplo, introduziu o conceito da paisagem como categoria científica e a compreendeu até os anos 1940 como um conjunto de fatores naturais e humanos (Otto Schlüter, Siegfried Passarge e Karl Hettner)”. Os autores franceses, sob influência de Paul Vidal de laBlache e Jean Rochefort, caracterizaram a *paysage* (ou o *pays*) como o relacionamento do homem com o seu espaço físico.” (SCHIER, 2003, 80).

Porém, independente da corrente ou visão apresentada sobre a paisagem na perspectiva da geografia, principalmente àquela denominada geografia cultural, o ponto em comum compartilhado por estas seria que a paisagem está ligada à ação do homem, as suas marcas no espaço. Percebe-se esta ideia a partir da definição de paisagem de Bertrand (1971, p. 2):

a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Uma questão importante dentro da geografia no tocante a paisagem, que foi discutida principalmente no início da construção deste campo disciplinar, foi a distinção entre paisagem natural e cultural, que foi pesquisada, principalmente, pelo geógrafo alemão Carl Sauer¹²⁹, representante da chamada “geografia cultural tradicional.”¹³⁰ Ele propôs a distinção entre paisagem natural e artificial e o método da morfologia da paisagem: “argumenta dizendo que a medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica, etc. É a marca do homem na natureza.”¹³¹ Reforça ainda que para o entendimento da paisagem é necessário o reconhecimento desta relação entre as formas naturais e aquelas construídas pelo homem, concluindo que:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido cronológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. (SAUER, 1998, p.42).

Aqui, o homem aparece como agente dentro do processo de intervenção na paisagem e conseqüentemente como “construtor” da paisagem chamada por

¹²⁹ “Sauer pode ser considerado o fundador da geografia cultural norte-americana, e a Escola que se formou em sua volta, em Berkeley, representou um dos mais ricos aportes teóricos-metodológicos da geografia norte-americana no século XX, e ainda hoje influencia diferentes trabalhos.” (RIBEIRO, 2007, p.16).

¹³⁰ Nome este dado posteriormente a Escola dirigida por Sauer pelos representantes da Nova Geografia Cultural.

¹³¹ SANTOS, 2009, p.22.

Sauer (1998) de artificial. Esta abordagem defendida por Sauer será desenvolvida com nítida oposição ao determinismo geográfico, que defendia que o homem e a sociedade de maneira geral são frutos das influências do meio em que habita.

Esses autores – Passarge e Schuter – formaram uma base teórica e metodológica sobre a qual os aspectos poderiam ser estudados cientificamente. Apesar disso, foi somente nos Estados Unidos, com Carl Sauer, que a geografia cultural ganhou o status de um subcampo independente dentro da disciplina geográfica, no qual o conceito de paisagem tinha seu lugar de destaque. (RIBEIRO, 2007, p.18).

Na esfera científica, o geo-botânico, Alexander von Humboldt¹³², foi o primeiro a utilizar o termo paisagem, “no início do século XIX, no sentido de “característica total de uma região terrestre.”¹³³ Esta ideia de síntese e descrição das paisagens irá influenciar as pesquisas que se iniciarão no final do século XIX, inclusive a Escola de Sauer, citado anteriormente, que formalizarão junto com outras escolas, o conceito de paisagem dentro do campo da geografia¹³⁴.

Sauer (1998) destaca ainda que: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural o resultado”, restringindo suas análises aos aspectos materiais da paisagem, ou seja, desconsiderando os aspectos relacionados ao seu significado, porém admitindo a sua existência, dentro de uma visão ainda positivista, pois estes “(...) não fazem parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas.” (RIBEIRO, 2007, p.20). A relação da paisagem com o tempo e o espaço é abordada, reconhecendo o caráter dinâmico de transformação destas em função da sua relação com o lugar e a época, aspectos estes que devem ser investigados para se conseguir interpretar uma paisagem.

¹³²“Humboldt destacou-se por sua visão holística da paisagem, de forma que associava elementos diversos da natureza e da ação humana, sistematizando, assim, a ciência geográfica. Seus estudos se concretizaram com suas viagens no final do século XVIII.” (SCHIER, 2003, p. 82).

¹³³ METZGER, p.2, 2001

¹³⁴ “Entendamo-nos: a geografia está no seu pleno direito quando reivindica como seu objeto de estudo próprio a paisagem entendida como conformação física do território, incluindo as transformações induzidas pelo homem. Os problemas começam quando esta restrição de campo se traduz na desvalorização da paisagem em sentido estético e na declaração da irrelevância e da incredibilidade da noção estética de paisagem.” (D’ÂNGELO, 2012, p.334).

O aspecto científico do método morfológico proposto por Sauer possibilita a sua aplicação à questão da paisagem, sendo possível a sua classificação e até mesmo sua mensuração, tendo em vista que a característica simbólica não é abordada nesta metodologia.

Esta questão será criticada a partir da década de 1960 e consolidada na década de 1980 através da chamada “Nova geografia cultural” impulsionada pelo movimento humanista, que irá discutir principalmente os aspectos relacionados com a questão dos significados da paisagem, seu caráter simbólico, transformando este tema no mais relevante para o estudo da paisagem. A principal ideia desenvolvida por este grupo está relacionada com a visão da paisagem como uma espécie de documento que pode ter múltiplas interpretações, dentro de um contexto com variáveis econômicas, políticas e sociais, dentro de uma história que vai se constituindo, se moldando ao longo do tempo.

Já no campo da preservação do patrimônio cultural, a teoria de Gustavo Giovannoni (1873 – 1947)¹³⁵, sobre a conservação/restauração do patrimônio urbano colabora no sentido de ampliação do conceito de conservação do monumento histórico e a de seu entorno que pode ser sintetizada em quatro princípios básicos: “o plano regulador; o monumento e sua relação com o entorno; o respeito à escala e à morfologia do núcleo urbano e às afinidades originais das suas partes com as vias de ligação.” (FIGUEIREDO, 2001, p. 16).

A paisagem, neste momento, passa a ser considerada como elemento integrante do monumento histórico, pois “o olhar analítico sobre o organismo urbano contribuiria, portanto, para o posterior alargamento do conjunto de elementos detentores de atributos patrimoniais.”¹³⁶ Principalmente a partir desta teoria, a questão da paisagem passa a ser amplamente discutida no contexto mundial e começa a fazer parte das pautas que gerariam, posteriormente, os documentos intitulados cartas patrimoniais¹³⁷.

¹³⁵ CHOAY, 2001, p. 143.

¹³⁶ RUFINONI, 2009, p. 14.

¹³⁷ Estes documentos foram analisados nesta tese na parte II, capítulo I, como aporte para a análise dos conceitos de centro histórico, núcleo histórico e conjunto urbano.

Foi neste contexto que a UNESCO instituiu, em 1992, a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais e culturais. (RIBEIRO, 2007, p. 10).

Neste tocante, interessante notar que anterior à instituição da paisagem cultural, a UNESCO em 1972, através da “Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural” distinguiu as categorias de patrimônio cultural¹³⁸ e patrimônio natural¹³⁹, estabelecendo uma separação complexa entre as duas categorias. Percebe-se que apesar da separação do conceito entre patrimônio cultural e natural, a UNESCO assume a ligação entre estas duas categorias a partir do momento que descreve o que são os locais de interesse do patrimônio cultural: “Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza (...)”¹⁴⁰, admitindo assim a existência do que posteriormente será denominado de patrimônio misto.

No que se refere a esta distinção entre aspectos naturais - ambiente físico - e as ações do homem – cultural -, percebe-se a impossibilidade de considerá-los separadamente, pois são fenômenos que se completam e ao mesmo tempo se interpenetram, criando uma relação de dependência: a cultura depende do ambiente físico para se manifestar.

Todavia, foram esses dois elementos, a construção pictórica perspectiva e a natureza, essenciais na composição morfológica da visão ocidental de paisagem, que constituíram

¹³⁸ De acordo com UNESCO (p.2, 1972), artigo 2º: “Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

- Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

¹³⁹ Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

¹⁴⁰ UNESCO, 1972, p.02.

e ainda constituem, embora de maneira mais intuitiva, os objetos de salvaguarda no campo da preservação do patrimônio. (FIGUEIREDO, p. 3, 2012).

No Brasil, como introduzido anteriormente, apesar do patrimônio ter sido oficializado através da figura do tombamento em um dos quatro livros do tomo, e sendo um destes o Livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, as discussões sobre a questão específica da paisagem irá demorar algumas décadas para ocorrer. Somente em 2009, o IPHAN irá instituir a chancela da paisagem, no intuito de prover maior aprofundamento no tocante à proteção da paisagem no Brasil. No estado de Minas Gerais, foco desta tese, o IEPHA ainda não oficializou as suas discussões sobre o tema, sendo esta pesquisa uma intenção de contribuir para impulsionar a análise da paisagem e sua instituição dentro da esfera do patrimônio como categoria de bem cultural.

Tendo em vista a análise do desenvolvimento do conceito de paisagem em alguns campos de estudo e seu posterior reconhecimento como bem cultural na esfera internacional, nacional e estadual, torna-se necessário estudar este termo à luz da sua caracterização realizada por alguns autores influentes da atualidade, relacionando-os com os principais conceitos da fenomenologia, com destaque para o objeto e sua significação. Esta investigação agregará informação à análise realizada anteriormente no intuito de, ao final desta seção, viabilizar a construção de um possível conceito de paisagem a ser utilizado como balizador ao longo da presente pesquisa.

5.1 O conceito e suas diversas abordagens

O geógrafo Milton Santos (2009, p.22) nos traz uma definição de paisagem que se tornou ao mesmo tempo clássica e polêmica: “Tudo o que nós vemos, que a visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida pelo domínio do visível, aquilo que a vista abarca.” Este conceito insere o homem na paisagem como observador, dando grande importância à questão da localização do mesmo, influenciando assim, nas diferentes escalas de percepção da paisagem. Aqui

novamente a apreensão e a leitura da paisagem estão reforçadas por seu caráter subjetivo, dependendo assim do processo cultural de quem a observa. A importância da presença do observador no que tange a paisagem é destacada por Berque (2012, p.95), fato este que pode ser relacionado com a fenomenologia no tocante a existência intrínseca do sujeito (consciência) para o objeto e vice-versa.

O problema com a paisagem é ela precisar de alguém que a contemple, que a represente e a apresente, nomeadamente por palavras. Não se trata de um simples **faeto** físico (caso em que seria apenas uma porção da extensão da Terra), nem sequer de um simples **faeto** biofísico (caso em que seria apenas uma porção da extensão da Terra), nem sequer de um simples **faeto** biofísico (caso em que seria apenas ambiente); é uma relação que exige, especificamente, a existência não só dos seres humanos mas de seres humanos que a contemplem enquanto paisagem.

Milton Santos acrescenta: “A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério.” (SANTOS, 2009, p.23). A questão da heterogeneidade para Milton Santos está associada ao tempo, pois a paisagem é constituída a partir da introdução ou substituições de formas ao longo dos períodos, como “uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.”¹⁴¹ Aqui, enfatiza-se o caráter dinâmico da paisagem, admitindo-a como um objeto em permanente mudança¹⁴².

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 2009, p.53 e 54).

Já Collot (2012, p. 21) considera a paisagem, assim como Milton Santos, como a região que está ao alcance da vista, mas acrescenta uma visão fenomenológica à medida que considera que além de estar ao dispor do olhar,

¹⁴¹ SANTOS, 2009, p.23

¹⁴² Importante ressaltar que estas transformações estão relacionadas com a busca do equilíbrio existencial do homem analisado na primeira parte da tese.

está também “à disposição do corpo; e investe-se de significações relacionadas a todos os comportamentos possíveis do sujeito. O ver leva a um poder.” A valorização da paisagem através da percepção, enfatizando assim sua carga simbólica, é ressaltada também por Ribeiro (2007, p.24), trazendo a ideia da paisagem como espelho do cotidiano de uma comunidade.

A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta.

Neste sentido, Castelo (2012, p. 212) também compartilha da ideia de que a percepção do homem é responsável pelo sentido dado a uma determinada paisagem: “A paisagem é algo mais que essa natureza biofísica que o ser humano encontrou no seu caminho, começou por ser paisagem diante do olhar, capacidade simbólica e desejo de lhe conferir sentido.”

Miranda Magnoli (1994) compartilha em parte com este pensamento, a partir do momento que entende a existência de uma base, de um suporte físico onde ocorrem as manifestações humanas desde seu surgimento, alterando esta base em função de necessidades específicas. Assim, a questão social é enfatizada no conceito da paisagem: “a essas conformações, configurações, carregadas da interação social com o suporte temos denominado paisagens.”¹⁴³ Esta forma social na paisagem assume ainda um papel importante para a autora no que diz respeito à identidade da sociedade com a paisagem à qual se pertence e se constrói, demonstrando desta forma o exercício da sua socialização e conseqüentemente a importância da paisagem como lugar existencial para o homem, como analisado anteriormente. Já o autor D’Ângelo (2012) sugere que a paisagem deve ser pensada como “identidade estética dos lugares”, valorizando seus aspectos responsáveis pelos seus significados que contribuem para o estabelecimento de laços com o lugar, enfatizando a percepção da paisagem pelo observador.

¹⁴³ MAGNOLI, 1994, p.60

Em primeiro lugar, a paisagem é justamente considerada como fenómeno perceptivo, isto é, como uma entidade que não é nem objectiva (como o território) nem puramente subjectiva, mas se constitui na apreensão do território por parte de um sujeito (que a CEP entende justamente como sujeito colectivo: não o sujeito singular, mas uma população). (D'ÂGELO, 2012, p.341).

Este é um ponto muito importante no que diz respeito à paisagem como património, objeto desta pesquisa, pois a partir do momento que uma sociedade se reconhece “dentro” de uma determinada paisagem, ou seja, se identifica com a mesma, esta passa a possuir uma forte carga simbólica, característica intrínseca dos bens patrimoniais. A paisagem, entendida assim como o reflexo da produção de uma sociedade ao longo dos períodos, procura sempre realizar esta composição em função da busca de uma base do significado existencial do homem em uma determinada época. Neste sentido, Nogué (2006) ressalta a ideia de paisagem como marca da experiência e aspirações do homem em determinado lugar. O homem impregna de significado o espaço habitado como uma rede repleta de códigos de símbolos capazes de representar a essência de uma cultura, seu passado, presente e futuro.

(...) que el paisaje, además de ser objeto de una percepción y vivencia subjetivas, es un producto social, es la proyección cultural de una sociedad em un espacio determinado. Y sólo em lo referente a su dimensión material, sino también a su dimensión espiritual, ideológica y simbólica. (NOGUÉ, 2006, p.135)¹⁴⁴.

Reforça-se ainda a necessidade de inclusão da dimensão social da paisagem, assim como de sua visão a partir dos principais conceitos da fenomenologia, à medida que a definição geográfica da paisagem como o que a vista alcança é muito simplificada, pois, “descrever paisagens é insuficiente para compreendê-las [...] Compreender a paisagem é reconhecer a dialética social que se

¹⁴⁴ “(...) a paisagem, além de ser objeto de uma percepção e vivência subjetiva, é um produto social, é a projeção cultural de uma sociedade em um determinado espaço. E apenas em relação a sua dimensão material, mas também a sua dimensão espiritual, ideológico e simbólica.” (tradução nossa).

processa entre todas as instâncias sociais [...]”¹⁴⁵Neste sentido, Silvio Macedo (1993, p. 8) destaca:

A paisagem é considerada, então, como produto e como um sistema; como um produto porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso, equivalente ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.

Este autor ainda introduz o ponto de vista do observador, como destacado anteriormente pela geografia, acrescentando que a paisagem sempre será um recorte¹⁴⁶ para o observador em função das limitações físicas deste, não sendo possível dentro destas restrições, abarcar uma paisagem como um todo (MACEDO, 1999). Ressalta-se que o entendimento da paisagem como recorte não significa que esta porção será percebida absolutamente isolada, pois a paisagem é sempre uma parte de uma área mais extensa, que poderá ser explorada a partir do momento que o observador se deslocar e mudar seu ponto de vista. “Justamente porque não se dá a ver por completo, a paisagem se constitui como *totalidade* coerente; ela forma um ‘todo’ apreensível ‘de um só golpe de vista’, porque é fragmentária,” (COLLOT, 2012, p. 16). Esta ideia é compartilhada com a questão patrimonial, assim como com a transposição da estética da arte para a estética da paisagem, uma vez que para o tombamento de um bem cultural de maiores proporções, que não seja uma edificação isolada, como os núcleos históricos em questão, não é possível considerar a paisagem destacada de suas áreas contíguas. O diálogo e a interferência entre ambos devem ser considerados quando de sua análise. Além disso, é necessário a sua avaliação prévia para posterior definição de um perímetro da área de tombamento, principalmente em função da dificuldade de gestão de áreas muito extensas¹⁴⁷.

¹⁴⁵ QUEIROGA, 2006, p. 59.

¹⁴⁶ Esta ideia do recorte corrobora com a já discutida analogia realizada por Cauquelin (2007) da paisagem vista através da janela.

¹⁴⁷ Esta dificuldade foi relatada quando da avaliação do tombamento da Serra do Curral (Belo Horizonte – MG) frisando a sua grande extensão e os recursos disponíveis, tanto técnico quanto financeiro para o gerenciamento de tal área. Além disso, irá se discutir posteriormente que ao mesmo tempo que se reconhece a necessidade de limitação da área a ser protegida, atualmente percebe-se que esta forma de gerir bens culturais urbanos tem se mostrado

No Livro “Destruição ou Deconstrução?” de Maria Angela Faggin Pereira Leite (1994), a autora inicia seu texto com o conceito de paisagem que considera algumas variáveis já analisadas, como o tempo, o espaço e a questão social, deixando transparecer que as transformações na paisagem dizem respeito às transformações culturais ocorridas na sociedade, sendo assim, seu espelho, o reflexo da busca do significado existencial do homem em um determinado lugar e em um período específico.

A paisagem é resultado do equilíbrio entre múltiplas forças e processos temporais e espaciais. Em certa medida, a paisagem é um reflexo da visão social do sistema produtivo e suas formas transformam-se ou desaparecem sempre que as teorias, filosofias e necessidades que as criaram não são reais ou auto-evidentes. (LEITE, 1994, p.7).

Outra contribuição importante da autora diz respeito ao entendimento de que o significado da paisagem é possibilitado pela associação da natureza e da cultura, o que acaba por gerar as diferenciações entre as diversas paisagens. Destaca ainda dois aspectos relacionados a paisagem, o funcional e o estético, ressaltando a necessidade de consideração de ambos de forma equilibrada quando da compreensão e leitura de uma paisagem, e quando da elaboração de projetos para a paisagem, não devendo esquecer ainda da questão econômica, natural e cultural. Ao considerar estes dois últimos itens quando da elaboração de projeto de intervenção na paisagem, estes “(...) contribuem para o enraizamento social no tempo e no espaço, marcando a diferença entre a paisagem socialmente produzida e a paisagem tecnicamente produzida.” (LEITE, 1994, p.10).

A conceituação de paisagem de Bessa (2011) destaca também a ação do tempo e do espaço sobre a paisagem, assim como o olhar do observador sobre a mesma: “Ela é única em cada tempo histórico e em cada território. Não existe uma paisagem igual a outra, mesmo porque não existem observadores que a percebam da mesma maneira.” ¹⁴⁸Além disso, este autor reforça a ideia da paisagem dinâmica, acrescentando ainda os conflitos que dela decorrem:

equivocada a partir do momento que desconsidera aspectos relevantes no que diz respeito ao conceito de paisagem abordado nesta pesquisa.

¹⁴⁸ BESSA, 2011, p. 62.

As paisagens serão, sempre, palco de conflitos decorrentes das próprias mudanças no ambiente e do combate, nessas paisagens, entre forças externas e internas. As forças externas, verticais, representam os interesses de fora, a razão global, a hierarquia política, econômica e administrativa e as forças internas, horizontais, os interesses locais, da coletividade, dos grupos sociais no cotidiano. A leitura das paisagens deve identificar esses conflitos, não só para melhor compreender o ambiente, mas, também, para planejar adequadamente as intervenções na realidade. (BESSA, 2011, p.63).

Para a manutenção das paisagens consideradas como patrimônio, a leitura dos conflitos identificado na citação anterior é fundamental, uma vez que possibilitará a percepção da paisagem em todos os seus aspectos, realizando assim a compreensão da mesma principalmente no que diz respeito às questões existenciais pertinentes a relação sujeito-objeto.

A partir da exposição anterior, nota-se que paisagem é um termo complexo que possui uma multiplicidade de significados em diversas áreas do conhecimento, desde a geografia, ecologia, arqueologia, antropologia, arquitetura entre outros. Um consenso existe: a paisagem depende necessariamente da intervenção do homem sobre o espaço físico, ou seja, “os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo.” (RIBEIRO, 2007, p.24).

Hoje, a ideia da paisagem merece mais atenção pela avaliação ambiental e estética. Neste sentido, depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana. (SCHIER, 2003, 80).

A paisagem passou de mera associação ao natural, pela paisagem panorâmica, paisagem cenário, paisagem pano de fundo, paisagem perspectiva, paisagem descrita, paisagem artificial, paisagem urbana, paisagem natural, paisagem rural, paisagem vivenciada, até paisagem cultural, termo este que tenta consolidar toda a trajetória multidisciplinar deste conceito. “Apesar da diversidade de conceitos, a noção de espaço aberto, espaço vivenciado ou de espaço de inter-relação do homem com o seu ambiente está imbuída na maior parte dessas definições.” (METZGER, p.2, 2001). O caráter imaterial da paisagem é percebido nos termos acima, pois na maioria das

vezes a palavra paisagem vem acrescida de um adjetivo, reforçando a subjetividade do conceito.

Neste sentido, discorda-se da própria afirmação de METZGER (p.2, 2001) “Sempre precisamos nos distanciar para observá-la e, de certa forma, a paisagem é o lugar onde não estamos (pois observamos), podendo até ser um ‘pano de fundo’”, pois como analisado anteriormente, somos agentes transformadores da paisagem e a observação é realizada de dentro para fora, pois experimentamos a paisagem a todo instante. Reforça esta ideia a afirmação de Collot (2012, p. 13):

A paisagem não é um puro objeto em face do qual o sujeito poderá se situar numa relação de exterioridade, ela se revela numa experiência em que sujeito e objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas também porque o sujeito, por sua vez, encontra-se englobado pelo espaço.

A escala de percepção pode ser constantemente mudada, seja esta mais próxima, ou distante daquilo que se quer observar, mas sempre estamos na paisagem a partir do momento que a interpretamos, ou seja, associamos as questões materiais às imateriais. Esta interpretação tanto pode ser realizada por aqueles que conhecem profundamente uma determinada paisagem quanto por aqueles que estão tendo o primeiro contato com ela, assim, a percepção/leitura da mesma paisagem pode ser diferenciada em função das experiências acumuladas anteriormente e da escala definida pelo observador. Neste sentido METZGER (p.4, 2001) define paisagem como sendo “um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação.” Mas além do observador ter a capacidade de interpretar a paisagem, ele é também seu construtor, e esta construção será determinada em função de uma rede de símbolos e significados que estarão diretamente relacionados com a questão existencial do homem no mundo em um dado intervalo de tempo e espaço, pois o sujeito não observa a paisagem como um objeto externo a sua existencialidade, que esteja exposto diante do seu olhar, mas ele é o centro desta paisagem, tangenciando-a a todo instante. (Collot, 2012).

Collot (2012, p.16) traz ainda a explicação para o entendimento da paisagem como objeto estético, fato considerado ao longo de toda a presente pesquisa, “Essa delimitação e essa convergência preparam a paisagem para se tornar quadro. O enquadramento perceptivo invoca a tela, e é essa uma das razões que faz da paisagem percebida um objeto estético, apreciado em termos de belo ou feio”. No sentido da relação entre a estética e a paisagem, (SÁ, 2012, p. 200), acrescenta ainda à ideia anterior que a “paisagem é o lugar onde ocorre a experiência estética. Mas o que a define não é a ideia de lugar, mas antes o fato de ser uma experiência limitada no tempo.”

A UNESCO também traz sua definição de paisagem, no caso paisagem cultural, enfatizando a já discutida questão da associação entre a atividade do homem sobre a “natureza”, pautada ainda, e principalmente, nas questões relativas a sua representação e expressividade¹⁴⁹ dentro de um todo, característica que circunda a questão do patrimônio desde seus primórdios.

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas. (UNESCO, 2008, p. 22-23, tradução da autora).

Este “novo” conceito agregado à questão da paisagem proporciona uma série de avanços no tocante ao patrimônio cultural, contribuindo para o “reconhecimento da diversidade cultural mundial, sobretudo, o das paisagens rurais, das técnicas de agricultura tradicional e dos valores imateriais associados.”¹⁵⁰ Porém, observam-se algumas contradições e incoerências no que diz respeito ao conceito de paisagem cultural dentro das normatizações da UNESCO, fato típico de um processo em construção. Por ter sido desta

¹⁴⁹ “As áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.” Recomendação R(95) (IPHAN, 2006, p. 332).

¹⁵⁰ FIGUEIREDO, 2012, p. 13.

instituição a iniciativa de associar a paisagem à proteção do patrimônio, esta construção encontrou alguns obstáculos neste percurso ainda em andamento.

Inicialmente a inscrição de bens na lista de patrimônio da UNESCO deixava clara a separação entre os bens culturais e os bens naturais, fato oriundo da divisão de um lado a valorização da natureza com a menor intervenção do homem e de outro a valorização do bem produto cultural da construção humana, como relatado anteriormente. A partir do momento que percebeu-se a necessidade de inscrição de bens que poderiam constar nas duas categorias ao mesmo tempo, foi criada a categoria de bem misto, porém ainda sem valorizar a interação entre os aspectos naturais e culturais do bem. Este aspecto será tratado a partir da criação da categoria de paisagem cultural, apesar deste termo já ter recebido atenção em vários documentos internacionais, anteriores à chancela da paisagem pela UNESCO, como analisado no capítulo anterior. O que difere o tratamento da paisagem nas cartas internacionais e em 1992 pela UNESCO¹⁵¹ é o fato desta última considerar a paisagem como o bem em si e não como pano de fundo de outro bem. (RIBEIRO, 2007).

Assim, a paisagem cultural será dividida em três categorias distintas, a saber: Paisagem claramente definida, Paisagem evoluída organicamente, sendo esta subdividida ainda em paisagem relíquia ou fóssil e paisagem contínua e, por fim, Paisagem cultural associativa. Entende-se a necessidade de normatização da inscrição de paisagens como patrimônio em âmbito mundial, porém, este excesso de categorização acaba por minimizar a importância da paisagem como bem cultural, reduzindo-a a modelos previamente estabelecidos da relação do homem com o meio. E quando se fala em “modelo”, perde-se a possibilidade de entendimento da paisagem em sua totalidade complexa, principalmente através da fenomenologia, pois a relação sujeito-objeto se dissolve.

¹⁵¹ “Desse modo, a ideia de paisagem cultural da UNESCO valoriza uma abordagem do conceito que identifica na paisagem a inscrição das relações do homem com a natureza e estabelece como objeto para reconhecimento e proteção aquelas paisagens culturais detentoras de valores excepcionais.” (RIBEIRO, 2007, p.49).

A Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença no ano de 2000, preocupada com a gestão, ordenamento e proteção das paisagens, assim como com o desenvolvimento sustentável define a paisagem da seguinte maneira: “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos.” (INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, 2005, p.2). Esta aceção reforça a ideia da paisagem como recorte, defendida anteriormente por alguns autores, além de considerar a conjugação dos valores antrópicos com a natureza, característica que vem sendo explorada principalmente a partir do conceito de Paisagem Cultural. Outro ponto interessante neste documento é considerar que a paisagem é aquela “apreendida pela população”, aproximando-se um pouco da ideia defendida nesta tese ao considerar a paisagem como um fenômeno, como a concretização do espaço existencial do homem, ao levar em consideração o significado atribuído a este espaço pela população quando se estabelece a relação sujeito-objeto.

O documento destaca ainda a importância da paisagem na qualidade de vida da população e para a materialização da identidade europeia, além de reforçar a ideia já destacada em outros documentos de ampliação tipológica do patrimônio cultural ao considerar como paisagem tanto as áreas de valor excepcionais quanto aquelas da “vida quotidiana”. Além destes “tipos” de paisagem consideradas bens culturais, Berleant (2012) informa que atualmente para a definição de paisagem, independentemente da questão do patrimônio, cabem apenas aqueles lugares considerados agradáveis ou harmônicos ao olhar do homem, esquecendo de incluir grande parte das paisagens que constituem nosso dia a dia. Assim, o conceito de paisagem disseminado hoje, para a maioria das pessoas não abrange ideias como os subúrbios das grandes cidades, assim como ocupações que não seguem a legislação, estando ligado estritamente a uma visão positivista e estética, sendo esta vinculada principalmente ao belo.

Simultaneamente, o significado de paisagem exclui de consideração grande parte da nossa experiência presente e real da natureza. Porque o seu significado é honorífico, paisagem não tem lugar em cenas de devastação natural:

terremotos, incêndios florestais, ruas de cidades inundadas e tornados. Paisagem nem sequer abrange facilmente a maioria das cenas da vida humana. (BERLEANT, 2012, p.347).

Outra questão referente ao conceito de paisagem que merece destaque, observada a partir da exposição das diversas abordagens de diferentes autores, é a dificuldade em se fixar um conceito definido, coeso e “fechado” que consiga corresponder ao nível de complexidade que apresenta a paisagem atualmente.“ (...) ‘paisagem’ perde terreno, precisamente porque acerca deste termo cada um suspeita de esteticismo, de fatuidade, de imprecisão.” (D’ÂNGELO, 2012, p. 340). Além disso, a dinâmica da paisagem, assim como o caráter específico e único de cada uma corrobora para esta complicada tarefa de conceituar este termo.

Existências mais próxima da ideia – de uma ideia reguladora com função heurística – que dos conceitos empíricos, pela multiplicidade e variedade visível mas também pela sua invisibilidade, as paisagens são *sem conceito*: destituídas de limites reais e conceptuais rígidos, cada paisagem constitui a seu modo uma peculiar mediação entre a singularidade (real) e a universalidade (pensável). (SERRÃO, 2012 p. 239).

A partir da investigação realizada sobre o conceito de paisagem, sua relação com o patrimônio, assim como o conceito de significado para a fenomenologia, o termo em voga “paisagem cultural” utilizado principalmente pelos órgãos de preservação do patrimônio a princípio sugere uma ambiguidade: Existe alguma paisagem que não seja cultural? Ao longo da investigação realizada, percebeu-se que a paisagem é uma construção mental que tem a cultura como seu principal aporte. Neste sentido, para se denominar algum lugar como paisagem, está passou primeiramente pelo olhar do homem, pela sua compreensão, que associou os objetos naturais separadamente formando um conjunto, antes disso tinha-se apenas a natureza. Portanto, a inclusão do observador para a consolidação da ideia de paisagem como lugar existencial é primordial, o que automaticamente a transforma em um objeto cultural. Assim, ao longo de toda a tese, optou-se por utilizar o termo paisagem e não paisagem cultural, entendendo que o primeiro é capaz de transmitir a ideia dos valores culturais que o pertencem.

Além disso, nota-se que a questão imaterial é trabalhada de maneira superficial, e suas características simbólicas são apenas destacadas como um atributo importante para a questão da identidade da população, não sendo considerado o seu significado como um elemento fundamental para sua construção e consequente manutenção como lugar existencial.

A paisagem como ideia de palimpsesto dominará toda a tônica da pesquisa, uma vez que através de suas camadas é possível ler e compreendê-la, principalmente os seus processos de transformação do longo do tempo que ocorrem em geral, por sobreposição. À medida que o homem passa por modificações dentro de sua estrutura existencial, esta será refletida consequentemente na paisagem que o circunda.

A paisagem, subjetiva e coletiva, “cobre” o solo, objetivo e físico, como repositório de sentido. Esfera de significações, uma paisagem formar-se-ia de sucessivos cruzamentos e interdependências entre as características concretas dos espaços físicos e a camada simbólica sobre eles depositada, o mesmo é dizer, entre os sujeitos (habitantes) e o mundo envolvente. (SERRÃO, 2013, p. 21).

A compreensão destes processos de transformações, tendo como base a paisagem como lugar existencial, ou seja, focada na relação sujeito-objeto, poderá contribuir para posterior levantamento dos seus atributos de significado no intuito de focar na manutenção desta paisagem em seus aspectos existenciais¹⁵². Pois a base existencial do homem está refletida na paisagem e esta possui uma gama de signos que devem ser identificados e entendidos de acordo com as características da época em que esta paisagem foi formada, assim estará preparada a base para a gestão de uma paisagem.

Deste modo, o conceito de paisagem deverá ser abordado, com ênfase em seus atributos imateriais, ligados ao significado, memória e identidade, ou seja, suas características históricas que agregam valor e sentido a uma determinada

¹⁵²“A recuperação da forma de pensar a decodificação que os homens fizeram, como parte integrada da natureza e agente em relação ao meio natural, em qualquer período da história da humanidade, permite não só resgatar percepções do mundo natural, mas sobretudo detectar permanências que, direta ou indiretamente, continuam presentes nas representações simbólicas que o homem elaborou para a ordenação do mundo e da sua existência em fases posteriores.” (ASSUNÇÃO, 2006, p.35).

paisagem. Neste diapasão, o aspecto social da paisagem é responsável, ainda, pelo sentimento de pertencimento de suas comunidades no espaço que habitam, a paisagem vista como a alma do lugar. Esta imagem criada contribui para a valorização pela comunidade de seu patrimônio cultural, gerando, assim, uma co-responsabilidade com relação à sua preservação. Aqui, pode-se considerar a paisagem como uma estrutura pré-simbólica (COLLOT, 2012), uma vez que a partir desta “base” é possível construir semanticamente as relações socioculturais imbuídas na existência do sujeito. Neste sentido a paisagem apresenta-se como “veículo”, transmitindo e informando ao sujeito que se coloca diante da mesma uma rede de símbolos a serem associados àqueles relativos a experiência de cada ser.

Conclui-se, portanto, que a paisagem é, além da interação entre os aspectos naturais¹⁵³ do espaço, e a ação do homem sobre este suporte, também a responsável pela impressão nas comunidades das noções de tempo e cultura, ao passo que as comunidades são responsáveis pela impressão do tempo e da cultura na paisagem, em um processo recíproco e cíclico que possibilita compreender a formação de uma determinada paisagem e seu significado existencial em uma sociedade específica.

Paisagens são, em quase todas as abordagens dos séculos XIX e XX, entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes. (SCHIER, 2003, p. 82).

A paisagem será considerada ainda ao longo de toda a pesquisa, conforme analisado anteriormente, como noema. Em função de sua complexidade - inclusive em termos de definição - de objeto sensível, a paisagem deverá ser tratada como objeto ideal, ou seja, como um noema. Somente a partir desta nova perspectiva com relação à paisagem é que se poderá investiga-la como passível de várias determinações e definições possíveis. Na relação do sujeito/paisagem em que o “eu” se dirige a este objeto, as intenções de

¹⁵³ Natural aqui entendido como os aspectos que formam o espaço: relevo, vegetação, rios, entre outros, que formam a base para a intervenção do homem.

significado serão estabelecidas e o objeto será percebido de maneira ideal. E diante de cada vivência o objeto adquirirá diferentes significações que são dependentes de atos como rememoração, o julgamento, entre outros.

A partir da compreensão e estabelecimento do conceito de paisagem, utilizado ao longo da pesquisa, assim como de seus principais atributos, e de sua afinidade com a matriz fenomenológica, dá-se sequência a sua aplicação no que diz respeito ao levantamento das características meritórias dos centros históricos tombados pelo IEPHA/MG, assim como à análise do desenvolvimento do conceito de paisagem presente nas entrelinhas dos dossiês. Esta investigação aproximará os objetos de estudo da hipótese levantada na tese: que a possibilidade de inclusão do sujeito morador no processo de leitura, identificação e reconhecimento do bem a partir de uma base fenomenológica, poderá alterar o método de gestão do mesmo no sentido de considerar o seu significado, principalmente para o morador, dentro de todo o processo do tombamento à gestão.

PARTE 3

A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

CAPÍTULO 6

OS CENTROS HISTÓRICOS TOMBADOS PELO IEPHA/MG

(...) 'paisagem' não corresponde em si mesma a um objecto perceptivo delimitado. Trata-se de uma peculiar forma de apreender as coisas naturais, que, justamente enquanto forma, reside no espírito e não nas coisas; não é um dado em-si, as implica um para-si. (SERRÃO, 2013, p. 17).

A investigação sobre a atribuição de significado aos centros históricos realizada pelo IEPHA/MG, além da “ideia” de paisagem possivelmente aplicada pela instituição ao longo de sua história, foi iniciada com a elaboração da Tabela 1 - apresentada a seguir – que identifica todos os bens tombados pelo referido órgão, de acordo com sua categoria no IPAC/MG (Inventário do Patrimônio do Acervo Cultural de Minas Gerais) e identificação dos livros onde cada um destes bens culturais foi inscrito.

O IPAC/MG é um programa que possibilita o conhecimento e consequente divulgação dos bens de interesse de preservação presentes no Estado de Minas Gerais como um todo, abrangendo seus 853 municípios. Além de incentivar pesquisas e diagnósticos no intuito de contribuir para o planejamento urbano, regional e ambiental, insere o patrimônio histórico, sejam monumentos isolados, centros históricos ou manifestações culturais, dentro das discussões do desenvolvimento das cidades. Atua ainda, junto aos Conselhos de Patrimônio Cultural orientando-os quanto às ações a serem realizadas junto à sociedade civil para salvaguarda dos bens culturais.

De acordo com este programa, os bens são classificados nas seguintes categorias: Fazendas, Museus, Escolas, Outros monumentos, Conjuntos paisagísticos, Conjuntos Arquitetônicos, Centros Históricos, Igrejas e Capelas, Imagens, Crucifixos e Cruzes, Oratórios e Relicários, Custodias patenas e navetas, Coroas diademas e resplendores, castiçais e tocheiros e diversos. O quadro abaixo traz a análise apenas dos bens culturais imóveis tombados, ou seja, as categorias de conjuntos paisagísticos, conjuntos arquitetônicos, centros históricos, outros monumentos, Igrejas e capelas, fazendas e escolas, em função do foco de estudo da presente tese.

TABELA 01 – Relação de bens móveis tombados pelo IEPHA/MG

Categorias IPAC (Inventário de proteção do acervo cultural de MG)	Livro I: do Tombo Arqueológico, etnográfico e Paisagístico	Livro II: do Tombo de Belas Artes	Livro III: do Tombo Histórico	Livro IV: do Tombo das Artes Aplicadas
Conjuntos Paisagísticos	Parque Municipal (1975) - BH			
	Fazenda Boa Esperança (1975) – Belo Vale	Fazenda Boa Esperança (1975)	Fazenda Boa Esperança (1975)	
	Lagoa e Lapa do Sumidouro (1977) – Pedro Leopoldo. <i>Não possui categoria IPAC</i>			
		Conjunto histórico Quinta do Sumidouro (1976)	Conjunto histórico Quinta do Sumidouro (1976)	
	Serra do Ouro Branco (1978)			
	Conjunto arquitetônico e Paisagístico das Romarias (1981) - Congonhas			
	Praça Raul Soares (1988) - BH			
	Sítio da Varginha do Lourenço (1989) – Conselheiro Lafaiete		Sítio da Varginha do Lourenço (1989) – Conselheiro Lafaiete	
	Antigas Ruínas da Vila Congo Soco (1995) – Barão de Cocais		Antigas Ruínas da Vila Congo Soco (1995) – Barão de Cocais	
	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda da Jaguará (1996) - Matozinhos		Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda da Jaguará (1996) - Matozinhos	
Conjunto arqueológico e Paisagístico dos Poções (1996) – Matozinhos		Conjunto arqueológico e Paisagístico dos Poções (1996) – Matozinhos	Conjunto arqueológico e Paisagístico dos	

			Poções (1996) – Matozinhos
	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri (1998) - Diamantina	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri (1998) - Diamantina	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri (1998) - Diamantina
Centros Históricos	Conjunto arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras (1996)	Conjunto arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras (1996)	Conjunto arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras (1996)
	Centro Histórico de Santa Bárbara (1989)	Centro Histórico de Santa Bárbara (1989)	Centro Histórico de Santa Bárbara (1989)
		Núcleo Histórico do distrito de Brumal – Santa Bárbara (1989)	Núcleo Histórico do distrito de Brumal – Santa Bárbara (1989)
	Centro Histórico de Catas Altas (1989)		Centro Histórico de Catas Altas (1989)
		Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão (1996) - Mariana	Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão (1996) - Mariana
	Centro Histórico de Santa Luzia (1998)	Centro Histórico de Santa Luzia (1998)	Centro Histórico de Santa Luzia (1998)
		Centro Histórico de Pitangui (2008)	Centro Histórico de Pitangui (2008)
	Centro Histórico de São José das Três Ilhas e Igreja Matriz de São José (1997) - Verificar Livros		
	Centro Histórico de Oliveira (2012)	Centro Histórico de Oliveira (2012)	Centro Histórico de Oliveira (2012)
	Conjunto	Conjunto	Conjunto

Conjuntos arquitetônicos	arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade (1977)	arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade (1977)	arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade (1977)	
	Parque Cabangu e respectivo acervo (1978)		Parque Cabangu e respectivo acervo (1978)	
	Avenida João Pinheiro e adjacências (1983) – Belo Horizonte		Avenida João Pinheiro e adjacências (1983) – Belo Horizonte	
	Conjunto arquitetônico da Pampulha (1984) – Belo Horizonte	Conjunto arquitetônico da Pampulha (1984) – Belo Horizonte	Conjunto arquitetônico da Pampulha (1984) – Belo Horizonte	Conjunto arquitetônico da Pampulha (1984) – Belo Horizonte
	Praça Floriano Peixoto e quartel do 1º Batalhão da Polícia (1984) – Belo Horizonte	Praça Floriano Peixoto e quartel do 1º Batalhão da Polícia (1984) – Belo Horizonte	Praça Floriano Peixoto e quartel do 1º Batalhão da Polícia (1984) – Belo Horizonte	
	Praça Hugo Werneck, maternidade Hilda Brandão e Hospital Borges da Costa (1984) - BH	Praça Hugo Werneck, maternidade Hilda Brandão e Hospital Borges da Costa (1984) - BH	Praça Hugo Werneck, maternidade Hilda Brandão e Hospital Borges da Costa (1984) - BH	
	Conjunto Paisagístico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa (1988) - BH	Conjunto Paisagístico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa (1988) - BH		
		Mosteiro de Macaúbas (1978)	Mosteiro de Macaúbas (1978)	
			Núcleo Histórico de Córregos (2001) – Conceição do Mato Dentro	
	Outros monumentos	Palácio da Liberdade (1975)	Palácio da Liberdade (1975)	Palácio da Liberdade (1975)
Solar do Tinoco – Casa de João Pinheiro (1980) - Caeté			Solar do Tinoco – Casa de João Pinheiro (1980) - Caeté	
Vapor Benjamim Guimarães (1985) - Pirapora				
Igrejas e	Catedral de			

Capelas	Nossa Senhora da Boa Viagem e praça (1977)			
	Conjunto arquitetônico e Paisagístico da Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Lapa (1977)	Conjunto arquitetônico e Paisagístico da Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Lapa (1977)		
	Igreja Matriz de Santo Antônio e seu respectivo adro (1976)	Igreja Matriz de Santo Antônio e seu respectivo adro (1976)		
	Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1979) – Belo Horizonte			
	Igreja Matriz de São Gonçalo (1980) – Serro – São Gonçalo do Rio de Pedras	Igreja Matriz de São Gonçalo (1980) – Serro – São Gonçalo do Rio de Pedras		
	Igreja de Santo Antônio e seu entorno (1985) – Conceição do Mato Dentro – Santo Antônio do Norte	Igreja de Santo Antônio e seu entorno (1985) – Conceição do Mato Dentro – Santo Antônio do Norte	Igreja de Santo Antônio e seu entorno (1985) – Conceição do Mato Dentro – Santo Antônio do Norte	
	Igreja de Santo Antônio (1989) – Piranga - Bacalhau	Igreja de Santo Antônio (1989) – Piranga - Bacalhau	Igreja de Santo Antônio (1989) – Piranga - Bacalhau	Igreja de Santo Antônio (1989) – Piranga - Bacalhau
	Capela de Nossa Senhora do Rosário (1989) – Piranga - Bacalhau	Capela de Nossa Senhora do Rosário (1989) – Piranga - Bacalhau	Capela de Nossa Senhora do Rosário (1989) – Piranga - Bacalhau	Capela de Nossa Senhora do Rosário (1989) – Piranga - Bacalhau
	Igreja do Espírito Santo do Cerrado (1997) - Uberlândia	Igreja do Espírito Santo do Cerrado (1997) - Uberlândia	Igreja do Espírito Santo do Cerrado (1997) - Uberlândia	
	Fazendas	Fazenda Mundo Novo (1989) Simão Pereira		Fazenda Mundo Novo (1989) Simão Pereira
Fazenda Fonte Limpa (1998) – Santana dos		Fazenda Fonte Limpa (1998) – Santana dos	Fazenda Fonte Limpa (1998) – Santana dos	

	Montes	Montes	Montes	
	Fazenda São José do Manso (1998) – Ouro Preto	Fazenda São José do Manso (1998) – Ouro Preto	Fazenda São José do Manso (1998) – Ouro Preto	
Escolas	Escola Estadual Barão de Macaúbas (1988) - BH	Escola Estadual Barão de Macaúbas (1988) - BH	Escola Estadual Barão de Macaúbas (1988) - BH	

Fonte: Disponível em <<http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>>, acessado em 13 maio de 2013. IEPHA/MG, 2011/2012.

A partir da análise da tabela acima, surgem alguns questionamentos a respeito da coerência entre a categoria IPAC, os Livros de Tombo nos quais os bens foram inscritos, assim como as características específicas destes bens.

1. Como o IPAC descreve cada uma destas categorias?
2. Qual o critério para inclusão em cada livro?
3. Porque alguns bens listados na categoria “conjunto arquitetônico” possuem em seu título a denominação “conjuntos paisagísticos e arquitetônicos” e não aparecem na categoria “conjunto paisagístico” também?
4. Porque o Conjunto histórico Quinta do Sumidouro (1976) faz parte da categoria “conjuntos paisagísticos” e não foi inscrito no livro de Tombo I?
5. O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri (1998) – Diamantina - e o Conjunto histórico Quinta do Sumidouro (1976) fazem parte da categoria “conjuntos paisagísticos.” Eles não deveriam pertencer à categoria de centros históricos?
6. Porque o Núcleo Histórico do distrito de Brumal – Santa Bárbara (1989) e Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão (1996) – Mariana não foram inscritos no Livro de Tombo I?
7. Porque o Núcleo Histórico de Córregos (2001) – Conceição do Mato Dentro faz parte da categoria “Conjuntos arquitetônicos” e não “centros históricos” ou “conjuntos paisagísticos”?
8. A Gerência de Ação Preventiva realiza a gestão dos seguintes núcleos: Pitangui, Santa Luzia, Oliveira, São Tomé das Letras, Santa Bárbara, Catas Altas, São José das Três Ilhas, Brumal,

Santa Rita Durão, Pampulha (Conjunto arquitetônico) e Biribiri (Conjunto paisagístico). Todos possuem a categoria de “centro histórico” com exceção dos dois últimos, por quê?

9. Porque os “Conjuntos arquitetônico” e “Conjunto paisagístico” não são geridos por esta gerência (GAP)? Qual gerência no IEPHA/MG realiza esta gestão?
10. Estamos gerindo ou monitorando os centros históricos?
11. Esta falta de clareza sobre o que se está tombando não seria a origem da dificuldade de gestão destes núcleos?
12. Como poderíamos entender o bem a partir de sua classificação?

Na tentativa de investigar alguns destes questionamentos foram analisados os dossiês de tombamento dos bens classificados na categoria do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG) IPAC como “Centros Históricos”, uma vez que estes possibilitarão - em função de suas características de aglomerado urbano, que extrapola a ideia do bem cultural isolado, inserindo-o no contexto mais amplo da paisagem - abordar a hipótese a ser investigada nesta tese. Assim, esta análise realizará, principalmente, o levantamento, através dos dossiês de tombamento, dos atributos dos bens culturais tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e terá como foco, inicialmente, os seguintes centros históricos: Santa Bárbara (1989), Brumal (1989), Catas Altas (1989), Santa Rita Durão (1996), São Thomé das Letras (1996), São José das Três Ilhas (1997), Santa Luzia (1998), Pitangui (2008). Nesta primeira fase de investigação, será explorada apenas a visão dos técnicos dos órgãos de preservação, uma vez que os dossiês expressam os atributos valorizados apenas por este grupo específico, não considerando a visão do habitante do local, fato que será verificado no próximo capítulo.

6.1 Os oito centros históricos

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) foi criado em 1971 através da LEI nº 5775 tendo como uma de suas finalidades:

Art. 3º - (...) exercer proteção, no território do Estado de Minas Gerais, aos bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou privada, de que tratam o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e legislação posterior, a ele competindo:

I - proceder ao levantamento e tombamento dos bens considerados de excepcional valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, bibliográfico ou artístico existentes no Estado e cuja conservação seja do interesse público, classificando-os e, se for o caso, promovendo junto à Secretaria da Cultura (SEC), do Ministério da Cultura, o respectivo processo de tombamento federal; (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1971, p.1)

Com base nesta legislação, além de outras específicas, os bens culturais do Estado de Minas Gerais começaram a ser identificados e posteriormente tombados, como é o caso dos centros históricos analisados individualmente a seguir.

6.1.1 Santa Bárbara

Apesar de estar previsto quando da fundação do Instituto o tombamento de bens que possuam excepcional valor paisagístico, inserindo dentro deste contexto as paisagens dos núcleos históricos, somente em 1989 será efetivado o tombamento em nível Estadual de três centros históricos. O primeiro destes é o município de Santa Bárbara inscrito no Livro do Tombo I Arqueológico, etnográfico e paisagístico, II Belas Artes, III Histórico e IV Artes aplicadas. O título do dossiê de tombamento é “Processo de tombamento Centro Histórico de Santa Bárbara e edificações isoladas”, porém, o que se percebe ao longo do documento é a ênfase dada às edificações isoladas, principalmente aquelas de cunho religioso e civil. Estas possuem um capítulo específico dentro do processo com texto detalhado contendo informe histórico, informe

arquitetônico, ornamentação, análise artística, relação do acervo, além de extenso material fotográfico.

Figura 1 - Centro Histórico de Santa Bárbara



Fonte: http://www.serradocaraca.tur.br/atrativos_santa_barbara

Quanto à questão da paisagem, existe um único capítulo no processo denominado “Acervo urbanístico/arquitetônico”. Seu conteúdo é pouco expressivo, porém contém a única característica meritória relacionada ao centro histórico: “a preservação do traçado urbano primitivo.” (IEPHA/MG, 1989a, p.14). Ademais, a questão da arquitetura isolada é sempre enfatizada através da existência de notáveis obras de arquitetura típica das cidades mineiras da época, destacando ainda a qualidade da técnica construtiva: “Edificações com apurada técnica construtiva, com soluções autênticas que as nivelam aos melhores exemplares da arquitetura mineira tradicional.” (IEPHA/MG, 1989a, p.14).

Nota-se ao longo do texto que a relação da edificação com a paisagem do entorno tanto imediato quanto mais amplo não é considerada. Sugere-se apenas de forma sutil, a vista da cidade a partir das edificações que se

encontram implantadas em pontos elevados do terreno. Inclusive a palavra “paisagem” aparece apenas no parecer final do processo onde se destaca que o desenvolvimento está “modificando sensivelmente a paisagem de origem, ainda legível em alguns trechos da cidade.” (IEPHA/MG, 1989a, p.158). A maior valoração do edifício isolado em detrimento da paisagem culmina com o mapa de delimitação da área tombada, que possui seis áreas de preservação distintas e isoladas, sendo cinco destas ao redor de edificações religiosas e uma contemplando uma área um pouco mais significativa em termos de tamanho. Esta delimitação é assim justificada:

Devido as modificações acentuadas porque vem passado o núcleo primitivo da cidade de Santa Bárbara, é conveniente que o tombamento se faça segmentado, salvaguardando apenas áreas de interesse mais evidentes, ao invés de um todo contínuo, que por certo incluiria edificações, equipamento e trechos urbanos sem grandes significados históricos ou artísticos. (IEPHA/MG, 1989a, p.128).

É nítido que a característica meritória relacionada ao centro histórico de Santa Bárbara eleita pelos técnicos do IEPHA/MG quando de seu tombamento está relacionada com a forma física do seu traçado urbano e a necessidade de se preservar os traços “originais” ainda existentes, além, é claro, da exaltação das edificações isoladas. Porém, tendo em vista o conceito de paisagem utilizado nesta tese como referência, é possível inferir que este foi trabalhado superficialmente neste dossiê de tombamento, que avaliou sutilmente suas características físicas e esqueceu-se de seus atributos imateriais. Este fato pode ser justificado em função do pensamento da época a respeito de paisagem, que valorizava principalmente seus aspectos relacionadas a natureza, ou quando se tratava de obra do homem, aos atributos físicos, sejam estes relacionados aos aspectos históricos e artísticos.

Figura 2 - Centro Histórico de Santa Bárbara enfatizando cadeia pública



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Figura 3 - Centro Histórico de Santa Bárbara, no topo a Igreja de São Francisco



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

A ideia de paisagem, apesar de alguns autores a considerarem como sendo um recorte dentro de um contexto maior, não é expressa desta maneira aqui no tombamento do centro histórico de Santa Bárbara, uma vez que a fragmentação do espaço em pequenas porções faz com que a noção do todo, e conseqüentemente sua preservação, perca o caráter de conjunto. Uma vez separadas as partes do todo, a leitura de um centro histórico único e coeso, mesmo que heterogêneo, se dilui e sobressai apenas seus hiatos na paisagem.

Figura 4 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Santa Bárbara



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.40.

Conclui-se, portanto, que um dos primeiros centros históricos a ser tombado pelo IEPHA/MG não conseguiu fazer com que o conjunto urbano se sobressaia, ou seja, que tenha a mesma importância dada às edificações isoladas, ratificando assim, uma política de preservação iniciada em nível federal pelo IPHAN e seguida pelos órgãos estaduais do patrimônio.

6.1.2 Brumal

Brumal, distrito do município de Santa Bárbara, recebe o tombamento no mesmo ano que este último, 1989, e no Parecer para tombamento sugere-se a sua inscrição nos seguintes Livros do Tombo, I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico e III - Histórico, porém no Guia de bens tombados do IEPHA/MG consta a informação que o mesmo foi inscrito no II - Belas Artes e III – Histórico. A ata de reunião do Conselho Curador do IEPHA/MG informa que foi inscrito apenas no Livro I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico. Apesar da divergência e do texto do dossiê de tombamento ser pouco aprofundado, nota-se uma maior ênfase nas informações sobre as questões urbanísticas e da paisagem se comparado ao conteúdo do processo de tombamento da cidade de Santa Bárbara, já analisado.

As características meritórias levantadas pelo documento demonstram este interesse: “A beleza e valor do urbanismo e do conjunto arquitetônico está precisamente na sua singeleza e espontaneidade, que compõe coerentemente com a erudição arquitetônica da matriz.” (IEPHA/MG, 1989b, p.10). E ainda: “O conjunto do casario mantém a tipologia tradicional, simples e rústica, dos aglomerados rurais” (IEPHA/MG, 1989b, p.10), apesar do conjunto já ter sofrido algumas modificações.

Figura 5 - Centro Histórico de Brumal



Fonte: http://lmascarenhas.blogspot.com.br/2011_04_01_archive.html

Destaca-se ainda como característica marcante a conservação da paisagem urbana primeira em função da estagnação econômica do distrito. O termo “paisagem” neste documento já começa a ter uma utilização expressiva desde o início de seu texto, primeiro se referindo a paisagem natural que está sendo degradada e depois para denotar o centro histórico como um todo. Apesar desta “evolução”, a dicotomia entre paisagem natural e paisagem construída ainda é mantida, fato que permanecerá em discussão durante um longo período principalmente pelos órgãos de preservação do patrimônio. O início desta visão mais aprofundada da paisagem será refletido no mapa do perímetro de tombamento do distrito, uma vez que este apresenta-se a partir de uma delimitação única, um único polígono, que entende a paisagem do núcleo como o conjunto de suas partes.

Porém, ainda não é apresentada a delimitação do perímetro de entorno ao perímetro de tombamento, sendo que o primeiro representa uma ampliação na visão da questão do tombamento de centros históricos, uma vez que considera a leitura da área edificada inseparável da leitura de seu entorno. O perímetro de entorno mostra-se mais importante, à medida que o aglomerado for

implantado em terreno acidentado, posto que a combinação desta variável com a implantação das edificações possibilita a percepção de planos de visão que podem não estar dentro do perímetro de tombamento. Esta questão demonstra que o conceito de paisagem utilizado neste documento está relacionado principalmente ao ambiente construído pelo homem, separando deste as áreas não construídas que seriam consideradas paisagem natural, localizadas ao redor da primeira e que não fazem parte deste tombamento. Assim, a ideia da paisagem como associação da ação do homem com o ambiente ainda não é considerada dentro do IEPHA/MG¹⁵⁴, assim como seus significados.

Figura 6 - Mapa do perímetro de tombamento do distrito de Brumal



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.44.

As justificativas para o tombamento do distrito de brumal são assim expressas: “No sentido de permitir uma renovação urbana compatível com o significado do centro histórico, é que o tombamento se faz necessário.” (IEPHA/MG, 1989b, p.59). Outra preocupação da equipe técnica que leva a justificar o tombamento é:

¹⁵⁴ Deve-se deixar claro que estas considerações não devem soar como crítica no sentido negativo, pois é de nosso conhecimento que a questão da paisagem não só dentro do IEPHA/MG, mas nos órgãos de preservação em geral, inclusive internacionais, nesta época ainda estava sendo construída, como ainda está até os tempos atuais.

(...) dotar de condições preventivas e orientadoras do seu desenvolvimento futuro. Crescimento este previsível principalmente em razão da atual intervenção restaurativa e revitalizadora do seminário do Caraça, de onde este núcleo urbano é o ponto introdutório e com certeza terá influência do fluxo turístico intensivo que ocorrerá em demanda daquele pólo cultural. (IEPHA/MG, 1989b, p.5).

Apesar da utilização da palavra “significado” na citação anterior como uma característica meritória ligada as questões imateriais do centro histórico em questão, percebe-se que está relacionada principalmente com a importância do distrito em função de sua expressividade em termos de conjunto urbano, o que provavelmente o torna um bem cultural. Mas que tipo de significado seria este? Significado para quem? Perguntas que serão trabalhadas no próximo capítulo desta tese.

Assim, o dossiê de tombamento de Brumal reflete uma postura do órgão de preservação um pouco mais abrangente no que diz respeito ao entendimento do conjunto urbano e até mesmo da paisagem, se comparado ao documento de Santa Bárbara, demonstrando o início de uma trajetória de discussão a respeito do tombamento e gestão de áreas urbanas.

6.1.3 Catas Altas

O terceiro centro histórico a ser tombado em 1989 é a cidade de Catas Altas, que nesta data ainda se constituía como distrito de Santa Bárbara, possuindo divergência na inscrição do Livro do Tombo, assim como Brumal: no Guia de bens tombados do IEPHA/MG (I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico e III - Histórico) e na ata de reunião (II - Belas Artes). Aqui a chamada “paisagem natural” é determinante, inaugurando uma nova perspectiva, que juntamente com o ambiente construído compõe a área tombada: “O traçado urbanístico é bastante característico e original, desenvolvendo-se claramente em função de dois elementos determinantes: A serra do caraça e a Igreja matriz.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 11).

Figura 7 - Centro Histórico de Catas Altas



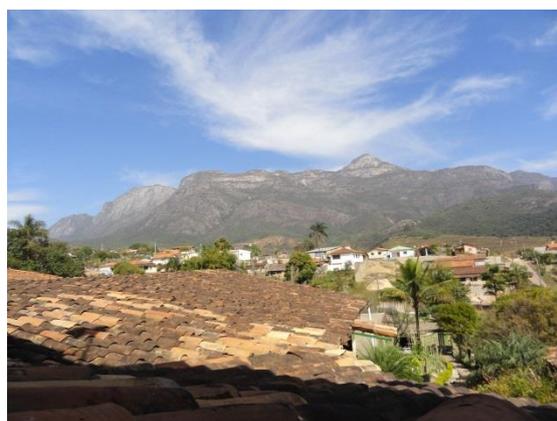
Fonte: Acervo da Autora, 2011.

Figura 8 - Igreja de Santa Quitéria



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Figura 9 – Serra do Caraça



Fonte: Acervo da Autora, 2011.

Figura 10 - Centro Histórico de Catas Altas



Fonte: Acervo da Autora, 2011.

Figura 11 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo da Autora, 2011.

Outra questão ressaltada é a nítida intenção de criação do espaço urbano e arquitetônico de maneira monumental: primeiro pela expressividade de sua matriz, considerada uma das maiores de Minas Gerais e segundo pela imponência da “paisagem natural”. “Catas Altas expõe com rara excepcionalidade a integração de sua paisagem cultural e natural.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 12). Este é um dos pontos mais marcantes no conteúdo do dossiê de tombamento, sendo esta a característica meritória eleita pela Instituição que deve ser destacada na cidade. A paisagem, assim, recebe o destaque merecido neste conjunto ímpar que somando suas edificações, arruamentos e quintais compõem a “magnífica paisagem cênica, em intencional harmonia com a serra do caraça.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 62). Esta afirmação deixa indícios da valorização pelo IEPHA/MG da paisagem como cenário de um período determinado, como na ideia renascentista da pintura que “congela” a paisagem ideal em função de escolhas específicas guiadas pelos valores e significados de uma época.

Figura 12 - Centro Histórico de Catas Altas



Fonte: Acervo da Autora, 2011.

Com relação ao casario especificamente, de acordo com este documento, este possui poucas descaracterizações, e aspecto típico do século XVIII, compondo um conjunto homogêneo e harmônico juntamente com seus muros de pedra e passeios de seixo rolado. Reforça, ainda sobre a matriz:

Se esta pode parecer superdimensionada em relação ao casario, não será se relacionada com o contexto natural. Seu ponto de equilíbrio, não é o povoado, mas a paisagem onde a serra é predominante, o que vem demonstrar uma efetiva intenção compositiva. O que traduz a peculiaridade da configuração urbanística da cidade. (IEPHA/MG, 1989c, p. 12).

Apesar do avanço considerável na relação da paisagem com o patrimônio no dossiê de Catas Altas, o mapa de delimitação do perímetro tombado não possui ainda o perímetro de entorno, apenas uma área “*non aedificandi*” que coincide com o entorno da Capela de Santa Quitéria e com as margens dos

córregos¹⁵⁵. Outra característica ressaltada no documento é que “Catas Altas é um dos raros núcleos urbanos de Minas onde se faz legível a conjugação do erudito com o popular, que se integram e se completam, definindo um todo harmônico.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 11). A preocupação com o desenvolvimento e a possibilidade de descaracterização do centro histórico também justificam o tombamento no sentido de “dotar de condições preventivas e orientadoras do seu desenvolvimento futuro.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 5).

Figura 13 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Catas Altas



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.42.

O conceito de paisagem adotado neste documento avança com relação aos centros históricos analisados anteriormente, à medida que converge, mesmo que de maneira simplificada, com a ideia de paisagem discutida na contemporaneidade e em capítulos anteriores desta pesquisa. A noção da

¹⁵⁵ Na figura 13 a área “non aedificandi” ao redor da Capela de Santa Quitéria encontra-se localizada na porção inferior do perímetro de tombamento, indicada pela seta.

relação entre o cultural e o “natural” formando um conjunto coeso em um constante diálogo entre ambos trazem novas perspectivas com relação a paisagem como bem cultural e, conseqüentemente, no que diz respeito à sua preservação.

6.1.4 Santa Rita Durão

Sete anos após a realização dos três tombamentos já descritos, em 1996, duas localidades são tombadas como centro histórico: Santa Rita Durão – distrito do município de Mariana - e São Thomé das Letras. O primeiro também possui divergência em sua inscrição no Livro do Tombo: Parecer para tombamento (I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico e III - Histórico), no Guia de bens tombados do IEPHA/MG (II - Belas Artes e III - Histórico) e a ata de reunião (I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico e III - Histórico).

Figura 14 - Centro histórico de Santa Rita Durão - Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: <http://dailtomarques.blogspot.com.br/2010/04/santa-rita-durao.html>

Já nas considerações preliminares do documento de tombamento, nota-se a permanência da ideia de se preservar os bens culturais de valor excepcional, sendo esta uma das características meritórias deste núcleo histórico. Além disso, destaca-se o “congelamento da paisagem urbana em sua forma mais primitiva e original” (IEPHA/MG, 1996a, p. 9) que se manteve em função do período de decadência pelo qual passou a região, possibilitando que os traços urbanos do período colonial chegassem até os dias atuais. Novamente a ideia da paisagem como pintura de um cenário de uma época específica é demonstrada neste documento que faz uso da palavra “congelamento” remetendo ao aspecto de museu dos centros históricos não somente mineiros, mas brasileiros como um todo. Esta característica da paisagem vai permanecer até os dias atuais, sendo responsável por excluir do processo de tombamento e gestão destes núcleos as características meritórias imateriais, ou seja, a vida cotidiana responsável pela manutenção daquela paisagem, assim como as características existenciais para determinada população.

Além disso, o termo “paisagem urbana” ainda sugere a dicotomia entre a paisagem construída e a “natural”, a necessidade de distinguir uma da outra, não sendo possível, neste caso, a consideração da convivência mútua de ambas, além disso, não admite a ideia de que a paisagem em sua totalidade é a combinação do trabalho do homem conjugado com o suporte físico “natural”.

Outra característica importante e fundamental da paisagem deste centro histórico é:

A existência de vazios naturais (...), tanto pelos quintais que formam o pano de fundo do casario tanto pelos pequenos becos que ligam a rua principal as edificações isoladas. Geralmente delineados por passeios e muros de pedra e imersos em vegetação abundante, estes becos traduzem grande beleza. (IEPHA/MG, 1996a, p. 10).

O destaque dado aos “vazios urbanos” demonstra uma percepção mais apurada da paisagem, uma vez que esta é composta tanto pelos “cheios” que sempre estão em evidência e pelos “vazios” que em geral não são percebidos na paisagem e representam um elemento fundamental nessa composição. Porém, assim como o tombamento anterior da cidade de Catas Altas, este não

possui delimitação de perímetro de entorno ao perímetro de tombamento, mas também assim como o primeiro, possui duas áreas “*non aedificandi*”. Neste caso, estas áreas correspondem as duas porções localizadas nas extremidades do distrito, uma ao norte e outra ao sul, com uma área inclusive maior do que a área edificada, indicada na figura 15 pelas setas. Estas duas áreas são de extrema importância uma vez que a preservação delas garante a permanência da ambiência da paisagem que justificou o tombamento do centro histórico, porém a sua desconexão com o restante da área considerada patrimônio prejudica a leitura da paisagem como um todo, assim como no futuro pode prejudicar sua manutenção como paisagem.

Figura 15 - Mapa do perímetro de tombamento do distrito de Santa Rita Durão



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.45.

Neste processo aparece novamente a preocupação com as transformações induzidas pela mineração, que tendem a descaracterizar a paisagem do centro histórico: “A documentação que instrui este processo atesta a importância deste acervo urbano enquanto memória histórica e denunciam as transformações e perdas que atingem o sítio” (IEPHA/MG, 1996a, p. 61). E recorda ainda no Parecer que o tombamento federal não incluiu o conjunto de edificações residenciais “da maior expressão urbanística, tanto no seu caráter arquitetônico e paisagístico, quanto no significado social do lugar.” (IEPHA/MG, 1996a, p. 60). A associação do patrimônio edificado com as questões sociais demonstra aqui o embrião de um pensamento que hoje reina em absoluto dentro dos órgãos de preservação, pois a dissociação de ambos faz com que a essência da paisagem e seu valor primordial findem.

O tombamento de Santa Rita Durão demonstra pouco desenvolvimento do pensamento do órgão de preservação com relação ao conceito de paisagem e ao tombamento de centros históricos, se comparado ao tombamento anterior, porém merece destaque a citação da questão social e dos vazios urbanos.

6.1.5 São Thomé das Letras

O segundo centro histórico tombado em 1996 é São Thomé das Letras inscrito nos quatro Livros do Tombo: I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico, II - Belas Artes, III - Histórico e IV - Artes aplicadas, o que demonstra a sua expressividade em todas as categorias. A cidade de São Thomé é conhecida como a Cidade das Pedras, nome que já indica uma de suas características principais: tanto as edificações e seus muros quanto o calçamento das ruas são constituídos de pedra da região, “dando-lhe original e singular ambiência, que a torna única dentro do acervo de cidades históricas de Minas Gerais, e talvez, do Brasil.” (IEPHA/MG, 1996b, p. 27). A técnica mais comum é a empilhamento das pedras sem argamassa que ficam aparentes para formar as paredes das residências ou os muros que a circundam, fazendo com a arquitetura seja “bastante interessante e original.” (IEPHA/MG, 1996b, p. 30).

Figura 16 - Centro Histórico de São Thomé das Letras



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Além desta fundamental característica meritória, destaca-se também o “rico e inusitado acervo paisagístico e arqueológico” (IEPHA/MG, 1996b, p. 32), sendo este primeiro representado também pelos quintais, e o último composto principalmente por inscrições rupestres. Diferentemente da abordagem dada a esta questão no tombamento anterior do distrito de Santa Rita Durão, aqui destaca-se que mesmo em ambiente insípido e árido onde predomina a formação rochosa aflorada, o homem demonstra seu controle sobre o meio natural exibindo em seus quintais árvores frutíferas e flores. Esta dominação do homem sobre o meio é verificada ainda em sua própria arquitetura e no espaço urbano, demonstrando a perfeita integração entre ambiente natural e ambiente construído. Estas rochas afloradas permeiam não somente os quintais como o espaço público também, criando uma paisagem instigante e surpreendente, onde, vez por outra, a circulação pode estar interrompida ou uma determinada visada parcialmente encoberta.

Notável é sua paisagem natural, e seu patrimônio arqueológico, como original e singular é seu desenvolvimento urbano e a construção de sua arquitetura primitiva. Contribui ainda a tradição cultural do misticismo. (IEPHA/MG, 1996b, p. 37).

Figura 17 - Centro Histórico de São Thomé das Letras



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Figura 18 - Centro Histórico de São Thomé das Letras



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Figura 19 - Centro Histórico de São Thomé das Letras



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Figura 20 - Igreja do Rosário



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Assim como em Catas Altas, apesar da peculiaridade de cada uma, este documento exalta esta interação do ambiente construído com o natural, destacando a harmonia entre estes dois elementos. Aqui também sugere a ideia do conceito de paisagem que dominará as discussões no final do século XX e início do XXI dentro da esfera de preservação do patrimônio. Porém, não significa que estes indícios do início de um avanço em termos de análise da paisagem serão refletidos na leitura global da mesma e, conseqüentemente, refletido nas ações para sua manutenção.

Este dossiê, assim como os demais, demonstra a preocupação nas alterações descaracterizantes que o conjunto tem sofrido e alerta que “mesmo sem apresentar atualmente homogeneidade arquitetônica, estilística e técnica, o centro antigo de São Thomé é notável, de grande significado cultural e ecológico e singularmente original entre as cidades históricas mineiras, justificando plenamente medidas que o protejam e o preservem.” (IEPHA/MG, 1996b, p. 35). Estas modificações oriundas do desenvolvimento e principalmente do turismo, além daquelas desencadeadas por moradores que são atraídos para a cidade em função de seu acervo paisagístico, arquitetônico e arqueológico, ou devido a sua origem lendária e mística, acabam por provocar acelerado “processo de descaracterização de sua paisagem urbana.” (IEPHA/MG, 1996b, p. 7).

Devido ao alto índice de adulterações havidas, não é recomendável adotar-se para o centro um tombamento rígido e estático. É mais pertinente dota-lo de posturas normativas que, ao mesmo tempo proteja a paisagem urbana e as construções originais, cerceie o ímpeto remodelador e incentive a conservação do antigo e a integração do transformado. (IEPHA/MG, 1996b, p. 35).

Com relação à concepção urbanística, é informado no documento que “mesmo sem possuir excepcionalidade técnica (...), o centro histórico possui qualidades inerentes e peculiares que o credencia a receber atenção e tratamento especiais.” (IEPHA/MG, 1996b, p. 31). Interessante notar que o documento de tombamento da cidade de São Thomé das Letras não possui capítulo específico que dispõe sobre o uso, ocupação e execução de obras, como todas as localidades analisadas anteriormente. E se comparada a estas, este dossiê

é o mais completo em termos de informações sobre suas características meritórias, discorrendo sobre seu patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e arqueológico com detalhes significativos que constroem uma base relativamente rica para a elaboração das diretrizes de intervenção no centro histórico. Como é realizada a gestão deste centro histórico, uma vez que inicialmente não existiam diretrizes para nortear qualquer tipo de intervenção? Se já percebe-se a dificuldade na gestão dos outros centros que possuem as disposições sobre o uso, ocupação e execução de obras, como isso se reflete na transformação da paisagem de São Thomé das Letras?

Figura 21 - Mapa do perímetro de tombamento do município de São Thomé das Letras



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.48.

O processo de tombamento é realizado para o centro histórico e para a Igreja matriz de São Thomé, porém, diferentemente da cidade de Santa Bárbara, o documento apresenta-se de forma mais equilibrada no que diz respeito à análise dos dois objetos de tombamento.

No tocante a postura do órgão com relação ao tombamento do centro histórico, nota-se uma semelhança entre este documento e aquele de Catas Altas - apesar da diferença de sete anos - principalmente ao tratar do objeto,

ênfatizando a relação da área construída com o ambiente natural. Em Catas Altas destacam-se as montanhas e em São Tomé das Letras, as formações rochosas, ambas associadas ao ambiente construído.

6.1.6 São José das Três Ilhas

São José das Três Ilhas, distrito de Belmiro Braga, receberá o tombamento¹⁵⁶ em 1997, sendo inscrito nos quatro Livros do Tombo, assim como o centro histórico de São Thomé das Letras: I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico, II - Belas Artes, III - Histórico, e IV - Artes aplicadas.

O povoado de Três Ilhas é produto de um período notável da história, de meados do século XIX, que corresponde a ocupação do Vale do Paraibuna pela expansão da lavoura do café, o que determinou o surgimento de uma burguesia de aspirações mais refinadas do que a dos antigos proprietários da região. (IEPHA/MG, 1997, p. 5).

A questão histórica é sempre destacada ao longo do documento e a ideia de conjunto permeia todo o texto quando se trata de ressaltar suas características meritórias: “Harmonia entre os elementos deste conjunto que possui características formais e tipológicas que o assinalam como centro urbano ligado a um momento histórico” (IEPHA/MG, 1997, p. 6), “leitura harmoniosa do conjunto edificado” (IEPHA/MG, 1997, p. 36), e “maior expressividade do seu conjunto de edificações a exemplo da Igreja matriz e da capela dos Passos.” (IEPHA/MG, 1997, p. 36).

Apesar da ênfase na questão do conjunto, nota-se que a ideia do valor histórico é extremamente significativa, rompendo um pouco com o avanço na questão da leitura da paisagem que tinha sido identificado em alguns documentos

¹⁵⁶ “O tombamento de um centro histórico se apresenta como uma das questões mais delicadas na tarefa da preservação da memória cultural de um povo. Após a identificação do sítio, cuja proteção se justifica pelas suas características de conjunto e interesse, seja artístico ou formal, histórico, científico ou literário, o mesmo adquire caráter de bem cultural, que como o próprio nome indica, traz em si a idéia de utilidade para a coletividade, não só do ponto de vista cultural, mas eventualmente também moral ou econômico.” (IEPHA, 1997, p.5).

analisados anteriormente, além de refletir a questão da cidade-documento discutida no capítulo anterior.

Figura 22 - Centro Histórico de São José das Três Ilhas



Fonte:

http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Minas_Gerais/Sao_Jose_das_Tres_Ilhas/photo940152.htm

Figura 23 - Igreja de São José das Três Ilhas



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Figura 24 - Passo - São José das Três Ilhas



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Figura 25 - Passo - São José das Três Ilhas



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Figura 26 - Centro Histórico de São José das Três Ilhas



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Além desta visão, ressalta-se também que o traçado urbano mantém suas características originais até os dias em que o documento foi elaborado, destacando-se a rua A, que além de seu conjunto arquitetônico expressivo, é ainda "(...) continuidade da estrada que liga o distrito à sede aos municípios vizinhos (...)" (IEPHA/MG, 1997, p. 36), ou seja, importante eixo de ligação

desde o início da formação do distrito. Assim como outros centros históricos analisados, São José das Três Ilhas não possui perímetro de entorno, além da justificativa do tombamento estar pautada também na ameaça do desenvolvimento que poderia acarretar possíveis descaracterizações no conjunto urbano. Além disso, o documento ainda acrescenta:

O tombamento é um instrumento de caráter jurídico que visa à proteção deste bem ora considerado coletivo, que estaria possivelmente exposto ao risco de degradação. No caso de um centro histórico, a sua importância não se resume à estrutura física do conjunto ou dos elementos deste, que o tombamento tutela. Como organismo vivo e plasmável que é, o conjunto urbano resulta da combinação de elementos reunidos, fundidos, por características que definem o ambiente urbano. Este, resultado do ambiente social que ali se desenvolveu, é determinado pelas condições sociais, culturais e econômicas que são o próprio modo de vida das pessoas que ali habitam ou habitaram. Portanto, o que podemos tutelar é somente o produto, a expressão física desta sociedade. O ambiente social, as condições que definiram este produto, se ainda existentes, podem ser valorizadas, reconhecidas, ou ter sua permanência incentivada. (IEPHA, 1997, p.5).

Figura 27 - Mapa do perímetro de tombamento do distrito de São José das Três Ilhas



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.50.

Neste dossiê nota-se a preocupação do órgão em definir o que deve ser tutelado, após expor como os centros históricos são formados, destacando as

questões sociais, culturais e econômicas, que agregam significado ao que foi chamado de “produto”, que aqui pode-se entender como paisagem, remetendo ao conceito de paisagem do autor Silvio Soares Macedo, discutido no capítulo anterior.

6.1.7 Santa Luzia

Um ano após o referido tombamento, em 1998, o município de Santa Luzia é inscrito em três Livros do Tombo: I - Arqueológico, etnográfico e paisagístico, II - Belas Artes, III – Histórico. No início do documento de tombamento deste centro histórico, mais precisamente nas considerações preliminares, já são apontadas algumas características meritórias de seu conjunto: interesse histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico ou científico. “Este conjunto adquire caráter de um bem, de representatividade para a comunidade do ponto de vista cultural e da preservação da qualidade de vida de seus moradores.” (IEPHA/MG, 1998, p. 2).

Estes conjuntos, que compõem o Centro Histórico de Santa Luzia, apresentam características formais e tipológicas que o individualizam como centro urbano ligado a diferentes períodos históricos, alcançando valor de tal ordem, que indica a necessidade imperiosa de reconhecimento de sua expressão no contexto do Patrimônio Cultural do Estado. (IEPHA/MG, 1998, p. 3).

Figura 28 - Centro Histórico de Santa Luzia



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/23198640>

Logo em seguida, diferentemente de todos aqueles analisados anteriormente, é realizada uma exposição sobre conceitos, diretrizes e ações de preservação no Brasil e em Minas Gerais referentes à questão dos centros históricos, passando pelas atividades desenvolvidas principalmente pelo IEPHA/MG e, ainda, destacando alguns trechos das cartas patrimoniais internacionais que tratam do assunto, sem uma análise crítica do conteúdo. Utilizando principalmente o conteúdo da Carta de Washington (1986) justifica-se o enquadramento do centro histórico de Santa Luzia na categoria de bem cultural a ser preservado, com destaque aos valores a serem preservados:

1. o caráter histórico da cidade
2. o conjunto de valores materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular:
 - 2.1 a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento

2.2 as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes ;

2.3 a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

2.4 as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem

2.5 as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história. (IEPHA/MG, 1998, p. 7-10).

Aqui nota-se, pela primeira vez, um maior detalhamento das características a serem preservadas, que são apresentadas não só por esta lista da citação anterior, mas também por textos que discorrem sobre cada um destes itens aplicados a cidade de Santa Luzia. Com relação ao primeiro item da citação anterior – e chama-se atenção que o quesito histórico em termos de hierarquia aparece em primeiro lugar - Santa Luzia é considerada palco de importantes acontecimentos históricos não só para o Estado, mas para o país como um todo.

Já no segundo item é descrito o seu traçado e parcelamento típicos das cidades setecentistas de Minas com desenho orgânico, com certa linearidade na rua principal que é ocupada por edificações implantadas na testada do lote, sendo este último, na maioria das vezes, estreito e profundo, possuindo extensos quintais em sua porção posterior. “Na cidade brasileira setecentista, o conjunto de cheios e vazios dá personalidade e fisionomia à povoação.” (IEPHA/MG, 1998, p.8).

Figura 29 - Igreja do Rosário



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Figura 30 - Mosteiro de Macaúbas



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Com relação aos estilos arquitetônicos, informa que existem exemplares da transição do século XIX, “o que, ao invés de subtrair, apenas acrescenta valores ao conjunto, uma vez que esses testemunhos da evolução urbana convivem de forma harmônica, tanto sob o ponto de vista estético quanto urbanístico” (IEPHA/MG, 1998, p.8), mantendo a sua unidade e legibilidade. Sendo que a característica da diversidade e do contraste é algo a ser preservado dentro do centro de Santa Luzia¹⁵⁷, pois “o resultado é uma rica composição de beleza ímpar.” (IEPHA/MG, 1998, p.16). Destaca-se ainda a existência de sistemas construtivos tradicionais, a relação perceptível da cidade com o sítio natural e a preservação da memória cultural. A noção de conjunto e paisagem permeia o texto a todo instante:

Assim é que, tendo uma casa maior requinte, outra sendo modesta, sobressai a paisagem do conjunto, os imóveis valorizando-se mutuamente, numa parceria rica de portas, janelas, beirais, que se sucedem, tudo isso traduzindo ainda hoje o caráter das vilas mineiras do período colonial. (IEPHA/MG, 1998, p.16).

¹⁵⁷ A **escala** e os **volumes** são os principais responsáveis pela unidade paisagística do Centro Histórico de Santa Luzia e, portanto, devem ser o objeto de maiores cuidados quanto às intervenções futuras.

Figura 31 - Capela do Bonfim – Centro histórico
 Figura 32 - Centro histórico de Santa Luzia



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

O dossiê de tombamento de Santa Luzia, se comparado aos anteriores, possui maior riqueza de detalhes com relação às características meritórias, o que consequentemente irá refletir na elaboração de diretrizes mais detalhadas para o centro histórico condizentes com a realidade do mesmo em todos os seus aspectos.

Este dossiê de tombamento será complementado em 2002 no intuito de delimitar o perímetro de entorno da área tombada do Centro Histórico de Santa Luzia, “a fim de preservar a ambiência local e proporcionar a fruição da paisagem.” (IEPHA/MG, 2002, p.6). Aqui amplia-se efetivamente, pela primeira vez, a ideia de paisagem considerando-a não só o seu perímetro tombado, mas a composição, o diálogo entre o centro histórico e a paisagem do entorno, valorizando-os reciprocamente de forma harmônica. Além disso, reforça-se a ideia do caráter peculiar da paisagem, sendo esta composta por traçado urbano típico do período colonial, como descrito anteriormente.

A delimitação do entorno parte da percepção da relação paisagística existente entre o bem cultural, Centro Histórico, e a paisagem urbana circundante, isto é sua inserção paisagística. Busca-se continuar a preservação do diálogo existente entre a edificação e o relevo que compõem o cenário local. (IEPHA/MG, 2002, p.8).

Além do perímetro de entorno, nota-se ainda a preocupação com a manutenção de algumas visadas importantes do centro histórico, como a dos morros da Igreja Matriz e da Nossa Senhora do Rosário que não devem ser

obstruídas por qualquer tipo de intervenção, demonstrando assim, a ampliação da abrangência do conceito de centro histórico e conseqüentemente de paisagem.

Figura 33 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Santa Luzia



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.54.

Neste documento é nítida a postura do órgão ligada principalmente às questões da preservação das características meritórias deste centro histórico. A complementação do dossiê reforça esta ideia e viabiliza a possibilidade de revisão dos dossiês realizados anteriormente. Porém, o único centro histórico a receber esta análise posterior ao tombamento é o da cidade de Santa Luzia. Este fato deveria se tornar regra nos dossiês de tombamento de centros históricos do IEPHA/MG, uma vez que estamos tratando de organismos vivos em constante transformação, sendo necessária a exigência de uma revisão do dossiê de tombamento em períodos definidos em legislação específica.

Outra característica importante neste documento que demonstra um amadurecimento do órgão de preservação, ou uma busca por estabelecer bases conceituais para os futuros tombamentos, é o estabelecimento de

algumas definições importantes antes de iniciar o dossiê. Esta também deveria ser uma prática comum em todos os documentos de tombamento, uma vez que ao longo do tempo os conceitos relacionados com os bens culturais vão sendo modificados, e o estabelecimento destes possibilita uma compreensão mais aprofundada das posturas adotadas em um determinado período.

6.1.8 Pitangui

Dez anos mais tarde com relação ao tombamento de Santa Luzia, o centro histórico de Pitangui é inscrito no Livro do Tombo II - Belas Artes e III – Histórico. Ressalta-se a importância de ter sido o sétimo arraial elevado à condição de vila na então Província de Minas Gerais, o que garante grande valor simbólico para a memória do município e do Estado. “Testemunho através de seu ambiente urbano, a articulação da trajetória da cidade à história do Estado de Minas Gerais, desde seu nascimento enquanto núcleo minerador até o período republicano (...)” (IEPHA/MG, 2008a, p.8). Nota-se na estruturação do dossiê de tombamento uma significativa importância dada ao capítulo referente ao Informe Histórico, reforçando assim, talvez uma de suas principais características meritórias: sua riqueza histórica, como demonstrado em outros dossiês analisados anteriormente.

Figura 34 - Centro Histórico de Pitangui



Fonte: <http://www.clickpitangui.com.br/galeria-de-fotos/fotos-de-pitanguimg-no-facebook-2/>

O capítulo dedicado a “Evolução Urbana” apresenta toda a transformação que a cidade sofreu desde seu surgimento até os dias atuais, descrevendo aspectos relativos às modificações na malha urbana, melhorias de infraestrutura, tendências de transformações nos estilos e no uso e ocupação do solo. Mais adiante, um capítulo sobre o centro histórico é iniciado com a conceituação do termo baseado nas cartas patrimoniais internacionais e justifica a classificação da cidade como centro histórico em função das “características que conformam a área a ser preservada em Pitangui permitem que ela seja classificada na categoria de Centro Histórico.” (IEPHAMG, 2008a, p10).

A trajetória da cidade, desde seu nascimento como arraial minerador, sua posterior relação com as atividades agropecuárias e comerciais até a industrialização, testemunha a riqueza de sua história. Seu ambiente urbano é formado por diversos elementos, dentre eles, espaços vazios, ruas, construções, quintais, praças, edificações com funções e características distintas, os quais permitem que se perceba como se iniciou sua conformação espacial (espontaneamente e não de forma planejada), como se desenvolveu o traçado

urbano (adequando-se à necessidade de alargamento de vias e aos tipos de transporte), como se deu ou não sua adequação à topografia da região de instalação (ou seja, a forma como acompanhou as curvas de nível ou em outros momentos prescindiu dessa premissa) e como a área se adaptou aos diversos momentos econômicos e sociais de seu fluxo. (IEPHA/MG, 2008a, p. 15).

Figura 35 - Praça Getúlio Vargas



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2013.

Figura 36 - Praça Izauro Epifânio



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Ainda neste contexto, a característica da diversidade é presente no centro histórico¹⁵⁸, coexistindo concomitantemente atividades ligadas ao trabalho, lazer, administração da cidade, religiosidade, questões públicas e privadas. Além disso, outra característica importante é a manutenção de sua configuração urbana original em seu centro histórico, com poucas alterações realizadas no arruamento ao longo do tempo.

Porém, com relação ao conjunto arquitetônico, este sofreu modificações consideráveis, assim como os antigos quintais que em geral foram subdivididos ou ocupados, podendo-se afirmar hoje que a paisagem do centro histórico com relação ao estilo arquitetônico é bastante heterogênea, possibilitando assim, a leitura das distintas fases de conformação da estrutura urbana. Destaca-se que em alguns momentos um estilo pode contribuir para descaracterizar um

¹⁵⁸ "O Centro Histórico de uma cidade é, por conseguinte, o espaço que congrega o valor simbólico adquirido, ou seja, os valores agregados ao longo da história e que concentra funções urbanas bem definidas ligadas ao poder público e religioso, bem como aquelas relacionadas à vida cultural." (IEPHA/MG, 2008a, p12).

conjunto, e em outros, mesmo as edificações possuindo estilos diversos, o conjunto possui harmonia.

A paisagem colonial se transforma e o centro histórico, como expressão de um processo dinâmico, documenta através de suas edificações os diversos estilos arquitetônicos representativos das fases econômicas vividas pela cidade, ao longo de [quase] três séculos. (IEPHA/MG, 2008a, p.18).

Uma visão importante no contexto da paisagem contida no texto é que deve-se “atentar para o conjunto urbano em sua totalidade e em suas relações com o restante da cidade” (IEPHA/MG, 2008, p.11), aspecto este que será fundamental quando da elaboração de suas diretrizes de intervenção, pois possivelmente, a cidade será considerada como a soma de suas partes, levando em consideração, ainda, a importante relação entre estas.

Figura 37 - Praça Governador Benedito Valadares



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

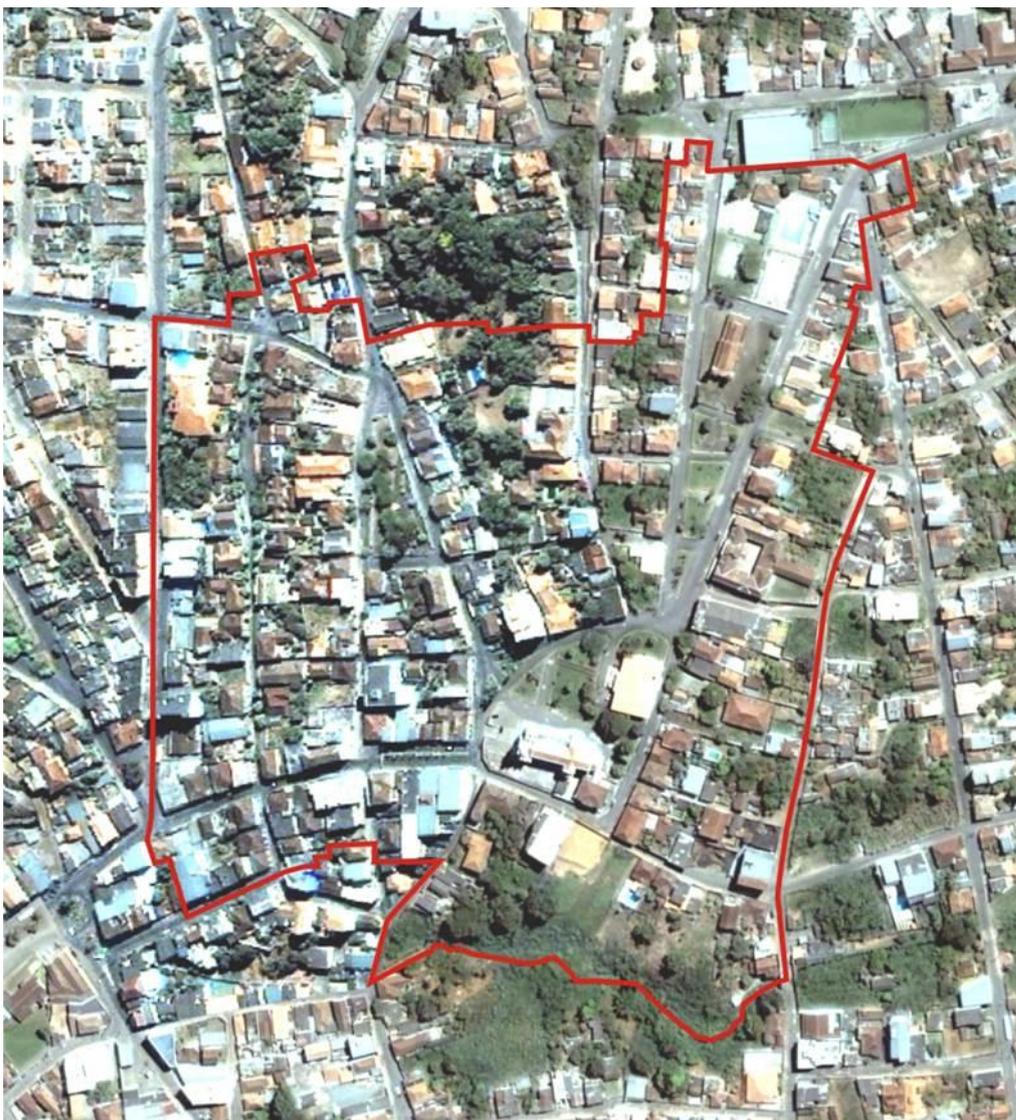
Figura 39 - Vista da cidade de Pitangui



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 2014.

Outra visão que deve ser destacada é a de “conservação integral dos perfis monumentais e ambientais mais significativos.” Aqui, o atributo da silhueta, que pode ser considerado um dos elementos fundamentais para a definição da paisagem, uma vez que marca a delimitação entre o espaço construído e as áreas livres, sejam as montanhas ou, mesmo, o horizonte, aparece pela primeira vez como característica meritória a ser conservada. A silhueta pode ser considerada como a linha existente entre os pesados blocos de edifícios e a leveza dos elementos naturais. A sua consideração dentro do conteúdo deste dossiê de tombamento significa um avanço no que diz respeito a compreensão do conceito de paisagem urbana em sua totalidade.

Figura 40 - Mapa do perímetro de tombamento do município de Pitangui



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p.59.

Apesar da distância cronológica entre o tombamento de Santa Luzia e de Pitangui ser significativa, não é percebido um amadurecimento significativo do órgão de preservação com relação as características meritórias e ao conceito de centro histórico e paisagem. Quando do tombamento de Pitangui, em âmbito internacional, as discussões sobre paisagem cultural já estavam ocorrendo à quase uma década, porém este fato não interferiu de forma expressiva no conteúdo do documento. Vale ressaltar que neste período o IPHAN também não tinha colocado em prática os primeiros frutos destas discussões.

Tendo em vista a análise realizada dos oito núcleos históricos tombados pelo IEPHA/MG, apresenta-se a seguir uma síntese das características meritórias principais de cada núcleo, assim como os possíveis avanços com relação a ideia de paisagem encontrado nas entrelinhas de cada um dos dossiês de tombamento analisado anteriormente. Esta linha cronológica possibilitará realizar uma leitura contínua da evolução do pensamento do IEPHA/MG ao longo dos processos de tombamento de centros históricos tendo em vista a ideia de paisagem.

LINHA DO TEMPO - SÍNTESE

1989

Santa Bárbara Brumal Catas Altas

-
- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - ênfase nas edificações isoladas; - seis áreas de preservação distintas; - preservação do traçado urbano primitivo. | <ul style="list-style-type: none"> - singeleza e espontaneidade do urbanismo e do conjunto arquitetônico; - conjunto do casario mantém a tipologia tradicional, simples e rústica; - conservação da paisagem urbana primeira; - polígono único de tombamento; - não possui perímetro de entorno; - ampliação da visão de paisagem. | <ul style="list-style-type: none"> - a paisagem natural é determinante; - integração de sua paisagem cultural e natural; -magnífica paisagem cênica, em intencional harmonia com a serra do caraça; - casario com aspecto típico do século XVIII, compondo um conjunto homogêneo e harmônico; - não possui perímetro de entorno; - Possui áreas “non aedificandi”; - ideia de conjunto mais marcante. |
|--|--|--|

1996

Santa Rita Durão São Thomé das Letras

-
- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - preservar os bens culturais de valor excepcional - congelamento da paisagem urbana em sua forma mais primitiva e original - A existência de vazios naturais - associação do patrimônio edificado com as questões sociais - Não possui perímetro de entorno - Possui áreas “non aedificandi” | <ul style="list-style-type: none"> - cidade de Pedra: dando-lhe original e singular ambiência, que a torna única; - arquitetura bastante interessante e original; - rico e inusitado acervo paisagístico e arqueológico; - dominação do homem sobre o meio; - a perfeita integração entre ambiente natural e ambiente construído; - não possui capítulo específico que dispõe sobre o uso, ocupação e execução de obras; - o mais completo em termos de informações sobre suas características meritórias; - discorrendo sobre seu patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e arqueológico com detalhes significativos. |
|--|--|

1997
São José das Três Ilhas

- ideia de conjunto permeia todo o texto;
- leitura harmoniosa do conjunto edificado;
- traçado urbano mantém suas características originais;
- Não possui perímetro de entorno.

1998
Santa Luzia

- interesse histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico ou científico;
- Tipologias representantes de diferentes períodos históricos;
- Exploração de conceitos e atividades desenvolvidas em centros históricos;
- maior detalhamento das características a serem preservadas;
- o conjunto de cheios e vazios dá personalidade e fisionomia à povoação;
- relação perceptível da cidade com o sítio;
- A noção de conjunto e paisagem permeiam o texto a todo instante;
- maior riqueza de detalhes com relação as características meritórias;
- Complemento em 2002 do perímetro de entorno;
- manutenção de algumas visadas importantes do centro histórico entorno.

2008
Pitangui

- sétimo arraial elevado à condição de vila;
- riqueza histórica;
- característica da diversidade;
- manutenção de sua configuração urbana original em seu centro histórico;
- paisagem do centro histórico com relação ao estilo arquitetônico é bastante heterogênea;
- atentar para o conjunto urbano em sua totalidade e em suas relações com o restante da cidade;
- conservação integral dos perfis monumentais e ambientais;
- Silhueta.

Através da linha do tempo apresentada acima, como síntese da análise realizada nos oito centros históricos tombados pelo IEPHA/MG, pode-se concluir pelo desenvolvimento de alguns aspectos relacionados à questão da preservação da paisagem. Apesar dos três primeiros centros urbanos, Santa Bárbara, Brumal e Catas Altas, terem sido tombados no mesmo ano, sugerindo a adoção de uma mesma postura ao tratamento da paisagem, notam-se diferenciações entre eles. O primeiro principalmente, ao apresentar como destaque as edificações isoladas, pensamento este que marca toda uma trajetória de preservação do patrimônio no Brasil desde o surgimento do IPHAN. A ideia de conjunto urbano é dissolvida a partir do momento em que se delimitam seis áreas distintas de tombamento, apresentando este centro histórico a compreensão da ideia de paisagem mais simplificada dentre os outros.

A ampliação desta visão já é percebida em Brumal, a partir do momento em que o perímetro de tombamento não é fragmentado, ou seja, o conjunto urbano passa a prevalecer em detrimento das edificações isoladas. Porém o entorno imediato, fator fundamental para caracterização e gestão de uma paisagem urbana, ainda não é considerado. Este também não aparece no dossiê de tombamento de Catas Altas, porém, a determinação de áreas “*non aedificandi*” sugere o início da preocupação com as áreas de entorno ao perímetro tombado, reforçando assim, a ideia de paisagem que considera o bem cultural em um contexto mais amplo.

O distrito de Santa Rita Durão também será tratado como Catas Altas no que diz respeito às áreas de entorno do centro histórico, porém irá inaugurar duas questões relevantes relacionadas à análise e preservação da paisagem: a percepção da importância dos vazios dentro do conjunto urbano e a associação entre a paisagem e as questões sociais. Este avanço, fundamental para a compreensão do bem cultural e sua paisagem, será utilizado, também, no documento de tombamento da cidade de São Thomé das Letras. Este, em seu texto, desenvolve ainda detalhadamente seu patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e arqueológico, destacando a questão da paisagem e da interação do homem com o meio ambiente. Apesar deste dossiê apresentar-

se como o mais completo, em termo de informações de suas características meritórias dentre os outros centros históricos analisados nesta síntese. Este é o único que não possui capítulo específico que dispõe sobre o uso, ocupação e execução de obras.

O distrito de São José das Três Ilhas e a cidade de Santa Luzia também não possuem perímetro de entorno. Porém esta última irá receber posteriormente uma complementação do seu dossiê que constará a delimitação deste perímetro de entorno. Assim, somente em 2002, treze anos após o primeiro tombamento de centro histórico pelo IEPHA/MG, a questão relativa à leitura da paisagem passa a ser mais ampla e, assim como sua preservação, extrapola os limites do perímetro de tombamento.

Esta noção ampliada será adotada também no dossiê de tombamento da cidade de Pitangui, onde ressalta-se a necessidade de se ler o conjunto urbano em sua totalidade, com ênfase no diálogo entre as áreas tombadas e seu entorno. Ao extrapolar esta visão, este documento irá atribuir à paisagem, pela primeira vez, a ideia da qualidade da silhueta, a partir do momento em que demonstra preocupação com a preservação dos perfis monumentais e ambientais.

Assim, inicia-se a linha do tempo com uma noção de paisagem limitada e fragmentada¹⁵⁹, passa-se para a de uma paisagem que extrapola um pouco os limites do tombamento, depois para a paisagem dos vazios, para a paisagem e seu caráter social, para a associação da paisagem natural com a construída, até chegarmos à ideia de paisagem que considera o bem cultural em uma visão mais ampla. É possível afirmar que houve uma mudança de perspectiva, ou uma maior conscientização com relação a ideia de paisagem, alterando assim a visão prévia existente. Nota-se que os conceitos de cidade-monumento e principalmente de cidade-documento permeiam os dossiês de tombamento

¹⁵⁹“Uma política ancorada ainda na noção de monumento, no reconhecimento apenas dos valores artísticos e históricos, na fragmentação da abordagem, do objeto e da gestão está presente até nos grandes centros urbanos, também providos de grandes estruturas para a administração.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 247)

valorizando, principalmente, a questão histórica de desenvolvimento de suas formas urbanas ao longo do tempo.

Tendo esta perspectiva como base é que grande parte dos dossiês analisados anteriormente foram elaborados, mesmo que alguns de forma mais superficial que os outros. Mas destaca-se que a importância dada a historicidade dos centros históricos, assim como sua característica artística que permanece, domina grande parte do discurso destes documentos, ponto importante dentro da trajetória da preservação do chamado patrimônio urbano, uma vez que supera a ideia de cidade-monumento, o que possibilita a ampliação do leque de bens culturais a serem considerados patrimônio, além de viabilizar uma análise mais aprofundada do bem em questão.

Da perspectiva do patrimônio como documento histórico, os sítios urbanos deveriam ser valorizados em função de sua forma, como resultado daquilo que culturalmente se produziu pela constante reapropriação do espaço, pelos vários significados que lhe foram atribuídos, pelos vários usos e funções sociais que possui, assim como o resultado de uma construção social que contemplou diferentes interesses e forças em disputa. (MOTTA, 2000, p. 284).

Porém, no que diz respeito a relação do sujeito com o objeto a ser tombado, pode-se afirmar que todos os documentos analisados não incluem esta perspectiva, pois a ideia de cidade-documento não atende ao método fenomenológico. Vale ressaltar que na época da elaboração de grande parte destes dossiês, o conceito contemporâneo de paisagem que possibilita esta análise ainda estava em fase inicial de discussão, porém os últimos documentos já poderiam gozar destas novas ideias. Além disso, também não é trabalhada em nenhum documento a discussão sobre o sujeito que tomba, ou porquê e para quem a paisagem tem significados e quais são estes. Aliás, as intenções de significações dos centros históricos analisados é um tema que não aparece em nenhum momento nos documentos analisados, assim como a participação da população quando da elaboração dos dossiês de tombamento, fator fundamental ao se tratar a paisagem através da fenomenologia.

A partir desta análise, adicionam-se evidências ao fato de que os bens foram interpretados mediante uma chave metodológica que os considera apenas

como documento, testemunho de um determinado período, que valoriza principalmente seus aspectos históricos e artísticos, sendo este último relacionado principalmente aos edifícios isolados. A relação sujeito-objeto existente neste fenômeno, ou seja, a relação entre o habitante do local e a paisagem, é existencial, como já analisado, uma vez que a atribuição de significado é o que sustenta esta relação. O significado, por outro lado, atribuído pelo agente público de instituição patrimonial desconsidera ou modifica esta relação do morador com seu espaço existencial, a paisagem. Como base para análise da afirmação anterior, o próximo capítulo analisará um recorte dentro do universo dos oito centros históricos tombados pelo IEPHA/MG, tendo como base os principais conceitos da matriz fenomenológica, o que permitirá incluir o sujeito no processo de leitura, identificação e conhecimento do bem, de modo a viabilizar a consideração da vivência do sujeito e as intenções de significações atribuídas dentro de todo o processo do tombamento à gestão.

Como recorte, foi eleita a cidade de Catas Altas, o que se justifica pelo fato de ser um núcleo urbano que possui um elemento “natural” – Serra do Caraça – como estruturador da paisagem, apresentando-se como uma paisagem singular dentre os centros históricos avaliados. A expressividade da área construída é enfatizada pela Serra, assim como a imponência da Serra é reforçada pelas edificações, em um diálogo constante, revelando uma forte integração simbólica e harmônica em sua paisagem. Além disso, a escala da cidade possibilita uma investigação minuciosa de sua paisagem através dos principais conceitos da fenomenologia, o que proporcionará resultados mais próximos da realidade local, e igualmente, abarcará a percepção da relação sujeito-objeto de maneira mais aprofundada. O fato de não possuir perímetro de tombamento quando de sua inscrição como bem cultural reforça a escolha da cidade, pois este fato poderá refletir um leque de significados interessantes que a área “fora” do centro histórico pode adotar, possibilitando uma investigação da percepção da paisagem “de dentro” e “de fora”.

CAPÍTULO 7

A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM DE CATAS ALTAS

À diferença de outros espaços codificados de maneira mais rígida, a paisagem é um espaço *plástico*, apto a ser feito por cada percepção individual que, por sua vez, pode vir a enriquecer, caso consiga se expressar, as representações coletivas. É por isso que a percepção de paisagens constitui um desafio nada insignificante para nossas sociedades: estando cada vez menos determinada por um vínculo funcional à terra e ao céu, cada vez menos regida por mitos aceitos universalmente, ela pode ser a oportunidade de uma invenção permanente de significações ou de uma repetição indefinida de estereótipos (COLLOT, 2012, p.28).

A partir da escolha do recorte, a cidade de Catas Altas, este capítulo irá introduzir a percepção da paisagem desta cidade tendo como base os conceitos principais da matriz fenomenológica, no intuito de identificar o significado/valor da sua paisagem em dois momentos – no período referente ao seu tombamento e anos imediatos e no período atual que abrangerá um intervalo recente se comparado ao anterior – para dois atores sociais distintos – técnicos do IEPHA e população.

Inicialmente será apresentada uma breve perspectiva histórica no intuito de possibilitar o entendimento da formação da paisagem ao longo do tempo, reforçando a importância dos elementos naturais nesta constituição, exposição que respaldará a análise que será realizada a seguir. Posteriormente, a segunda parte deste capítulo será dividida em duas partes, a primeira dedicada ao IEPHA/MG, onde inicialmente será apresentada a análise dos documentos emitidos pela Instituição referentes ao objeto de estudo. Além disso, paralelamente foram realizadas entrevistas¹⁶⁰ com os técnicos que trabalharam em Catas Altas desde a fundação do IEPHA/MG. E a segunda parte será dedicada a análise das entrevistas¹⁶¹ realizadas com a população da cidade.

7.1 Uma perspectiva histórica

Catas Altas, assim como a maioria das cidades mineiras, tem sua origem e desenvolvimento fundamentados na descoberta e exploração do ouro que se inicia nos primeiros anos do século XVIII. O próprio nome da antiga povoação, Catas¹⁶² Altas do Mato Dentro¹⁶³ está relacionada com a mineração, pois nesta região o ouro era encontrado no alto do morro em profundas escavações (IEPHA/MG, 1989c). BURTON (1976, p. 264) que ficou hospedado no Hotel Fluminense, atual Secretaria de Cultura de Catas Altas, que encontra-se

¹⁶⁰ As entrevistas realizadas com os técnicos encontram-se no Apêndice C.

¹⁶¹ As entrevistas realizadas com os moradores encontram-se no Apêndice E.

¹⁶² “A palavra catas significa locais de mineração e é sinônimo de lavras.” (GOULART, 2013, p. 42).

¹⁶³ “Os cascos de nossos animais ressoaram no rude calçamento da silenciosa Catas Altas, chamadas de Mato Dentro, muito embora a mata já tenha sido derrubada de há muito.” (BURTON, 1976, p. 264).

implantado na rua direta com a fachada posterior voltada para a Serra, fez o seguinte relato: “Do hotel, podíamos distinguir facilmente as escavações feitas na face oriental do Caraça.”

O rápido desenvolvimento, apesar de efêmero, proporcionado pela abundante riqueza presente nesta região foi responsável pela implantação de edificações com características diferentes daquelas iniciais de caráter transitório, não durável e instável. Em pouco tempo o arraial, e posteriormente freguesia, passará a contar com construções mais sólidas, e a implantação da Matriz de Nossa Senhora da Conceição representará o seu centro tanto físico quanto simbólico. “Esta edificação é por si prova da antiga riqueza e importância da povoação de Catas Altas, por trata-se de uma das mais belas igrejas barrocas de Minas (...). (IEPHA/MG, 1989c, p. 4). Vale ressaltar a peculiar implantação desta edificação religiosa tendo em vista os aspectos característicos da paisagem desta região, representada por Rugendas em 1824 na figura abaixo.

Figura 41 - Região de Catas Altas, Rugendas, 1824



Fonte: GOULART, 2013, p.43.

A abundante presença da água e o marcante ritmo e poderosa imponência das montanhas serão os elementos principais representados por Rugendas quando de sua viagem pela região. A impressão que se tem é que diante desta paisagem, a Matriz implantada com sua fachada principal direcionada para a Serra do Caraça, tenta, no nível mais alto do largo onde está situada, se impor diante do imenso paredão a sua frente. Para tanto, suas dimensões e forma de implantação atestam esta percepção, ao passo que o elemento construído pelo homem dialoga em constante harmonia com os elementos da natureza, neste caso, a Serra do Caraça, sua vegetação e cachoeiras. “Se o maciço da Serra esmaga o aglomerado urbano, a igreja, com sua monumentalidade, a este se contrapõe e cria o equilíbrio cultural, elevando a cidade à majestosidade da natureza.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 11).

Figura 42 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e sua imponência diante do casario



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Catas Altas, 1933.

É a partir da Matriz, que se apresenta como elemento centralizador, assim como a Serra do Caraça, delimitadora do espaço, que o traçado urbano se desenvolve e as edificações são implantadas conforme sua orientação. Ou

seja, estes dois objetos são responsáveis pelo sentido de orientação e identificação da paisagem pelos habitantes desde a origem da cidade.

Acredito que os inventores da Igreja procuraram harmonizar suas dimensões com o sítio de sua implantação, com grandezas e proporções análogas a toda a grandiosidade do sítio: a imensidade da praça onde a igreja se acomoda e também a solenidade altaneira da Serra do Caraça defronte. (BASTOS, 2011, p.71-72).

Figura 43 - Diálogo entre a Matriz e parte da Serra do Caraça



Fonte: BASTOS, 2011, p. 72

O traçado original da cidade, estruturado principalmente em função da Matriz e da Serra do Caraça e que chegou até o século XIX, pode ser descrito da seguinte maneira:

Este pequeno núcleo urbano desenvolveu-se basicamente através da rua que tem os nomes de Raimundo Vieira, Monsenhor Barros e Santa Quitéria, (antiga Rua Direita), que liga a Capela do Rosário à Capela de Santa Quitéria, passando pela Praça Monsenhor Mendes, principal referencial da cidade juntamente com a Matriz de N. S. da Conceição, e pela Capela do Bonfim. Da Praça da Matriz, saem o Beco do Santíssimo, desprovido de edificação, e a Rua São

Miguel, como elementos integrantes do traçado primitivo.
(FJP, 1980, p. 1).

Figura 44 – Mapa do distrito de Catas Altas, 1979



Fonte: FJP, 1980, p. 72.

Nota: A área delimitada no mapa representa o perímetro da área de preservação sugerido pelo trabalho da Fundação João Pinheiro (FJP) intitulado “Plano de preservação e valorização do centro de Catas Altas do Mato Dentro.” Os círculos indicam as principais igrejas: em amarelo a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em vermelho a Matriz de Nossa Senhora da Conceição – com a praça Monsenhor Mendes localizada a sua frente -, em verde a Capela do Bonfim e em azul a Capela de Santa Quitéria.

Figura 45 – Capela do Bonfim na antiga rua Direita



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 1980.

Figura 46 – Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Os tempos áureos da exploração do ouro no início do século XVIII, possibilitaram, assim, um desenvolvimento significativo em termos arquitetônicos e urbanísticos, além, é claro, do crescimento demográfico desta

freguesia. Tendo em vista principalmente o modo de exploração do ouro de aluvião, assim como circunstâncias políticas e econômicas, Catas Altas do Mato Dentro assistirá um longo período de decadência, já aparente nas duas primeiras décadas do século XIX, fase esta que será relatada por alguns viajantes que passaram pela região, como Pohl (1951) e Burton (1976).

As casas, enfileiradas em duas ruas, uma na direção do sul para o norte e a outra menor, de oeste para leste, são na maioria térreas e possuem vendas. Devem elevar-se a umas 200; as igrejas, em número de três, estão em decadência, como a maior parte dos edifícios do arraial desde que diminuiu a extração do ouro. A mais bela é a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, que se acha numa praça aberta e é ornada com duas torres. Vêm-se em toda parte, neste arraial, vestígios da riqueza e abundância de outrora. (POHL, 1951, p. 383).

(...) depois que as minas acabaram, tornou-se muito pobre, e seus habitantes ganham a vida plantando milho e criando gado. Essas simples e inocentes ocupações geórgicas e bucólicas, deviam torna-los felizes; mostram-se, porém, tão abatidos como Meliboeus e Corydon, e, como suas vidas vazias não merecem muito serem vividas, vivem muito e custam a morrer. A única rua, além da matriz de Nossa Sra. Da Conceição, tem três capelas, Rosário, Sta. Quitéria e Bonfim. A colunaria matriz, que dá de frente para uma praça em subida, bem cuidada, é abundantemente pintada (...). (BURTON, 1976, p. 265).

Figura 47 - A Matriz e a Serra do Caraça



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Além do destaque dado a decadência das edificações e da localidade em geral, a admiração pela grandiosidade da Serra do Caraça, ilustrada na figura 47 e 48, assim como uma descrição de seus componentes é relatado por Burton (1976, p. 263):

É um espetáculo espantoso, aquele “Carão”, uma enorme massa de ferro, elevando-se a vários milhares de metros acima das altas chapadas. Suas feições grotescamente riscadas e marcadas com faixas de quartzo largas e estritas, traçadas sobre o escuro itacolomito, e, em certos lugares há traços verticais da jacutinga negra-azulada, marcando a penetrante crosta de ardósia micácea.

O longo período de decadência, período no qual a maioria da população se dedicou à lavoura, somente foi superado com a retomada da atividade mineradora, agora voltada principalmente para a extração do minério de ferro. Tendo em vista tal impulso econômico, a população irá crescer a uma taxa anual de 10,33% entre os anos de 1960 e 1970 em função da migração de pessoas em busca de trabalho em atividades relacionadas com a mineração

(FJP, 1980). Tal incremento irá refletir em mudanças significativas na cidade que impactaram diretamente a sua paisagem. Duas modificações se destacam na paisagem de Catas Altas: A) o crescimento da cidade, incluindo traçados e tipologias que não dialogam com o núcleo histórico; B) a mineração no sopé da Serra do Caraça no trecho limítrofe a área urbana da cidade.

A figura abaixo ilustra esta última modificação indicando em vermelho os trechos onde a área minerada¹⁶⁴ ainda se encontra exposta e em azul, a área onde se intentou uma revegetação com eucalipto para minimizar o impacto na paisagem de Catas Altas.

Figura 48 - Área de mineração na Serra



Fonte: Acervo da autora, 2017.

As modificações no casario e no agenciamento externo da Praça Monsenhor Mendes podem ser ilustradas pelas figuras abaixo. A comparação entre as figuras 49 e 50 possibilita verificar um crescimento urbano significativo na porção localizada na parte superior esquerda da ilustração. Área antes representada pelo verde, característica relatada por muitos moradores nas entrevistas, agora dá lugar ao adensamento em área situada fora do perímetro de tombamento. O casario da praça também é alterado pela instalação de novas edificações, assim como pela substituição de edifícios com estilo

¹⁶⁴ A atividade mineradora nesta área encontra-se hoje paralisada.

arquitetônico diferente, como é o caso da comparação da figura 51 com a figura 52. Nesta comparação ainda se destaca o agenciamento da praça Monsenhor Mendes realizado com a definição da área de pedestres e de veículos, incluindo também o paisagismo da referida praça, sendo esta a principal área de encontro e lazer da cidade desde sua origem até os dias atuais.

Figura 49 – Praça Monsenhor Mendes, 1970



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Catas Altas, 1970.

Figura 50 - Praça Monsenhor Mendes, 2017



Fonte: Acervo particular da autora, 2017.

Figura 51 – Praça Monsenhor Mendes, 1960



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Catas Altas, 1960.

Figura 52 – Praça Monsenhor Mendes, 2017



Fonte: Acervo particular da autora, 2017.

Figura 53 – Praça Monsenhor Mendes, 1940



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Catas Altas, 1940.

Grande parte destas modificações foram realizadas quando da emancipação do município em 1995 que antes era distrito de Santa Bárbara. A autonomia política e principalmente econômica possibilitou incrementos nas áreas da saúde, educação, assim como instalação de alguns equipamentos públicos, como praças, bancos, farmácia entre outros. Porém a mineração continua sendo a principal fonte de renda do município e é realizada em várias partes do seu território, alterando significativamente os seus elementos naturais, como a vegetação, a água e a serra, ou seja, modificando a paisagem da região como um todo.

Figura 54 – Área de mineração na estrada próximo a Catas Altas



Fonte: Acervo particular da autora, 2017.

Destaca-se ainda que antes mesmo da emancipação do município em 1995, que era distrito de Santa Bárbara, inicialmente o IPHAN e posteriormente o IEPHA reconhecem o rico acervo histórico, religioso e cultural de Catas Altas, uma vez que o primeiro Instituto tomba em 1939 a Igreja Nossa Senhora da Conceição e em 1955 tomba o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário e do Colégio do Caraça. E em 1989, como relatado anteriormente, o IEPHA tombou o perímetro urbano da cidade, incluindo a área que compreende a matriz e todas as antigas vias do seu entorno.

7.2 A investigação dos significados

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, a partir do momento que trabalha com a busca de significados através do ponto de vista da percepção de um determinado sujeito.

O pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas e palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas, mantendo a neutralidade. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no

sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações são, ainda insuficientes. (VIEIRA, 2009, p.5-6).

Para tanto, será necessária a aplicação de questionários com o objetivo de responder a seguinte questão central: Identificar o significado da paisagem de Catas Altas em dois momentos distintos – de 1985 a 2000 e de 2000 a 2015 – para dois sujeitos distintos – técnicos do IEPHA/MG e população. A partir dos dados levantados pretende-se, posteriormente, relacioná-los aos principais conceitos da fenomenologia.

Para a aplicação do questionário foram escolhidas duas formas distintas em função do público-alvo. A primeira, destinada aos técnicos do IEPHA/MG, foi realizada através da autoaplicação, pois o questionário foi enviado por *email* para que os técnicos preenchessem com suas respostas. A escolha deste tipo de aplicação se justifica pelo fato de todas as pessoas selecionadas terem acesso à internet, além da facilidade de distribuição e coleta de dados.

Este questionário foi estruturado a partir da investigação do significado da paisagem em dois momentos distintos: o primeiro, referente à época do tombamento (1989) que abrange o período de 1985 a 2000, e o segundo referente ao período denominado de atual, de 2000 a 2015. Para cada momento foram selecionados os técnicos que trabalharam em Catas Altas. Esta seleção foi realizada, principalmente, através da leitura dos documentos relativos a cidade, que apontaram os técnicos em atividade na cidade em determinada data, além da indicação por parte de outros técnicos. Assim, o questionário realizado possui o seguinte conteúdo:

Questionário 1 – técnicos do patrimônio histórico de Minas Gerais (IEPHA/MG)

Data do Tombamento – 1989 (tramitação do processo: 1985 a 2000)

- 1- Qual o período em que você trabalhou no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período em que você trabalhou na Instituição?
- 2- O que mais chamou sua atenção quando chegou à cidade de Catas Altas para realizar a pesquisa?
- 3- Quais aspectos foram destacados para justificar o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

- 4- O que se entendia por “harmonia” do conjunto tombado?
- 5- O que se entendia por “paisagem” nesta época? A paisagem foi considerada no tombamento? Como?
- 6- Na época dos estudos e do processo de tombamento do centro histórico de Catas Altas houve divergência entre os técnicos sobre questões como o estabelecimento do perímetro de tombamento? Se existiram, quais foram?
- 7- Você sabe quem promoveu/solicitou o tombamento do centro histórico de Catas Altas?
- 8- Qual foi a participação da população durante o processo de elaboração do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Como se deu?

Hoje – (período: 2000 a 2015)

- 1- Qual o período em que você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período em que você trabalhou (a) na Instituição?
- 2- Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?
- 3- As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?
- 4- Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?
- 5- Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?
- 6- Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?
- 7- Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

A segunda forma de aplicação do questionário foi a entrevista face a face (VIEIRA, 2009) destinada a comunidade de Catas Altas. O objetivo desta é o mesmo do questionário elaborado para os técnicos do IEPHA/MG, porém com linguagem e foco distintos, estruturado também em dois momentos diferentes. Optou-se por esta maneira de aplicação uma vez que o público alvo era restrito apenas as pessoas acima de 45 anos e moradores da cidade desde o tombamento, sem limitações com relação a sexo, profissão e nível de escolaridade. Esta escolha foi balizada no fato de que existe a intenção de comparar os significados detectados no primeiro período com o período

recente, sendo assim necessário que a pessoa entrevistada tivesse uma idade tal na época do tombamento que possibilitasse expressar os valores do período. Além disso, deveriam ser moradores para que pudessem contribuir nas questões referentes as modificações na paisagem ao longo do tempo, de modo a apresentar um “vínculo”, uma identidade com o lugar. Além disso, existia a possibilidade de encontrarmos pessoas que não possuem acesso a internet – no caso de utilizar a autoaplicação – ou até mesmo com um nível baixo de escolaridade que não permitiria que o questionário fosse respondido de maneira autônoma.

A vantagem dos questionários feitos por meio de entrevistas, em relação aos questionários de autoaplicação, é o fato de ser possível explicar as questões mais difíceis ao respondente. Com essa providência, conseguem-se informações de pessoas com pouca escolaridade. (VIEIRA, 2009, p.22).

A escolha das pessoas ocorreu de duas maneiras para que a amostragem definida em quarenta e quatro¹⁶⁵ pessoas não fosse viciada. Inicialmente por indicação do arquiteto da prefeitura, Rogério Tameirão que de acordo com o objetivo indicou pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa, em geral, pessoas que fazem parte da história de Catas Altas e participam ativamente das atividades referentes a cidade. Além delas, foram entrevistadas pessoas aleatórias nas ruas da cidade.

Questionário 2 – Comunidade

Nome:

Idade:

Profissão:

¹⁶⁵ A memória de cálculo para demonstrar como foi definido esta amostragem encontra-se no Apêndice B.

Tombamento – 1989 (período: 1985 a 1995)

- 1- Você sabe que Catas Altas é tombada pelo IEPHA?
- 2- Você participou do tombamento de Catas Altas em 1989?
- 3- O que você achou do tombamento da cidade na época? Na época, quando foi noticiado o tombamento como a senhora recebeu esta notícia?
- 4- Como era a paisagem da cidade na época? O que era mais significativo na cidade?

Hoje – (período: 2000 a 2015)

- 5- O que é importante preservar em Catas Altas?
- 6- O que você mais gosta em Catas Altas?
- 7- O que é importante mudar com relação à paisagem/patrimônio de Catas Altas?
- 8- O que você acha da torre de celular localizada atrás da Matriz?
- 9- O que mudou na paisagem ao longo do tempo? (1989-2015)

Optou-se em ambos os questionários por utilizar perguntas abertas pois, “a vantagem óbvia da questão aberta é conseguir respostas que refletem, de fato, a opinião do respondente” (VIEIRA, 2009, p.51), de forma espontânea, sem induzir qualquer tipo de ideia ou pensamento. Outras vantagens das questões abertas e que vão ao encontro do objetivo aqui definido é que “permitem que os respondentes se expressem em suas próprias palavras, indicam o nível de informação do respondente, podem trazer informações inesperadas.” (VIEIRA, 2009, p.53).

A análise de todo o material coletado, seja através da pesquisa de documentos no IEPHA/MG, seja através das entrevistas com os técnicos e moradores de Catas Altas será apresentada a seguir, buscando sempre interpretar nas entrelinhas dos textos e falas o significado predominante da paisagem da cidade para cada um destes atores sociais.

7.2.1 - O IEPHA/MG

7.2.1.1 – Os documentos

A presente análise foi realizada com base nos documentos do IEPHA/MG referentes à cidade de Catas Altas desde o ano de fundação da Instituição, 1971, até dezembro de 2015. Apesar do tombamento da cidade ter ocorrido em 1989, optou-se por analisar toda a documentação existente no intuito de verificar a existência de alguma discussão sobre a paisagem da cidade antes mesmo de seu tombamento. Foram pesquisados todos os arquivos presentes na biblioteca do IEPHA/MG, assim como aqueles produzidos pela atual Diretoria de Conservação e Restauração (DCR) que anteriormente era denominada Superintendência de Ação Preventiva (SAP), onde são realizadas as vistorias preventivas, relatórios de viagens, vistorias de obras e pareceres ou notas técnicas referentes a análise de projeto. Esta pesquisa gerou um quadro¹⁶⁶, apresentado no Apêndice D, onde as informações encontradas nos documentos pesquisados foram organizadas e sistematizadas para possibilitar a presente análise. O quadro possui três colunas, a primeira identifica o bem em questão, a segunda o tipo de documento, ano e o técnico que elaborou tal documento e a terceira e mais importante que destaca os trechos de cada documento que fazem alusão à ideia de paisagem da cidade. O objetivo desta pesquisa é buscar identificar nestas fontes o significado/valor atribuído à paisagem de Catas Altas pelos técnicos do IEPHA/MG ao longo do tempo.

Dez anos antes do tombado foi emitido um Relatório Técnico sugerindo o tombamento de várias edificações localizadas no núcleo histórico de Catas Altas, considerando seu valor arquitetônico e histórico. O relatório esboça uma ideia de paisagem quando menciona sobre o “Conjunto de residências a rua Monsenhor Barros”, porém se limita apenas a este trecho, indicando com mais ênfase as edificações isoladas, característica comum da época herdada através das posturas adotadas pelo órgão de preservação federal – IPHAN. Este documento é um dos únicos encontrado antes do tombamento da cidade,

¹⁶⁶ Os documentos analisados sobre Catas Altas que não continham nenhuma informação a respeito do significado da paisagem não foram inseridos neste quadro.

retratando o início da discussão sobre a paisagem que seria apresentada novamente quando da elaboração do dossiê¹⁶⁷.

O valor estético das edificações e conseqüentemente da paisagem começou a ser discutido a partir da década de 1990, no documento “Parecer Técnico” referente a Casa a rua Joaquim Loureiro, s/n, situada entre os números 95 e 127. Relatam-se irregularidades presentes na edificação como um terceiro andar que foi caracterizado como “antiestético”, além de expressar a preocupação com o entorno imediato, sugerindo a busca de “solução que contribua para diminuir a interferência causada pelo prédio naquele importante conjunto histórico.” (IEPHA/MG, 1993, p.1). Nota-se a preocupação com a composição da paisagem, mesmo que ainda sutil e sem determinações precisas.

Neste mesmo ano, um outro “Parecer Técnico” evidencia algumas questões referentes à paisagem quando analisa a implantação da chamada “Vila Socoimex” e sua interferência na malha urbana tombada a partir da construção de 15 novas edificações. Anteriormente, era uma área verde, típica de fundo de quintal da cidade colonial que emoldurava a silhueta da Matriz de Nossa Senhora Conceição. Com a implantação da Vila, perdeu-se a relação figura-fundo entre a Igreja e a massa verde, e a primeira passou a confundir-se com as novas construções ao fundo, diminuindo a sua imponência na paisagem. O documento atesta a interferência tanto das características de composição da edificação quanto do seu volume:

Esses novos prédios, embora de volumes pequenos, destoam completamente do padrão original do local, tendo alvenaria de tijolos como sistema construtivo, cobertura com telhas cerâmicas e empena frontal. Os vãos não obedecem qualquer ritmo estético. Tudo, pois, está em desconformidade com as edificações históricas da área, interferindo no entorno paisagístico do núcleo tombado pelo Estado (...). (IEPHA/MG, 1993, p.2).

O documento ainda menciona a palavra “paisagem” falando sobre “o verde que é próprio da paisagem local (...).” (IEPHA/MG, 1993, p.2).

¹⁶⁷ Os significados da paisagem presentes no dossiê foram discutidos no capítulo 5 desta tese.

Figura 55 - Vista da Vila Socoimex e a Igreja Matriz em segundo plano



Fonte: Acervo do IEPHA/MG, 1993.

Ao longo de toda a década de 1990 muitas vistorias foram realizadas no intuito de verificar possíveis descaracterizações no núcleo histórico, agora já possuindo proteção do tombamento Estadual. Grande parte destes documentos atestam modificações realizadas nas edificações que estavam em desacordo com o padrão predominante no centro histórico, ou seja, o padrão dito colonial. É comum encontrarmos as palavras, “incompatível”, “elementos nocivos”, “divergente”, “interferência”, “desarmônico”, “atípico”, “efeito indesejável”, “conflito estético”, “inaceitáveis”, “descaracterização”, para se referir aos elementos novos introduzidos nas edificações que são diferentes daqueles valorizados quando do tombamento. A preocupação estética com a edificação isolada e suas características tipológicas – materiais, técnicas, cobertura, cores, relação cheio e vazio – que devem ser compatíveis com aqueles presentes no núcleo, é incessantemente destacada nos documentos do Instituto, como demonstrado nos trechos a seguir:

Tanto a cobertura elevada quanto o partido do prédio e os elementos que caracterizam os vãos são incompatíveis com o conjunto do entorno. (IEPHA/MG, 1993, p.1).

Prédio completamente divergente do anterior e dos demais da área que muito interfere a nível de tipológico, estético e em relação ao padrão construtivo. (IEPHA/MG, 1993, p.1).

Este mostra-se incompatível com a volumetria das edificações vizinhas que são todas térreas (...) (IEPHA/MG, 1993, p.1).

Consideramos preferível que sejam utilizadas telhas cerâmicas que, além de se harmonizarem melhor com o conjunto tombado, dão maior conforto térmico e não oferecem riscos à saúde de quem as manuseia. (IEPHA/MG, 1997, p.1).

Nota-se também neste período uma importância significativa dada à paisagem, mesmo que ainda a partir de um conceito limitado, e as possíveis interferências negativas neste conjunto que aparecem em pauta nas análises feitas na Instituição no final do século XX. Assim, estas interferências diziam respeito aos elementos construtivos, como dito anteriormente, e principalmente com relação à volumetria, altimetria e alinhamento, que podem interferir nas visadas tanto do entorno imediato quanto das edificações em destaque na paisagem, como a Matriz¹⁶⁸, por exemplo, focando nas características formais do conjunto.

Embora admitamos que os interesses formais não sejam os únicos de importância num núcleo urbano conseguimos detectar que, pelo menos nos tombados, eles assumem importância superior aos econômicos e particulares e defendem ainda a manutenção da memória coletiva. (IEPHA/MG, 1993, p.2).

O significado/valor atribuído a esta paisagem¹⁶⁹ pelos técnicos do IEPHA/MG durante a última década do século XX está pautada principalmente nas qualidades históricas e estéticas, na manutenção da “harmonia” do conjunto urbano tendo em vista as suas características formais e de estilo arquitetônico. Ao se analisar uma edificação que vai contra estas qualidades¹⁷⁰, afirma-se em Parecer Técnico: “A situação estética e histórica colocada é nociva ao núcleo urbano que se caracteriza pela harmonia e beleza rítmica das construções

¹⁶⁸ “Em vistoria realizada por técnicos do IEPHA/MG em Catas Altas, foi constatado que o réu iniciou construção de 03 andares, não só destacando-se das vizinhanças imediatas, como também interferindo na visão do monumento principal.” (IEPHA/MG, 1993, p.1-2).

¹⁶⁹ “Mesmo que não utilizada a palavra “paisagem”, entendemos, nesta pesquisa, que os documentos analisados se referiam a mesma quando utilizam também as seguintes denominações: “conjunto”, “conjunto histórico”, “entorno”, “ambiência”, “imagem urbana”.

¹⁷⁰ Ambos são elementos nocivos do núcleo tombado, protegido exatamente por sua beleza natural e construída, além obviamente, de ser documento vivo da história da formação do estado de Minas Gerais, através do ciclo o ouro.” (IEPHA/MG, 1993, p.2).

antigas, de uma personalidade homogênea e simples, mas bela.” (IEPHA/MG, 1993, p.2).

A palavra “harmonia”¹⁷¹ é utilizada em larga escala, seja para justificar a não aprovação ou aprovação de um projeto em terreno localizado no núcleo histórico, seja para exaltar as qualidades presentes na área tombada. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a palavra harmonia significa: “1. Disposição bem ordenada entre as partes de um todo. 2. Proporção, ordem, simetria. 3. Acordo, conformidade” (FERREIRA, 1986, p.882). E de acordo com o Dicionário filosófico de Comte-Sponville (2003, p.272):

Harmonia (harmonie) – è um acordo feliz ou agradável, entre vários elementos simultâneos, mas independentes uns dos outros: por exemplo, entre vários sons (a harmonia se opõe, então, à melodia, que une sons sucessivos), entre várias cores, entre vários indivíduos (...).

A utilização deste termo segundo a primeira definição é semelhante ao conceito empregado pelo IEPHA/MG a partir do momento que o principal atributo deste conceito está relacionado, para o Instituto, à ideia de proporção, ordem e simetria, tendo os parâmetros da arquitetura do século XVIII como base. Além disso, a segunda definição também compartilha aspectos análogos com a visão do órgão de preservação, uma vez que a palavra harmonia subentende necessariamente uma relação entre pessoas, como descrito na citação, ou entre objetos, como no caso do Instituto, seja entre as partes de

¹⁷¹A seguir são apresentados alguns trechos de documentos que ressaltam a ideia da manutenção da harmonia do conjunto:

“O projeto arquitetônico submetido à nossa avaliação não apresenta características de volumetria, afastamentos, cheios e vazados ou dos materiais utilizados que o harmonizem com as demais edificações tombadas do povoado de Catas Altas, não sendo, portanto, passível de aprovação.” (IEPHA/MG, 1994, p.2).

“Casa de cultura João Emery - Vistoria de rotina: Guarda em sua composição beleza e elegância, ressaltadas no ritmo dos vãos e portas e janelas da fachada principal, arrematadas com sacadas no segundo pavimento. O mesmo valoriza o casario da principal rua de Catas Altas e se insere harmoniosamente na paisagem urbana.” (IEPHA/MG, 1994).

“No que se refere aos aspectos estéticos e de integração com o núcleo histórico, o projeto também não possui sequer o mérito de procurar se harmonizar com as edificações mais antigas (...).” (IEPHA/MG, 1998, p.1).

“Por se tratar de uma reforma que proporcionará maior harmonia no conjunto urbano sou favorável a aprovação da proposta.” (IEPHA/MG, 2002, p.1).

uma edificação ou entre esta e sua área circundante, podendo ser representado pelas edificações vizinhas ou pelos elementos naturais.

Em 1996 é discutido o perímetro de tombamento da cidade de Catas Altas no documento intitulado “Proposta de Desenvolvimento de Diretrizes em Núcleos Tombados” onde a partir de visitas de campo e análises chegou-se à conclusão da necessidade de revisão do perímetro de tombamento definido no dossiê em 1989, no intuito de ordenar as transformações que vinham ocorrendo na cidade tanto dentro do perímetro quanto fora deste. A preocupação com o crescimento desordenado da cidade, a falta de fiscalização e atuação da prefeitura e a ausência de uma legislação específica para determinados temas, como as grandes áreas verdes do núcleo, movem a elaboração deste documento, que informa:

O tombamento do IEPHA, aprovado em 1989, possui limites que, no nosso entender, não contemplam boa parte do traçado urbano de fundamental importância para o Núcleo Histórico.

Estes limites, ao norte e ao sul, respectivamente, os córregos do Quenta Sol e do Fundo, não estabelecem visual e claramente o perímetro do núcleo tombado.

A leste do perímetro, a ponte do Córrego Maquiné, também limite do tombamento, deixa de fora a Rua da Outra Banda (foto 5), que mantém relação de continuidade com a Rua do Rosário, interferindo visualmente no conjunto urbano, tendo na sua porção mais a leste, edificações de excepcional qualidade (foto 6). (IEPHA/MG, 1996, p.1-2).

Porém a revisão deste perímetro até os dias atuais ainda não foi realizada, mesmo tendo iniciado sua discussão em 1996, o que contribuiu para ocorrerem uma série ocupações desordenadas que prejudicam a leitura da paisagem do núcleo tombado de Catas Altas de forma coesa e não fragmentada.

O interesse da Instituição não somente pela área inserida dentro do perímetro de tombamento, mas também fora destes limites aparece em alguns documentos que indicam a utilização nestas áreas de materiais e tipologias semelhantes às do núcleo, mesmo que seja uma atitude questionável¹⁷², no

¹⁷² “Isso implica na preservação do casario e dos logradouros públicos e no retorno à feição original das edificações que sofreram alterações de fachadas e telhados e que descaracterizaram a edificação e o conjunto a que pertencem.” (IEPHA/MG, 1998, p.1).

sentido da padronização e homogeneização da paisagem e do pastiche. O olhar do IEPHA/MG neste momento já estava voltado para fora dos limites do perímetro, o que significa um avanço no tocante a análise da paisagem.

Mesmo sendo em área fora do tombamento, aconselhamos a prefeitura para não aceita-las, e que obriga-se aos projetos que sejam populares possuam as esquadrias em modelos de madeira distribuídos por ela, e tenham as coberturas com 2 ou 4 águas com telhas de barro do tipo capa e bica. (IEPHA/MG, 1997, p.1).

Existe ainda um cuidado com relação a implantação dos equipamentos públicos na cidade, verificando a sua interferência na paisagem como um todo, como no caso da Praça localizada no encontro da Rua São Miguel com a rua José Loureiro, onde a análise da interferência dos postes de iluminação na paisagem foi alvo de questionamento.

O início do século XX, especificamente a primeira década, mantém as mesmas diretrizes utilizadas anteriormente, tendo como foco impedir as descaracterizações na paisagem do núcleo tombado, sendo baseado na conservação da tipologia arquitetônica “colonial” e preservação das visadas, principalmente dos monumentos de maior porte, sendo que os principais itens analisados são: altimetria, volumetria, tipologia, proporção cheio e vazados, materiais, cores, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, entre outros. Demonstrando assim a ênfase dada aos critérios objetivos, morfológicos em detrimento das ideias relacionados com os significados.

Uma mudança pode ser observada quando da emissão de documento referente as instruções iniciais para realização de projeto de restauração da estrutura arquitetônica e de paisagismo da Capela de Santa Quitéria e do seu entorno. A repetição incessante, sem análise crítica das características tipológicas coloniais começa a ser superada¹⁷³, uma vez que se admite que os projetos tenham marcas de seu tempo¹⁷⁴ (BRANDI): “Pretende-se que os projetos marquem a contemporaneidade da intervenção, mas que respeite o

¹⁷³ “As adições de novos elementos devem ter em vista alcançar o estabelecimento de uma nova unidade para os monumentos, marcada e datada, resultando num diálogo entre o velho e o novo.” (IEPHA/MG, 2009, p.1).

¹⁷⁴ “Sugerimos então materiais contemporâneo que não torne ainda mais o ‘falso ver colonial’.” (IEPHA/MG, 2010, p.1).

monumento preexistente, valorizando-o.” (IEPHA/MG, 2009, p.1). Porém mantendo sempre a desejada “harmonia” do conjunto: “Não seja elemento estranho e desagregador da ambiência, mas, ao contrário, integre os métodos de intervenção ao monumento.” (IEPHA/MG, 2009, p.1). Porém, a maioria dos documentos não adota esta postura, ou não é efetivamente implantada.

Com relação à vegetação,¹⁷⁵ foi possível verificar em um documento específico que impede o corte de qualquer espécie e informa que: “Toda a vegetação existente no núcleo histórico deve ser mantida, pois faz parte do tombamento estadual. Qualquer alteração na paisagem urbana deverá passar pela análise do IEPHA/MG.” (IEPHA/MG, 2009, p.1). Interessante notar que este documento amplia uma visão comum de anos anteriores que reforçava a ideia de que quaisquer modificações nas edificações deveriam ser encaminhadas para análise do IEPHA/MG. A partir da afirmação desta Nota Técnica, a preocupação com a transformação não somente das edificações, mas da paisagem como um todo ganha força.

O valor estético atribuído à paisagem se mantém ainda em 2010, comprovado pela Nota Técnica Nº GAP 253/2010 sobre a urbanização de trecho da Rua São Miguel onde: “O projeto visa principalmente uma melhor visão estética e melhoria no acesso ao centro histórico de Catas Altas atendendo a uma solicitação antiga dos moradores.” (IEPHA/MG, 2010, p. 2).

Interessante notar uma ressalva na postura do Órgão com relação à manutenção das características tipológicas coloniais que inicialmente eram colocadas em prática efetivamente, sem admitir nenhum tipo de intervenção que não seguisse o padrão da arquitetura colonial presente no núcleo histórico. A Nota técnica Nº GAP 114/2011 esclarece esta mudança, porém a rigidez com relação a altimetria permanece:

Em Parecer Técnico, os membros do COMTURPAC, após análise do projeto arquitetônico da edificação em questão, foi

¹⁷⁵ “No caso em tela (supressão de vegetação ocorrida no entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário), houve dano ambiental não só pela supressão das árvores, mas também pelo desrespeito ao tombamento que prevê a manutenção de toda vegetação existente dentro do perímetro do Núcleo Histórico do Patrimônio de Catas Altas.” (IEPHA/MG, 2011, p.2).

solicitada análise, deste Instituto, adequando os materiais escolhidos para as esquadrias das janelas e portas externas e o sistema de abertura das mesmas; substituição dos filetes de pedra São Thomé, em volume destacado dos demais e o uso excessivo de vidros temperados em fechamentos. Esclarecemos que para este Instituto, não há impedimentos referentes à escolha dos materiais relacionados.

No entanto, chamamos atenção, novamente, para a altura máxima permitida e orientada para o local.

O valor cênico, visual e estético atribuído à paisagem pelos técnicos do IEPHA/MG fica claro no documento que impõe a retirada das antenas de comunicação que foram instaladas ao lado da Capela de Santa Quitéria¹⁷⁶. Esta Igreja está inserida em um promontório com vista privilegiada para a cidade de Catas Altas e para a Serra do Caraça. Devido à instalação destas torres, que agem como obstáculo, as visadas mencionadas anteriormente ficaram prejudicadas. “O impacto visual é estarrecedor, comprometendo a relação da cidade com seu entorno natural.” (IEPHA/MG, [20--], p. 2).

Pela primeira vez a palavra “paisagem cultural” aparece em documentação datada de 2012, apesar deste termo ter sido utilizado pela UNESCO desde 1992. Interessante que esta Nota Técnica informa que os critérios para uso e ocupação do solo elaborados juntamente com o dossiê de tombamento da cidade de Catas Altas tem como premissa a “preservação da paisagem cultural dos logradouros de Catas Altas.” (IEPHA/MG, 2012, p. 1). Ou seja, mais de vinte anos após a elaboração do dossiê, os técnicos o interpretam como uma ferramenta para preservar não somente dos seus edifícios isolados, mas sim da sua paisagem com um todo, incluindo a Serra do Caraça.

A tônica desta última fase de análise dos documentos é a interferência visual tanto das edificações de interesse quanto da Serra do Caraça: “(...) esta análise e recomendação se baseiam apenas em aspectos de visibilidade na área tombada, que consiste na dimensão e interferência visual do imóvel as

¹⁷⁶ “Como a Capela e seu entorno são tombados pelo IEPHA/MG e receberá uma requalificação de urbanização condizente com o local, as torres passam a ser comprovadamente agressivas e descaracterizantes. Afirmamos que a retirada de todas as torres deve ser uma ação definitiva.

A transferência das referidas torres para outro local é fato tecnicamente possível e estudada devendo ser efetivada com a máxima urgência.” (IEPHA/MG, 2012, p. 3).

quais nos cabe avaliar.” (IEPHA/MG, 2012, p. 2). Assim, a altimetria da edificação é um dos fatores mais importantes ressaltado nos documentos deste período¹⁷⁷. Não somente de edificações, mas também de muros, que possam interferir na paisagem do entorno são desaprovados: “Ocorre que, com a altura atual dos muros nas laterais da residência, o espaço urbano tombado sofre uma influência negativa em toda a sua visibilidade externa. Esse fato compromete todo o conjunto harmonioso do local que justificou o seu tombamento.” (IEPHA/MG, 2013, p. 2). A preocupação com o aspecto estético da paisagem também é considerada neste documento uma vez que se sugere a implantação de vegetação¹⁷⁸ ao longo do muro ou da grade que será instalado no intuito de integrar este novo elemento à paisagem existente.

O significado/valor da paisagem para os técnicos do IEPHA/MG, após esta análise de quase três séculos de documentação, ainda continua ancorado na ideia de paisagem do renascimento, a partir da utilização da perspectiva na pintura, como um cenário. A paisagem era representada, muitas vezes, de forma idealizada juntamente com seus símbolos, advinda de uma necessidade de simular o real através da ilusão, possibilitada pela técnica do ponto de fuga. Muitas das vezes o que se vê não somente em Catas Altas, mas nos núcleos coloniais mineiros, é uma alusão à paisagem colonial, uma representação ilusória da paisagem ideal do século XVIII. Ilusória, pois na maioria das vezes as características coloniais são impostas e até mesmo substituem outros estilos para criar esta ilusão.

A paisagem com o significado de um cenário ideal é utilizada pelo IEPHA/MG, uma vez que a pintura pode até representar algum tipo de condição do tempo, porém a sua dinâmica é impossível de ser considerada em se tratando de pintura, pois a paisagem está “congelada” na tela. A atuação do IEPHA/MG

¹⁷⁷ “Cumpra-se observar que a altura da nova edificação não poderá exceder, em hipótese alguma, a altura da cumeeira de casas existentes na mesma rua.” (IEPHA/MG, 2012, p. 1). “A altura da caixa d’água não deverá exceder a altura da cumeeira existente.” (IEPHA/MG, 2012, p. 1).

“A visibilidade das torres da Igreja não será afetada em função da declividade no local e por esse motivo considera-se que o volume da nova edificação não compromete a ambiência do conjunto tombado.” (IEPHA/MG, 2015, p. 1).

¹⁷⁸ “É desejável e contribui para a preservação da ambiência do centro histórico, onde as edificações se distribuem entre a densa vegetação dos quintais, a arborização do quintal e do jardim frontal.” (IEPHA/MG, 2015, p. 2).

tem demonstrado, de maneira geral, exatamente esta ideia - apesar de muitas vezes não ser a intenção, ou de possuir algumas orientações excepcionais - pois a partir do momento que estipula uma série de regras rígidas a serem seguidas no núcleo, a intenção é preservar a “paisagem original”, tal qual no período colonial, como se a paisagem fosse estática, e sem vida. Desconsidera-se inclusive a possibilidade de crescimento da malha urbana, como analisado anteriormente, a partir do momento que atua apenas dentro dos limites do perímetro de tombamento estipulado em 1989, não possuindo perímetro de entorno.

Este significado da paisagem como uma “cena” é destacado no dossiê de tombamento e acaba por influenciar a atuação dos técnicos do Instituto durante todo este período como demonstrado em uma passagem deste documento: “A paisagem, assim, recebe o destaque merecido neste conjunto ímpar que somando suas edificações, arruamentos e quintais compõem a ‘magnífica paisagem cênica, em intencional harmonia com a serra do Caraça’.” (IEPHA/MG, 1989c, p. 62).

A ênfase na característica estética da paisagem também tem sua origem na pintura, ligada à arte da representação. Porém, esta qualidade não deveria ser considerada fundamental isoladamente, pois a paisagem é uma construção sócio-cultural, devendo ser levado em conta os símbolos, valores e significados atribuídos não somente pelos técnicos, mas principalmente pelos moradores da cidade. Ou seja, aqui reforça-se a ideia de tratar a paisagem como noema, levando em consideração as vivências e as intenções diversas de significados atribuídos a mesma.

7.2.1.2 – Os técnicos

Como dito anteriormente, o questionário aplicado aos técnicos do IEPHA/MG foi dividido em dois períodos distintos, onde foram entrevistados apenas os técnicos que trabalharam em Catas Altas no momento assinalado, havendo

apenas um técnico que respondeu aos dois questionários pois esteve na cidade em ambos os períodos.

Inicia-se a análise pelo primeiro período em questão, onde foi possível ter contato com os técnicos que participaram inclusive do processo de elaboração do dossiê de tombamento iniciado em 1985. O questionário apresentado anteriormente foi encaminhado para sete técnicos¹⁷⁹ no intuito de apreender o significado da paisagem de Catas Altas neste período: 1985 a 2000.

Ao serem questionados sobre o que mais chamou a sua atenção quando chegaram à cidade para realizar as pesquisas, foi destacada a beleza natural, representada principalmente pela Serra do Caraça e o impacto desta juntamente com a configuração das igrejas na paisagem do conjunto.

Sem dúvida o impacto causado pelo deslumbrante cenário da Igreja Matriz em contraponto a magnífica Serra do Caraça. O espectador ao se deparar com a esplendida paisagem natural transformada pela intervenção humana se considera privilegiado por poder contemplar localidade detentora de um acervo que se caracteriza por volumes e formas construtivas próprias do período barroco do qual Catas Altas é um exemplar único. (TÉCNICO 01¹⁸⁰, 2016, APÊNDICE C).

Este mesmo destaque dado ao diálogo da natureza x área construída¹⁸¹ se repete na pergunta seguinte que tenta explorar os aspectos ressaltados como justificativa para o tombamento do centro histórico de Catas Altas, porém é nítida uma ênfase maior para os valores estéticos da arquitetura em detrimento do natural.

Catas Altas do Mato Dentro além de possuir significativo conjunto paisagístico ao pé da Serra do Caraça, conta com um conjunto arquitetônico de extrema importância no cenário construtivo do período. Casarios e sobrados coloniais destacam-se em meio às edificações religiosas, tal como a matriz de Nossa Senhora da Conceição que teve sua construção iniciada nos

¹⁷⁹ Obtendo-se o retorno positivo de quatro do total de sete técnicos contactados.

¹⁸⁰ Esta nomenclatura foi utilizada para resguardar a identidade dos técnicos, assim como dos moradores de Catas Altas.

¹⁸¹ “Catas Altas se distingue, ainda, por ser detentora de uma extraordinária peculiaridade que é sua configuração urbanística derivada diretamente da topografia acidentada da região. Seu traçado urbano se desenvolveu em função de dois elementos determinantes que são a Serra do Caraça e a Igreja Matriz, edificada esta em patente intencionalidade de contraponto àquele elemento topográfico.” (TÉCNICO 01, 2016, APÊNDICE C).

primórdios do século XVIII. A sua decoração interna, que contou com uma gama de excelentes profissionais da arte da talha e da pintura dos séculos XVIII e XIX, nunca foi concluída e serve aos estudiosos como um rico modelo vivo para o entendimento do processo construtivo da ornamentação interna de um monumento. (TÉCNICO 04, 2016, APÊNDICE C).

As edificações com tipologia das construções tradicionais, o traçado viário, os ambientes construídos e naturais nos entornos das igrejas e das moradias, a Serra do Caraça, como parte integrante desse cenário foram considerados. (TÉCNICO 02, 2016, APÊNDICE C).

É ressaltado ainda o “excepcional valor histórico, paisagístico e artístico que corria sérios riscos de descaracterização devido ao acelerado processo intervenções urbanas que ali estava ocorrendo.” (TÉCNICO 01, 2016, APÊNDICE C).

Uma palavra que chamou atenção ao analisar os documentos do IEPHA/MG sendo recorrente para justificar a aprovação ou reprovação de projetos no núcleo histórico de Catas Altas, assim como justificar seu valor principalmente estético, foi a palavra “harmonia”, como analisado anteriormente. No intuito de compreender o verdadeiro significado deste conceito, perguntou-se aos técnicos “O que se entendia por “harmonia” do conjunto tombado”, e as respostas refletiram novamente a integração do ambiente natural e o construído: “Na arquitetura a harmonia era a integração entre o construído e seu entorno (...)” (TÉCNICO 03, 2016, APÊNDICE C). “A configuração ambiental marcada pelas implantações das edificações, o traçado viário, a topografia.” (TÉCNICO 02, 2016, APÊNDICE C). E novamente o destaque para o ambiente construído:

Harmonia era entendida, como é ainda hoje, proporção, consonância, equilíbrio de uma forma de ordenação espacial que constituía um todo harmonioso, de grande beleza. Esse conceito se enquadra perfeitamente no cenário proporcionado por Catas Altas.

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição evidencia-se no perfil urbano da localidade como elemento definidor, pela especial implantação, cujo adro em declive constitui-se no maior espaço público da localidade. Entorno desta praça quadrangular se alinham as edificações residenciais e comerciais, cuja pequena volumetria é acentuada pela grandiosidade da serra e da Igreja.

Entretanto, se essa pode parecer superdimensionada em relação ao casario, não será se relacionada com o contexto natural. Seu ponto de equilíbrio não é o povoado, mas a paisagem onde a serra é predominante, o que vem demonstrar uma efetiva intenção compositiva. Aí reside a harmonia, a singularidade desse povoado que, diferentemente da maioria dos centros mineradores do século XVIII, onde não existia esta preocupação, ou seja, a criação de um espaço urbano harmonizado à topografia acidentada da região, gerando portanto uma imagem ordenada, proporcional. (TÉCNICO 01, 2016, APÊNDICE C).

Sobre o que se entendia por paisagem na época do tombamento, volta a ser apresentada a majestosa relação da área urbana, representada pela Igreja Matriz, com a natureza, representada principalmente pela Serra do Caraça.

A paisagem era vista como somatória do ambiente natural, no caso em questão paisagem de beleza excepcional, com a paisagem construída pelo homem, onde houve intervenção que a torna - paisagem cultural e, conseqüentemente, histórica.

(...) O peculiar traçado urbanístico do povoado bastante característico e original fundamentado em dois elementos determinantes que são a Serra do Caraça e a Igreja Matriz, edificada em patente intencionalidade de contraponto àquele magnífico elemento topográfico só reforçaram os argumentos favoráveis à sua preservação. Por outro lado, se o maciço da Serra "esmagou" o aglomerado urbano, a Igreja com sua monumentalidade a este se contrapõe e cria o equilíbrio elevando à majestosidade da natureza. Há, sem dúvida, uma conjugação de fatores que tornam essa hoje cidade de Catas Altas, exemplo maior da imagem de uma vila setecentista em sua plenitude. (TÉCNICO 01, 2016, APÊNDICE C).

Interessante notar como é recorrente a afirmação da importância da relação do ambiente construído com a Serra do Caraça, que aparece em respostas de perguntas distintas e de técnicos diferentes. Inclusive o texto do dossiê de tombamento ressalta esta característica peculiar do núcleo histórico de Catas Altas, porém este aspecto não é refletido nas medidas efetivas de preservação da cidade. O perímetro de tombamento contempla apenas a área urbana, deixando a Serra e seu entorno sem a devida proteção.¹⁸² Além disso, a parte

¹⁸² De acordo com alguns técnicos este foi baseado no trabalho executado pela Fundação João Pinheiro (1980).

referente às “Disposições sobre a ocupações, uso do solo e condições sobre a execução de obras na área tombada do distrito de Catas Altas do Mato dentro”¹⁸³ não possui nenhuma diretriz que trate sobre os elementos naturais, nem mesmo sobre a Serra do Caraça.

A partir destas entrevistas foi possível notar que existiu uma preocupação em tratar sobre os “elementos naturais” quando do tombamento do núcleo histórico, porém, o significado paisagístico foi reduzido aos aspectos de ordem arquitetônica, principalmente àqueles morfológicos, como altimetria, volumetria, afastamentos, entre outros, fazendo com que as relações deste documento com os principais conceitos da fenomenologia fossem negligenciados. Reforça esta afirmação o fato de não ter havido a participação da população durante o processo de elaboração do documento, fazendo com que a relação sujeito (morador) x objeto (paisagem) não fosse considerada.

Não houve participação da comunidade nas discussões referentes ao tombamento. Importante esclarecer que à época não havia no IEPHA a prática de envolver os moradores nas decisões quanto ao significado da medida preservacionista, seus efeitos e definição de perímetro protegido, entre outras questões. (TÉCNICO 01, 2016, APÊNDICE C).

É importante ressaltar que a crítica aqui realizada com relação ao processo de tombamento e seu dossiê deve apresentar uma ressalva com relação à época de sua elaboração. Este tombamento, juntamente com os núcleos de Santa Bárbara e Brumal foram os primeiros conjuntos a serem considerados patrimônio pelo IEPHA/MG, sendo, portanto, uma atitude pioneira dentro da Instituição, que contava com várias limitações, quer de ordem econômica, política e de quadro técnico. Porém, hoje é possível avaliar todo este processo à luz de novos estudos sobre o conceito contemporâneo de paisagem e sua relação com a fenomenologia, permitindo uma compreensão mais ampla do

¹⁸³ “A chamada “diferenciação” do processo de tombamento se justifica também e, principalmente, pela inclusão no dossiê da Lei de Uso e Ocupação do Solo e das condições para construção na área tombada, elaborados pela Fundação João Pinheiro, dentro do Plano de Desenvolvimento proposto pela Instituição. Importante enfatizar que essa medida alcançava um caráter social mais amplo que era atingir o próprio planejamento urbano evitando-se a ocorrência de impactos provocados pelo tombamento convencional cuja metodologia não incluía tais dispositivos e, causava, muitas das vezes, conflitos entre leis municipais e dispositivos legais postos na lei de preservação.” (TÉCNICO 01, 2016, APÊNDICE C).

fenômeno “paisagem” e seus possíveis desdobramentos até a gestão dos núcleos, que serão tratados posteriormente.

No segundo momento – 2000 a 2015 – foram entrevistados oito técnicos, entre diretor, gerente e técnicos propriamente ditos. Como não houve atualização do dossiê de tombamento no que diz respeito ao perímetro e as diretrizes de intervenção no período em questão, a maioria dos entrevistados informou que a aprovação de projetos novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas ocorreu com base nas diretrizes elaboradas em 1989 quando da aprovação do documento do dossiê, instituído pelo Decreto Estadual nº 29.399, de 21 de abril de 1989. Assim, um dos entrevistados destacou a questão do distanciamento entre a data do tombamento e a necessidade de análise de projetos na atualidade:

As diretrizes, por serem do final da década de 1980, nem sempre eram aplicáveis na análise dos projetos devido à mudança do contexto urbano (trânsito, segurança etc) e da disponibilidade e evolução de materiais e técnicas construtivas. (TÉCNICO 08, 2016, APÊNDICE C).

Nota-se a dificuldade de aplicar as diretrizes estabelecidas no dossiê em função das mudanças ocorridas também na paisagem¹⁸⁴, tendo em vista principalmente a mudança de distrito para cidade em 1995, que possibilitou um crescimento com relação aos investimentos na cidade nunca antes experimentados. Tendo em vista esta releitura das normas para um contexto diferente para o qual foi proposto, alguns entrevistados citaram a utilização do “bom senso” como sendo um dos critérios quando da análise de projetos e intervenções na cidade de Catas Altas, reforçando assim a ideia de paisagem como dependente do olhar e da experiência do observador.

O problema para análise de projetos em Catas Altas está relacionado diretamente com o processo de tombamento, que cristalizou um distrito que veio a se tornar cidade posteriormente.

As diretrizes devem ser seguidas pelo técnico que fiscaliza o núcleo, porém este técnico deve usar sempre

¹⁸⁴ O problema da paisagem considerada por um viés pictórico, como tem sido realizada pelo IEPHA/MG é exatamente este: não incluir a possibilidade de transformação, tratando-a como um quadro fixo, tema que será aprofundado adiante.

do bom-senso nas decisões tomadas. Há casos que não estão contemplados no dossiê de tombamento. (TÉCNICO 12, 2016, APÊNDICE C).

Com relação às obras de restauração e de reforma, o dossiê prevê que é necessário que o sistema construtivo seja respeitado, assim como as cores e materiais, que devem seguir o padrão existente no local e indicados pelo IEPHA/MG. Devem ser regulamentados também a volumetria, a proporção, os acabamentos e o dimensionamento de vãos de janelas e portas, de modo a seguir o estilo arquitetônico a ser preservado.

Para execução de novas edificações, os critérios que direcionam a elaboração do projeto, além da diretriz referente as cores e materiais determinados também para as obras de reforma e restauração, devem ser observados: diretrizes para padronização das coberturas, alinhamento frontal, estabelecimento de altura de muros e materiais de revestimento.

Pra edificações novas dentro do perímetro tombado, estabelecem-se diretrizes referentes a: alinhamento frontal e afastamento frontal, tipo de material da cobertura, número de pavimento máximo, afastamento lateral e taxa de ocupação máxima. Destaque ainda para o Artigo 9º com relação a preocupação com a manutenção da cenarização da paisagem, uma vez que prevê a homogeneização das edificações a partir de um determinado estilo arquitetônico.

Parágrafo 2º - O IEPHA/MG providenciará que se faça de maneira paulatina e organizada a substituição de elementos inadequados e a retirada de adornos e pinturas impróprias que comprometam o tratamento arquitetônico das edificações que trata este artigo. (IEPHA/MG, 1989, p. 18).

Alguns destes critérios foram enfatizados isoladamente pelos entrevistados e além disso, algumas questões não constantes no dossiê foram destacadas, tais como a importância de: impacto visual/ interferência na paisagem urbana/ adequação ao contexto local, os eixos de visadas, a ambiência e a vegetação.

Nota-se, neste primeiro momento de análise das entrevistas a mesma observação realizada quando do exame dos documentos do IEPHA/MG, feito

na seção anterior: os valores/significados que devem ser preservados estão pautados principalmente no binômio estética-história.

Na pergunta referente ao que seria descaracterização do conjunto tombado, citado em diversos documentos, os técnicos foram questionados no intuito de apreender o verdadeiro significado desta palavra no que diz respeito a preservação do núcleo histórico de Catas Altas. E neste item a observação anterior se torna ainda mais clara, pois grande parte das respostas considera descaracterização a modificação de qualquer elemento morfológico das edificações que não fizerem parte do “estilo colonial”, tais como: desrespeito ao padrão “original” de afastamentos, seja frontal, lateral e ou fundos – ocupação dos fundos de lote, por exemplo -, altimetria, pintura das fachadas, coberturas, volumetrias, escalas, proporções de cheios e vazados, materiais construtivos, revestimentos. Porém dois técnicos chamam a atenção para o fato de que estes elementos morfológicos podem sofrer algumas variações dentro do perímetro tombado, o que requer uma análise cuidadosa da edificação e seu entorno imediato, ou talvez a necessidade de um zoneamento dentro do perímetro tombado, o que sugere um novo olhar e significado para a paisagem em questão.

As descaracterizações do conjunto poderiam ser apontadas como aquelas que destoam e se destacam na paisagem em relação ao conjunto que, em algumas áreas, é homogêneo. Contudo, estas relações são bastante diversas no perímetro tombado, não sendo possível dizer que em todo o núcleo estes tipos de intervenções se configurariam como descaracterização. (TÉCNICO 08, 2016, APÊNDICE C).

Além disso, a preocupação com a descaracterização da paisagem/conjunto existente é enfatizada por vários técnicos como sendo aquela intervenção que se destaca na paisagem, destoando das características originais a serem preservadas, com ênfase para as visadas da arquitetura religiosa e da Serra do Caraça. Foi apontada também como descaracterização a não observação das normas de proteção estabelecidas pelo dossiê, indicando ainda a sua utilização na atualidade, mesmo tendo em vista os problemas ressaltados anteriormente, assim como a ocorrência de uma intervenção sem a orientação e aprovação dos órgãos de proteção.

Com relação a investigação sobre as possíveis discussões sobre a atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas, a maioria respondeu que não saberia informar ou porque não trabalhava mais no núcleo, ou estava em outra gerência ou tinha saído da instituição. Apenas um entrevistado forneceu um dado mais atual, informando que não existe a previsão de atualização do dossiê. Aqui fica claro que as dificuldades só tendem a aumentar à medida que o tempo vai passando e a paisagem se transformando, tornando cada vez mais difícil utilizar as premissas e diretrizes presentes no dossiê que considerou a paisagem de um distrito “congelado” no tempo como base para sua elaboração.

A pergunta sobre a análise crítica do dossiê demonstra a preocupação dos técnicos com relação a sua atualização, inclusive com relação aos limites do perímetro de tombamento, criticando ainda a homogeneização da paisagem a partir do momento que o dossiê não considera suas diferenças de ocupação e topografia. Um técnico destaca ainda a questão da não inclusão da Serra:

Percebe-se que havia uma preocupação com a fruição da paisagem construída e, apesar de também considerar a Serra como intrinsecamente ligada a essa paisagem urbana, o limite do perímetro de tombamento não abrange esse elemento natural. Caberia talvez uma revisão nesse sentido, de conferir uma atualização conceitual ao processo original para garantir a proteção hoje daquilo que já se sabia importante naquela época. (TÉCNICO 09, 2016, APÊNDICE C).

A última pergunta do questionário tenta buscar o que a Instituição, através do pensamento e ação de seus técnicos, entende por “paisagem cultural”, no intuito de perceber seu significado, e se era possível detectar algum tangenciamento com os principais conceitos da fenomenologia na construção deste conceito. Grande parte dos técnicos traz a ideia de paisagem cultural com base na definição do artigo 1º da Portaria 127/2009 do IPHAN, como sendo “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” A partir deste conceito é possível

afirmar a sugestão de uma maior valorização dos processos humanos¹⁸⁵ em detrimento daqueles ditos “naturais”, mas a ideia fenomenológica da relação do sujeito (homem) com o objeto (ambiente) está implícita neste artigo, apesar de se trata-la de maneira superficial, não considerando os conceitos de vivência e de objeto, assim como as intenções de significações como analisados anteriormente.

Se existe uma preocupação com esta relação do sujeito com o objeto – mesmo que de forma superficial - no conceito abordado na Instituição, porque esta não é percebida na prática de atuação dos órgãos de preservação do patrimônio? O retorno a esta pergunta vem justamente na resposta de um técnico que ressalta que a paisagem cultural de Catas Altas seria: “a junção de peças arquitetônicas como, a altimetria, a simetria, esquadrias em madeira, cobertura em telhas coloniais e até mesmo a topografia proporcionando a valorização das vistas e visadas, igreja x montanhas.” (TÉCNICO 06, 2016, APÊNDICE C).

A transposição do conceito de paisagem para a prática tanto de elaboração de dossiês e conseqüentemente de gestão do núcleo histórico faz com que as relações existenciais entre sujeito e objeto se percam e a questão pragmática e objetiva predomine dentro de uma lógica de manutenção de elementos morfológicos que ressaltem o caráter estético e histórico do conjunto. Este valor histórico é ainda enfatizado pela seguinte resposta: “Salvaguarda dos bens e elementos urbanos de significado histórico sem cercear o crescimento da cidade, mas sim orientando as intervenções para que aconteçam de forma harmoniosa e de forma sustentável à cidade.” (TÉCNICO 07, 2016, APÊNDICE C).

Outra questão pertinente a este tema foi informada por um técnico que declara que a Instituição não possui um conceito consolidado de paisagem cultural

¹⁸⁵ “E assim eu entendo também, que paisagem cultural define-se pela interação do homem com o meio ambiente, transformando-o na medida em que utiliza-o como moradia, trabalho, lazer, cultura, ou seja, meios de subsistência.” (TÉCNICO 05, 2016, APÊNDICE C).

“Acredito que o título de paisagem cultural se aplique a alguns locais específicos onde a paisagem natural e a paisagem construída estejam intimamente relacionadas, interdependentes, como é o caso de Catas Altas.” (TÉCNICO 09, 2016, APÊNDICE C).

“A paisagem cultural é, antes de tudo, o conjunto das expressões da atividade humana em um sítio, não apenas as edificações e intervenções sobre o espaço, mas todo o espaço natural de uma cidade.” (TÉCNICO 11, 2016, APÊNDICE C).

utilizado por todos os seus técnicos, no intuito de padronizar teoria e prática, possibilitando atuações diversas sobre o mesmo tema, o que certamente gera questionamentos quando se trata, principalmente, da análise de projetos no núcleo histórico. Outra questão interessante trazida por este mesmo técnico é que aplica-se mais a ideia de “ambiência”¹⁸⁶ do que de paisagem cultural, entendido como mais abrangente, quando se trata da análise de projetos e consequente gestão dos núcleos históricos. E quando o técnico descreve a sua atuação na cidade de Catas Altas, fica evidente a aplicação do conceito de ambiência:

No caso de Catas Altas, durante o período em que estive envolvida com as análises de projeto, a tentativa foi garantir que as áreas mais preservadas do centro histórico (algumas ruas e entornos de edificações como igrejas e casarões mais representativos do período colonial) mantivessem uma harmonia do conjunto edificado, pois esta era uma das justificativas para o tombamento. E é nesse sentido que se buscou aplicar a ideia de “paisagem”, como um meio em que é possível se fazer uma leitura espacial e temporal da ocupação.

Existe ainda uma ênfase na necessidade de manutenção da “paisagem natural” representada pela Serra do Caraça e sua relação com o ambiente construído: “Em Catas Altas este conceito é da maior importância. Não dá para imaginar o conjunto urbano tombado sem sua paisagem circundante, moldura necessária para seu entendimento e fruição (no caso a espetacular Serra do Caraça).” (TÉCNICO 11, 2016, APÊNDICE C). Este novo olhar que além da importância já destacada no dossiê, e que agora sugere a inclusão da Serra no perímetro de tombamento, pode ser reforçado ainda por este relato:

A Serra da Canastra e o casario e suas Igrejas são elementos indissociáveis quando se pensa em Catas Altas. A proteção deste patrimônio através do instrumento paisagem cultural pode ser uma forma de reforçar o tombamento do núcleo histórico e impedir uma descaracterização dessa paisagem natural que ajudou a criar a identidade desse lugar. (TÉCNICO 09, 2016, APÊNDICE C).

¹⁸⁶ “Tal “conceito” poderia ser entendido como aquilo que influencia diretamente a percepção do conjunto (Recomendação de Nairóbi, 1976).” (TÉCNICO 08, 2016, APÊNDICE C).

Concluímos, diante da análise dos documentos emitidos referentes a cidade de Catas Altas, assim como a interpretação das entrevistas aplicadas aos técnicos que trabalharam na cidade, que o significado da paisagem para os técnicos que representam a Instituição tem como base a paisagem como panorama, como o cenário idealizado de um tempo considerado de glória na história das cidades mineiras. “(...) a percepção da paisagem é ainda pensada sob a égide do pitoresco (em sentido etimológico: aquilo que é susceptível de pertencer a uma boa pintura).” (D’ÂNGELO, 2012, p.339). Esta ideia acaba por reduzir a paisagem a uma série de elementos organizados a partir de uma interação rígida, fixada em um momento temporal e que devem seguir um padrão ditado pelo órgão de preservação, mesmo que este estado possa nunca ter existido. Essa busca incessante pela paisagem ideal do século XVIII faz com que a atuação para sua preservação desconsidere que a paisagem é transbordante de vivacidade, não levando em conta a parte principal que faz daquela paisagem um monumento histórico: seus habitantes e as intenções de significações atribuídas por eles à paisagem, atuando apenas na marcha mecânica da repetição do “estilo colonial”.

Esta atuação acaba por ignorar os protagonistas da paisagem no sentido de noema, aqueles que a vivenciam, a modificam e dão vida em um palco de atuação incessante. Ao realizarem tal ato, os técnicos e conseqüentemente as Instituições que subsidiam os mesmos acabam por negligenciar o real significado da paisagem, aquele que dá sentido à sua existência e a existência de seus moradores, conforme será apresentado a seguir.

7.2.2 - A comunidade

Para a análise seguinte foi estruturada uma tabela contendo todas as perguntas do questionário em questão e a sistematização das respostas em função do tipo e a quantidade em que foram detectadas quando da realização das entrevistas. Esta tabela, apresentada no Apêndice A, possibilitou mensurar os possíveis elementos que se mostraram mais presentes nas respostas como um todo, possibilitando a realização da análise feita a seguir.

Com relação à primeira etapa de perguntas sobre a cidade de Catas Altas, que compreende o período de 1985-2000, o questionário foi iniciado no intuito de verificar se os moradores sabiam que o núcleo histórico é tombado pelo IEPHA/MG e se participaram deste processo na época. A maioria dos entrevistados, ou seja 80%¹⁸⁷, respondeu que sabiam que a cidade era tombada pelo IEPHA/MG. Porém, 86% destes entrevistados não participou do processo de tombamento que ocorreu em 1989, reposita que reitera o relato dos técnicos sobre a participação da população neste período, reforçando a desconsideração da relação do morador com a paisagem no processo em questão.

Fica evidente na pergunta seguinte sobre a opinião do morador sobre o tombamento da cidade, que este não agradou a todos, sendo que 48% dos entrevistados consideraram o tombamento bom para a cidade e 16% acharam ruim. Além disso, alguns moradores informaram que ficaram sabendo sobre o tombamento anos depois da conclusão do processo, reforçando a ideia da não participação popular e da não divulgação das informações quando do tombamento da cidade. Vale ressaltar o destaque dado por alguns moradores à falta de conhecimento sobre o que era patrimônio e conseqüentemente o que era um processo de tombamento e que, após a realização de educação patrimonial, é que a maioria das pessoas começou a entender o valor do patrimônio, diferentemente do que ocorre hoje, onde este conhecimento é apresentado aos alunos nas próprias escolas da cidade.

Assim, alguns moradores viram este processo como uma imposição, outros como um dificultador no que diz respeito a manutenção das residências, uma vez que as exigências do Instituto, principalmente com relação aos materiais que devem ser utilizados, nem sempre são viáveis economicamente para os moradores. Além disso, alguns moradores reclamam da demora em encontrar uma solução para a realização de determinadas mudanças e melhorias no bem, assim como para a aprovação destas alterações.

¹⁸⁷ Adotou-se a convenção de arredondamento para baixo quando a primeira casa decimal for até o número quatro e para cima quando a primeira casa decimal for do número cinco em diante.

Pra cidade que é assim, mais antiga é bom, mas o ruim é só pra você poder mexer nas coisas tombadas, que há muita, assim, burocracia. Se você vai fazer um reboco tem que pedir licença pra aquilo. E acaba o bem estragando mais pelo tempo que demora. (MORADOR 22, 2017, APÊNDICE E).

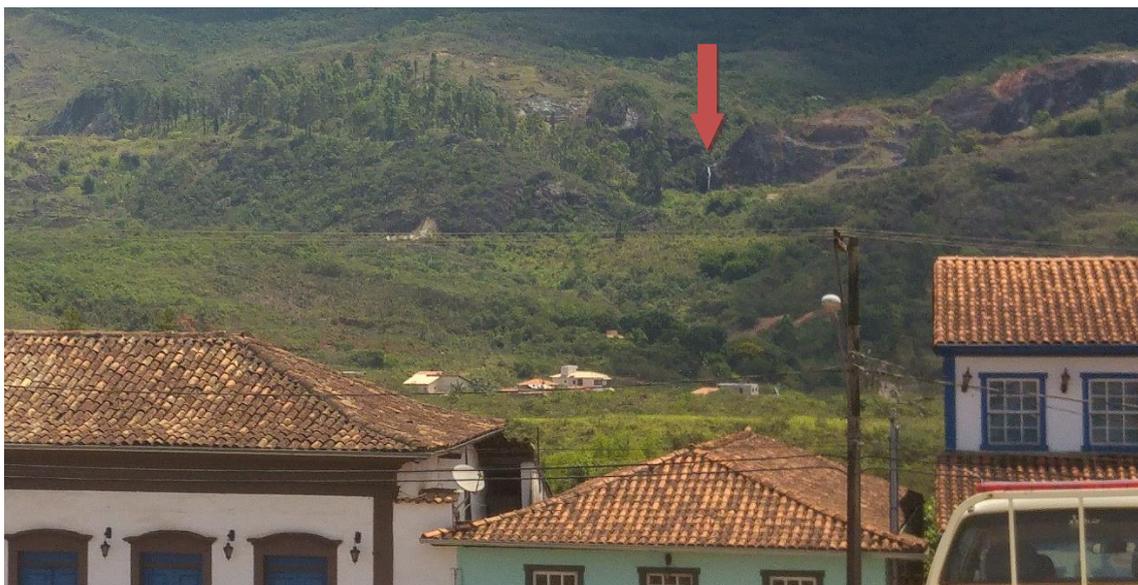
Outra questão levantada diz respeito às mudanças ocorridas com relação a segurança na cidade, muitos moradores se vêm ameaçados com o crescimento da violência e querem aumentar a sua segurança através da instalação principalmente de gradis, sejam nas janelas, portas ou quando existente, no afastamento frontal, o que nem sempre está de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo IEPHA/MG.

Para compreender como era a paisagem na época do tombamento, assim como o que era mais significativo para a população, aquilo que estava gravado em sua memória, esta última pergunta referente ao primeiro momento trouxe algumas revelações interessantes.

A primeira referência mais citada está relacionada com a quantidade de água presente nas cachoeiras e nos rios, que na década de 80 se comparada com a situação atual possuíam um volume de água mais significativo. Além da água a lembrança dos aspectos “naturais” da cidade, como as árvores, a Serra e o “verde” em geral, representam 33% dos itens citados, o que nos faz interpretar que o significado desta paisagem além de considerar o valor estético da arquitetura, como analisado anteriormente, está marcada principalmente pelos elementos da natureza.

A natureza, por exemplo, igual o Rio Maquiné aqui, era um rio que você subia nele comendo fruta até lá em cima. Então, estragou tudo, porque a mineração, esse pó de minério atrapalha tudo. Então é em nome do progresso que danifica o meio ambiente. (MORADOR 22, 2017, APÊNDICE E).

Figura 56 – Cachoeira localizada na Serra do Caraça



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Após os elementos da natureza, os dois aspectos mais citados e empatados em número de citações foram a paisagem que não mudou, e o aspecto da tranquilidade da cidade na época em questão. O primeiro item sugere que os entrevistados podem estar se referindo especificamente ao núcleo tombado, uma vez que as diretrizes não possibilitam alterações significativas na paisagem desta porção da cidade, dando a impressão de “congelamento” durante estes quase trinta anos. A tranquilidade e o caráter pacato da cidade são aspectos que merecem destaque na entrevista, sendo que alguns moradores comparam com a situação atual, pois casos de furto e roubo tem ocorrido com frequência na cidade.

Outra questão importante, apesar de não prevalecer se comparada ao valor dos elementos naturais atribuído pelos moradores, é a das residências, que na época, de acordo com 6% dos moradores, eram muito “simples e velhas” diferentemente do aspecto atual das mesmas. Aqui, o valor estético da arquitetura chama a atenção dos moradores, assim como dos técnicos tanto na época do tombamento quanto atualmente, além de ressaltada a tranquilidade da cidade e seu tamanho diminuto se comparada com a cidade atual.

Vale destacar a fala de um (a) morador (a) que respondeu da seguinte forma: “Era mais árvore, sabe? Tinha menos moradores. Todo mundo conhecia todo

mundo, agora é muito difícil. Sabe, veio muita gente pra cá e acabou, né? Tem paisagem, mas assim... mais afastada, a cidade cresceu.” (MORADOR 08, 2016, APÊNDICE E). Nesta fala, fica clara a ideia de paisagem ligada estritamente aos elementos da natureza, uma lembrança que antes do crescimento urbano existia paisagem, ou seja, um ambiente construído diminuto permeado pelas matas, rochas, montanhas, água entre outros. Depois que a cidade cresceu, a impressão da moradora é que a paisagem foi “empurrada” para longe, sendo impossível o convívio harmônico entre o que ela considera paisagem e o ambiente construído pelo homem. Essa ideia de paisagem como sendo a natureza propriamente dita ainda está muito presente no imaginário popular, o que reforça a importância dos elementos naturais na vida da comunidade local e conseqüentemente para o estabelecimento do seu ponto de apoio existencial, o que será aprofundado mais adiante.

Quanto mais a cidade é sujeita ao artificialismo e as áreas construídas se estendem, tanto mais as paisagens são atiradas para confins distantes como restos protegidos ou ainda intocados, mas não há espaços reais de vida comum. (SERRÃO, 2012, p.327).

A segunda etapa de perguntas referente ao período de 2000 a 2015 inicia-se com uma nova busca de significado, no intuito de estabelecer comparação com o período anterior verificando possíveis mudanças ou manutenção do significado da paisagem para a população residente em Catas Altas no intervalo de tempo em questão. Assim, a primeira pergunta está relacionada com o que é importante para o entrevistado preservar na cidade, e as respostas vão ao encontro daquelas referentes a pergunta anterior. Primeiramente existe uma predominância dos elementos da natureza - representando 40% das citações - tais como cachoeiras, jardins, Serra, árvores, água, nascentes, meio ambiente, natureza em si e a própria questão ambiental foi citada como aspectos importantes a serem preservados. O (a) Morador (a) 22 (2017, APÊNDICE E) respondeu a esta pergunta da seguinte maneira: “A natureza, né? A natureza porque a gente precisa das águas, se você não preservar ela, não adianta, o mundo morre, né?” E em segundo lugar, com 27% das citações, aparece novamente os edifícios e a sua aparência

estética, como as casas históricas (13 citações)¹⁸⁸, a Matriz (10 citações) e a Igreja de Santa Quitéria (4 citações).

Porém, este valor estético é questionável em função de algumas contradições, pois alguns entrevistados que responderam achar ruim o tombamento da cidade, informavam que deveriam ser preservadas as Igrejas e casas históricas, sendo estas últimas o item mais citado pelos entrevistados como objeto importante a ser preservado. Outra contradição diz respeito ao entendimento da população sobre a importância de preservar as citadas “casas históricas”, pois alguns destacam a dificuldade em realizar tal manutenção, acabando por “infringir” as diretrizes do patrimônio, seja em função da questão econômica, seja em função das mudanças no estilo de vida da população. Ou seja, o valor estético é reconhecidamente um significado importante para a população no que diz respeito a paisagem de Catas Altas, porém nem sempre é mantido pelos moradores que não reconhecem alguns destes valores como pertinentes a condição de vida atual, refletindo e imprimindo, assim, na paisagem através de determinadas modificações nas edificações, seus anseios e modos de vida da atualidade.

É importante ressaltar também que alguns entrevistados informaram sobre a importância de preservar as ruas como um todo, o seu calçamento, o adro da Matriz, e o “patrimônio” em si, ideia que remete a noção de conjunto de alguns moradores, reforçada ainda pela resposta dada por três entrevistados (as) que dever-se-ia preservar “tudo”, a “cidade toda”. Aspectos imateriais também foram lembrados pela população, tais como a preservação da história da cidade, da cultura religiosa e da produção do vinho.

A segunda questão deste período pretende levantar o significado da cidade através de uma pergunta mais particular do que a anterior, pois a primeira pode estar “contaminada” pelo o que o “patrimônio”, ou o prefeito, vereador, ou o vizinho dizem sobre o que é importante preservar na cidade. A partir do momento que se pergunta sobre “o que você mais gosta na cidade” tem-se a

¹⁸⁸ Apesar deste item ser o mais citado isoladamente (12 citações), os elementos da natureza quando somados, representam 36 citações do total de 91 e os elementos arquitetônicos (edifícios) representam 25 citações.

intenção de ir mais fundo com relação ao sentimento da população sobre os aspectos da cidade, sejam estes materiais ou imateriais.

Interessante notar que novamente os elementos que possuem alguma ligação com a “natureza”, se somados (24 citações), aparecem novamente em primeiro lugar nas respostas dos entrevistados, sejam estes a Serra (vista da Igreja), o ar puro, a natureza, o ambiente/lugar, as cachoeiras e a própria paisagem. Posteriormente, uma das respostas mais repetidas foi que os moradores gostavam de “tudo” na cidade¹⁸⁹, resposta esta dada por dezoito entrevistados, o que permite concluir que existe uma identidade forte entre a população e a cidade, favorecendo o estabelecimento de vínculo com a paisagem do local.

Os aspectos referentes a arquitetura e urbanismo aparecem em terceiro lugar, sendo citado por nove entrevistados, sendo estes a própria Matriz, a Igreja de Santa Quitéria e as Igrejas em geral, demonstrando ainda o forte vínculo da população com a questão religiosa na cidade. A tranquilidade, a paz e o sossego também foi uma característica enfatizada por onze entrevistados, porém alguns disseram que atualmente esta qualidade está se perdendo em função da violência que está crescendo na cidade, como informado em pergunta anterior. Outros aspectos também foram citados, como a festa do vinho, as pessoas, a família, a simplicidade, porém não de maneira tão expressiva quanto os anteriormente citados.

A terceira questão investiga o que a população acha importante mudar com relação à paisagem/patrimônio de Catas Altas, reforçando, assim, a busca pelo significado da paisagem para os moradores. O item isolado mais citado (8 citações) foi que não deveria mudar nada na paisagem, o que pode sugerir que os moradores estão de acordo com as diretrizes estabelecidas e o trabalho realizado para a preservação do patrimônio, assim como, são a favor de manter a paisagem como se encontra atualmente, no sentido de “congelamento” da cidade como um todo. A ideia da paisagem como pintura de um quadro é significativa entre os entrevistados, reforçando o interesse do órgão de preservação em manter as características do século XVIII.

¹⁸⁹ Isoladamente foi o item que recebeu mais números de citações.

Em segundo lugar aparecem os itens isolados do turismo, não destruição da Serra e conservação do patrimônio, todos com quatro citações cada. O item do “turismo” foi destacado por alguns cidadãos que levantaram a necessidade de melhorarias em termos de infraestrutura, seja nas pousadas, nas cachoeiras com indicação das trilhas, seja na divulgação de seu patrimônio, e etc. E o segundo aspecto referente a “não destruição da Serra”, conforme relatado por alguns moradores, demonstra a sua insatisfação: “quase só como um quadro”¹⁹⁰, em função da mineração que tem modificado não somente sua silhueta, mas também a sua estrutura física como um todo, afetando também a questão da água na paisagem da cidade. “Ali (Serra) é a paisagem principal da nossa cidade, é o cartão postal, todo mundo que chega quer tirar uma foto da Serra.” (MORADOR 25, 2017, APÊNDICE E). Porém, se somados todos os itens que se referem aos elementos da natureza, tais como, a Serra, a natureza, as nascentes ente outros, estes ultrapassaram em número o primeiro item analisado para esta pergunta.

Outro ponto destacado pelos moradores é a necessidade de conscientização da população com relação a preservação do patrimônio, o que poderia contribuir para a ampliação desta noção na população em geral, refletindo inclusive em uma maior participação popular na discussão deste tema na cidade. Além disso, outros itens isolados foram citados, tais como: a saúde, arrumar a Igreja, implantar indústria, implantar rodoviária, implantar cursos de capacitação, tirar a torre de celular do adro, melhorar a segurança, diminuir queimadas e cuidar das praças.

A quarta pergunta do questionário tem a intenção de pesquisar a relação do morador com a paisagem, principalmente a porção considerada mais significativa, que é aquela formada pela Igreja Matriz e seu adro, o casario do entorno e a Serra do Caraça coroando a área urbana. Para tanto, indagou-se aos entrevistados o que eles acham da torre de celular localizada atrás da Matriz. A maioria dos entrevistados, 55%, informaram que acham “ruim” principalmente com relação a sua localização em meio a parte mais importante da cidade, e outros ressaltam a questão da radiação também como

¹⁹⁰ Esta ideia se refere a mineração que está ocorrendo atrás da Serra, mantendo-se apenas a parte frontal como uma espécie de casca, destruindo toda a parte posterior da mesma.

característica que deveria reforçar a mudança da torre de local. Esta questão demonstra que existe uma relação pragmática do morador com a paisagem e também uma relação existencial de identidade com aquela paisagem traduzida na necessidade de manutenção de determinadas características das principais porções da cidade. Interessante destacar que treze entrevistados acham “bom”, principalmente em função de possibilitar o uso do celular na cidade, que possuía apenas um telefone público, associando esta mudança ao progresso da cidade. Um morador conseguiu relacionar a questão da paisagem as necessidades contemporâneas de comunicação informando que a torre prejudica a vista da igreja, porém é necessária no cotidiano da população.

Figura 57 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a torre de celular à frente da mesma



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Figura 58 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à direita e a torre de celular à esquerda



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Para finalizar o questionário foi perguntado aos moradores o que mudou na paisagem ao longo do tempo, desde o tombamento (1989) até os dias atuais, para verificar os aspectos que mais chamaram a atenção da população no período em questão, podendo-se associar esta questão às respostas anteriores e contribuir para a investigação do significado da paisagem. O ponto mais destacado pelos entrevistados foi o “aumento do crescimento urbano” que ultrapassou os limites da cidade “histórica” e se expandiu em direção aos córregos e encostas. Os aspectos da natureza merecem ênfase novamente quando o assunto é a modificação da paisagem, sendo destacado pontos tais como: aumento da destruição da Serra, aumento no plantio de árvores, diminuição da água e diminuição de área verde que, se somados, superam em número as citações do aumento do crescimento urbano.

A modificação nas construções e reformas principalmente com relação aos materiais utilizados foi citada por três moradores, aspecto que interfere significativamente na alteração da paisagem no intervalo de tempo em questão. Informado por cinco moradores, a implantação da mineração na área também é destaque, modificando não somente a paisagem, mas o cotidiano da população de Catas Altas que tem nesta atividade a base de sua economia. Outra

alteração sentida pelo mesmo número de entrevistados foi a implantação do calçamento em áreas desprovidas e a modificação do piso de pedra em laje nos passeios. Interessante ressaltar que quatro entrevistados informaram que “não mudou nada” na paisagem da cidade desde o tombamento até os dias atuais, o que pode sugerir um olhar distorcido, ou talvez “limitado” com relação a porção da cidade que sofreu modificações.

É possível, a partir da análise realizada sobre as respostas dos moradores, interpretar que o significado da paisagem de Catas Altas está baseado, para a maioria da população, principalmente em seus aspectos relativos a natureza, ou seja, o que poderíamos convencionar para esta pesquisa como sendo um valor natural, em contraposição ao valor estético, relacionado principalmente às edificações, que aparece em segundo plano para a comunidade.

Esta constatação pode ainda sugerir uma maior ligação com a natureza, tendo em vista a história de formação da cidade, pois após a decadência do ouro a população passou a se dedicar a lavoura, como informado anteriormente. Este contato com a terra fortalece os laços intrínsecos do homem com a natureza fazendo com que seus elementos façam parte ativamente da vida das pessoas, ou seja, os ciclos da natureza estavam entrelaçados aos ciclos de vida do homem. A preocupação com as chuvas para o plantio, a quantidade de água nos rios, os ventos, a vegetação, as montanhas ditavam o modo de vida na cidade. Diferentemente do que tem ocorrido hoje pois, a maioria de nossos rios estão “escondidos” fazendo com que a relação existencial do homem com a natureza se enfraqueça. Além disso, o alimento que chega à mesa da maioria da população já está pronto, o processo de produção é invisível, alienando as pessoas quanto a importância das chuvas, do solo e da vegetação.

Assim, tendo em vista o critério da idade para a amostra da população, este dado contribuiu também para o que foi relatado sobre a memória da maioria dos moradores com relação a paisagem na época do tombamento: a associação desta paisagem com uma imagem bucólica, onde os elementos da natureza permeavam a cidade constantemente e convivendo com os elementos construídos em equilíbrio. O que irá refletir nas respostas da última questão do questionário, sendo destacadas exatamente mudanças ocorridas

aos elementos da natureza como sendo aquelas mais significativas na paisagem de Catas Altas.

Vale ressaltar que o valor natural foi apresentado no texto do dossiê de tombamento nos trechos que se seguem abaixo, porém não foi considerado quando do estabelecimento do perímetro de tombamento, a partir do momento em que a Serra – representação de maior vulto dos elementos da natureza citado pelos moradores - está fora desta delimitação, assim como nos artigos da “Disposição de uso, ocupação e execução de obra” que não possui nenhuma diretriz sobre a preservação dos bens naturais da cidade.

O traçado urbanístico do povoado é bastante característico e original, desenvolvendo-se claramente em função de dois elementos determinantes: A serra do caraça e a Igreja matriz, edificado em patente intencionalidade de contraponto àquele elemento topográfico. Se o maciço da Serra esmaga o aglomerado urbano, a igreja, com sua monumentalidade, a este se contrapõe e cria o equilíbrio cultural, elevando a cidade à majestuosidade da natureza. (IEPHA/MG, 1989c, p. 11).

Se esta pode parecer superdimensionada em relação ao casario, não será se relacionada com o contexto natural. Seu ponto de equilíbrio não é o povoado, mas a paisagem onde a Serra é predominante, o que vem demonstrar uma efetiva intenção compositiva. (IEPHA/MG, 1989c, p. 12).

Podemos ainda acrescentar que além da perfeita integração e complementação do erudito com o popular, Catas Altas expõe com rara excepcionalidade a integração de sua paisagem cultural e natural. (IEPHA/MG, 1989c, p. 12).

Assim, a relação sujeito-objeto em evidência nesta tese trata como o morador de Catas Altas atribui significado a sua paisagem, sendo esta a responsável pela construção do ponto de apoio existencial da população. É possível afirmar que a questão existencial da maioria dos moradores está ancorada nos aspectos “naturais” da paisagem, sendo necessária a manutenção destes elementos no intuito de contribuir para o estabelecimento da identidade da população com a cidade, assim como colaborar com a qualidade de vida dos moradores. Deve-se ressaltar que os elementos arquitetônicos, principalmente as Igrejas e edifícios públicos, são valorizados pela população, bem como

aspectos imateriais, como a tranquilidade, a paz e o sossego da cidade. Porém, o que se observa é que os elementos naturais se sobrepõem em termos estatísticos com relação aos demais.

Tendo em vista a realização da busca pelo significado da paisagem de Catas Altas tanto para os técnicos do IEPHA/MG quanto para a população, faz-se necessário investigar como este aspecto interfere na gestão deste centro histórico tendo como base a fenomenologia. Neste sentido intenta-se adicionar evidências à hipótese levantados nesta pesquisa a partir da reflexão sobre a gestão da paisagem e os principais conceitos da fenomenologia, que serão apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 8

OS DESAFIOS PARA A GESTÃO DA PAISAGEM E A FENOMENOLOGIA

Será talvez um lugar-comum sustentar que o ser humano tende a valorizar sobretudo aquilo que perdeu, mas tal afirmação revela-se especialmente pertinente para enquadrar o atual interesse pelo tema da paisagem. Paisagens que se repartem entre desolação e exotismo, noutros termos, entre uma realidade empobrecida e uma idealização exagerada, compõem os pólos extremos da experiência de um mundo fragmentado e de uma existência em desequilíbrio cada vez mais ameaçada na sua integridade. (SERRÃO, 2012, p.9).

A busca intensa de conhecimento e estudos sobre a paisagem¹⁹¹ tem demonstrado que cada vez mais as bases das pesquisas recentes têm recorrido a outros campos disciplinares, não se limitando à geografia para compreender o fenômeno da paisagem e sua gestão a partir de um novo olhar complexo e holístico, buscando a integração de diversas áreas. No que diz respeito ao estudo da paisagem como patrimônio, a filosofia, e mais especificamente a fenomenologia, como apresentado anteriormente, têm se destacado como importante meio para se compreender a paisagem não somente como bem cultural, mas também como lugar existencial para o homem¹⁹².

A paisagem torna-se objeto de estudo específico da filosofia porque parece conter em si uma riqueza absolutamente extraordinária. É, em simultâneo, o ponto de encontro entre o homem e a natureza, o local da experiência estética, o campo de possibilidade de uma completude que transborda as fronteiras de um vulgar solipsismo. Mas é também a paisagem que nos mostra a avassaladora e constante necessidade de domínio, de emparcelamento e de contenção. É esta dualidade que o torna atraente e complexa. São as suas contradições que nos fazem pensar numa janela que emoldura uma vastidão incomensurável. É a paisagem que nos dá os limites do que podemos alcançar e, ao mesmo tempo, os meios para os superar. (SÁ, 2012, p. 195).

O resgate do significado da relação do homem com a paisagem é condição necessária para que a relação existencial deste homem seja estabelecido/mantido, baseado principalmente na filosofia. Para isso é preciso que as paisagens sejam vistas/interpretadas a partir da percepção dos distintos olhares e não somente do olhar conformado pelos modelos culturais pré-estabelecidos.

São estes olhares e as vivências na consciência que adicionam à paisagem o seu significado e fazem dela um fenômeno que possui individualidade, ou seja,

¹⁹¹ “A paisagem não é nem apenas natureza, nem apenas história, e daí que só possam verdadeiramente apreciá-la e tutelá-la aqueles que apreendem em conjunto ambos os elementos.” (D’ANGELO, 2012, p.346).

¹⁹² “São múltiplas as possibilidades contidas neste processo de reconhecimento a que a filosofia pode dar significativo contributo. O que impõe ultrapassar a redução da paisagem à representação e à imagem, e aceitá-la como realidade e região do Ser.” (SERRÃO, 2012, p.329).

o seu ser “paisagem” (BONESIO, 2013) onde a comunidade imprime a sua tradição respeitando os limites físicos, geográficos e da natureza do local. Pensando então a paisagem como identidade histórica e cultural de uma população, a partir do qual se é incrementado o seu “significado” através de incorporações constantes, a manutenção desta paisagem deve ser necessariamente uma maneira de salvaguarda não somente os seus aspectos físicos, mas principalmente suas questões imateriais como a tradição e os significados da paisagem.

No caso do objeto de estudo desta pesquisa, a cidade de Catas Altas, a tutela do núcleo tem sido realizada de maneira pontual, pois grande parte dos esforços do IEPHA/MG são voltados para a análise e aprovação de projetos de edificações novas dentro do perímetro de tombamento, assim como obras emergências e de restauração em bens imóveis, geralmente sobrados e Igrejas. Isso reforça a ideia que foi levantada nos questionários aplicados aos técnicos do patrimônio, onde a prevalência dos aspectos físicos e morfológicos da estética da paisagem prevalecem como bases para a proteção da mesma. Não existe um plano de gestão que consiga apreender a cidade como um todo e que proponha ações interligadas na cidade a partir de uma base multidisciplinar. Não há igualmente práticas constantes que incluam o morador no processo de gestão, seja a partir de sua participação efetiva, seja através de entrevistas buscando conhecer a importância do significado daquela paisagem no cotidiano da população.

Assim, o órgão de preservação considera apenas o significado atribuído pelo técnico, ou seja, a intenção é preservar a paisagem “original.” Para isso a manutenção dos estilos arquitetônicos responde bem a esta tarefa, porém é uma conservação estática do cenário do século XVIII, desconsiderando o significado daquela paisagem para o morador e sua relação de identidade com a paisagem. Sendo assim, é possível afirmar que não é fenomenológico este tipo de abordagem da conservação do patrimônio, a partir do momento que impõe um determinado significado a ser preservado, desconsiderando a paisagem como noema e suas múltiplas possibilidades de significações,

anulando ainda as possibilidades de estabelecimento de vínculo da comunidade com a paisagem.

Vale, antes de prosseguir à presente análise, distinguir dois conceitos utilizados no cotidiano dos órgãos de preservação referentes a manutenção dos bens culturais, a saber: tutela e gestão. O primeiro está relacionado a ação de proteção, defesa, controle, prevenção e guarda, sendo estas ligadas a função do Estado com relação ao patrimônio e suas políticas de preservação. (FIGUEIREDO, 2014).

A ação da tutela está ligada, no Brasil, a uma noção de dever e compromisso, praticada desde a gênese institucional da política preservacionista, cujo principal instrumento de reconhecimento – o tombamento – coloca o Estado como responsável precípua sobre o patrimônio (material). (FIGUEIREDO, 2014, p.33).

Dentro desta perspectiva a gestão do patrimônio não se apresenta como um conceito antagônico ao de tutela, mas possibilita ampliar o olhar com relação a preservação do patrimônio, seja material, imaterial ou ambos. Permite, assim, inserir o bem dentro da função social da cidade, reforçando aspectos como cidadania, participação e integração, adicionando uma visão multidisciplinar, que faz da preservação do bem um dever e compromisso da sociedade como um todo.

A gestão de uma paisagem¹⁹³, tendo em vista a manutenção do ponto de apoio existencial do homem, só poderá ser realizada se possuir em sua base teórica e de ação prática uma fundamentação fenomenológica, a partir da ideia de manutenção dos significados que originaram a sua identidade. Através do reconhecimento destes valores como patrimônio, será possível elaborar um plano de gestão que seja pautado na sustentabilidade do lugar, a partir da permanência destes caracteres que definem a personalidade de uma determinada paisagem. “E o espírito, cultural e ambiental, de um território é representado pela capacidade de capturar a nossa atenção, de ser

¹⁹³ “Sabemos como as questões de defesa do ambiente se encontram na ordem do dia, muito menos porém as da proteção da paisagem, como perigo de subsumir a paisagem no ambiente, desvalorizando os aspectos estéticos, singulares e únicos, em favor das características físicas. A conservação do ambiente não salvaguarda a proteção das paisagens.” (SERRÃO, 2013, p.31).

interessante e de contribuir para recriar. De saber maravilhar e ensinar. De instruir e deslumbrar.” (BONESIO, 2013, p. 449).

Aqui, a estética¹⁹⁴ da paisagem se mostra como um fator fundamental a ser incluído nos planos de gestão dos núcleos históricos. Nota-se que a estética já vem sendo considerada no campo do patrimônio pelos órgãos de preservação, porém, esta característica se limita aos aspectos arquitetônicos, principalmente dos edifícios de caráter excepcional, seja a Igreja, a prefeitura, um sobrado etc, não considerando a relação do sujeito com a paisagem.

A questão estética deve ultrapassar os limites da “estética arquitetônica” ou “estética de estilos” pois ao considerar apenas este fato, está-se transformando os conjuntos históricos em verdadeiros museus a céu aberto para que apenas os turistas possam usufruir, não considerando que a paisagem é um fenômeno vivo. Ou seja, a gestão das paisagens como tem sido realizada tem transformado os núcleos históricos em meras ilusões, ou representações de um determinado período histórico, que na maioria das vezes não corresponde aos modos de vida e anseios atuais de grande parte da população, enquanto o mundo lá fora continua sua marcha desregrada de destruição. O valor da paisagem como patrimônio vai além das formas físicas construídas pelo homem, a inclusão das vivências intencionais e conseqüentemente do significado estético¹⁹⁵ através do olhar da comunidade é hoje um fator primordial para que a gestão e conseqüente manutenção possam se tornar um elemento do dia a dia das comunidades nas quais os interesses possam convergir para a valorização das paisagens em termos sustentáveis, principalmente para seus moradores. Mas vale ressaltar que:

¹⁹⁴ “Não só as terras agrícolas diminuem, as montanhas se cobrem de postes, as espécies vegetais e animais se rarefazem, a poluição atinge os rios, os lagos, os mares, a atmosfera, a terra e as últimas comunidades rurais definham, mas também a fealdade invade o campo do nosso olhar onde quer que vamos. Numa palavra, a Natureza, a bela Natureza, está ameaçada. Precisamos protegê-la de nós próprios. Nunca, parecia ter sido tão urgente definir a estética da paisagem. Com efeito, perante um perigo tão premente, o que é preciso salvarguardar em primeiro lugar?” (GRIMALDI, 2013, p.134).

¹⁹⁵ “Uma vez que o tema da paisagem é analisado em relação com a decomposição das comunidades, e em todo o caso com a perda de estilos culturais coerentes e individualizados, para evitar continuar a pensar na forma, cómoda para nossa má-consciência, de uma marginalidade ou de um luxo estético, é necessário pensa-la sobre um tema de fundo igualmente caído em desuso e reduzido a slogan comercial, como é a beleza.” (BONESIO, 2013, p.468).

A questão da paisagem, se compreendida em todo o seu alcance, não pode ser limitada ao simples problema da identidade estética dos lugares sob pena de ficar privada de instrumentos para compreender os motivos pelos quais a paisagem se encontra hoje em perigo. (BONESIO, 2013, p.451).

Assim, a estética é apenas um fator dentre tantos outros a ser considerada/incluída na gestão da paisagem dos centros históricos, campo que tem merecido atenção de diversas disciplinas no intuito de aprimorar as práticas da conservação urbana. Porém, a partir da pesquisa realizada, revelou-se um ponto fundamental a ser incluído, ou seja, um olhar filosófico sobre a paisagem, seja através dos principais conceitos da fenomenologia, seja através da existencialidade, seja através da estética. É necessário repensar a paisagem hoje em termos fenomenológicos, pois a relação existencial do homem com a paisagem ocorre desde as civilizações antigas e é responsável pelo seu ponto de apoio existencial no mundo. O homem encontra a harmonia do seu espírito na paisagem por ele construída. Para tanto, é preciso incluir o sujeito morador no processo de gestão a partir da sua percepção da paisagem, adicionando o sentido atribuído a esta, ou extraído da mesma como base para as propostas de conservação da paisagem. Além disso, a gestão deve considerar ainda os diversos olhares sob a paisagem, seu caráter multidisciplinar, assim como planejar a gestão levando em conta o aspecto dinâmico da paisagem.

Porém sabe-se das dificuldades técnicas de inclusão de um aspecto subjetivo no que diz respeito à elaboração de diretrizes - que na maioria das vezes são expressas em dados extremamente objetivos como volumetria, altimetria, entre outros - para proteção da paisagem. Acredita-se que trabalhar com critérios objetivos seja o primeiro passo para a gestão das paisagens tendo em vista a facilidade de aplicação no que diz respeito à padronização das informações e conseqüentemente de sua aplicação. Porém, esta não pode ser a única diretriz a fazer parte da preservação das paisagens, pois, como demonstrado, a importância dos seus significados - ressalta-se que a palavra significado deve ser considerada no plural - precisa ser levado em conta desde os primeiros estudos para a identificação de uma paisagem como bem cultural. A partir desta pesquisa, a constatação dos principais significados deverá constituir a

base para a elaboração de um conjunto de diretrizes que além dos aspectos objetivos, possa abarcar aqueles subjetivos. Para tanto, o método utilizado nesta pesquisa de levantamento das intenções de significados da paisagem é passível de aplicação em qualquer tipo de paisagem, para que posteriormente estes dados possam ser interpretados na forma de ação de manutenção da paisagem.

A legalidade da estética é algo de problemático devido à ausência de consenso quanto aos cânones de beleza, subjetividade e impossibilidade de mensuração; à relativização do gosto através dos tempos e particularmente da diversidade cultural. (SERRÃO, 2012, p.247).

É interessante ressaltar que a harmonia tão buscada pelos técnicos do IEPHA/MG quando da gestão do núcleo histórico de Catas Altas em termos de estilo arquitetônico, volumetria, materiais e etc, deve ser expandida para os elementos da natureza, onde a valorização do significado destes elementos consequentemente será responsável por acrescentar harmonia¹⁹⁶ ao espírito do homem que habita aquela cidade. “Por isso a nossa pergunta: o que encontra o espírito na paisagem? Podemos dar a breve e conscientemente simplista resposta: encontra-se a si mesmo.” (BONESIO, 2013, p.460).

Aqui surge um impasse com relação a gestão da paisagem: a partir do reconhecimento dos significados da paisagem considerada como noema, o que será preciso fazer? Não intervir e deixar que o próprio tempo se encarregue das transformações, correndo o risco das memórias, tradições e estilos serem apagados com o tempo? Mas ao mesmo tempo, conservar significa intervir a favor da manutenção de determinados significados, estabelecidos por grupos diversos, manipulando a estética da paisagem de acordo com interesses específicos.

¹⁹⁶ “A beleza que exprime a harmonia conseguida de um consciente habitar sobre a terra é, pelo contrário, capacidade formativa que procede de uma conscientização e de uma sapiência do conjunto mais amplo no qual se situa a dimensão humana, e portanto não é nunca o efeito isolado de um gesto individual irrelacionado, mas de um estilo cultural partilhado, que torna reconhecível e autografa a sua pertença a uma determinada localidade numa dimensão histórica.” (BONESIO, 2013 p.471)

Este impasse vai mais além, se como constatado anteriormente, a paisagem é responsável pelo ponto de apoio existencial do homem, e o significado atribuído pode mudar ao longo do tempo, seria lógico afirmar que a paisagem necessariamente deveria se adaptar a estas mudanças para continuar oferecendo orientação e identificação do homem com o lugar. Porém, o que se observa com relação aos tombamentos de núcleos históricos é que ocorre um “congelamento” destas paisagens, principalmente de seu valor cênico e seus atributos materiais, que não deixa de ser um valor estético¹⁹⁷. Como poderia ocorrer a gestão destes núcleos se é intrínseco à paisagem o caráter de transformação ao longo do tempo? Como conservar sem congelar? Como realizar a gestão de uma paisagem no sentido de noema, considerando a paisagem desvinculada de seus processos sociais que a formaram e estão em constante formação?

Uma sugestão que se vislumbra, como constatado anteriormente, a partir do estudo realizado nesta pesquisa é trabalhar na gestão destas paisagens considerando além de seus aspectos materiais, como tem sido realizado atualmente, seus aspectos imateriais, que não necessariamente podem ser “congelados” pelo tombamento, pois dependem do olhar e da experiência prévia de cada grupo distinto e podem sofrer modificações com o passar do tempo. Assim, um dos caminhos seria a preservação das paisagens com base nos diferentes olhares, ou seja, nas diferentes intenções de significação, no intuito de atingir uma preservação sustentável, não somente tendo em vista seu aporte físico, mas também e, principalmente, em termos de seus valores imateriais.

Vale ressaltar que as questões imateriais aqui tratadas se referem a intenções de significações levantados através do questionário aplicado aos técnicos do patrimônio e à população de Catas Altas, a partir da ideia da paisagem como noema. Relembrando o que se constatou, as duas amostras consideram a

¹⁹⁷ Além do valor estético disseminado pelos Institutos de preservação no Brasil, a partir da década de 80, o conceito de cidade-documento irá considerar não só o aspecto estético destes núcleos, mas também a sua ligação com a questão histórica que permeia toda a sua formação, entendendo as cidades como documentos que guardam toda a sua memória e identidade, como uma fonte de conhecimento, ampliando as possibilidades de abordagem do patrimônio, como demonstrado anteriormente.

estética como o valor principal a ser conservado. Porém, a estética dos técnicos está relacionada à arquitetura principalmente e a da comunidade se pauta especialmente nos elementos da natureza¹⁹⁸. Tendo em vista tal levantamento, sugere-se que os gestores incluam dentro dos planos de preservação, diretrizes voltadas a manutenção dos significados atribuídos pelos diferentes atores sociais, no caso de Catas Altas, principalmente aqueles relacionados aos elementos arquitetônicos e da natureza.

Refletir sobre o que constitui uma boa paisagem, ou vice-versa uma paisagem desarmoniosa e repulsiva, significa necessariamente interrogar também acerca da relação com as possibilidades naturais de um determinado lugar que uma comunidade ou uma cultura realizaram e, antes ainda, sobre a compreensão, a interpretação e a posição (hostilidade, estranheza, colaboração, apaziguamento, cuidado, etc) em relação à mesma. (BONESIO, 2012, p.205).

Assim, revela-se fundamental incluir dentro do processo de gestão dos núcleos históricos um olhar fenomenológico, que considere a relação não somente do técnico com aquela paisagem, mas, e principalmente, a relação do morador com a paisagem que, como demonstrado anteriormente, é de ordem existencial. Justifica-se este tipo de abordagem uma vez que é de extrema importância considerar os diversos ângulos de visão sob o qual a paisagem pode ser percebida e apreendida, o que garantiria a manutenção do significado cultural da paisagem de uma forma mais abrangente e sustentável.

Com a noção de paisagem como “reflexo da ação humana sobre o território”, enquanto percepção que existe apenas no momento em que é observada e parte do patrimônio cultural do homem que a olha, Eugenio Turri considera que será sempre mais positivo partir do dado perceptivo para chegar ao concreto do território e do ambiente, estes, sim, os verdadeiros objetos passíveis de intervenção. (TURRI, 2013, p.168).

Deste modo, a gestão da paisagem deve ser entendida como sendo a manutenção de sua essência em termos concretos em ambientes históricos

¹⁹⁸ Foram citados outros elementos importantes de referência da população, como inclusive, os edifícios, comprovando que existe uma conscientização patrimonial da população em geral. Porém o que foi demonstrado é que além destes, os elementos da natureza se apresentam como fatores existenciais essenciais em todos os sentidos, seja para o estabelecimento do ponto de apoio existencial da maioria da população de Catas Altas, seja como fator fundamental para a sobrevivência humana.

que se apresentam em constante transformação. Pois o significado atribuído a uma paisagem é uma necessidade fundamental do homem, a partir do momento que este estabelece vínculos com o lugar e sensação de pertencimento, sendo este fato a base de apoio existencial para o homem no seu cotidiano.

Vale destacar que a questão da atribuição de significado à paisagem depende da realidade de cada lugar em função de características específicas, tanto materiais quanto imateriais, assim como a vivência da comunidade com determinada paisagem, o que permite afirmar que não existe um valor universal, devendo ser realizadas investigações detalhadas para cada paisagem. Porém, a complementaridade entre o significado atribuído pelos técnicos e aqueles considerados pelos moradores através de processos de participações que garantam a inclusão da comunidade na gestão das paisagens, possibilitará resultados positivos com vistas a considerar um processo de gestão de base fenomenológica. Isso significa a inclusão do sujeito morador com relação a preservação da paisagem da qual ele faz parte, em uma posição tanto como ator quanto como espectador. A metáfora da “paisagem como teatro” de Turri (2013) ilustra esta ideia e reforça o conceito de paisagem utilizado nesta pesquisa, que desvincula o juízo da paisagem como pano de fundo ou cenário para as atitudes do homem e insere-o como participante ativo nas transformações do seu habitat, ou seja, como ator do grande teatro da vida imprimindo seu modo de ver o mundo. E, ainda, como observador, o que possibilita ler e compreender a sua ação e suas consequências neste grande palco que é a paisagem.

(...) A paisagem existe enquanto representação, iconema e imagem do território, no sentido em que revela os significados subjetivos dos valores históricos-culturais que refletem uma identidade territorial. Trata-se de uma ideia bastante definida de paisagem, tendo em conta que minimiza a sua espacialidade e morfologia particulares, a sua existência enquanto entidade física e concreta, para a reservar ao plano das percepções (...). (TURRI, 2013 p.167).

Assim, a manutenção da identidade paisagística, sua essência e significados só poderá ser garantida a partir do momento que se considerar a paisagem

como “reflexo da realidade fenomênica” (Turri, 2013, p.173), ou seja, é a representação da ação do homem no espaço, onde ele se identifica, cria referências e laços, além de memórias e conhecimento. É necessário, tendo em vista o caráter dinâmico da paisagem, considerar neste sentido, uma gestão que seja flexível e reavaliada constantemente, principalmente no que diz respeito ao monitoramento dos significados da paisagem. A gestão deve oferecer a possibilidade de reconhecimento e manutenção da significância cultural¹⁹⁹ da paisagem. Além disso, deve levar em conta a diversidade cultural e sua identidade estética contida nesta paisagem, garantindo assim uma relação sustentável entre o homem e a paisagem no sentido de prover qualidade de vida²⁰⁰ a seus habitantes.

Só que para compreendê-la é necessário abandonar outro grande equívoco, o de que a paisagem em sentido estético nada mais é do que o panorama, a vista, e que se reduza ao arbítrio subjectivo. É necessário chegar a pensar-se a paisagem *como identidade estética dos lugares*, como um valor certamente não objetivo (dado que nenhum valor estético, nem mesmo o da *Divina Comédia* o é), mas não meramente subjectivo no sentido de arbitrariedade. É necessário reivindicar para a paisagem o *estatuto* de todos os valores estéticos, e que é o de serem valores *inter-subjectivos*, culturais, históricos, isto é de serem meios de identificação cultural para uma comunidade, para um povo. (D'ANGELO, 2012, p. 340).

Este reconhecimento do significado da paisagem através dos distintos olhares sugere um novo esforço para pensar a gestão da paisagem, tendo-se em vista não somente os aspectos culturais e históricos, mas também aqueles relacionados a natureza, como levantado no caso do objeto de estudo desta pesquisa. Se faz sentido para a população a preservação dos elementos naturais, isso justifica a inclusão dos mesmos no processo de gestão da

¹⁹⁹ Significância cultural entendida aqui além do conceito trazido anteriormente pela Carta de Burra, como sendo “o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (ICOMOS, 1980, p.1), para a presente pesquisa ressalta-se a importância das questões imateriais contidas na relação do sujeito com a paisagem. Ver Azevedo, Pontual e Zancheti (2014) para aprofundamento no tema da declaração de significância voltada para o patrimônio arquitetônico.

²⁰⁰ “Mais, pensaremos tanto melhor quanto mais as paisagens estejam estéticas, ambientais e culturalmente cuidadas, respeitadas. Pelo contrário, a degradação de uma paisagem, em todas ou parte dessas três dimensões, será sempre fator de decadência social e cultural, do ser humano e de algo para lá dele.” (GONÇALVES, 2012, p.115).

paisagem, demonstrando a existência de um discurso defasado, que pode ameaçar inclusive o próprio sentido de preservação. Preservar o quê? Preservar para quem?

Deve-se ressaltar aqui a compartimentação no que diz respeito à gestão dos núcleos, uma vez que a preservação dos elementos da natureza nem sempre fazem parte da alçada do IEPHA/MG, mas de outros órgãos, prejudicando a prática de gestão integrada da paisagem.

A conservação dos núcleos históricos deve pensar a estética com base nesta tríade: cultura, história e natureza (D'ANGELO, 2013), pois a partir deste fundamento é possível considerar o sujeito e sua relação existencial com a paisagem no processo de gestão das cidades históricas. Para tanto, antes da elaboração de qualquer diretriz de aplicação prática, como demonstrado anteriormente, é necessário realizar um processo de caracterização e interpretação dos significados²⁰¹ da diversidade da paisagem, o que iluminará as etapas seguintes de elaboração de planos de ação para a gestão da paisagem.

Esta nova cultura de gestão da paisagem pretende garantir a manutenção harmônica da relação do homem com a paisagem em termos existenciais, colocando o homem na posição de expectador depois de longos períodos atuando apenas como transformador da paisagem, sem adotar uma postura crítica de avaliação das suas ações ao longo do tempo e sem considerar as possibilidades de atuação levando em conta a questão fenomenológica na gestão da paisagem.

²⁰¹ Deve-se ressaltar que o método aqui apresentado é uma possibilidade dentre outras, sendo aqui considerado, dentro do universo do objeto de estudo escolhido, como sendo o mais adequado tendo em vista suas peculiaridades.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação realizada anteriormente é possível detectar que existe divergência no que se refere às intenções de significação atribuídas à paisagem, tanto por parte dos técnicos do IEPHA/MG quanto pela população de um modo geral, sendo esta diferenciação ancorada principalmente na maneira como a paisagem é experienciada²⁰² por ambos os atores sociais. Este fenômeno foi analisado anteriormente sob a ótica dos principais conceitos da fenomenologia, ou seja, tentando extrair a essência da paisagem, a sua relação com o homem e como esta é percebida.

Vale retomar a ideia da compreensão da paisagem uma vez que a leitura dela pelos diferentes atores sociais foi realizada tendo em vista a inclusão da percepção do objeto, ou seja, considerando os aspectos imateriais que constituem a paisagem, a consciência do sujeito que a impregna de significado e que torna possível a sua existência. A paisagem como fenômeno só terá sentido a partir da experiência, ou seja, para sua compreensão é necessário que o sujeito a vivencie, fato que sustenta a relação do sujeito com o objeto. Daí a importância de incluir a análise da percepção nesta relação.

Este mundo, além disso, não está para mim aí como um mero mundo de coisas, mas, em igual imediatez, como mundo de valores, como mundo de bens, como mundo prático. Descubro, sem maiores dificuldades, que as coisas a minha frente estão dotadas tanto de propriedades materiais como de caracteres de valor, eu as acho belas ou feias, prazerosas ou desprezíveis, agradáveis ou desagradáveis etc. (HUSSERL, 2006, p.75).

Esta divergência encontrada pode ser traduzida em intenções de significação diferentes. Nota-se que nem mesmo o tipo de linguagem que é trabalhada pelo IEPHA/MG, nem mesmo às expectativas da população convergem para um sentido ou objetivo semelhantes. Sendo assim, essa divergência de

²⁰² “Fundada menos no ver do que no estar, menos no sentimento do que na sensação, a experiência da paisagem é relacional, “quase intersubjetiva”: é a sensação que liga o ser com o ser. A ontologia da sensibilidade inaugurada por Ludwig Feuerbach ainda no século XIX mostra que é na sensação, vínculo originário de homem e mundo, que pode repousar um pensamento da relação, gênese de sentimentos de amor e admiração, de atitudes éticas como gratidão e reverência ou de uma pedagogia do cuidado e do respeito.” (SERRÃO, 2013, p.331).

significados se mostra interessante para questionar o que é o objeto em questão. A paisagem como objeto ideal no sentido de noema aponta que não existe na verdade uma realidade substancial que garanta a verdade de um determinado discurso. Assim, à medida que há esta divergência pode-se afirmar que é, acima de tudo, um conflito de significações.

É necessário, portanto realizar uma análise das possibilidades discursivas fruto das vivências intencionais na consciência, pois não é possível defender uma determinada intenção de significação porque está baseada em uma realidade. O que existe de fato é uma possível relação com uma possível realidade através de um grupo de pessoas que moram ou legislam, no caso dos grupos considerados na presente pesquisa. Estes grupos, cada vez que se direcionam àquela paisagem, cada um com sua vivência, carregará de intenções de significado diversas este objeto. E neste sentido a questão da intencionalidade, que é um dos principais conceitos da fenomenologia, tem como função o dirigir-se a um objeto, o objeto só adquire suas próprias determinações, suas próprias características, a partir destas significações que são projetadas sobre ele.

Para tanto, é possível afirmar que está trabalhando-se com conflitos relacionados à ontologia, pois a partir do momento que se questiona o que é esta realidade de Catas Altas, subentende-se que não se tem essa realidade – e nem mesmo uma abordagem única - porque se está lidando com concepções imaginárias e significativas que estão a todo momento dando sentido, impregnando de sentido, e muitas vezes valorizando excessivamente determinados sentidos possíveis.

A diferenciação entre os distintos atores sociais pode ser ainda entendida em parte pela análise realizada por Gadamer (2003) sobre a interpretação do fenômeno histórico, que tem início a partir da consciência moderna que passa a não aceitar seguir as tradições de forma repetitiva, mas passa a interpretá-las a partir de uma posição reflexiva dos fatos que possibilita adicionar à estes um significado ou um valor relativos, o que o autor vai chamar de “consciência histórica”. Ao longo do texto, o autor esclarece:

A primeira pressuposição do conceito de interpretação é o caráter “estranho” daquilo a ser compreendido. Com efeito, o que é imediatamente evidente, o que nos convence com sua simples presença, não requer nenhuma interpretação. (GADAMER, 2003, p.19).

Tendo como base a análise de Gadamer (2003), é possível apontar que o sujeito morador não interpreta criticamente a paisagem, a partir do momento que para o mesmo esta não possui nenhum aspecto obscuro em função de seu contato diário. Já o agente público de instituição patrimonial interpreta²⁰³ a paisagem no sentido de tentar compreendê-la, pois a paisagem é estranha para os técnicos do Instituto e conhecida pela população. O técnico, além do olhar crítico que lhe é característico e do contato com paisagens que não fazem parte do seu cotidiano, se posicionando assim de forma externa a esta paisagem, possui ainda perguntas que guiam sua busca pela compreensão do fato paisagístico. Porém, isso não significa que o morador não atribui significado a paisagem no qual faz parte, apenas que este significado não é fruto de uma interpretação técnica. A avaliação do significado da paisagem para os moradores foi realizada principalmente em função das características da amostra selecionada (moradores da cidade acima de 45 anos), tendo como base um passado onde a cidade era entremeada pela natureza. O que se percebe é que este valor é o que permanece até o momento atual, apesar das modificações realizadas na paisagem, trazendo ainda uma sensação bucólica diante da perda gradativa deste valor.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é que a paisagem²⁰⁴ possui um caráter paradoxal, sempre composta por opostos, como uma síntese dos aspectos objetivos e subjetivos da existência humana, o que vai ao encontro com a ideia de noema. A partir disso, a paisagem se abre como um leque de múltiplas possibilidades de interpretação e conseqüente intenções de significados. Considerando ainda a experiência prévia de determinados grupos com relação a uma determinada paisagem, reforça-se o que foi constatado a

²⁰³ “Numa definição simples, a interpretação é um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais.” (MURTA e GOODEY, 1995, p.19).

²⁰⁴ “Há um modo de ser específico da paisagem, que é sujeito e objeto, permanência e movimento, mutabilidade e persistência. Material, propicia toas as sensações, sem deixar de ser intangível.” (SERRÃO, 2013, p.34).

partir das respostas dos questionários onde grupos distintos apresentaram visões diferenciadas a cerca de uma paisagem específica.

Assim, a maneira de experienciar a paisagem contribui também para esta visão distinta onde o valor estético das edificações é o principal caráter ressaltado pelos técnicos, que apreciam a paisagem de modo pictórico (locais cênicos, com vistas espetaculares). E o valor estético “natural” considerado como primordial pela população, enfatizando o aspecto simbólico da paisagem, contribuindo para o estabelecimento de sua relação existencial com a paisagem da cidade de Catas Altas.

A paisagem é sempre um ambiente simbólico, que resulta de conferir sentido à natureza e ao ambiente a partir de valores e crenças específicas. A construção da paisagem repousa, portanto, sobre uma visão prévia do ser humano na sua relação com a natureza. (SERRÃO, 2013, p.211).

Este conflito é claramente refletido na paisagem onde a manutenção do “estilo colonial” se sobrepõe à preservação dos elementos naturais. As edificações em sua maioria encontram-se preservadas, principalmente aquelas ditas institucionais, ao passo que os rios e córregos têm diminuído seu leito e a Serra tem sua silhueta modificada ao longo do tempo, assim como seu aspecto físico geral tem sido ameaçado.

Os significados atribuídos à paisagem pelos moradores são de extrema importância, pois são responsáveis pelo estabelecimento de seu ponto de apoio existencial, fortalecendo os vínculos com o local e o reconhecimento de sua identidade²⁰⁵ refletida naquela paisagem. Caso não sejam mantidos, o enfraquecimento da relação morador-paisagem ocorre e conseqüentemente a população vai perdendo aos poucos os dois elementos básicos de vínculo com a paisagem que possibilitam ao homem dar sentido a sua existência no mundo: de orientação e de identificação, não se sentindo parte daquela paisagem. Daí a importância de se pensar a manutenção das paisagens a partir dos principais conceitos da fenomenologia – intencionalidade, objeto e vivência -, avaliando não somente a relação/experiência do técnico com a paisagem de Catas Altas,

²⁰⁵ “Quanto mais cresce a desertificação (empírica e simbólica) dos lugares, menos os homens conseguem criar raízes e frutificar a sua civilização.” (SERRÃO, 2012, p.206).

mas, e principalmente, considerando o seu significado para a população que dela faz parte.

Sem as paisagens, sem uma determinada qualidade cultural e ambiental das paisagens, é o próprio pensamento humano que declina. As paisagens são fundamentais para o consolo estético e qualidade bio-ambiental, mas também para a manutenção de um logos vivo, de um sentido geral do mundo revelado através do trabalho humano de pensar, mas profundamente e decisivamente influenciado pela forma como as paisagens afectam a produção do pensamentos. (GONÇALVES, 2012, p.115).

Em termos fenomenológicos, a paisagem²⁰⁶ deve ser tratada, portanto, como noema, como o resultado ou o produto da experiência do homem no mundo que agrega sua percepção e conseqüentemente seu significado ao fato através desta experiência. A partir do momento que cada grupo percebe a paisagem de maneira distinta em função de sua experiência com a mesma, logo, o significado atribuído a uma determinada paisagem será diferente para cada um destes grupos. Assim, além do olhar do homem sobre a paisagem, deve ser considerada também a sua trajetória em relação àquela paisagem. Vale destacar que em geral, um significado/valor da paisagem predomina em determinado grupo em função principalmente de sua experiência prévia, tanto individual quanto coletiva, e de valores coletivos disseminados nestes grupos, como é o caso dos moradores e dos técnicos.

Para além da realidade, a paisagem é, ao nível da sua percepção, uma construção mental – e cultural – de quem a olha e de quem nela intervém. Se não há conceito ou definição que consiga abarcar a paisagem como o todo que ela representa, há alguns componentes que dela são indissociáveis: a natural, a humana ou cultural e a estética. (LAMPREIA, 2012, p.253).

Preservar somente um dos valores culturais, como no caso de Catas Altas, o valor estético dos estilos arquitetônicos passa a ser uma maneira de se estabelecer um significado primordial para esta paisagem, ou seja, a manutenção de determinadas características do século XVIII eleitas previamente como representativas de uma época. Porém, este método de

²⁰⁶ “Uma paisagem é um conjunto de elementos materiais coordenados de um certo modo no espaço e refletidos de um certo modo no espírito.” (SERRÃO, 2012, p.180).

preservação acaba por ressignificar a paisagem da cidade a partir do momento que exclui valores fundamentais destacados pela população, o que pode levar à perda da essência do significado cultural daquela paisagem, prevalecendo apenas o que poderia ser chamado de “significado institucional”²⁰⁷. Vale ressaltar, como dito anteriormente, que não se está trabalhando necessariamente com o real, mas com o objeto no sentido de noema, o objeto ideal, assim não é possível afirmar a prevalência de um valor sobre o outro pois o que está em questão são conflitos de significações.

O desafio que se apresenta é primeiramente a compreensão da paisagem através da percepção dos distintos olhares²⁰⁸, considerando a paisagem como lugar existencial, que somente se torna paisagem a partir do olhar do homem e de seu anseio de atribuir-lhe sentido através da percepção de seus símbolos. A partir deste fato, considerar estas informações deve ser a base de elaboração tanto do documento de tombamento do conjunto histórico, como a chave para a elaboração das diretrizes de intervenção, uso e ocupação do solo da cidade como um todo. Sendo importante observar a afirmação de Tilden (1967): “através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação, e através da apreciação, a proteção.”

Entende-se a necessidade de estabelecimento de um perímetro de tombamento da área urbana a ser preservada, mas através da interpretação da cidade como paisagem no sentido de noema, este conceito irá modificar a ideia de manutenção apenas de uma parte da cidade e contribuirá para uma visão holística dos elementos que compõem esta paisagem, demonstrando a necessidade de aliar planejamento urbano com preservação do patrimônio. Cada vez mais é urgente a compreensão da cidade como um organismo vivo,

²⁰⁷ “Na verdade, o que ocorre com mais frequência é esse patrimônio ser retirado da responsabilidade da comunidade e passado para as mãos de especialistas e de autoridades. A comunidade então se esforça como nunca para salvaguardar o que ela considera como seu e assim o lugar passa a desenvolver duas culturas, a oficial e a local. O visitante eventual pode até pagar para ver a cultura oficial, mas jamais perceberá a local, e é ele que possivelmente contém a essência do lugar.” (MURTA e ALBANO, 2002, p.57).

²⁰⁸ “Pensar na paisagem significa estar consciente da multiplicidade do olhar, da complexidade dos sistemas naturais que a definem mas sobretudo, atualmente, da evolução das sociedades e do mundo. Significa, também, redescobrir na ação e nas ideias o sentido das palavras; uma matéria decisiva que nos envolve como uma nuvem e cuja longevidade diverge, por vezes, do tempo em que vivemos.” (SANTOS, 2012, p.303).

onde cada elemento, independentemente de seu período de estabelecimento, sua forma e características, é responsável por refletir na paisagem as características existenciais de uma população. A sua manutenção é primordial para o seu desenvolvimento sustentável.

Uma vez libertas da tradicional associação à vista, ao cenário e ao panorama, o entendimento das paisagens como unidades integradas e espaços envolventes permitirá conciliar o fundamento natural com dimensões constitutivas humanas, como a história e a cultura, e responderá mais facilmente a problemas candentes do tempo presente e futuro, desde o desenho das cidades até a invenção de práticas alternativas de vida. (SERRÃO, 2012, p.328).

A modificação no método de gestão da paisagem, desde sua compreensão, interpretação e pesquisa até a elaboração dos documentos oficiais de proteção deve ser repensada com base no chamado “tripé fundamental” apresentado anteriormente. A partir da análise realizada nesta pesquisa fica evidente a incompreensão do fenômeno paisagem pelos órgãos de preservação, porque se a paisagem é uma construção social, a relação do morador com a paisagem em todos os sentidos deveria ser considerada no processo de preservação. Como isto não tem sido feito, o que está sendo preservado não é patrimônio, nem mesmo paisagem, a partir do momento em que perde parte de sua função social e cultural.

A preservação, destituída de sua função social, não possui sentido completo para o morador da cidade, não sendo sustentável em termos de manutenção da paisagem como lugar existencial. Aqui está enraizada uma parcela dos motivos de embate entre a população e os órgãos de preservação, pois a porta de madeira, que não mais contribui para a segurança da família, não pode ser trocada por uma porta de material diferente do “original”, porém a Serra pode ser destruída pela mineração. Assim fica claro que o rigor da preservação não é aplicado em todas as instâncias com a mesma intensidade, as “duas estéticas” são encaradas de forma diferenciada.

Aqui cabem algumas indagações: Qual o motivo dessa preservação declarada? Pra que preservar? Preservar pra quem? Qual o motivo de congelar uma

cidade no século XVIII se as pessoas vivem no século XXI e seus hábitos se transformaram? Como pode ser avaliada a percepção do morador e aplicada na prática da gestão dos núcleos históricos?

A conservação dos núcleos históricos deve considerar não somente os aspectos históricos-artísticos presentes principalmente em seu acervo arquitetônico, mas também devem ser interpretados do ponto de vista estético, entendido em um espectro mais amplo, filosófico. A partir das informações levantadas nas entrevistas é possível afirmar que para ambos os atores sociais, tanto os técnicos como o morador, o significado que predomina é o estético. Para os primeiros é a estética no sentido da obra de arte de Hegel que é utilizada como base para a conservação do núcleo. Estética aplicada aqui à arquitetura em geral, tanto ordinária quanto institucional, ou seja, à obra artística do homem traduzida na construção da cidade, fruto da racionalidade humana. Para os moradores, poderíamos afirmar que a estética que predomina como significado maior é a estética da natureza, a manutenção desta estética é uma das responsáveis pelo estabelecimento do ponto de apoio existencial da população em Catas Altas.

Assim, quando se trata da gestão dos núcleos históricos, o principal significado a ser preservado é a estética, seja a das edificações, seja a da natureza, seja a da paisagem como um todo. Faz-se necessário agregar à dimensão estética uma visão filosófica, que desvincule este termo da ideia somente de requinte, luxo ou deleite, mas o associe dentro da gestão dos núcleos a qualidade de vida da população em termos existenciais. Isso faz com que a dimensão estética sirva também como aporte para as discussões críticas sobre a relação do homem com a paisagem ultrapassando as ideias racionais da natureza como puro objeto de consumo, passando-se a percebê-la como meio e fim para a sua existência no planeta.

A sociedade, assim como cada um de seus indivíduos são tocados pelo significado estético da paisagem, sendo este aspecto ligado diretamente com a qualidade de vida²⁰⁹ das pessoas, a partir do momento em que possibilita o

²⁰⁹ “La territorialización del paisaje, es decir, el reconocimiento de que cada territorio se manifiesta paisajísticamente en una fisonomía singular y dinámica y en plurales imágenes

estabelecimento de uma relação harmônica e equilibrada com a paisagem, contribuindo para o estabelecimento do ponto de apoio existencial do homem. “Segundo esta tendência, um ambiente rico em valor estético aumenta o sentimento de bem-estar, reduz a incidência de doenças mentais e físicas e males sociais, como sejam, o vandalismo e o crime.” (DELFINO, 2012, p.249). A concepção tantas vezes repetida e analisada de que o homem modela/transforma a paisagem, acabou por ofuscar a tão importante ideia de que a paisagem também modela o homem, seja de forma positiva ou negativa, reforçando ainda a ideia da importância de manutenção dos significados de uma determinada paisagem que afetam diretamente o modo de vida do homem de forma existencial.

A sugestão de utilização deste instrumento de leitura da paisagem e consequente gestão, supera a concepção dos métodos visuais e introduz uma visão da estética que rompe com as categorias tradicionais ligadas ao pitoresco e ao sublime, por exemplo, pois estas já se demonstraram não serem capazes de contribuir significativamente no que se refere a interpretação das paisagens e sua consequente gestão.

A paisagem como construção cultural complexa revela-se como um palimpsesto de camadas históricas cuja leitura e compreensão de sua constituição nem sempre se mostram acessíveis. Ao inserir a estética como uma das vias de acesso para a manutenção dos significados da paisagem, não significa dizer que a conservação deve privilegiar apenas a percepção ou os significados atribuídos a paisagem. A estética se mostrou através desta pesquisa como chave fundamental para se repensar a gestão de núcleos históricos com base na fenomenologia. Porém, assim como qualquer aspecto considerado isolado quando se trata da paisagem, se mostra insuficiente diante da complexidade do tema da sua gestão. Por outro lado, observou-se também

sociales, hace del paisaje un aspecto importante de la calidad de vida de la población; porque el paisaje es, ante todo, resultado de la relación sensible de la gente con su entorno percibido, cotidiano o visitado.” (MATA, 2006, p.18).

“A territorialização da paisagem, ou seja, o reconhecimento de que cada território se manifesta paisagisticamente em uma fisionomia singular e dinâmica e em imagens sociais plurais, faz da paisagem um aspecto importante da qualidade de vida da população; porque a paisagem é, principalmente, o resultado da relação sensível das pessoas com seu entorno percibido, cotidiano ou visitado.” (tradução nossa).

que a objetividade com o qual tem sido tratado o tema não tem gerado modelos de gestão satisfatórios, principalmente no que diz respeito a relação do morador com a paisagem e seus significados. Para tanto, a estética da paisagem e seus significados – termos estes ligados aos principais conceitos da fenomenologia - podem ocupar hoje um espaço insubstituível, ao lado de outras disciplinas correlatas ao tema, tornando-se uma condição fundamental para enfrentar os desafios da gestão da paisagem.

Observa-se que para modificar o processo de gestão, como sugerido anteriormente, é necessário que o homem passe de ator das transformações, papel que assumiu durante longo período à postura de espectador para que possa avaliar os aspectos positivos e negativos de sua ação maciça sobre a paisagem, incluindo principalmente a percepção e reconhecimento²¹⁰ de seus significados. Somente assim poderá realizar a gestão da paisagem cuja identificação e elaboração de critérios para sua proteção deve ter como base os principais conceitos da fenomenologia, a questões referentes a existência do homem no mundo e a estética filosófica, que por muito tempo, no que diz respeito a paisagem, foi ignorada ou silenciada.

O que se percebe não somente em Catas Altas, mas na maioria dos núcleos históricos tombados - e esta constatação poderia ser estendida também aos grandes centros - é que a cultura atual,²¹¹ neste caso específico a brasileira, calcada no individualismo, tem contribuído para a alienação do homem diante da sua paisagem, a sua capacidade de atribuir significado ao seu habitat tem sido minada. No caso das cidades históricas, a maneira como tem sido realizado o seu sistema de gestão, baseado principalmente em suas características morfológicas, bloqueia a percepção do morador com relação ao estabelecimento de seu apoio/laço existencial. “Assim, o sujeito perde a sua capacidade de dar um sentido humano ao mundo que habita, já que está focado sobre objetos e espaços fetichizados.” (DONADIEU, 2012, p.283). Os

²¹⁰ “Reconhecer a paisagem de um lugar significa respeitar a sua individualidade própria, o espírito que nele habita, o seu *genius loci* (...).” (SERRÃO, 2005, p. 6).

²¹¹ “O ser humano por sua vez, está desarraigado do resto da natureza, vendo-a e sentido-a como inteiramente “outro” em relação ao seu ser. O resultado é uma progressiva artificialização do mundo, que pode colocar em risco a permanência e sustentabilidade dos ecossistemas físicos. O ser humano, com este modelo, obstrui e coarta a natureza virgem ‘espiritualizando-a’, sem escutar a sua voz, e gerando com isso espaços mal adaptados.” (CASTELO, 2012, p.212)

núcleos históricos se mostram verdadeiros espaços “congelados” no tempo, que têm se tornado cada dia mais dissociado da vida cotidiana²¹² de seus moradores, o que proporciona consequências graves no que diz respeito a relação fenomenológica da população com a paisagem. Assim, é fundamental considerar a paisagem como noema na gestão das cidades históricas, como uma forma de resgate dos laços do homem com a paisagem, a sua identidade e conseqüentemente a essência da sua existência no mundo que se encontra nela refletida.²¹³

Ameaçada que está a ideia de Natureza enquanto princípio originário e realidade omni-englobante, a Paisagem pode vir a ocupar um estatuto unificador, quer salvaguardando articulações entre Natureza, Cultura e História, quer atendendo à especificidade do lugar humano e do seu estar no mundo, valores esses que a objectividade científica do Ambiente não está em condições de integrar. (SERRÃO, 2012, p.319).

O que se pretende a partir dos resultados desta pesquisa é demonstrar a importância de se considerar a “alma” da paisagem no seu processo de gestão através da inclusão do sujeito morador como participante nas investigações e posteriores tomadas de decisão com relação a proteção da paisagem. Pois a paisagem encarada como o eco da nossa voz, deve ser o pilar central da gestão atual das cidades históricas, tendo como base o “tripé fundamental”: fenomenologia, existência e estética.

²¹² “As sensações humanas não têm (...) um significado empírico, antropológico (...). Têm significado ontológico, metafísico: nas sensações, sim, nas sensações mais quotidianas, albergam-se as mais profundas e elevadas verdades.” (SERRÃO, 2012, p.331).

²¹³ “O modo como o Homem concebe a natureza circundante corresponde inteiramente ao modo como se concebe a si mesmo e define o seu estatuto na natureza e enquanto ser da natureza: em qualquer concepção da paisagem pode ler-se a auto-consciência da posição humana no mundo.” (SERRÃO, 2012, p.320).

REFERÊNCIAS

ABALOS, Iñaki. **O que é a paisagem?** Arqutextos, São Paulo, Vitruvius, mai. 2004. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arqutextos/arq049/arq049_00.asp, acesso em 05/07/ 2011.

ANHESIM, Aline Alves. **O caráter de paisagens:** Avaliação da antiga Estrada Mestre Cambe – PR. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo. A idéia de Natureza: Entre a totalidade e a essencialidade. In: KAHTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Yasuko (orgs). **Discutindo a paisagem.** São Paulo: RIMA, 2006. p. 29-44.

AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virgínia; ZANCHETI, Silvio. A dimensão cotidiana do patrimônio e desafios para sua preservação. In: XII Congresso Internacional de reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado, 2014, Bauru. **Declaração de significância:** um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. São Paulo: Bauru, 2014. p. 1-13.

BARLALINI, Vladimir. Petrarca é o culpado. **Vitruvius**, ano 1, dez. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/01.010/1386>. Acesso em: 19 maio 2014.

BARATA SALGUEIRO, Teresa. **A cidade em Portugal** – Uma geografia urbana. Coleção Cidade em Questão / 8; Edições Afrontamento; Porto, 3ª edição; Junho, 1999.

BERLEANT, Arnold. O significado mutável da paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem.** Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 347-356.

_____. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem.** Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 281-298.

_____. Estética e ambiente. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem.** Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 377-394.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global:** um esboço metodológico. Revista IGEOG/USP, São Paulo: USP, n.13, 1971.

BERQUE, Augustin. Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem.** Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 95-103.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. Lendo as paisagens que revelam os lugares. Paisagem cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2012. In: **Anais...** Belo Horizonte, 2012.

_____. **A Construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BESSE, Jean-Marc. A fisionomia da paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. In: BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia.** Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.61-65.

BONESIO, Luisa. Habitar a terra e reconhecer-se nos lugares. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e arquitetura da Paisagem.** Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 203-210.

_____. Elogio da conservação. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem.** Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 441-464.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.** São Paulo: ed. Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho Contextual: Uma abordagem fenomenológico- existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem.** 2007. 475f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2007.

_____. **Arquitetura: interfaces.** Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

CASTELO, Carmen Velayos. Paisagens construídas e ecoética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem.** Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.211-219.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural e sustentabilidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG: IEDS, 2009. 1 DVD

_____. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009a.

CÁVEM, Mara. **Centros históricos contemporâneos: mudanças de perspectiva na gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas;** Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Planejamento Regional e Local; Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia, Lisboa, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). 1998. Tese (Doutorado em História Social das Idéias), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

_____. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens (tradução de Denise Grimm). In: NEGREIROS, Carmem; LEMOS, Masé; ALVES, Ida. **Literatura e Paisagem em diálogo**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: Alguns temas. **Espaço e Cultura**. V.1, n.1, 1995.

COUNCIL OF EUROPE. **Recommendation No. R (95) 9 of the Committee of Ministers to Member States on the Integrated Conservation of Cultural Landscape Areas as Part of Landscape Policies**, 1995. Disponível em: <<https://wcd.coe.int/wcd/>>, acesso em 15 de janeiro de 2013.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

D'ANGELO, Paolo. Repensar a paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.333-346.

_____. Os limites das actuais teorias da paisagem: e a paisagem como identidade estética dos lugares. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p.419-439.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DELFINO, Ângela. Estética e paisagem: algumas referências legais. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 281-290.

DEPRAZ, Natalie. **Compreender Husserl**. Fábio dos Santos (Trad.). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

DEVORE, Jay L. **Probabilidade e estatística**: para engenharia e ciências. Ed 6. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DONADIEU, Pierre. As paisagens agro-urbanas: uma utopia realista?. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um

manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 319-332.

DUARTE, C.R.; COHEN, R.; SANTANA, E.; BRASILEIRO, A.; PAULA, K.; UUGLIONE, P. Explorando as ambiências: Dimensões e possibilidades metodológicas na pesquisa em arquitetura. Colloque Internacional Faire Une Ambiance. Grenoble, 2008. In: **Anais...** Grenoble, 2008, cd-rom. (Versão ampliada em português, disponível em www.asc.fau.ufrj.br)

DUARTE JUNIOR, R. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. In: **Revista CPC**, n. 10, out/2010. p. 49–88. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661/17235>>. Acesso em: 03/07/2014.

ENGLISH HERITAGE. **Historic Landscape Characterization**. [1980]. Disponível em: <<http://www.english-heritage.org.uk/professional/research/landscapes-and-areas/characterisation/historic-landscape-character/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

ENGLISH HERITAGE. **Using Historic Landscape Characterisation**. [200-]. Disponível em: <<http://www.english-heritage.org.uk/content/publications/docs/using-historic-landscape-characterisation2004.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado**: a preservação de sítios históricos na visão dos moradores e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba, Recife. 2001. 159f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas**: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil, São Paulo. 2014. 537f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? Paisagem cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2012. In: **Anais...** Belo Horizonte, 2012.

FRAGATA, Julio. **A fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia**. Braga: Livraria Cruz, 1959.

FREIRE CHICO, Francisco. **Boas práticas em Gestão de centros urbanos**. Projecto Gestor do Centro Urbano, Promovido por Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; 1ª edição, Abril 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito de Santa Bárbara**: organização espacial e preservação de sítios históricos. Plano de preservação e valorização de Catas Altas do Mato Dentro. V. 4. Belo Horizonte: FJP, 1980.

GADAMER, Hans-Georg. FRUCHON, Pierre (org.). **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Victor. Entrelaçar corpo e paisagem: Petrarca, Rousseau e Nietzsche. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 105-115.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. **Viagens do naturalista Saint-Hilaire por toda Província de Minas Gerais**. Ouro Preto: Livraria & Editora Graphar, 2013.

GRIMALDI, Nicolas. A estética da bela natureza: problemas de uma estética da paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 131-150.

HEPBURN, Ronald. A estética contemporânea e o desprezo pela beleza natural. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 229-255.

HERITAGE COUNCIL. **Landscape Character Assessment**: Guidance for England and Scotland. [2002]. Disponível em: <http://www.heritagecouncil.ie/fileadmin/user_upload/Planning/LCA_CPD/LCA_CPD_Sep_2011/Reports/LCA_Guidance_for_England_and_Scotland.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de lugar e paisagem, território e meio ambiente. *Revista território*, ano II, nº 3, jul./dez. 1997.

_____. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: A crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. 1998. 234f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas**: introdução à fenomenologia. Tradução Frank de Oliveira. São Paulo: Madras Editora, 2001.

_____. **Investigações lógicas**: Investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento. Segundo volume, parte I. Tradução: Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

_____. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2008.

ICOMOS – Conselho internacional de monumentos e sítios. **Carta de Burra**. 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acessado em: 19 out. 2016.

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE. **Convenção europeia da paisagem**. [2005]. Disponível em: <<http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Envolvimento+Internacional/Conven%C3%A7%C3%A3o+da+Paisagem/>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Processo de avaliação para tombamento: centro histórico e edificações isoladas – Santa Bárbara sede**, 1989a. (PT055)

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Santa Bárbara / Distrito de Brumal: Centro Histórico - Processo de avaliação para tombamento**, 1989b. (PT057)

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Santa Bárbara / Distrito de Catas Altas do mato Dentro: Centro Histórico - Processo de avaliação para tombamento**, 1989c. (PT056)

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Mariana / Distrito de Santa Rita Durão: Centro Histórico - Processo de avaliação para tombamento**, 1996a. (PT064)

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **São Thomé das Letras: Centro Histórico – Igreja Matriz de São Thomé - Processo de avaliação para tombamento**, 1996b. (PT097)

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Processo de avaliação para tombamento: centro histórico de São José das Três Ilhas Histórico – Igreja Matriz de São José – Belmiro Braga, Distrito de Três Ilhas**, 1997. (PT0101)

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Processo de avaliação para tombamento do centro histórico de Santa Luzia**, 1998.

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Complemento do dossiê de tombamento do centro histórico de Santa Luzia: perímetro de entorno do tombamento**, 2002.

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Processo de do centro histórico de Pitangui**, 2008a.

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Portaria Nº 29** de 30 de setembro de 2008 - IPAC/MG, 2008b.

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Portaria Nº 29, de 30 de setembro de 2008**, 2008. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/article/42/559-portaria-no-29-de-30-de-setembro-de-2008>>, acessado em 23 ago. 2013.

IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Guia de Bens Tombados IEPHA/MG**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2011/2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

LAMPREIA, Dora. Por uma política de paisagem: a propósito da Convenção Europeia da Paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.253-265.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luis. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP; CNPq; Laboratório da Paisagem, 1999.

MAGALHÃES, Roberta Duarte. **Núcleos e sítios históricos mineiros: objetivos e ações do órgão de preservação estadual**. 2013. 116f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Um Panóptico, Metamorfoses e a Paisagem. In: KAHTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Yasuko (orgs). **Discutindo a paisagem**. São Paulo: RiMA, 2006. p. 01-27.

_____. Paisagem e pesquisa sobre o desenho do espaço. **Paisagem e Ambiente** – Ensaios, 2 ed. São Paulo: FAUUSP, n.1, 1994.

MATA, Rafael; TARROJA, Alex (org.). **El paisaje y la gestión del territorio: critérios paisajísticos em la ordenación del territorio y el urbanismo**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006.

MENESES, Ulpiano T.B. **Os “usos culturais” da cultura**. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais, p.88-99. In: YAGIZI, E. et al.(org). Turismo, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

METZGER, Jean Paul. **O que é Ecologia da Paisagem?** São Paulo: Biota Neotropica V1, 2001. Disponível em <http://www.biotaneotropica.org.br>, acesso em 05/07/2011.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio A.(Org.). **O espaço da diferença.** São Paulo: Papirus, 2000.

MOURA, Danieli Veleda. SIMÕES, Christian da Silva. **A evolução histórica do conceito de paisagem.** Ambiente & educação: revista de educação ambiental, Rio Grande, Volume 15, número 01, 2010. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/992>, acesso em 04/01/2013.

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro. **Husserl: Significação e fenômeno.** Dois pontos, Curitiba, vol. 3, n. 1, p.37-61, abril, 2006.

MURTA, Stela Maris. ALBANO, Celina. (Org.). **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

MURTA, Stela Maris. GOODEY, Brian. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado:** um guia. Belo Horizonte: SEBRAE (MG), 1995.

NATURAL ENGLAND. **Landscape Character Assessment.** [1975]. Disponível em: <http://www.naturalengland.org.uk/ourwork/landscape/englands/character/default.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2011.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitetura ocidental:** la arquitetura como historia de formas significativas. Barcelona: Editorial Blume, 1985.

_____. **Genius loci:** Towards a phenomenology of architecture. London: Academy Editions, 1980.

_____. **Nuevos caminos de la arquitectura:** existencia, espacio y arquitectura. Barcelona: Editorial Blume, 1975a.

_____. **Existencia, Espacio y Arquitectura.** Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

PALLASMAA, Juhani. **A geometria do sentimento:** um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). Org. Kate Nesbitt. Vera Pereira (Trad.). São Paulo: Cosac Naify, 2006, 481-489.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. In: Anais do Colóquio A cidade entre projectos e políticas. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de junho de 2003.

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

QUEIROGA, Eugênio F. Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo. **Paisagem e Ambiente** – Especial Miranda Magnoli. São Paulo: FAUUSP, n.21, 2006. p. 57 – 66.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROGER, Alain. Naturaleza y cultura. La doble artealización. In: **Breve tratado del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007, p.15-35.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano**. Teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. 2009. 347f. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: ed. Círculo do Livro, [19--].

SÁ, Luís. O regresso da natureza à experiência estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.191-201.

SALGADO, Ricardo Henrique Carvalho; MIRANDA, Daniel Carreiro. **Arte, estética e hermenêutica em Gadamer**. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=21adc1868d67ad76>. Acessado em: 12 set. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 2009.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. Kant e o regresso à natureza como paradigma estético. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.73-92.

SANTOS, Sebastião Ferreira de Almeida. Projecto de paisagem: uma oportunidade na realidade contemporânea. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.301-313.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 12-74.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. In: R. RA'E GA, Curitiba: Editora UFPR. n. 7, p. 79-85, 2003.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêças. **Planejamento estratégico para o centro histórico de Torres Vedras**. Dissertação (Mestrado) –Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem, uma categoria em transição. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um manual. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 319-332.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. A paisagem como problema da filosofia. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p.13-35.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. **Pensar a natureza a partir da estética**. Disponível em: <http://www.apfilosofia.org/wp-content/uploads/2015/04/01.pensar-a-natureza-a-partir-da-estetica-por-adriana-verissimo-serrao.pdf>. Acessado em: 01 set. 2016.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Trad. Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>. Acessado em: 19 maio. 2014.

TROPPEMAIR, H. 2000. **Ecologia da paisagem**: uma retrospectiva. Anais do I Fórum de debates "Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental" (4-8 junho de 2000, Rio Claro). Sociedade de Ecologia do Brasil.

TURRI, Eugenio. A paisagem como teatro: Do território vivido ao território representado. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 167-184.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide99.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

UNESCO. **Cultural Landscapes**: the Challenges of conservation. [2002]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132988e.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

UNESCO. **World Heritage Cultural Landscapes**: 1992-2002. [2003]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>, acesso em 06/01/2013.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A – Sistematização das respostas do questionário – comunidade

PERGUNTA	RESPOSTA		
1º período - Tombamento – 1989 (período: 1985 a 1995)			
1- Você sabe que Catas Altas é tombada pelo IEPHA?	Sim - 35	Não - 9	
2- Você participou do tombamento de Catas Altas em 1989?	Sim - 5	Não - 38	Não lembro - 1
3- O que você achou do tombamento da cidade na época? Na época, quando foi noticiado o tombamento como a senhora recebeu esta notícia?	<ul style="list-style-type: none"> - Bom - 21 - Ruim - 7 - Não lembro/Não sei – 13 - Bom em parte – 2 - Normal - 1 		
4- Como era a paisagem da cidade na época? O que era mais significativo na cidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Muita água (cachoeira e rio) – 7 - Mais pacato/tranquilo – 6 - Isso mesmo/do mesmo jeito de hoje 6 - Serra sem mineração - 5 - Sem calçamento - 4 - Casas simples/velhas - 4 - Muito verde/mais natureza – 4 - Importância da religião – 3 - Menos árvore – 3 - Caminhão passava no centro - 2 - Só uma rua – 2 - Muito mato - 2 - Menos casas – 2 - Muito simples – 2 - Era melhor – 2 - Gosto - 1 - Não lembro - 1 - Muita poeira – 1 - Bonita - 1 - Sem infraestrutura (saúde) – 1 - Muitas festas religiosas – 1 - Pico da Serra – 1 - Muito ruim – 1 - Palmeiras do lado da Matriz – 1 - Sem definição de paisagismo – 1 - Cultivo de animal na praça – 1 		

	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças brincando na rua – 1 - Energia elétrica precária – 1 - Pouco trânsito – 1 - Mais árvore – 1 - Muito diferente – 1 - Pessoas mais amigas e humanas – 1
--	---

2º período - Hoje – (período: 2000 a 2015)

1- O que é importante preservar em Catas Altas?	<ul style="list-style-type: none"> - Casas históricas – 13 - Natureza – 11 - Igreja Matriz – 10 - Patrimônio – 9 - Serra – 7 - Água – 6 - Ambiente/meio ambiente - 4 - Santa Quitéria – 4 - Calçamento - 4 - Tudo/cidade toda – 3 - Igrejas – 3 - Árvores – 3 - Questão ambiental – 2 - As nascentes de água – 2 - Ruas – 2 - Vinho – 2 - História – 2 - Cachoeiras – 2 - Prédios públicos – 2 - Chafariz – 1 - Jardins – 1 - Adro da Matriz – 1 - Cultura religiosa – 1 - Centro - 1 - Turismo – 1 - Saúde – 1 - Escola para crianças - 1
2 - O que você mais gosta em Catas Altas?	<ul style="list-style-type: none"> - Tudo – 18 - Tranquilidade/paz/sossego – 11 - Serra – 8 - Matriz – 4 - Natureza – 4 - Ambiente/lugar – 3 - Adro da Matriz – 3 - Igrejas – 3 - Pessoas – 2 - Paisagem – 2 - Cachoeiras – 2

	<ul style="list-style-type: none"> - Vista da Igreja – 1 - Festa do vinho – 1 - Santa Quitéria – 1 - Mãe – 1 - Família - 1 - Ar puro – 1 - Simplicidade – 1 - Sem poluição – 1 - Clube – 1 - Prédios antigos – 1 - Belezas naturais – 1 - Parque do Caraça - 1 - Amizades - 1 - Sítio na Serra – 1 - Deus - 1
<p>3 - O que é importante mudar com relação à paisagem/patrimônio de Catas Altas?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nada – 8 - Não destruir a Serra – 4 - Turismo – 4 - Conservar o patrimônio – 4 - Conscientização da população – 3 - Não sei – 3 - Preservar melhor a cidade - 3 - Arrumar a Igreja – 2 - Prefeito – 1 - Saúde – 1 - Implantar Indústria/progresso – 1 - Educação patrimonial nas escolas - 1 - Implantar cursos de capacitação – 1 - Implantar rodoviária – 1 - Aumentar capital de giro – 1 - Tirar a torre de celular do adro – 1 - Mais florido – 1 - Preservar a natureza – 1 - Voltar a ficar verde – 1 - Melhorar a bica (nascente) – 1 - Melhorar a segurança – 1 - Diminuir as queimadas – 1 - Não mudar a estética (materiais) - 1 - Cuidar das praças - 1
<p>4 - O que você acha da torre de celular localizada atrás da Matriz?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ruim - 24 - Deve mudar de lugar – 23 - Bom - 13 - Não respondeu – 2 - Atrapalha a estética - 1 - Interessante – 1 - Não atrapalha – 1 - Tira a vista da igreja, mas precisa -

	1
5 - O que mudou na paisagem ao longo do tempo? (1989-2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do crescimento urbano – 10 - Aumentou destruição da Serra – 7 - Diminuição da água (rios e cachoeiras) – 6 - Implantação da mineração – 5 - Calçamento – 5 - Não mudou nada – 4 - Tem mais praças – 3 - Construções/reforma (materiais) – 3 - Melhoria da saúde – 2 - Aumento do plantio de árvore – 2 - Implantação de equipamentos (banco, farmácia, lotérica) – 2 - Melhorou a paisagem da cidade – 2 - Crescimento da educação patrimonial – 2 - Melhorou a preservação dos edifícios – 2 - Mudou a fachada da Igreja de Santa Quitéria – 1 - Menos árvore – 1 - Físico do lugar – 1 - Está mais bonita – 1 - Está mais limpa – 1 - Falta de fiscalização do patrimônio - 1 - Implantação de agricultura familiar – 1 - Passeio estruturado – 1 - Implantação de torre na Serra – 1 - Mudou muito para pior – 1 - Diminuiu área verde – 1 - Tudo mudou – 1 - Aumento de inundações – 1 - Serra não mudou – 1 - Igreja não mudou – 1 - Casas mudaram - 1

APÊNDICE B – Definição da amostra a ser entrevistada - comunidade

A seguir são descritos as bases de cálculo, apontando a relação entre amostra definida e a margem de erro a ser considerada. Para uma população $N = 847^{214}$, um nível de confiança de 90% ($Z = 1,645$) e heterogeneidade $p = q = 50\% = 0,5$, o erro fica estimado em aproximadamente $e = 12,0\%$, veja:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

$$n = \frac{1,645^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot 804}{0,12^2 \cdot (804 - 1) + 1,645^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}$$

$$n = \frac{573}{0,0144 \cdot 846 + 0,676}$$

$$n = \frac{573}{12,958}$$

$$n = 44,21$$

(Fonte: DEVORE, 2012)

²¹⁴ Este valor tem como base o número total de pessoas residentes no município (área urbana) com idade acima de 50 anos, índice este fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo de 2010.

APÊNDICE C – Entrevista com os técnicos do IEPHA/MG

Questionário 1 – Técnico 01 – Questionário piloto

1 - A solicitação do tombamento de Catas Altas foi realizada por quem ?

O tombamento do Centro Histórico de Catas Altas foi uma iniciativa do próprio IEPHA. A medida estava inserida em um projeto mais amplo que foi o tombamento simultâneo de quatro núcleos históricos circunscritos em uma mesma região e que se formaram no apogeu do Ciclo do Ouro em Minas Gerais. São esses os Centros Históricos de Santa Bárbara e de seus distritos Catas Altas e Brumal além do distrito de Santa Rita Durão, pertencente ao município de Mariana. Constituiu-se, portanto, em um tombamento diferenciado e a primeira experiência da Instituição na utilização dessa forma de recurso preservacionista. A questão referente a adoção de uma nova metodologia de tombamento está ligada às peculiaridades arquitetônicas, artísticas, urbanísticas e paisagísticas dos núcleos especialmente do Centro Histórico de Catas Altas. Esse, naquele momento, muito ameaçado por nova fase urbanizadora decorrente do crescimento da atividade mineradora. A chamada "diferenciação" do processo de tombamento se justifica também e, principalmente, pela inclusão no dossiê da Lei de Uso e Ocupação do Solo e das condições para construção na área tombada, elaborados pela Fundação João Pinheiro, dentro do Plano de Desenvolvimento proposto pela Instituição. Importante enfatizar que essa medida alcançava um caráter social mais amplo que era atingir o próprio planejamento urbano evitando-se a ocorrência de impactos provocados pelo tombamento convencional cuja metodologia não incluía tais dispositivos e, causava, muitas das vezes, conflitos entre leis municipais e dispositivos legais postos na lei de preservação.

2 - Quais os aspectos destacados para justificar o tombamento de Catas Altas ?

Como mencionado acima, a medida protetora buscou contemplar um conjunto de núcleos setecentistas de excepcional valor histórico, paisagístico e artístico que corria sérios riscos de descaracterização devido ao acelerado processo intervenções urbanas que ali estava ocorrendo. No caso específico de Catas Altas durante o oitocentos e, principalmente, no final do século a medida em que a decadência econômica se acentuava com o esgotamento das minas de ouro, a atividade extrativista era substituída pela de minério de ferro, o que se intensificou ao longo no século XX. Já a partir dos anos 70, o povoado passou a sofrer intervenções transformadoras em seu traçado original, acrescidas de inserções em seu espaço que interferiam na leitura de sua paisagem

necessitando, a curto prazo, da adoção de medidas que buscassem deter tal processo.

Catas Altas se distingue, ainda, por ser detentora de uma extraordinária peculiaridade que é sua configuração urbanística derivada diretamente da topografia acidentada da região. Seu traçado urbano se desenvolveu em função de dois elementos determinantes que são a Serra do Caraça e a Igreja Matriz, edificada esta em patente intencionalidade de contraponto àquele elemento topográfico.

Assim, a somatória de tantas características excepcionais da localidade, tomando-se como referência as primitivas vilas do ouro, aliada ao fato de ter permanecido estacionária por quase dois séculos contribuiu para a conservação do agenciamento de suas ruas e becos e singeleza de seu casario. Tal fato foi determinante para a criação de medidas que impedissem sua descaracterização detendo a ocorrência de ações mais invasivas em sua paisagem. Esse fato justificou plenamente a utilização do recurso legal do tombamento para preservar tão rico exemplar do que foram as primitivas vilas surgidas no período da colonização nas Gerais.

3 - Houve participação da população durante o processo de elaboração do dossiê de tombamento? Como?

Não houve participação da comunidade nas discussões referentes ao tombamento. Importante esclarecer que à época não havia no IEPHA a prática de envolver os moradores nas decisões quanto ao significado da medida preservacionista, seus efeitos e definição de perímetro protegido, entre outras questões.

Como informação complementar acrescenta-se que, mais tarde, em 1995, aconteceu a primeira experiência de envolver os moradores em um processo tombamento. Foi na cidade de Leopoldina, onde se situa o prédio da Escola Estadual Professor Botelho Reis então tombado pelo IEPHA. No caso, participaram do grupo constituído por técnicos os proprietários de imóveis na área tombada e também os residentes na área de entorno. Foi uma importante e bem sucedida experiência. O segundo exemplo dessa metodologia aconteceu em 1997 que foi o tombamento do Centro Histórico de São José das Três Ilhas, distrito de Belmiro Braga. Por se tratar um conjunto arquitetônico, artístico e paisagístico o trabalho foi de grandes proporções, extremamente rico e de resultados excepcionais.

Considero essencial a participação e o envolvimento da população em um processo de tombamento porque essa é a forma mais eficiente de se legitimar o ato preservacionista.

4 - Houve divergência entre os técnicos sobre o perímetro de tombamento? Quais?

Não houve divergência porque a equipe do IEPHA incorporou a delimitação já realizada pela Fundação João Pinheiro, com a qual concordava. O importante trabalho da FJP era parte de um grande projeto - Circuito do Ouro - que contemplou todas as Áreas do Estado onde ocorreu intensa atividade mineradora no século XVIII.

5 --O que se entendia por paisagem nessa época ? A paisagem foi considerada no tombamento ?

O conceito de paisagem à época era semelhante ao conceito atual, ainda que se considere estudos e análises responsáveis por importante evolução do tema. A paisagem era vista como somatória do ambiente natural, no caso em questão paisagem de beleza excepcional, com a paisagem construída pelo homem, onde houve intervenção que a torna - paisagem cultural e, conseqüentemente, histórica.

Certamente a paisagem foi elemento fundamental para justificar o tombamento. As argumentações já citadas respaldam essa constatação. Pode-se afirmar que a paisagem única de Catas Altas do Mato Dentro se constituiu em fator vital para respaldar seu tombamento. O peculiar traçado urbanístico do povoado bastante característico e original fundamentado em dois elementos determinantes que são a Serra do Caraça e a Igreja Matriz, edificada em patente intencionalidade de contraponto àquele magnífico elemento topográfico só reforçaram os argumentos favoráveis à sua preservação. Por outro lado, se o maciço da Serra "esmaga" o aglomerado urbano, a Igreja com sua monumentalidade a este se contrapõe e cria o equilíbrio elevando á majestosidade da natureza. Há, sem dúvida, uma conjugação de fatores que tornam essa hoje cidade de Catas Altas, exemplo maior da imagem de uma vila setecentista em sua plenitude.

6 - O que se entendia por " harmonia " do conjunto tombado ?

Harmonia era entendida, como é ainda hoje, proporção, consonância, equilíbrio de uma forma de ordenação espacial que constituía um todo harmonioso, de grande beleza. Esse conceito se enquadra perfeitamente no cenário proporcionado por Catas Altas.

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição evidencia-se no perfil urbano da localidade como elemento definidor, pela especial implantação, cujo adro em declive constitui-se no maior espaço público da localidade. Entorno desta praça quadrangular se alinham as edificações residenciais e comerciais, cuja pequena volumetria é acentuada pela grandiosidade da serra e da Igreja. Entretanto, se essa pode parecer superdimensionada em relação ao casario, não será se relacionada com o contexto natural. Seu ponto de equilíbrio não é o povoado, mas a paisagem onde a serra é

predominante, o que vem demonstrar uma efetiva intenção compositiva. Aí reside a harmonia, a singularidade desse povoado que, diferentemente da maioria dos centros mineradores do século XVIII, onde não existia esta preocupação, ou seja, a criação de um espaço urbano harmonizado à topografia acidentada da região, gerando portanto uma imagem ordenada, proporcional.

7 - O que mais chamou sua atenção quando chegou à cidade de Catas Altas ?

Sem dúvida o impacto causado pelo deslumbrante cenário da Igreja Matriz em contraponto a magnífica Serra do Caraça. O espectador ao se deparar com a esplendida paisagem natural transformada pela intervenção humana se considera privilegiado por poder contemplar localidade detentora de um acervo que se caracteriza por volumes e formas construtivas próprias do período barroco do qual Catas Altas é um exemplar único.

Há, também, um momento muito especial quando adentramos à Matriz de Nossa Senhora da Conceição e os sentimentos são de surpresa e profunda admiração pela arte e riqueza exuberantes com que nos deparamos.

Importante, ainda, enfatizar que se trata da única igreja setecentista de Minas onde se pode identificar em alguns dos retábulos e painéis (inconclusos) todas as etapas de seu tratamento, que inicia com o entalhe na madeira crua, seguindo-se base em branco, policromia e, finalmente, douramento (quando finalizado).

Questionário 1 – Técnico 02

1- Qual o período você trabalhou no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou na Instituição?

Em Catas Altas 1978-79. Na F J Pinheiro de 1975 a 1988. No IEPHA vários períodos: 1983 a 1985; 1988; 1983; 1991 a 1994.

2- O que mais chamou sua atenção quando chegou à cidade de Catas Altas para realizar a pesquisa?

Grande impacto nesse ambiente, configurado pela Serra do Caraça, destacava-se pelas volumetrias e elementos integrados das igrejas em relação às poucas e pequenas moradias, quase todas de apenas um pavimento, ao longo de uma rua, ligando esses três templos.

3- Quais aspectos foram destacados para justificar o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

As edificações com tipologia das construções tradicionais, o traçado viário, os ambientes construídos e naturais nos entornos das igrejas e das

moradias, a Serra do Caraça, como parte integrante desse cenário foram considerados. Mas, não lembro da exploração de minério naquela encosta. No IEPHA procuramos desenvolver esse processo de tombamento, baseado no **Plano de Organização Espacial e Preservação de Sítios Históricos** - Santa Bárbara, Catas Altas do Mato Dentro, Cocais, Brumal e Santa Rita Durão – realizados pela Fundação João Pinheiro em 1979. Os levantamentos e propostas do plano favoreciam o desenvolvimento do tombamento.

Planos esses em convênio com a Sec Planejamento da República, Sec Estado Planejamento (FJP), IPHAN e Prefeitura M de Santa Bárbara.

A integração do processo de tombamento com a legislação de uso e ocupação do solo (plano da FJP) aprovado pelas instituições conveniadas, tinha a finalidade de reforçar jurídica e socialmente a proteção desse ambiente, marcado por bens naturais e artificiais.

Evitava-se assim processos conflitantes, em que sobreposições de tombamentos (federal, estadual ou municipal) quando realizados sem entendimentos institucionais terminam apresentando conflitos em intervenções de restauro ou de novas edificações. Caso que aconteceu nas obras da igreja Francisco da Pampulha, então tombada pelo IPHAN e IEPHA, mas diversidade nos projetos, prevalecendo o federal, considerado mais importante que o estadual.

A rigor, considerando que o tombamento de ambientes urbanos corresponde a uma legislação paralela à municipal de uso e ocupação do solo, essa, seria suficiente para a finalidade de salvaguarda, dispensando o tombamento. Mas, na nossa realidade social, tais sobreposições de proteção, ainda que conflitantes, são mais recurso na busca de preservação desses bens.

4- O que se entendia por “harmonia” do conjunto tombado?

A configuração ambiental marcada pelas implantações das edificações, o traçado viário, a topografia. Referências à consolidação da identidade histórica, em que a expansão urbana deveria se desenvolver com o máximo de equilíbrio entre os valores comerciais das edificações, correspondentes terrenos e entornos.

5- O que se entendia por “paisagem” nesta época? A paisagem foi considerada no tombamento? Como?

Tratávamos paisagem configurada pelas edificações, topografia, arruamentos, praças, vazios e no caso, a Serra do Caraça e a vegetação nativa. Não lembro de eventos dos moradores.

6- Na época dos estudos e do processo de tombamento do centro histórico de Catas Altas houve divergência entre os técnicos sobre

questões como o estabelecimento do perímetro de tombamento? Se existiram, quais foram?

Não lembro disso. Mas, houve avaliações relacionadas aos gabaritos de novas edificações, expansão urbana, pavimentações, com uso e ocupação do solo baseadas no plano da FJP.

A delimitação dessa área de proteção, pelo que lembro, coincidia com o zoneamento do plano da FJP. Nesse processo além da identificação de edificações para preservação integral ou parcial, a possibilidade de novas edificações ou remoções na área protegida.

7- Você sabe quem promoveu/solicitou o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

Esse processo fazia parte de uma programação que desenvolvemos no IEPHA para tombamento de conjuntos urbanos, então considerávamos mais importante que de tombamentos de bens isolados. Como acima exposto, com os planos de preservação de sítios históricos favoreciam a realização desse processo de proteção. E, considerando as perspectivas de crescimento dessa comunidade, com novos usos, ocupação do solo e mobilidade, o tombamento reforçava a salvaguarda desse sítio histórico, amenizando conflitos conceituais em novas intervenções construtivas ou mesmo de restauro.

8- Qual foi a participação da população durante o processo de elaboração do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Como se deu?

Pelo que lembro, foram realizados contatos com alguns moradores no sentido de preservação dessas edificações. Mas, foi através do plano da FJP que essas pesquisas foram realizadas.

Questionário 1 – Técnico 03

1- Qual o período você trabalhou no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou na Instituição?

De 1975 a 1978 fiquei fora do IEPHA, e aí o que ocorreu nesse período eu não sei. Retornei ao IEPHA como arquiteto em 1978 e fiquei praticamente me dedicando a Catas Altas, a restauração das Capelas do Rosário, Bonfim e Santa Quiteria.

2- O que mais chamou sua atenção quando chegou à cidade de Catas Altas para realizar a pesquisa?

Conheci Catas Altas quando era estagiário no IEPHA em 1974, fizemos uma viagem para conhecer a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Nessa época Catas Altas ainda era distrito de Santa Bárbara.

Não foi uma viagem de pesquisa e sim de aprendizado relativo ao patrimônio histórico, pois o Diretor do IEPHA na época era o Dr Luciano Amede Peret, que era o meu professor de Arquitetura Brasileira na UFMG.

3- Quais aspectos foram destacados para justificar o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

Nessa época não se falava de tombamento do núcleo histórico, e sim das Igrejas, que se encontravam totalmente abandonadas a sua sorte. Não havia nenhum investimento em sua preservação.

4- O que se entendia por “harmonia” do conjunto tombado?

Na arquitetura a harmonia era a integração entre o construído e seu entorno, isso o distrito apesar de abandonado e ruas de terra, parecia que estávamos voltando no tempo, o que muito me impressionou, pois a Serra do Caraça estava intacta e o visual era belíssimo.

5- O que se entendia por “paisagem” nesta época? A paisagem foi considerada no tombamento? Como?

A paisagem era deslumbrante, contagiava qualquer estudante de arquitetura, bela beleza de seus contornos da serra e sua vegetação nativa exuberante.

6- Na época dos estudos e do processo de tombamento do centro histórico de Catas Altas houve divergência entre os técnicos sobre questões como o estabelecimento do perímetro de tombamento? Se existiram, quais foram?

Na época dos estudos e do processo de tombamento do centro histórico de Catas Altas a ideia do IEPHA era fazer o tombamento de todo conjunto e da parte da Serra voltada para Catas Altas o que encontrou uma resistência ferrenha das mineradoras. Esse foi um dos motivos no atraso no tombamento. Divergências entre os técnicos não houve todos eram favoráveis que se incluíse a serra que era o bem maior.

7- Você sabe quem promoveu/solicitou o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

A pessoa mais interessada na elevação do distrito a cidade e vivia praticamente toda semana no IEPHA cobrando o tombamento era um vereador de Santa Bárbara que era de Catas Altas José Hosken, conhecido por Sr, Juca.

8- Qual foi a participação da população durante o processo de elaboração do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Como se deu?

Os moradores não tiveram muita participação nesse processo, pois como funcionários das Mineradoras tinham medo de perder o emprego se a Serra fosse tombada.

Questionário 1 – Técnico 04

1- Qual o período você trabalhou no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou na Instituição?

2- O que mais chamou sua atenção quando chegou à cidade de Catas Altas para realizar a pesquisa?

Na minha trajetória profissional, Catas Altas do Mato Dentro sempre teve presença marcante nas atividades que participei, seja como restaurador do IEPHA/MG (1979 – 1987) ou através da empresa Grupo Oficina de Restauro fundada em 1987 - ainda em plena atividade -, e, principalmente, como pesquisador de obras de arte. Nesse último caso, a história de Catas Altas se tornou objeto importantíssimo de estudo, uma vez que o entalhador e escultor Francisco Viera Servas, vindo do norte de Portugal, veio ali se estabelecer em 1753, trabalhando como oficial de entalhador juntamente com o lisboeta Francisco de Faria Xavier na Matriz de Nossa Senhora da Conceição antes de ser alçado à condição de um dos mestres entalhadores mais importantes do “barroco mineiro”. O livro intitulado “Francisco Viera Servas e o Ofício da Escultura na Capitania das Minas do Ouro”, editado pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez, foi lançado no ano de 2002.

3- Quais aspectos foram destacados para justificar o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

Além da beleza natural e do impacto visual que o local proporciona aos visitantes foi possível, durante as pesquisas realizadas em arquivos e publicações diversas relacionadas à cidade de Catas Altas, constatar a importância dessa localidade no processo de urbanização da capitania, tanto como ponto de referência religiosa e artística, como pela presença de importantes mineradores da capitania das minas ali instalados. Registre-se o fato do viajante inglês Richard Francis Burton ter se hospedado no Hotel Fluminense de propriedade do Tenente-coronel João Emery, no ano de 1867.

4- O que se entendia por “harmonia” do conjunto tombado?

5- O que se entendia por “paisagem” nesta época? A paisagem foi considerada no tombamento? Como?

6- Na época dos estudos e do processo de tombamento do centro histórico de Catas Altas houve divergência entre os técnicos sobre questões como o estabelecimento do perímetro de tombamento? Se existiram, quais foram?

Catas Altas do Mato Dentro além de possuir significativo conjunto paisagístico ao pé da Serra do Caraça, conta com um conjunto arquitetônico de extrema importância no cenário construtivo do período. Casarios e sobrados coloniais destacam-se em meio às edificações religiosas, tal como a matriz de Nossa Senhora da Conceição que teve sua construção iniciada nos primórdios do século XVIII. A sua decoração interna, que contou com uma gama de excelentes profissionais da arte da talha e da pintura dos séculos XVIII e XIX, nunca foi concluída e serve aos estudiosos como um rico modelo vivo para o entendimento do processo construtivo da ornamentação interna de um monumento. Ademais, juntamente com a matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso de Caeté/MG, a referida igreja funcionou como uma verdadeira escola profissionalizante da época, abrigo de entalhadores e escultores que viriam se destacar posteriormente na decoração interna dos chamados “novos templos” da capitania, em localidades como São João del Rei, Sabará, Ouro Preto e Mariana.

7- Você sabe quem promoveu/solicitou o tombamento do centro histórico de Catas Altas?

Desde a década de 80, quando trabalhamos pelo IEPHA/MG na restauração de algumas imagens da Capela de Santa Quitéria, a pessoa de Catas Altas que lutava tanto pela emancipação do distrito do município de Santa Bárbara como pela preservação de seus bens arquitetônicos era o Sr. Juca Hosken que, aliás, veio a ser o primeiro prefeito da cidade. Em função da sua liderança, percebia-se claramente que toda a população daquela localidade o acompanhava nos pleitos junto ao IEPHA/MG para a preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Catas Altas.

8- Qual foi a participação da população durante o processo de elaboração do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Como se deu?

Questionário 2 – Técnico 05

1 - Qual o período você trabalhou no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou na Instituição?

Trabalho no IEPHA/MG desde junho de 2010. Iniciei na Gerência de Projetos e Obras (GPO) e logo fui transferida para a Gerência de Ação Preventiva(GAP) onde passei a atender às demandas referentes ao Centro Histórico de Catas Altas, dentre outros.

Desde junho de 2015 estou lotada no Gabinete Técnico da Presidência estando responsável por acompanhar novos projetos e regularizações de edificações na região da Pampulha; projetos referentes ao atendimento das recomendações da UNESCO visando a obtenção da chancela do 'Conjunto Moderno da Pampulha', como Patrimônio da Humanidade.

Gerencio e elaboro pareceres acerca de realização de eventos, sob o ponto de vista da proteção do patrimônio cultural do estado; e acompanho todos os projetos e eventos propostos para a Praça da Liberdade, assim como participo de grupo, na elaboração 'normativas' de uso para a referida praça.

2 - Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

O Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Catas Altas (PT 55) é o principal critério utilizado para aprovação de projetos e intervenções no Centro Histórico de Catas Altas.

Foi previsto, inicialmente, um perímetro de proteção onde qualquer intervenção deveria ser analisada à luz de diretrizes/normas postas e efetivadas pelo Decreto Estadual nº29.399 datado de 21 de abril de 1989. Essas diretrizes estão descritas às fls. 11/20, em anexo.

3 - As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

Sim. As diretrizes constantes do Dossiê de Tombamento, conforme dito acima são bases importantes de consulta e configuram como "segurança" aos pedidos pleiteados pelos cidadãos/requerentes e à proteção dos bens culturais, em qualquer processo de análise sendo novos projetos, individuais ou do conjunto.

Essa análise continua sendo realizada na Gerência de Ação Preventiva, sendo os projetos analisados pela Gerência de Projetos e Obras.

4 - Para você, o que se mostraria como uma "descaracterização" do conjunto tombado?

Na minha opinião uma descaracterização pode ser demonstrada de várias formas, principalmente quando não há observância das normas de proteção elaboradas para determinada área e seu entorno.

Um conjunto pode ser descaracterizado, fisicamente, por exemplo, se um de seus elementos, receber intervenção à revelia das orientações dos órgãos de proteção.

Muitas vezes, há a alegação de que 'pequenas' intervenções não ocasionarão em descaracterização do conjunto. Isso não pode ser aceito.

Os motivos da descaracterização de um conjunto protegido podem ser resultados de questões econômicas, especulação imobiliária e na falta de planejamento urbano, principalmente.

O que se pretende é garantir a fruição e gozo do patrimônio cultural às futuras gerações e essa garantia é obrigação do poder público, seja municipal, estadual e/ou federal.

Pode-se ocorrer a descaracterização ainda, de determinado grupo de pessoas, se suas práticas forem deixadas de lado e esquecidas, deixando de fazer parte dos valores imateriais daquele grupo, naquele local.

A descaracterização do Centro Histórico de Catas Altas iniciou-se com a retomada da atividade minerária na região, no início do século XX, com o desenvolvimento econômico e social.

Novas edificações começaram a surgir, os amplos terrenos foram parcelados e o arruamento expandiu-se pelas encostas.

Os elaboradores do dossiê preocuparam-se em criar limites mais rigorosos para a expansão do Centro Histórico e menos rigorosos para a expansão do entorno.

Contudo, a atividade minerária ainda que situada às margens do município influenciou e influencia a ocupação do espaço e da paisagem urbana.

5 - Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Não tenho informações de que ações estão sendo empreendidas no sentido de modificar o monitoramento e atualização do dossiê do Centro Histórico de Catas Altas.

É certo que o monitoramento mantém-se e que, a Diretoria de Conservação e Restauração deste Instituto atende ao município, preventivamente e na análise de projetos novos ou não.

Nesta nova administração a Gerência de Projetos e Obras analisa os projetos dos Núcleos, após parecer da Gerência de Ação Preventiva.

Questionada a atual Diretora de Patrimônio Material deste Instituto, Françoise Jean sobre possíveis atualizações no dossiê de tombamento do Centro Histórico de Catas Altas, a resposta foi negativa.

6 - Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

Na minha opinião o Dossiê de tombamento do Centro Histórico de Catas Altas discorre sobre a forma de proteção a vários elementos culturais que possuem interesse de preservação, de forma diferenciada e isso é positivo. Entendo que as falhas decorrem mais de omissão de ações do que propriamente a falta de diretrizes/leis.

Não tenho a pretensão de me colocar de forma crítica ao texto, da mesma forma, sou da opinião que o dossiê pode e deve ser atualizado e essa é uma questão mais diretamente ligada ao município, de acordo com as necessidades atuais e vindouras, sem perder o âmago da questão que é a preservação do Centro Histórico.

A questão ambiental também contribui muito para a descaracterização de um Centro Histórico tombado, como por exemplo, em Catas Altas a mineração na Serra do Caraça, paisagem que emoldura a cidade.

7 - Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

Como colaboradora deste Instituto não teria como definir, um conceito, em nome da Instituição sobre “Paisagem Cultural” e acredito que não há um conceito definido, ou uma chancela sobre esse assunto, aqui.

Ao perguntar aos colegas fui informada de que seguimos a definição do IPHAN – Portaria 187/2009.

Sabe-se que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2009, como instrumento de reconhecimento do valor cultural para determinados bens brasileiros.

O artigo 1º da Portaria 187/2009 versa que Paisagem Cultural Brasileira é “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”

E assim eu entendo também, que paisagem cultural define-se pela interação do homem com o meio ambiente, transformando-o na medida em que utiliza-o como moradia, trabalho, lazer, cultura, ou seja, meios de subsistência.

Questionário 2 – Técnico 06

1 - Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?

Trabalhei na instituição no ano de 2009/2010, neste período seguia conforme a demanda da GPO para visitas técnicas no núcleo histórico.

2 - Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

Resposta: Conforme os imóveis existentes e protegidos pelo IEPHA, avaliávamos as propostas de intervenções, como a altimetria, área afastamentos, as áreas permeáveis e outros aspectos importantes para sua preservação e conservação. Também a importância da vegetação, para caso existisse no local, uma arborização, sugeríamos a preservação ou o replantio.

3 - As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

Sim, apesar de algumas dúvidas naquela época referentes ao raio limítrofe do tombamento do núcleo histórico.

4 - Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?

O desrespeito com o imóvel histórico, como construção irregular nos afastamentos, seja frontal, lateral e ou fundos, diversas altimetrias sem respeitar a paisagem urbana existente.

5 - Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Hoje, infelizmente não trabalho na instituição, mas acredito que no nível que encontrava em minha época, creio que há sim uma preocupação e intenção benéfica para núcleo histórico.

6 - Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

Conforme apontado acima, nº 3, na época havia esta deficiência sobre o raio limítrofe de tombamento.

7 - Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

Um conjunto arquitetônico e paisagístico caracterizador do lugar, seja a arquitetura colonial ou outro tipo de arquitetura dominante e preservada daquela época. Para Catas Altas, defino paisagem cultural a junção de peças arquitetônicas como, a altimetria, a simetria, esquadrias em madeira, cobertura em telhas coloniais e até mesmo a topografia proporcionando a valorização das vistas e visadas, igreja x montanhas.

Questionário 2 – Técnico 07

- 1- Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?**

De maio a agosto/2015.

Desde fevereiro de 2015.

- 2- Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?**

Diretrizes constantes no Dossiê de Tombamento para o Centro Histórico de Catas Altas elaboradas pelo IEPHA/MG e instituído pelo Decreto Estadual nº 29.399, de 21 de abril de 1989; análise de impacto visual/interferência na paisagem urbana/ adequação ao contexto local - tendo como base o Decreto Lei nº25/ 1937 e cartas patrimoniais.

- 3- As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?**

Para análise sim; mas nem sempre os projetos apresentados consideram essas premissas.

- 4- Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?**

De forma geral aspectos como escala, volumetria, altimetria, proporções, utilização de materiais inadequados, interferências na leitura de cheios e vazados, parâmetros construtivos desconformes – porém a “descaracterização” não pode ser definida sem uma análise específica de cada edificação e do seu entorno.

- 5- Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?**

Não sei informar.

- 6- Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?**

Assim como os demais dossiês é adequado que passem por revisões periódicas, atualizações e discussões críticas.

- 7- Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?**

Salvaguarda dos bens e elementos urbanos de significado histórico sem cercear o crescimento da cidade, mas sim orientando as intervenções para que aconteçam de forma harmoniosa e de forma sustentável à cidade.

Questionário 2 – Técnico 08**1- Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?**

Trabalhei no núcleo histórico de Catas Altas no período de 2013 até o primeiro semestre de 2015.

No IEPHA, sou funcionária efetiva desde 2009.

2- Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

Os critérios utilizados eram, principalmente, as diretrizes dispostas no dossiê de tombamento. Também se considerava a questão da ambiência em que os projetos eram previstos.

3- As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

As diretrizes, por serem do final da década de 1980, nem sempre eram aplicáveis na análise dos projetos devido à mudança do contexto urbano (trânsito, segurança etc) e da disponibilidade e evolução de materiais e técnicas construtivas.

4- Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?

As descaracterizações do conjunto poderiam ser apontadas como aquelas que destoam e se destacam na paisagem em relação ao conjunto que, em algumas áreas, é homogêneo. Como exemplo, poderia citar desde a simples pintura de uma edificação com cores vibrantes, inserção de elementos como telhados metálicos aparentes, ou até mesmo construções cuja volumetria e forma de implantação não têm correspondência com a tipologia local. Contudo, estas relações são bastante diversas no perímetro tombado, não sendo possível dizer que em todo o núcleo estes tipos de intervenções se configurariam como descaracterização.

5- Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Atualmente, não sei informar como estão as discussões sobre a gestão do centro histórico.

6- Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

Considero que o dossiê de tombamento, na época em que foi elaborado, teve uma visão abrangente de Centro Histórico, delimitando uma área que seria o núcleo original do povoado e incluindo edificações relevantes. Contudo, não se ateu às diferenças de ocupação que já

ocorriam no território e sua relação com a topografia, definindo as mesmas diretrizes para toda a área tombada.

7- Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

Entendo que o IEPHA/MG não trabalha com um conceito único de “paisagem cultural”. Não há uma linha teórica e/ou de pensamento que conduz a uma homogeneidade da atuação técnica, o que acaba refletindo em um posicionamento individualizado dos técnicos. Percebo que é mais recorrente a aplicação da ideia de “ambiência” nas análises de projeto e no entendimento dos centros históricos. Tal “conceito” poderia ser entendido como aquilo que influencia diretamente a percepção do conjunto (Recomendação de Nairóbi, 1976).

No caso de Catas Altas, durante o período em que estive envolvida com as análises de projeto, a tentativa foi garantir que as áreas mais preservadas do centro histórico (algumas ruas e entornos de edificações como igrejas e casarões mais representativos do período colonial) mantivessem uma harmonia do conjunto edificado, pois esta era uma das justificativas para o tombamento. E é nesse sentido que se buscou aplicar a ideia de “paisagem”, como um meio em que é possível se fazer uma leitura espacial e temporal da ocupação.

Questionário 2 – Técnico 09

1. Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?

Trabalhei no IEPHA de agosto de 2006 a janeiro de 2012, primeiro no setor de análise de projetos (antiga SAP) e depois na gestão de núcleos urbanos tombados. De 2009 a 2012, trabalhei como gerente de ações preventivas (GAP), setor responsável pela gestão dos bens tombados e pelas análises de projetos em núcleos históricos tombados. Trabalhei mais indiretamente com Catas Altas, sendo o arquiteto Miguel Capobianco o responsável pelas análises de projetos desta localidade na época da SAP e, posteriormente, o arquiteto Joacir Concelos na GAP.

2. Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

Os critérios de intervenção são os definidos no dossiê de tombamento e foram definidos levando-se em consideração a legislação urbanística vigente na época no município de Santa Bárbara, do qual Catas Altas era distrito.

3. As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

Acredito que no geral sim, mas podem acontecer casos de intervenções irregulares executadas sem prévia autorização do IEPHA.

4. Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?

No caso específico de Catas Altas, penso que qualquer intervenção que transforme as características originais que motivaram sua proteção através do tombamento, como a paisagem natural da Serra do Caraça, a paisagem urbana formada pelo casario e pelas igrejas e as relações de usos destes espaços pela população que reside no núcleo.

5. Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Não sei informar como está atualmente (2016), pois desde 2012 não trabalho mais na instituição e não moro mais no Estado de Minas Gerais, então não tenho acompanhado essas discussões. Quando trabalhei na GAP, fazíamos visitas mensais de monitoramento para fiscalizar e evitar novas intervenções em desacordo com as diretrizes.

6. Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

O dossiê foi elaborado conforme as preocupações vigentes na época (final dos anos 1980), de criar mecanismos de congelamento das edificações existentes e controle urbanístico (uso e ocupação do solo) e estilístico para novas intervenções nos vazios urbanos. O tombamento levou em consideração a legislação urbanística municipal para não entrar em conflito e facilitar sua aceitação. Percebe-se que havia uma preocupação com a fruição da paisagem construída e, apesar de também considerar a Serra como intrinsecamente ligada a essa paisagem urbana, o limite do perímetro de tombamento não abrange esse elemento natural. Caberia talvez uma revisão nesse sentido, de conferir uma atualização conceitual ao processo original para garantir a proteção hoje daquilo que já se sabia importante naquela época.

7. Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

Acredito que o título de paisagem cultural se aplique a alguns locais específicos onde a paisagem natural e a paisagem construída estejam intimamente relacionadas, interdependentes, como é o caso de Catas Altas. A Serra da Canastra e o casario e suas Igrejas são elementos indissociáveis quando se pensa em Catas Altas. A proteção deste patrimônio através do instrumento paisagem cultural pode ser uma forma de reforçar o tombamento do núcleo histórico e impedir uma

descaracterização dessa paisagem natural que ajudou a criar a identidade desse lugar.

Questionário 2 – Técnico 10

1- Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?

Trabalhei no núcleo histórico de Catas Altas a minha vida praticamente inteira no núcleo histórico, só deixando de atuar lá quando fui emprestado a Prefeitura de Barbacena no período de 1989 a 2002. Nesse período vários arquitetos do IEPHA me substituíram.

2- Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

Os critérios que nos direcionava na análise dos projetos dentro do núcleo histórico era o partido arquitetônico, o local da construção e que respeitasse ao máximo os materiais originais empregados nas construções existentes, e que não entrasse em conflito com o existente no local.

3- As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

Sempre direcionava a análise ao dossiê de tombamento, que em alguns casos era até rígidos demais.

4- Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?

Para se conseguir esse tombamento foram feitas várias concessões que não deveriam terem sido feitas, uma delas é marcar com perímetro de tombamento todo o núcleo existente e os foras dos limites de hoje que é restrito entre os dois córregos. O tombamento deveria ter avançado sobre parte acima da linha férrea, que hoje está totalmente descaracterizada.

5- Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Não sei responder pois não estou mais no IEPHA, mas gostaria que fosse feita uma revisão nesse dossiê de tombamento.

6- Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

Pra época foi o que podia ter sido feito foi feito pois a pressão política e econômica que foi feita sobre o IEPHA foi terrível, por isso para não

perder tudo o IEPHA abriu mão do sonho dos técnicos que queriam mais.

7- Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

No meu conceito não muito ortodoxo, eu entendo como paisagem cultural tudo que está inserido num espaço determinado pelo conjunto de monumentos históricos, sua paisagem, sua cultura material e imaterial, a história dos seus habitantes, suas lendas e ecologia

Questionário 2 – Técnico 11

1- Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?

Estive no IEPHA/MG, como Diretor de Conservação e Restauração, entre maio de 2007 e março de 2014. Durante este tempo, entre algumas gestões governamentais e também com mudanças na presidência do IEPHA/MG, pude desenvolver junto à Prefeitura de Catas Altas, notadamente sua secretaria de cultura, uma parceria bastante produtiva.

2- Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

A aprovação de projetos de construção, reforma ou restauração - feita pelas Gerências de Ação Preventiva e de Elementos Artísticos (GAP e GEA) - sempre se pautou pela qualidade da arquitetura, pela cientificidade da restauração (caso principal das construções religiosas) e também pela avaliação do impacto de alterações no conjunto tombado pelo IEPHA/MG.

3- As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

Lamentavelmente, não existem diretrizes específicas para uso no centro histórico de Catas Altas (zoneamento, altimetria, usos, etc.). Assim, baseamos nossa análise no tocante a novas edificações e reformas em edifícios civis, no bom senso, nas cartas patrimoniais e também nas orientações do IPHAN sobre entorno de bens preservados.

Teria sido muito mais fácil se tivéssemos estabelecido os critérios para a gestão do núcleo urbano por ocasião de seu tombamento pelo IEPHA/MG.

4- Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?

Primeiramente algo que alterasse as visadas de bens naturais e de bens protegidos (caso da Serra do Caraça ou da arquitetura religiosa, por

exemplo). Outro critério seriam conflitos estéticos (cores, materiais, revestimentos, altimetria, descaracterizações, etc.), propostos para novas construções ou reformas. No caso da arquitetura religiosa, seriam descaracterizações ou restaurações que não atendessem a critérios científicos de restauro e às cartas patrimoniais.

5- Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Em nosso período à frente da Diretoria de Conservação e Restauração do IEPHA/MG, por várias vezes alertamos sobre a necessidade de revisão ou complementação dos dossiês de tombamento de centros históricos (algo que foi feito, no dossiê original, em 2012 para o Oliveira, por exemplo). Na falta de regras, a opinião do órgão gestor é sempre passível de ser contestada (veja-se, por exemplo, a falta de diretrizes específicas e objetivas para o entorno do conjunto da Pampulha, no tombamento pelo IEPHA/MG.)

Não sabemos se as diretrizes para os núcleos históricos tombados pelo IEPHA/MG estão sendo revistas no momento.

6- Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

Não tendo em mãos este dossiê, ficamos impossibilitados de opinar e avaliar o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas. Porém, afirmamos acima, que o dossiê carecia do estabelecimento de regras objetivas e claras, permitindo uma segura gestão deste núcleo histórico.

7- Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

Em Catas Altas este conceito é da maior importância. Não dá para imaginar o conjunto urbano tombado sem sua paisagem circundante, moldura necessária para seu entendimento e fruição (no caso a espetacular Serra do Caraça).

A paisagem cultural é, antes de tudo, o conjunto das expressões da atividade humana em um sítio, não apenas as edificações e intervenções sobre o espaço, mas todo o espaço natural de uma cidade.

Questionário 2 – Técnico 12

1- Qual o período você trabalhou (a) no núcleo histórico de Catas Altas? E qual o período você trabalhou (a) na Instituição?

Trabalhei em Catas Altas entre 1993 e 1996.

Trabalho no IEPHA/MG desde 1989.

2- Qual (s) o(s) critério (s) utilizados para aprovação de projeto novos e de intervenção no núcleo histórico de Catas Altas?

Depende do local que receberá a intervenção. No período que trabalhei os eixos de visadas foram fundamentais para aprovação de projetos e intervenções no Núcleo Tombado.

3- As diretrizes constantes no dossiê são seguidas quando da análise de projetos novos e de intervenção na área?

O problema para análise de projetos em Catas Altas está relacionado diretamente com o processo de tombamento, que cristalizou um distrito que veio a se tornar cidade posteriormente.

As diretrizes devem ser seguidas pelo técnico que fiscaliza o núcleo, porém este técnico deve usar sempre do bom-senso nas decisões tomadas. Há casos que não estão contemplados no dossiê de tombamento.

4- Para você, o que se mostraria como uma “descaracterização” do conjunto tombado?

A inevitável ocupação dos fundos de lotes.

5- Atualmente continuam as discussões para um monitoramento e atualização do dossiê de tombamento do centro histórico de Catas Altas? Se sim, como tem sido realizado?

Eu não trabalho com este núcleo há muito tempo. Acredito que o monitoramento tem sido feito nas fiscalizações das intervenções e projetos que chegam ao IEPHA/MG através da Prefeitura.

6- Como você avalia criticamente o dossiê de tombamento original do centro histórico de Catas Altas?

Acho que hoje ele não corresponde a realidade. Quando Catas Altas passou de distrito para cidade as demandas aumentaram.

7- Como você entende e define o que consiste uma “paisagem cultural” a partir dos conceitos do IEPHA/MG? Como este conceito se aplica a Catas Altas?

???????????

APÊNDICE D – Trechos de documentação do IEPHA/MG – Paisagem de Catas Altas

Identificação do bem	Documento -Ano - técnico	Trecho sobre a paisagem
<p>Capela do Bonfim, Residência na lateral direita da capela do Bonfim, Conjunto de residências a rua Monsenhor Barros (rua direita), Sobrado a rua Monsenhor Ramos (Hoje cultura), Casa a Praça da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Residência da Praça Matriz</p>	<p>Relatório técnico 1979 - Cristina Cairo</p> <p>Comunicação interna 1979- Rosélia Muad Rennó</p> <p>- Fazem parte de um mesmo documento que sugere o tombamento de todos estes imóveis</p>	<p align="center">Relatório técnico – Cristina Cairo</p> <p>Nenhum destes monumentos é amparado por medida de tombamento direto ou indireto. Mas todas estas edificações merecem imediatos cuidados no sentido de sua preservação principalmente a capela do Bonfim e a casa da lateral esquerda e o sobrado da rua direita.</p> <p>Diante disto sugiro a inclusão destes monumentos no Programa de Obras Urgentes, não só pelo valor arquitetônico como também histórico. (página final)</p> <p align="center">Comunicação interna – Rosélia Muad Rennó</p> <p>Apesar da solicitação o conjunto não se enquadra nos conceitos estabelecidos para o Programa de obras urgentes. Tendo em vista, porém o seu valor histórico e arquitetônico, sugerimos o seu tombamento afim de que sejam evitadas maiores descaracterizações.</p>
<p>Casa a Praça Monsenhor Mendes, n. 81</p>	<p>Relatório de vistoria - 1981 - Cristina Cairo</p>	<p align="center">Vistoria atestando bom estado de conservação</p>
<p>Casa a rua Joaquim Loureiro, s/n, situada entre os números 95 e 127.</p>	<p>Parecer técnico 01/1993 - Beth Sales</p> <p>Vistoria para verificar irregularidades</p>	<p>(...) busque solução que contribua para diminuir a interferência causada pelo prédio naquele importante conjunto histórico. (p.1)</p> <p>(...) edificação assíntota em relação ao seu entorno imediato. (p.1)</p> <p>'antiestético" – utilizado para se referir ao 3 andar que surge como um recuo em varanda. (p.2)</p>
<p>Vila Socoimex (interferência na malha urbana tombada e construção de 15</p>	<p>Parecer técnico 01/1993 - Beth Sales</p>	<p>"Grande parte da cobertura verde que valorizava o monumento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, quando vista das encostas vizinhas, foi abolida para serem realizados os movimentos de terra para a construção das 15 casas". (p.1)</p> <p>"A igreja, monumento principal do núcleo, que recebeu tombamento federal, perdeu o domínio sobre seu entorno imediato, pois seu volume ficou prejudicado após a</p>

edificações, demolição de equipamento urbano antigo – muro de pedra		pulverização visual imposta pelas 15 edificações”. (p.2) “Esses novos prédios, embora de volumes pequenos, destoam completamente do padrão original do local, tendo alvenaria de tijolos como sistema construtivo, cobertura com telhas cerâmicas e empena frontal. Os vãos não obedecem qualquer ritmo estético. Tudo, pois, está em desconformidade com as edificações históricas da área, interferindo no entorno paisagístico do núcleo tombado pelo Estado (...)” (p.2) “Assim, estas casas se inseririam no verde que é próprio da paisagem local retornando a típica característica dos fundos de quintais”. (p.2)
Casas a Praça Monsenhor Mendes, n. 272, 284, 266	Parecer técnico 01/ 1993 -Beth Sales Vistoria de edificações descaracterizantes	Ambos são totalmente divergentes em relação aos moldes construtivos tradicionais do local e mais que isso, ferrem as características do ambiente urbano arquitetônico e paisagístico.(p.1) Tanto a cobertura elevada quanto o partido do prédio e os elementos que caracterizam os vãos são incompatíveis com o conjunto do entorno. (p.1) Ambos são elementos nocivos do núcleo tombado, protegido exatamente por sua beleza natural e construída, além obviamente, de ser documento vivo da história da formação do estado de Minas Gerais, através do ciclo o ouro. ((p.2)
Casas a Praça Monsenhor Mendes, n. 126, 136, 148	Parecer técnico 01/ 1993 - Beth Sales Vistoria de edificações descaracterização	Parecer técnico 01 – Beth Sales Prédio completamente divergente do anterior e do demais da área que muito interfere a nível de tipológico, estético e em relação ao padrão construtivo. (p.1) A situação estética e histórica colocada é nociva ao núcleo urbano que se caracteriza pela harmonia e beleza rítmica das construções antigas, de uma personalidade homogênea e simples, mas bela. (p.2) Embora admitamos eu os interesses formais não sejam os únicos de importância num núcleo urbano conseguimos detectar que, pelo menos nos tombados, eles assumem importância superior aos econômicos e particulares e defendem ainda a manutenção da memória coletiva. (p.2)
Casa a Praça Monsenhor Mendes, n. 106	Vistoria de construção não acabada - 1993	Relatório de vistoria – Beth Sales
Casa a Praça	Relatório de vistoria 1993 -	Edificação das mais significativas do conjunto tombado

Monsenhor Mendes, n. 135	Carlos Rangel, Aurora Pederoli Vistoria sobre o péssimo estado de conservação	
Praça Monsenhor Mendes, n. 53	Parecer técnico 01 / 02 / 03 / 1993 - Beth Sales Vistoria de obra	<p>Parecer técnico 01</p> <p>Este mostra-se incompatível com a volumetria das edificações vizinhas que são todas térreas (...) (p.1)</p> <p>A volumetria de dois pavimentos será nociva para o local, pois vedará parte da vista da montanha, além de se colocar como precedente que poderia vir a justificar futuramente atitudes impensadas de demolição de prédios históricos. (p.2)</p> <p>Os vãos de largura variadas mostram uma nova estética, desagradável do visual comum do lugar. (p.2)</p> <p>Parecer técnico 02 (reforça o primeiro parecer) Necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Harmonia com o entorno urbano imediato e as edificações vizinhas - Implantar-se no alinhamento <p>- O volume deverá assemelhar-se ao vizinho imediato não ferindo, nem por excesso, nem por falta, seu contexto urbano</p> <p>- Não deverá apresentar elemento arquitetônico atípico à arquitetura dominante do local. (p.1)</p> <p>Parecer técnico 03 – Beth Sales</p> <p>Seu projeto concordava com as requisições (prefeitura) estas que não levam em consideração os aspectos históricos, urbanos, sequer paisagísticos do local. (p.2)</p> <p>Assim, para a preservação da imagem urbana do núcleo é essencial que se mantenham volumes similares aos prédios vizinhos. (p.2)</p>
Casa à Rua José Tomé, n. 72	Vistoria - 1993	<p>Parecer técnico 01 – Beth Sales</p> <p>Um prédio de 3 (três) andares que não destaca-se das suas vizinhas imediatas, mas que interfere na visão do monumento principal, como atesta a foto em anexo. (p.1)</p>
Rua José Tomé nº 72	Parecer técnico 01 – Beth	Surge agora no nº 72, um prédio de 3 (três) andares que não só destaca-se das suas

	Sales - 1993	vizinhas imediatas, mas que interfere na visão do monumento principal, como atesta a foto em anexo.
Casa à rua José Tomé, n. 78	Parecer técnico SAP – 01/94 – Rubens Sá Fortes	<p>O projeto arquitetônico submetido à nossa avaliação não apresenta características de volumetria, afastamentos, cheios e vazados ou dos materiais utilizados que o harmonizem com as demais edificações tombadas do povoado de Catas Altas, não sendo portanto passível de aprovação. (p.2)</p> <p>Tanto o projeto como a obra em execução foram considerados inaceitáveis por não apresentarem características que os incluam, sem conflitos estéticos, entre as edificações circundantes. As dimensões e localização de seus vãos o tornam inaceitável também do ponto de vista legal e sanitário. (p.2)</p> <p>Para a sua adequação à vizinhança deverá ter suas fachadas reformuladas utilizando critérios que as harmonizem com as demais (...) (p.2)</p>
Casa à rua José Tomé, n. 72/ 78	Parecer judiciário - Francisca Ester Bonson Santos - 1994	<p>Em vistoria realizada por técnicos do IEPHA/MG em Catas Altas, foi constatado que o réu iniciou construção de 03 andares, não só destacando-se das vizinhanças imediatas, como também interferindo na visão do monumento principal. (p.1-2)</p> <p>Ressalta-se, que “Catas Altas, é um dos raros núcleos urbanos de Minas onde se faz legível a conjugação do erudito como popular, que se integram e se completam , definindo um todo harmônico. Além da perfeita integração e complementação do erudito com o popular, Catas Altas expõe com rara excepcionalidade a integração de sua paisagem cultural e natural”. Este, dentre outros o motivo pelo qual foi tombado, não se podendo admitir a intervenção ora questionada, sob pena de ver-se descaracterizado um núcleo que espelha toda a grandeza do barroco mineiro. (p.2)</p>
Casa à rua José Tomé, n. 78	<p>Vistoria para verificar projeto aprovado diferente da obra em andamento – 1993-1994</p> <p>1998 – Vistoria – a prefeitura desapropriou o imóvel e solicitou auxílio do IEPHA para adequá-lo ao conjunto arquitetônico da praça</p>	<p>Relatório de vistoria – Beth Sales</p> <ul style="list-style-type: none"> - tipologia inadequada ao núcleo - harmonia entre as aberturas - desarmônico com as tipologias das demais edificações do núcleo - conflitos estéticos - Características, afastamentos e cheios e vazios materiais utilizados que o harmonizem com as edificações tombadas do povoado.

	(paisagem urbana)	
Projeto paisagístico beco do santíssimo (Vila Socoimex)	Projeto paisagístico – RT Leita Augusta Lovaglio Rossi - 1994	O projeto paisagístico para a Vila Socoimex (...) teve como objetivo principal a criação de uma massa de vegetação nos vários níveis, afim de minimizar o impacto ambiental, causado pela construção de edificações em área tombada.
Casa de cultura João Emery – rua monsenhor barros, n 26	1994 – vistoria rotina – Carlos Rangel e Ailton Santana	Guarda em sua composição beleza e elegância, ressaltadas no ritmo dos vãos e portas e janelas da fachada principal, arrematadas com sacadas no segundo pavimento. O mesmo valoriza o casario da principal rua de Catas Altas e se insere harmoniosamente na paisagem urbana. Destaque no conjunto arquitetônico. Valor histórico artístico e cultural
Rua Monsenhor Mendes, 188, 206	Vistoria sobre o péssimo estado de conservação - 1995	Relatório de vistoria – Carlos Rangel Rico e exemplar arquitetônico
Proposta de Desenvolvimento de Diretrizes em Núcleos Tombados	RELATÓRIO 1 Outubro de 1996 – Miguel Capobianco e Joacir	Perímetro de Tombamento : O tombamento do IEPHA, aprovado em 1989, possui limites que, no nosso entender, não contemplam boa parte do traçado urbano de fundamental importância para o Núcleo Histórico. Estes limites, ao norte e ao sul, respectivamente, os córregos do Quenta Sol e do Fundo, não estabelecem visual e claramente o perímetro do núcleo tombado. A leste do perímetro, a ponte do Córrego Maquiné, também limite do tombamento, deixa de fora a Rua da Outra Banda (foto 5), que mantém relação de continuidade com a Rua do Rosário, interferindo visualmente no conjunto urbano, tendo na sua porção mais a leste, edificações de excepcional qualidade (foto 6).
Rua VI - Lote 8 - Quadra 9 - Loteamento Novo	Parecer técnico 1996 – Miguel Capobianco	O anteprojeto apresentado, embora peque por falta de algumas medidas, possui características tipológicas compatíveis com o conjunto tombado de Catas Altas. Somos favoráveis à aprovação do anteprojeto. Para a aprovação do projeto, além das exigências de praxe, deverá ser apresentado o diagrama de cobertura.
Rua VI – Lote 8 – Quadra 9 –	Parecer técnico nº20/96 – Joacir e Miguel Capobianco	O anteprojeto apresentado, embora peque por falta de algumas medidas, possui características tipológicas compatíveis com o conjunto tombado de Catas Altas.

Loteamento novo – edificação comercial		
Rua da Sapucaia – solicitação de construção em dois pavimentos – rua são tomé com Praça Monsenhor Mendes	Parecer técnico nº19/96 – Joacir e Miguel Capobianco	Não vemos problema na ocupação do terreno em questão. Porém, reafirmamos a necessidade de exclusão do segundo pavimento do projeto e do respeito às recomendações quanto a volumetria e a relação entre cheios e vazios a serem definidas no desenvolvimento do projeto.
terreno à rua Pe. Diogo	Relatório de fiscalização e acompanhamento de obra – 1997 - Joacir	4- vistoria em terreno à rua Pe. Diogo, para a construção de um galpão para o funcionamento de uma oficina mecânica. Por se tratar de local totalmente impróprio para qualquer construção que esteja acima do nível da rua, pois o local além de ser tombado, possui um situação geográfica privilegiada em relação ao entorno e qualquer imóvel neste local criaria uma barreira a visão da Matriz e a outros pontos de Catas Altas.
Igreja de Santa Quitéria	Relatório de fiscalização e acompanhamento de obra – 1997 - Joacir	- o entorno precisa receber um tratamento paisagístico.
Rua São Miguel nº 310	Relatório de fiscalização e acompanhamento de obra 1997 - Joacir	Proprietário: Laurita Batista de Paula Foi retirado na rampa de acesso a sua residência uma faixa de gramado, substituindo-o por placas de bloquetes no tipo sextavado. No vizinho ao lado está solução já havia sido adotado sem que o poder público houvesse embargado a obra e o obrigasse a refazer o piso. Isto é tão descaracterizante que merece um análise mais profunda e que sejam adotadas medidas mais severas, para não se transformar em modismo. No perímetro tombado estão aparecendo rapidamente (isto é em pouco espaço de tempo), construções clandestinas não obedecendo a nenhum critério adotado pelos Órgãos de fiscalização das áreas tombadas. São as vezes construções muito boa, mas não obedecem aos critérios a serem respeitados nesta área. Isto está ocorrendo na Rua Santo Onofre, próximo ao limite final da área tombada e ao campo de futebol, e em vários outros locais.
Proposta de	Parecer Técnico nº SAP	A edificação não deverá ultrapassar cinco metros de altura. Consideramos preferível

construção de um galpão à rua nova esquina com a Rua N. S. do Carmo	025/97 - Joacir	que sejam utilizadas telhas cerâmicas que, além de se harmonizarem melhor com o conjunto tombado, dão maior conforto térmico e não oferecem riscos à saúde de quem as manuseia.
Rua C.loteamento da prefeitura	Parecer Técnico nº SAP 033/005/97 - Joacir	Mesmo sendo em área fora do tombamento, aconselhamos a prefeitura para não aceita-las, e que obriga-se aos projetos que sejam populares possuam as esquadrias em modelos de madeira distribuídos por ela, e tenham as coberturas com 2 ou 4 águas com telhas de barro do tipo capa e bica.
Projeto de edificação comercial	Parecer técnico nº SAP 15/97 - Joacir	A edificação proposta segue os padrões externos da arquitetura antiga do núcleo tombado. Apesar de ser uma imitação destas edificações, podendo induzir a uma interpretação errônea, harmoniza-se com estas (...)
Edificação comercial na rua Monsenhor Barros 342	Parecer Técnico nº SAP 038/97 - Joacir	O projeto para análise não fere a arquitetura local nem interfere no entorno pois a fachada segue o estilo barroco local, apesar de ser um pouco mais refinado em relação aos vizinhos (portas almofadas, janela rasgada com folhas vasadas com caixilhos de vidro, com alisares em madeira)
Vila SOCOIMEX	Relatório de vistoria – Maria Imaculada Leão, Fabiano Lopes de Paula e Joacir Concelos – abril de 1997	Sugerimos também o plantio de uma cortina arbórea entre a cidade e o empreendimento para diminuir o impacto visual.
irregularidade em duas construção na área tombada	Relatório de fiscalização e acompanhamento de obra – 1998 - Joacir	Constatamos irregularidade em duas construções na área tombada. Uma, a construção de um quiosque, que já havia sido embargado pela Prefeitura, localizado à Rua Monsenhor Barros, próximo a entrada da Capela De Nsra do Carmo(Sta. Quitéria), a outra, um muro em alvenaria de tijolos em proporções muito avantajado para o local, cerca de 3.00m ou mais, localizado na Rua do Rosário, lado direito, de acesso a Capela de Nsra. do Rosário.
Rua São Miguel c/ José Loureiro (praça)	Relatório de fiscalização e acompanhamento de obra – 1998 - Joacir -	Foi solicitado pela fiscalização um estudo melhor da distribuição dos postes na praça, com retirada de alguns, pois o excesso de elementos verticais tem comprometido a funcionalidade e a ambientação paisagística. Foi também solicitado a não construção de um pergolado em um dos canteiros no

		eixo das ruas adjacentes, pois além de obstruir a visibilidade da praça, compromete o paisagismo do canteiro, com um elemento nada funcional.
Projeto de edificação à rua nossa senhora do carmo nº 51	Parecer técnico nº 61/98 – Rubem Sá Fortes	No que se refere aos aspectos estéticos e de integração com o núcleo histórico, o projeto também não possui sequer o mérito de procurar se harmonizar com as edificações mais antigas, pelo contrário, nos parece que se buscou elevar o padrão construtivo através do uso de elementos considerados “coloniais”, como folhas de portões almofadadas e balaustradas, que não refletem nem a arquitetura civil local, nem, nos parece, a realidade econômica do proprietário.
Proposta de repintura- Praça Monsenhor Mendes, nº 110B	Parecer técnico nº 50/98 – Rubem Sá Fortes	A cor proposta faz parte de uma gama já utilizada no período colonial, não havendo objeções quanto ao seu uso. O letreiro se adequa ao ambiente circundante, particularmente se instado perpendicularmente na parede, como no exemplo mostrado.
Assunto: Imóvel irregular em área tombada.	Dra. Deise C. Lustosa Diretora de Conservação e Restauo.	No momento, em conjunto, a Prefeitura Municipal e o IEPHA, vêm realizando um trabalho de conscientização da comunidade, visando a valorização e a conseqüente preservação do patrimônio do município. Isso implica na preservação do casario e dos logradouros públicos e no retorno à feição original das edificações que sofreram alterações de fachadas e telhados e que descaracterizaram a edificação e o conjunto a que pertencem .Por isso a primeira etapa desse trabalho, deverá abranger os imóveis situados ou próximos à Praça Monsenhor Mendes, ocasião em que gostaríamos de contar com sua boa vontade e adesão à esse empreendimento. Dessa forma solicitamos que entre em contato com a Prefeitura Municipal, a fim de buscarmos juntos meios de concretizar as necessárias intervenções em seu imóvel.
Projeto de reforma com acréscimo – rua Monsenhor Barros nº201	Parecer técnicos nº SAP 60/99 – Miguel Capobianco	“O projeto em questão é passível de aprovação por resolver de maneira adequada os espaços internos da casa, recuperar criteriosamente seus elementos arquitetônicos e respeitar o contexto em que a mesma está inserida”.
Edificação de muro a rua do Rosário	Parecer técnicos nº SAP 08/99 – Miguel Capobianco	Trata-se de elemento que, pelas suas dimensões, destoa da paisagem do seu entorno imediato. No entanto, sua altura, que me parece excessiva, se mostra amenizada pela própria extensão do lote. Sou favorável a aprovação do muro, desde

		que seu acabamento seja uniformizado e se utilize a cor branca em toda sua extensão.
Projeto de edificação com dois pavimentos, rua nossa senhora do carmo	Parecer técnicos nº SAP 58/99 – Miguel Capobianco	Para que haja um melhor relacionamento com a arquitetura do núcleo tombado, recomendamos a adoção de medidas verticalizadas para os vãos das janelas e a utilização de telha cerâmica na cobertura.
Adequação de dois imóveis na Praça Monsenhor Mendes, nº 272, 284	Parecer técnicos nº SAP 34/99 – Miguel Capobianco	As alterações propostas são passíveis de aprovação pela incontestável melhoria que proporcionarão no entorno da Matriz. Porém as aberturas apresentam relação de proporção que dão um aspecto de peso no imóvel.
Projeto paisagístico Praça Monsenhor Mendes	Comunicação interna SPE 176/99 – Maria Imaculada Leão	Entretanto, quando as modificações descaracterizam o projeto a ponto de comprometer-lhe a conceituação, é necessário uma interferência no sentido de redirecionar essa implantação. Esse é o caso do plantio de espécies ornamentais e de forração, erroneamente chamado de “paisagismo”, - já que paisagismo é o tratamento do espaço como um todo, de uma paisagem natural ou urbana, a nível local ou macro – ou seja o projeto arquitetônico – no caso, de uma área livre.
Solicitação de abertura de muro – Rua José Geraldo Ferreira, nº 05	Parecer técnicos nº SAP 36/2000 – Miguel Capobianco	Portanto não me parece justificável tal abertura em um muro de pedra de fundamental importância para a cidade, marco de seu antigo traçado urbano.
Solicitação de abertura de muro – rua são Miguel nº 317	Parecer técnicos nº SAP 37/2000 – Miguel Capobianco	A abertura deste novo acesso ao lote implicará na perda de mais uma parte deste muro, de fundamental importância para a cidade de Catas Altas.
Reforma e alteração de fachada – Rua José Tomé, 66	Parecer técnico nº SAP 06/2000 – Miguel Capobianco	Para melhor adequação ao entorno deverão ser acrescentados beirais e mudado o sentido do telhado, fazendo com que os caimentos sejam para a rua e o lote.
Jardim Praça Monsenhor Mendes	Ofício 081/00 – DCR – Deise Lustosa	Porém, consideramos que o resultado final do jardim executado <u>descaracterizou</u> o projeto, a parte de componentes a conceituação e não valorizou o espaço histórico.
Alteração de fachada em imóvel residencial	Parecer técnico nº SAP 34/2001 – Miguel Capobianco	A proposta visa adequar o referido imóvel ao conjunto urbano da praça Monsenhor Mendes, área de fundamental importância ao tombamento do IEPHA/MG

– Praça Monsenhor Mendes, nº 45		
Proposta para imóvel residencial – Rua Padre Emílio da Veiga, s/nº	Parecer técnico nº SAP 35/2001 – Miguel Capobianco	O anteprojeto apresentado possui um partido passível de adequação ao conjunto urbano de Catas Altas.
Proposta de alteração em muro – Rua José Tomé, nº 80	Parecer técnico nº SAP 28/2002 – Miguel Capobianco	A proposta apresenta um revestimento atípico ao conjunto urbano, sendo, portanto, desaconselhável sua utilização. (pedra)
Projeto de adaptação de uso e alteração de fachada – rua Monsenhor Barros, 55	Parecer técnico nº SAP 29/2002 – Miguel Capobianco	Por se tratar de uma reforma que proporcionará maior harmonia no conjunto urbano sou favorável a aprovação da proposta.
Projeto de alteração em imóvel residencial – rua são Miguel nº 280	Parecer técnico nº SAP 30/2002 – Miguel Capobianco	A proposta visa adequar o referido imóvel ao conjunto urbano do núcleo tombado pelo IEPHA/MG através da utilização dos elementos construtivos da arquitetura tradicional.
Projeto de adaptação de imóvel para pousada - Rua Monsenhor Barros, 260	PARECER TÉCNICO Nº SAP 22/2003 - Miguel Capobianco	A solução apresentada para a ampliação do imóvel existente é satisfatória, pois minimiza o impacto de um segundo pavimento no núcleo tombado. A disposição e volumetria dos edifícios no terreno se mostra adequada.
Projeto para Imóvel de Uso Misto	PARECER TÉCNICO Nº SAP 31/2003 - Miguel Capobianco	A altura do edifício projetado se mostra excessiva pela proximidade com a Praça Monsenhor Mendes e vizinhança com o “casarão verde”. Para a aprovação do projeto deve-se fazer uma redução de seus pés direitos. O pavimento térreo deve ser reduzido em 70cm, passando a ter 3,50m e o segundo deve ser reduzido em 20cm, passando a ter 3,00m. Estas alterações podem ser feitas durante as obras, não havendo a necessidade de reapresentação do projeto.
Projeto de Acréscimo para Imóvel	PARECER TÉCNICO Nº SAP 33/2003 - Miguel Capobianco	O acréscimo pretendido extrapola a ocupação do lote, desconsiderando a análise feita na aprovação do projeto anterior. Esta ocupação não é percebida na planta de

Comercial		<p>situação por não haver indicação de todas as construções do lote. Outro ponto a ser considerado no projeto é a altura de 7,50m, volumetria excessiva para o local.</p> <p>O projeto apresentado não é passível de aprovação por se mostrar excessivo na ocupação do lote e proporcionar volumetria indesejável ao Núcleo Tombado.</p>
Projeto de Acréscimo para Imóvel Residencial	PARECER TÉCNICO Nº SAP 09/2004 - Miguel Capobianco	<p>O projeto apresenta cobertura em duas águas, criando uma grande empena. O afastamento lateral de 40cm se mostra injustificável, uma vez que não nos foi apresentada a planta do imóvel antes das intervenções. As aberturas não apresentam padronização, criando aspecto de desarmonia na fachada frontal do imóvel. A janela do banheiro, voltada para a escada interna, não proporciona ventilação e iluminação adequadas para este cômodo.</p> <p>O conforto ambiental do banheiro pode ser resolvido com a locação da janela em uma parede externa. Deve ser apresentado estudo de adequação das fachadas que inclua a edificação preexistente, pois o projeto como um todo produz efeito indesejável em virtude de sua localização no núcleo tombado.</p>
Proposta para Desmembramento de Terreno	PARECER TÉCNICO N.º SAP 12/2004 - Miguel Capobianco	<p>A proposta apresenta um desmembramento que proporcionará três lotes com áreas superiores a 1000metros, se mostrando neste aspecto, consequentemente, adequada.</p> <p>No entanto será necessária a revisão da mesma, de maneira a não incluir novas aberturas no muro de pedra, um dos elementos motivadores do Tombamento do IEPHA/MG.</p>
Projeto de Acréscimo para Imóvel de Uso Misto	PARECER TÉCNICO Nº SAP 19/2004 - Miguel Capobianco	<p>O projeto faz parte de uma demanda no município que amplia imóveis residenciais e insere portas na fachada frontal, transformando-os em mistos. A ampliação proposta, neste caso, apresenta taxa de ocupação de 43%, índice satisfatório para o Núcleo Tombado de Catas Altas. O reordenamento da fachada segue uma padronização que busca referências na arquitetura colonial. Usa modulação simples, com dois vãos fechados por portas de madeira com bandeiras e telhado com telha cerâmica colonial.</p> <p>As alterações propostas para o imóvel se mostram adequadas e são, portanto, passíveis de aprovação.</p>

Proposta de Sinalização Urbana	PARECER TÉCNICO Nº SAP 32/2004 - Miguel Capobianco	<p>A proposta teve seu desenvolvimento acompanhado pela SAP, que sugeriu alterações de posicionamento, dimensionamento e conteúdo das placas. São utilizados materiais simples, que procuram se harmonizar com o ambiente urbano local. Observamos que na maior parte das vezes a colocação da sinalização deve ser cuidadosamente estudada para interação positiva com o ambiente construído, o que possivelmente demandará alguns ajustes quando de sua implantação. Excetuando-se a pigmentação do bloco de concreto, que não atingiu a tonalidade desejada e deverá ser ajustada, a proposta é passível de aprovação, após a necessária confecção de protótipos.</p>
Projeto para Imóvel de Uso Comercial	PARECER TÉCNICO Nº SAP 40/2005 - Miguel Capobianco	<p>O projeto foi desenvolvido com orientações da SAP e da arquiteta da Prefeitura Municipal de Catas Altas. A taxa de ocupação, que anteriormente se aproximava de 90%, foi reduzida para 69%, ficando em percentual aceitável. Na fachada frontal houve o recuo do segundo pavimento e a inserção de telhado em três águas, reduzindo o impacto negativo que o edifício provocava quando visto da Praça Monsenhor Mendes.</p> <p>O projeto atende as determinações do IEPHA/MG e da Prefeitura Municipal. Apresenta ocupação satisfatória em relação ao terreno em que se insere e resolve adequadamente sua concepção espacial.</p> <p>Da maneira que se apresenta o projeto é passível de aprovação.</p>
Projeto para Pousada à Rua Padre Emílio da Veiga	PARECER TÉCNICO N.ºSAP09/2007 Miguel Capobianco	<p>O projeto em questão indica taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento satisfatórios, não apresentando dificuldades de implantação no terreno. Utiliza-se da linguagem da arquitetura vernacular.</p> <p>Da maneira que se apresenta o projeto é passível de aprovação.</p>
Projeto Residencial UniFamiliar	PARECER TÉCNICO N.ºGAP 46/2007	<p>O projeto em questão utiliza-se da linguagem da arquitetura vernacular, com aspectos da arquitetura colonial. Apresenta soluções inadequadas para o telhado da varanda frontal, bem como para o ressalto que abriga o volume da escada e seu telhado. As janelas da fachada sul não apresentam alinhamento e a janela da escada é de estética infeliz.</p> <p>A responsabilidade técnica pelo projeto contraria a Decisão Normativa n.º 80 do</p>

		<p>CREA, de 25 de maio de 2007, que designa exclusivamente ao Arquiteto a competência no desempenho de atividades referentes a monumentos, sítios de valor cultural e seu entorno ou ambiência.</p> <p>O projeto não é passível de aprovação.</p>
Programa de inspeção e vistoria	<p>Relatório de Vistoria – GAP 58/2008</p> <p>NÚCLEOS E CENTROS HISTÓRICOS</p> <p>Gabriella M. Sampaio Vitorino</p>	<p>O Centro Histórico da cidade de Catas Altas se encontra em bom estado de conservação, não havendo significativa causa de deterioração dos elementos tombados. A presença de arquitetos que trabalham diretamente com a análise e aprovação de projetos de reforma e construção das edificações do município é de grande importância para a preservação do patrimônio edificado, uma vez que previne construções irregulares e descaracterizantes.</p> <p>A população também aparenta ser conscientizada com as questões relativas à preservação do núcleo tombado.</p>
Imóvel da rua José Tomé nº78	Ação civil pública – processo – 572.03.000978-9	<p>Inobstante tal proteção, o réu iniciou construção no referido imóvel, descaracterizando o conjunto do patrimônio histórico, interferindo na visão do monumento principal que é a Igreja. (p.2)</p> <p>Pela fotografia da fls. 68 percebe-se, nitidamente, que a construção do réu afronta visualmente o centro histórico da praça da Matriz de Catas Altas. Por outro lado, tem que a construção agride o conjunto do patrimônio histórico e desfigura a área tombada. (p.7)</p> <p>As cidades tombadas como Monumento histórico têm sob proteção do Poder público, não somente seus templos e edifícios, mas também tudo aquilo que diga respeito a paisagem onde se insere o conjunto arquitetônico, seja paisagem natural (como morros, rios, lagos, bosques, etc), seja a paisagem artificial (como é o exemplo das calçadas, pavimentos de logradouros públicos e construções próximas). (p. 8)</p>
Memorando Nº / ANO 518/2009	Joacir	<p>Fomos informados que a Prefeitura Municipal de Catas Altas realizará licitação de projetos relativo a restauração da estrutura arquitetônica e de paisagismo da Capela de Santa Quitéria e do seu entorno. Gostaríamos de informar à Prefeitura local que qualquer intervenção efetuada em monumentos ou áreas tombadas pelo IEPHA/MG deverá ter seus projetos analisados e aprovados pelo Órgão competente e deverá obedecer a alguns critérios técnicos.</p>

		<p>Pretende-se que os projetos marquem a contemporaneidade da intervenção, mas que respeite o monument preexistente, valorizando-o.</p> <p>Não seja elemento estranho e desagregador da ambiência, mas, ao contrário, integre os métodos de intervenção ao monumento.</p> <p>Contratação de empresa que possua arquiteto sênior com especialização em restauração arquitetônica, comprovada através de diploma de especialização ou mestrado para coordenar ou executar os projetos complementares e se houver eles deverão ser aprovados pelo IEPHA.</p> <p>Deverá ser desenvolvido anteprojeto de urbanização e paisagismo que após aprovação pelo IEPHA deverá orientar a execução.</p> <p>Para compreensão da obra preexistente e eleição de seus principais valores a serem preservados deverão ser consideradas as análises Estático-Construtiva, Histórico-Documental e Estético-Crítica, referentes ao objeto em si, ao objeto e seu entorno e ao objeto em suas peculiaridades. As adições de novos elementos deve ter em vista alcançar o estabelecimento de uma nova unidade para o monumentos, marcada e datada, resultando num diálogo entre o velho e o novo.</p>
Residência a rua José tomé nº 97	Nº GAP 137/2009 - Joacir e Cristiane	Toda a vegetação existente no núcleo histórico deve ser mantida, pois fazem parte do tombamento estadual. Qualquer alteração na paisagem urbana deverá aval após análise do IEPHA/MG.
Análise de projeto da casa à Rua Monsenhor Barros c/ José Augusto de Souza – Catas Altas	Nº GAP 184/2009 - Joacir e Cristiane	Com a liberação da Prefeitura Municipal de Catas Altas do projeto da arquiteta Maria Alice Fernandes Zeitune, por não infringir o Código de Obras local, e baseado na Carta de Washington em que o projeto contemporâneo esta dentro do ambiente espacial e não perturbar a harmonia do conjunto, concluímos que a proposta de construção da residência da Sra.Giovana Geralda Martins, o projeto está passível de aprovação.
Análise de projeto comercial Rua São Miguel, 80 – Catas Altas	Nota técnica Nº GAP 04 / 2010 - Joacir e Cristiane	<p>Comoo projeto não altera a volumetria da residência e continua respeitando o sistema construtivo original local, e está inserido no conjunto, concluímos que a proposta de adaptação do projeto residencial para comercial, está passível de aprovação.</p> <p>A proposta das cores externas e a placa de blindex serão aprovadas posteriormente</p>

		em separado pelo IEPHA/MG
Análise de planilha – Casarão Dr. Moreira / Catas Altas	NOTA TÉCNICA Nº GAP 65/2010 - Joacir e Cristiane	<p>A reforma do Casarão é inevitável, pois encontra-se em estado precário. Somos favoráveis à sua reforma desde que o partido arquitetônico, a volumetria, as fachadas e a cobertura não sejam modificados. A intervenção terá que ser feita com critérios técnicos obedecendo as normas Internacionais de preservação de monumentos. O piso em tabuado corrido da varanda externa foi instalado acima da laje que cobre todo térreo. Não temos referências históricas ou documentada se antigamente existia essa varanda, por isso sugerimos então que o material escolhido mantenha uma relação de cumplicidade com o local.</p> <p>Sugerimos então materiais contemporâneo que não torne ainda mais o “falso ver colonial”.</p> <p>O local recebe muitas águas das chuvas por ter o beiral insuficiente como proteção, por isso no local sugerimos um piso cerâmico anti derrapante. Esse material escolhido deverá passar por aprovação do IEPHA/MG.</p>
Rua Joaquim José Loureiro, nº125 / Catas Altas	Nota Técnica Nº GAP 81 / 2010 - Joacir e Cristiane	<p>Na viagem realizada a Catas Altas constatamos com o arquiteto da Prefeitura RogérioTameirão, que no Código de Obras da cidade não consta nenhum impedimento na construção no local de um andar superior (um pavimento). As outras nossas preocupações eram quanto a visibilidade da Matriz, a existência de vegetação no terreno e quanto a ocupação do solo (área permeável). Constatamos no local que a visibilidade da Matriz está bloqueada nesta área por vegetação abundante em terrenos vizinhos e pelo prédio de um pavimento da Secretaria Municipal de Educação</p>
Rua Monsenhor Barros nº 295/Catas Altas	NOTA TÉCNICA Nº GAP 127/2010 - Joacir e Cristiane	<p>Baseado na análise do projeto, concluímos que, a edificação não contribuirá para a descaracterização da paisagem urbana em questão e por estar dentro das normas técnicas e materiais exigidos pelo IEPHA/MG, somos favoráveis à sua aprovação. (p.2)</p>
Análise de projeto na Rua Nossa Senhora	Nota Técnica Nº GAP 59 / 2010 - Joacir e Cristiane	<p>Imóvel em análise, de propriedade de Mônica Pereira Barbosa Borges, cujo projeto prevê uma construção residencial com pavimento térreo e 1º pavimento, não perturba</p>

do Carmo,s/nº, quadra 72, lote 25, bairro Santa Quitéria		<p>a moldura do entorno da Igreja de Santa Quitéria. a construção está fora da área de tombamento, mas que deverá ser analisado visando a proteção e memória no entorno de bens tombados.</p> <p>CONCLUSÃO: Após análise, o projeto está passível de aprovação, pois não interfere no entorno do conjunto paisagístico de Santa Quitéria. Solicitamos que envie 2 cópias do projeto para carimbo de aprovação.</p>
Rua Monsenhor Barros, nº 52	Nota técnica nº192/2010 – Joacir e Andrea	<p>Com a restauração do casarão verde, situado na lateral esquerda da edificação, foi criado um espaço entre as duas construções, que valoriza os imóveis em questão e a vista da Serra do Caraça. Achamos então que as construções devem ser pensadas integradas, valorizando ambas as edificações.</p> <p>Desta forma somos favoráveis que exista um recuo frontal maior e que o projeto seja reestudado pois a dimensão no andar superior é muito grande e cria um paredão de alvenaria que obstrui a visibilidade da Serra.</p>
urbanização de trecho da Rua São Miguel	Nota Técnica Nº GAP 253/2010 - Joacir e Andrea	<p>ANÁLISE O projeto visa principalmente uma melhor visão estética e melhoria no acesso ao centro histórico de Catas Altas atendendo a uma solicitação antiga dos moradores.</p> <p>CONCLUSÃO A apresentação do projeto e o Memorial Descritivo estão dentro das normas técnicas exigidas pelo IEPHA/MG, e atende a uma reivindicação popular quanto a valorização construtiva e estética tradicional existente em Catas Altas, com simplicidade e autenticidade. Pelos motivos apresentados e o projeto atender aos processos tradicionais existentes, somos favoráveis à sua aprovação.</p>
PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO PARA SOBRADO DA RUA MONSENHOR BARROS, Nº 26.	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ATRAVÉS DA CULTURA E DO MUSEU DE CATAS ALTAS	<p>Este projeto direcionará a população e o turista, oferecendo-lhe educação, cultura, informação turística, criatividade, enfim qualidade de vida e ações que visam o desenvolvimento econômico e social, através do turismo.</p> <p>O projeto de restauração do sobrado da Rua Monsenhor Barros nº 26 justifica-se por se tratar de exemplar arquitetonicamente mais requintado e de maior porte que as demais edificações do centro histórico de Catas Altas, retrato vivo do que foram as</p>

	<p>DINORAH LUISA DE MELO ROCHA Arquiteta SPE – Elaboração</p>	<p>primitivas vilas da época da colonização de Minas Gerais. Além da preservação de um imóvel de evidente valor histórico e arquitetônico, criarse-ia um espaço ideal para abrigar o museu e a Casa de Cultura de Catas Altas. Desta forma, a comunidade teria à sua disposição espaços para reuniões, encontros, audio-visual, exposição de artesanato, oficinas de música, pintura e desenho, oficinas de arte e artesanato, salas para cursos temporários, direcionados ao turismo. Além disto, deverá ser instalado, ali, a Secretaria de Turismo e Cultura Local.</p>
<p>Igreja Nossa Senhora do Rosário – supressão de árvore</p>	<p>Nota técnica Nº GAP 175 / 2011 - Andreia e Joacir</p>	<p style="text-align: center;">DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO</p> <p>Em visita técnica a Catas Altas, para verificar a situação da Capela de Santa Quitéria, fomos verificar o resultado de abuso de poder, caracterizado como dano ambiental, ocorrido no adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.</p> <p>ANÁLISE</p> <p>No dia 12 de agosto de 2011, o arquiteto da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Viação de Catas Altas foi informado, por terceiros, sobre o corte de árvores no adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.</p> <p>Rogério Tameirão afirmou que às 14h55min. , quando chegou ao local, para fotografar o ocorrido, as árvores já haviam sido cortadas e que “ainda havia funcionários da Prefeitura trabalhando no local.”</p> <p>Relatou também que em conversa com Alcimar de Moraes Borges, Presidente do CODEMA e Secretário Municipal de Catas Altas, (o mandante da supressão), o mesmo alegou que o corte da espécie “Pata de Vaca” se deu por dois motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devido a reclamações dos vizinhos da Igreja pelo “uso do local sob a copa da árvore para o consumo de drogas”; - E que “as raízes da árvore estavam desestabilizando a estrutura do muro de pedras.” Sobre as Sibipirunas, não se manifestou. <p>O local foi vistoriado em 22 de agosto último. O muro de “pedras secas” que faz a divisa entre o adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a casa ao lado, não apresenta nenhum dano que contribua negativamente para sua integridade física.</p> <p>CONCLUSÃO</p>

		<p>No caso em tela, houve dano ambiental não só pela supressão das árvores, mas também pelo desrespeito ao tombamento que prevê a manutenção de toda vegetação existente dentro do perímetro do Núcleo Histórico do Patrimônio de Catas Altas.</p> <p>O dano ao meio ambiente pode ser definido, segundo o art. 3º, inciso I da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, nº 6938/81:</p> <p>“O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”</p> <p>O Tombamento através do Decreto nº 29.399 de 21 de abril de 1989, versa que:</p> <p>“Área tombada é o espaço urbano ou rural que possuindo valores significativos históricos, artísticos, técnicos, arqueológicos ou paisagísticos, é protegido por disposições legais, através de legislação específica municipal, estadual ou federal que resguarda na forma no momento do tombamento.”</p> <p>Por sua vez, as Disposições Gerais dizem:</p> <p>Art. 4º § 1º - “Os usos de que trata esse artigo serão permitidos enquanto não atentarem contra a integridade dos elementos compreendido no conjunto arquitetônico e urbanístico da área e não venham ferir a sua unidade nem desfigurá-lo qualquer aspecto ambiental.”</p> <p>E por fim, as Disposições Finais:</p> <p>Art 19 – “Pelo descumprimento das exigências destas disposições serão impostos ao infrator as penalidades previstas a atentados contra o patrimônio estadual.”</p> <p>A supressão das árvores foi autorizada por Alcimar Moraes Borges, com base no laudo técnico de Carlos Roberto Alves, da EMATER, sendo que “a ordem para o corte partiu da Chefe de Gabinete da Prefeitura de Catas Altas, Élcia Helena de Paula”.</p>
--	--	---

		<p>Importante salientar que “as madeiras, resultantes da destruição foram doadas para produção de carvão”, ainda segundo Rogério Tameirão. A vizinhança encontra-se indignada com o ocorrido.</p>
<p>Edificação na Rua José Augusto de Souza s/nº, bairro Santa Quitéria</p>	<p>Nota técnica Nº GAP 114/2011 - Andrea e Joacir</p>	<p style="text-align: center;">CONCLUSÃO</p> <p>Em Parecer Técnico, os membros do COMTURPAC, após análise do projeto arquitetônico da edificação em questão, foi solicitada análise, deste Instituto, adequando os materiais escolhidos para as esquadrias das janelas e portas externas e o sistema de abertura das mesmas; substituição dos filetes de pedra São Thomé, em volume destacado dos demais e o uso excessivo de vidros temperados em fechamentos.</p> <p>Esclarecemos que para este Instituto, não há impedimentos referentes à escolha dos materiais relacionados.</p> <p>No entanto, chamamos atenção, novamente, para a altura máxima permitida e orientada para o local:</p> <p>“No setor 04, os lotes só poderão ser ocupados por edificações de um pavimento, com altura máxima de cinco metros, contados a partir de qualquer ponto dentro do lote até o ponto mais alto da construção.”</p> <p>Dito isso, asseveramos que para a aprovação do projeto em análise serão necessários cortes, no terreno, que minimizem o impacto visual dessa altura, que no referido projeto ultrapassa a altura permitida.</p> <p>Sendo necessário a locação de muros de arrimo, os mesmos deverão constar no projeto final com as devidas marcações das cotas de altura em todo o projeto.</p>
<p>Retirada das antenas de comunicação ao lado da Capela de Santa Quitéria</p>	<p>Andrea e Joacir data</p>	<p style="text-align: center;">DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO</p> <p>Foi constatado por técnicos do IEPHA/MG que sem nenhum critério técnico ocorreu a instalação de enormes torres de comunicação e de operadoras de telefonia celular, no morro onde localiza-se a Capela de Santa Quitéria. A Capela reina sobre um talude de dimensões razoáveis, onde a vista de toda a cidade de Catas Altas e da Serra do Caraça é um privilégio. Com as instalações antigas de uma caixa d'água e</p>

		<p>das casas de bombas, as torres vieram contribuir negativamente com a paisagem local.</p> <p>ANÁLISE As torres instaladas inadequadamente no morro têm criado junto a população, visitantes e aos defensores do patrimônio histórico um ato de perplexidade e revolta. O local além de possuir um símbolo religioso de grande valor histórico e sentimental é área de manifestações religiosa e de lazer. O impacto visual é estarrecedor, comprometendo a relação da cidade com seu entorno natural.</p> <p>CONCLUSÃO Como a Capela e seu entorno são tombados pelo IEPHA/MG e receberá uma requalificação de urbanização condizente com o local, as torres passam a ser comprovadamente agressivas e descaracterizantes. Afirmamos que a retirada de todas as torres deve ser uma ação definitiva. (p.3) A transferência das referidas torres para outro local é fato tecnicamente possível e estudada devendo ser efetivada com a máxima urgência.</p>
<p>Construção de nova caixa d água</p>	<p>NOTA TÉCNICA Nº GAP 109/2012 - Joacir e andrea</p>	<p>Descrição / histórico</p> <p>Recebemos o e-mail abaixo transcrito, dia 06 de março, que trata da construção da nova caixa d água:</p> <p>“Estamos sim com uma obra ou lado da casa de tratamento na eta dentro do espaço da prefeitura e ela será subterrânea pois a existente está com fissuras correndo o risco de rachar e o município ficar sem água e entrar em calamidade pública mas está obra como ela é subitânea uma vez que o paisagismo que é uma obra futura já liberada pelo IEFHA e dará mais vida ao espaço , mas uma vez em conversa vc o Prefeito e eu secretário vc tinha dado verbalmente um aval ainda comentou que ela ficaria mais baixa do que a outra feita anteriormente e lembrando também que foi uma obra votada em orçamento participativo pelo todos os bairros do município 100% de solicitação.”</p> <p>Atenciosamente.</p>

		<p style="text-align: center;">Wilson Rodrigues "Secretário Municipal de obras"</p> <p>Análise No dia 16 estivemos na cidade de Catas Altas para verificarmos o andamento de outras obras e aproveitamos para visitar o local que está previsto a construção da nova caixa d'água da cidade. Existe uma antiga caixa que se encontra muito acima do nível do solo, e que nunca deveria ter sido construída, pois disputa a visão com a Capela, por esse motivo qualquer elemento novo construído naquele local irá agravar ainda mais essa agressão.</p> <p>Conclusão Somos contrários à construção de qualquer elemento que seja superior ao nível do terreno, pois a localização da Capela é privilegiada por ser possível avistar todos os pontos da cidade. Um projeto de urbanização da área foi aprovado no IEPHA/MG e qualquer modificação deverá ser comunicada. Existem ainda, no local, torres de comunicação e telefonia que oportunamente deverão ser retiradas. Solicitamos da Prefeitura a apresentação do projeto da nova caixa d'água, por estar inserida em área tombada, assim como a paralisação imediata de quaisquer intervenções no local.</p>
Edificação Rua Santo Onofre	NOTA TÉCNICA Nº GAP 108 /2012 - Andrea e Joacir	<p>Conclusão</p> <p>Analisando o lote em questão, verificamos que não há impedimento para a construção de nova edificação no terreno situado na esquina das ruas Joaquim José Loureiro e Santo Onofre. Cumpramos observar que a altura da nova edificação não poderá exceder, em hipótese alguma, a altura da cumeeira da casa existente no mesmo lote.</p>
Análise de projeto de restauração – Rua Monsenhor Barros, nº 20	NOTA TÉCNICA Nº GAP 144 /2012 - Andrea e Joacir	Há também a complementação de áreas na qual se desenvolve uma nova construção que não interfere no espaço nem na visibilidade da Serra do Caraça pela fachada principal.
: Regularização de projeto de residência	NOTA TÉCNICA Nº GAP 456/2012 - Joacir	<p>Descrição / histórico</p> <p>Tratamos nesta Nota Técnica da análise do projeto de uma edificação residencial</p>

com acréscimo		<p>unifamiliar a ter sua área ampliada, no bairro Centro, Núcleo sob proteção estadual.</p> <p>Análise Ao percorrer sobre a presente análise, cabe-nos explicitar, inicialmente, que o terreno em questão está situado dentro do Núcleo Tombado. Por tal fato, se faz necessário seu exame dentro das diretrizes de proteção elaboradas para tal área que abaixo sintetizamos com seu trecho inicial de modo a esclarecer seus objetivos específicos: Ao examinar a edificação a partir destes critérios, elaborados em prol da preservação da paisagem cultural dos logradouros de Catas Altas, constatamos que o volume final da caixa d'água, conforme apresentada em desenhos, se encontra fora do limite de altura permitido pelas diretrizes elaboradas para a área. E pelas características apresentadas, consideramos que a edificação aqui em análise contrasta com as diretrizes preconizadas pelo tombamento estadual do Núcleo Tombado de Catas Altas cuja preservação nos cabe auxiliar sob tais recomendações.</p> <p>Conclusão Tendo como pressupostos de análise as questões acima apontadas, pronunciamos-nos como não favoráveis a aprovação do projeto, tal como aqui nos foi apresentado.</p> <p>A altura da caixa d'água não deverá exceder a altura da cumeeira existente. Fazemos aqui a ressalva de que esta análise e recomendação se baseiam apenas em aspectos de visibilidade na área tombada, que consiste na dimensão e interferência visual do imóvel as quais nos cabe avaliar.</p>
Edificação Rua São Miguel s/nº	NOTA TÉCNICA Nº GAP 264 /2012 - Andrea e Joacir	<p>Conclusão Analisando o lote em questão, verificamos que não há impedimento para a construção de nova edificação no terreno situado na Rua São Miguel, 26. Cumpre-nos observar que a altura da nova edificação não poderá exceder, em hipótese alguma, a altura da cumeeira de casas existentes na mesma rua.</p>
Rua São Miguel nº 361/Catas Altas	NOTA TÉCNICA Nº GAP 456/2012 - Joacir	<p>Conclusão Tendo como pressupostos de análise as questões acima apontadas, pronunciamos-nos como não favoráveis a aprovação do projeto, tal como aqui nos foi apresentado.</p> <p>A altura da caixa d'água não deverá exceder a altura da cumeeira existente.</p>

		Fazemos aqui a ressalva de que esta análise e recomendação se baseiam apenas em aspectos de visibilidade na área tombada, que consiste na dimensão e interferência visual do imóvel as quais nos cabe avaliar.
Residência á Rua Monsenhor Barros com a Rua José Augusto de Souza nº 28/Catas Altas	NOTA TÉCNICA Nº GAP 093/2013 - Joacir	<p style="text-align: center;">DESCRIÇÃO</p> <p>Trata-se de uma edificação residencial em construção, na Rua Monsenhor Barros esquina com Rua José Augusto de Souza, nº28 bairro Santa Quitéria, cujo projeto foi aprovado por esta Gerência em 09/11/2009, através na NT GAP 184/2009. Em visita ao Núcleo dia 22 de outubro de 2012 verificou-se que o muro que circunda a edificação, ainda em obras, encontra-se fora da altura permitida para o Núcleo tombado, por esse motivo foi emitida a NT GAP 403/2012 que solicita a revisão da altura adequando-a ao núcleo histórico tombado.</p> <p style="text-align: center;">ANÁLISE</p> <p>Analisando a carta enviada em 12 de março de 2013 pelos proprietários sobre a altura inadequada da construção do muro em alvenaria de tijolos, concordamos em parte com a justificativa referente a retirada da privacidade interna por ter o terreno na sua fase interior uma altura muito acentuada em relação a via pública. Ocorre que, com a altura atual dos muros nas laterais da residência, o espaço urbano tombado sofre uma influencia negativa em toda a sua visibilidade externa. Esse fato compromete todo o conjunto harmonioso do local que justificou o seu tombamento.</p> <p style="text-align: center;">CONCLUSÃO</p> <p>Por considerarmos que o local não poderá sofrer nenhuma intervenção negativa no seu conjunto, não concordamos que essa altura hoje existente no muro de alvenaria seja mantida, por isso solicitamos que um novo projeto desses muros nos seja enviado para análise, não agredindo e nem interferindo na paisagem urbana local. Sugerimos então que por questão de segurança sejam utilizadas grades e alvenarias baixas nesse cercamento e também para manter a privacidade a utilização de vegetação.</p> <p>As grades alcançam alturas às vezes maiores e com mais segurança e podem ser fechados através de heras ou outros elementos decorativos integrados na paisagem.</p>
Projeto de muro de fechamento de lote –	Nota técnica GAP 22/2014 – Daniele Gomes	A proposta apresentada não causa impacto ao centro histórico tombado, e não há, portanto, restrições para sua execução.

Rua do Rosário nº 76		
Praça Monsenhor Mendes, 31	NOTA TÉCNICA Nº GAP 505/2014 – Daniele Gomes	Diante desses apontamentos, verifica-se que a proposta de intervenção propõe a manutenção das características do edifício, ou seja, visa apenas a sua conservação, não causando qualquer impacto na ambiência do Centro Histórico de Catas Altas.
Centro Histórico – Rua José Geraldo Ferreira, 40 / Catas Altas	NOTA TÉCNICA Nº GAP 585/2014	Dessa forma, a intervenção proposta para a edificação, do ponto de vista do patrimônio cultural, não compromete a ambiência do perímetro tombado e atende às diretrizes de intervenção dispostas no Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Catas Altas.
Centro Histórico – Praça do Rosário / Catas Altas	NOTA TÉCNICA Nº GAP 280/2015 - Daniele Gomes	Para o largo está prevista a instalação de piso de acesso a garagens, substituição da grama e relocação do tanque de concreto existente. Como alteração do projeto aprovado anteriormente, foi proposto o alargamento do passeio em frente às casas, por uma solicitação dos próprios moradores. Além disso, há previsão de um jardim com flores variadas contornando os passeios e o plantio de um ipê amarelo. O alargamento do passeio, como é uma demanda da comunidade e não compromete a ambiência da praça, é considerada aceitável. Contudo, a inclusão de novas espécies arbustivas (flores) e arbórea altera a relação de volumes existentes no local, deixando de ser um espaço marcado pela presença das casas e do gramado para então ter destaque outros elementos de composição do jardim. Assim, a recomendação é de que a inserção de novos elementos vegetais não seja feita na Praça do Rosário.
Centro Histórico – Rua do Rosário, 189	NOTA TÉCNICA Nº GAP 292/2015 -	Considerando as questões apontadas acima, conclui-se que a intervenção realizada na cobertura da edificação de nº 189 da Rua do Rosário seguiu o desenho do telhado existente, contudo utilizou modelo de telha diferente daquele existente anteriormente e que é característico das edificações coloniais que compõem o núcleo histórico de Catas Altas. Dessa forma, a intervenção não foi realizada seguindo os critérios de intervenção na área tombada e conforme proposta aprovada pelo IEPHA/MG, não sendo, portanto, passível de aprovação.

<p>Centro Histórico – Rua Joaquim José Loureiro, 289</p>	<p>NOTA TÉCNICA Nº GAP 268/2015 -</p>	<p>A proposta de troca das esquadrias da fachada frontal por portas de madeira e a inserção de novos elementos também em madeira trazem melhoria estética à edificação, utilizando-se de materiais que são comumente encontrados no Centro Histórico.</p> <p>Diante da análise apresentada, considera-se que o projeto apresentado não causa impacto negativo à paisagem do Centro Histórico tombado e não há, portanto, restrições para sua execução.</p> <p>Considerando as questões apontadas acima, conclui-se que o projeto é passível de aprovação, pois atende às diretrizes de intervenção dispostas no Processo de Tombamento do Centro Histórico de Catas Altas e não causa impacto na ambiência do conjunto urbano. Qualquer alteração de projeto deve ser previamente aprovada pelo IEPHA/MG</p>
<p>Centro Histórico – Beco do Santíssimo, nº57</p>	<p>NOTA TÉCNICA Nº GPO 051/2015 - Cristina Vono e Daniele Gomes</p>	<p>Esta nova edificação, apesar de possuir dois pavimentos, ou seja, ter volumetria superior ao indicado nas diretrizes de tombamento, ficará com seu telhado praticamente alinhado com o da edificação térrea já existente. Isso se dá devido a sua locação em terreno em declive, acompanhando o greide da rua. A visibilidade das torres da Igreja não será afetada em função da declividade no local e por esse motivo considera-se que o volume da nova edificação não compromete a ambiência do conjunto tombado.</p> <p>Levando-se em consideração a ambiência e sua inserção na paisagem urbana, a proposta apresentada, apesar de não atender em sua totalidade, as disposições do processo de tombamento, não causa impacto ao Centro Histórico tombado; não há, portanto, restrições para sua execução.</p>
<p>Beco do Santíssimo, lote nº P21, quadra 66</p>	<p>Centro Histórico –Beco do Santíssimo, nº57 – Maria Cristina</p>	<p>O projeto apresenta as seguintes características que contrariam as disposições expressas às fls. 13 a 21 do processo de tombamento do Centro Histórico de Catas Altas do Mato Dentro:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Afastamento frontal de 3,72m; 2. Taxa de ocupação de 65%; <p>Além destes pontos, a análise constatou que o projeto apresenta outra característica que contribui para a descaracterização do conjunto: muro frontal com material e desenho contrastante com o tradicionalmente</p>

		<p>executado no núcleo tombado.</p> <p>O projeto <u>não é passível de aprovação</u> e deverá ser reapresentado observando os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Taxa de ocupação máxima de 50 %; -Afastamento frontal mínimo de 5,00m; -Revisão do desenho do muro frontal; -Correção do cálculo de áreas e da representação gráfica. <p>É desejável e contribui para a preservação da ambiência do centro histórico, onde as edificações se distribuem entre a densa vegetação dos quintais, a arborização do quintal e do jardim frontal.</p>
<p>Centro Histórico – Rua Joaquim José Loureiro nº42</p>	<p>NOTA TÉCNICA Nº GPO 050/2015 - Cristina Vono e Daniele Gomes</p>	<p>Levando-se em consideração a ambiência e sua inserção na paisagem urbana, a proposta apresentada não causa impacto ao Centro Histórico tombado. O muro proposto apresenta altura superior ao mínimo disposto nas diretrizes de intervenção, que é de 2 metros e os materiais apresentados são, em sua maioria, condizentes com aqueles utilizados no entorno, podendo as diretrizes de intervenção serem flexibilizadas e não há, portanto, restrições para sua execução. Visando manter uma melhor harmonia com o conjunto, recomendamos que o vidro temperado, elemento pouco usado e assim destoante na paisagem local, seja suprimido e o vão proposto seja fechado por peças de madeira ou até mesmo ferro – material mais utilizado nas cercanias.</p>
<p>Centro Histórico – Rua São Miguel, nº299</p>	<p>NOTA TÉCNICA Nº GPO 052/2015 - Cristina Vono e Daniele Gomes</p>	<p>A mobilidade e a acessibilidade urbanas são pontos fundamentais a serem alcançados na gestão urbana e patrimonial, necessitando de uma compatibilização harmônica entre a preservação do patrimônio tombado e os marcos legais que devem ser cumpridos.</p> <p>Estas intervenções devem ser implantadas também nos núcleos tombados e podem, inclusive, ter impacto positivo, pois na medida em que agregam elementos que valorizam a melhor circulação de pessoas, o uso de equipamentos urbanos, produzem a qualificação destes espaços, propiciando o maior contato com o patrimônio e a inclusão sócio espacial.</p>

		<p>No entanto, estas intervenções devem ser sempre avaliadas criteriosamente, de forma que os possíveis impactos sejam minimizados e que não descaracterizem o meio nas quais estão inseridas; além, é claro, de estarem em conformidade com os parâmetros técnicos de segurança regulamentados nas normas. Caso contrário, aquilo que deveria ser um elemento para promover a segurança dos usuários, apresentaria riscos aos mesmos em função de suas inconformidades. (...)</p> <p>A inserção do guarda-corpo em questão é passível de aprovação do ponto de vista do patrimônio cultural. Em termos estéticos, o desenho adotado não interfere na ambiência urbana, no entanto, em visita ao local, identificamos que o mesmo não atende às normas de segurança da NBR 9050 (possui altura de 92 cm e ausência de corrimão). Sendo assim, recomendamos a sua adequação e enquadramento nos requisitos técnicos necessários indicados na NBR 9050 (como altura mínima do guarda-corpo, colocação de corrimão, empunhadura apropriada, etc.).</p> <p>Não só pela harmonia estética com a paisagem local, mas também pela responsabilidade técnica legal em termos de segurança, é fundamental que essas adequações sejam sempre acompanhadas por profissional habilitado em arquitetura, garantindo não somente a segurança física da proprietária como também seu respaldo legal, uma vez que na ausência da responsabilidade técnica ela responderá sozinha por qualquer incidente causado pela instalação desconforme. (...)</p> <p>Por fim salientamos que, embora essa proposta não traga prejuízo estético ao conjunto urbano, ela não deve ser necessariamente considerada como um modelo ou padrão a ser replicado. Cada nova situação deverá ser avaliada quanto a sua pertinência e inserção em cada contexto em particular, demandando assim análise e licenciamento prévio. (...)</p> <p>É extremamente danoso abrir concessões de dispensa de projeto, mesmo que originárias de boa fé, pois essas ações poderão ser erroneamente replicadas por outros moradores e desta forma a leitura do conjunto tombado, como um todo, possivelmente ficará descaracterizada e comprometida.</p>
--	--	---

APÊNDICE E - Entrevista com os moradores de Catas Altas (CD-ROM)